



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ANA OLGA DA SILVA DIAS

**A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO
AMAPÁ: DO "IDEAL" AO REAL, DO LIBERAL AO CONSERVADOR
(1943-1958)**

UBERLÂNDIA

2014

ANA OLGA DA SILVA DIAS

A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO
AMAPÁ: DO "IDEAL" AO REAL, DO LIBERAL AO CONSERVADOR
(1943-1958)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de doutora em educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho.

UBERLÂNDIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D541o
2014 Dias, Ana Olga Da Silva, 1963-
 A organização da educação no território federal do Amapá: do
 "ideal" ao real, do liberal ao conservador (1943-1958) / Ana Olga da
 Silva Dias. - 2014.
 224 f. : il.

 Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Educação.
 Inclui bibliografia.

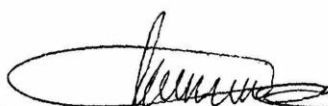
 1. Educação - Teses. 2. Educação - Amapá - 1943-1958 - Teses. 3.
 Amapá - Coronelismo - Teses. 4. Território nacional - Amapá - Teses. I.
 Carvalho, Carlos Henrique de. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

ANA OLGA DA SILVA DIAS

A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO
AMAPÁ: DO "IDEAL" AO REAL, DO LIBERAL AO CONSERVADOR
(1943-1958)

BANCA EXAMINADORA



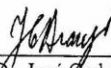
Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



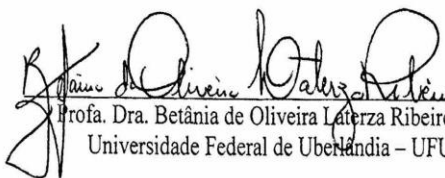
Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Profa. Dra. Sandra Elaine Aires de Abreu
Universidade Estadual de Goiás – UEG



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Betânia de Oliveira Lacerza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Uberlândia, 19 de maio de 2014

À memória de meus pais, Débora Palmeira da Silva Dias e José Paes Dias.

À minha família: Rafael Veloso Dias (filho); Ana Carolina Dias Monteiro (filha); Gabriel Dias Monteiro (filho); Emanuel José Pimentel Bentes Monteiro Sobrinho (filho); Ana Beatriz Dias Monteiro (filha) e Gustavo Alex Monteiro da Silva (neto). Pelo amor, pela compreensão e pelo apoio em minhas ausências no lar.

A todas as minhas irmãs, pela força que delas recebi durante esses últimos quatro anos de estudos no doutorado em educação. Especialmente, à Ana Maria da Silva Dias, que é parceira desde o mestrado, pelo amor, dedicação e cuidados com minha filha Beatriz.

Aos meus irmãos que já partiram deste mundo, Ana Lúcia da Silva Dias, José Augusto da Silva Dias e José Paes Dias Filho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho.

Aos Professores e Professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Especialmente, à Profa. Dra. Silvana Malusá (Coordenadora Pedagógica do Programa DINTER/UFU/UNIFAP), por transcender o papel institucional quando acolheu aos professores do Amapá.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo e de todos.

Ao Prof. Dr. *Carlos Henrique de Carvalho* por haver aceitado o pedido que o fiz para orientar meus estudos no doutorado em educação e, sobretudo, pela capacidade intelectual, profissional e humana com que se fez presente em todas as minhas dúvidas e necessidades acadêmicas. Pelo aprofundamento teórico que me possibilitou com as indicações à pesquisa bibliográfica, com as críticas que me fizeram crescer profissionalmente e fortaleceram meus estudos. Muito obrigada, Professor! Saiba que não me arrependi um só momento por tê-lo como orientador.

Aos Professores e Professoras que contribuíram com meus estudos no Exame de Qualificação, Profa. Dra. Betânia Laterza, Prof. Dr. José Carlos Araújo e Prof. Dr. Carlos Henrique Carvalho; e, antecipadamente, aos professores/as de fora do Programa que participarão da Banca Avaliadora na defesa desta tese.

A todas e todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU).

Aos colegas Professores e Professoras do Curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pela parceria nas atividades docentes, permitindo-nos a conclusão dos estudos.

À Gianni Carlos Freitas Barbosa e James Madson Mendonça da Secretaria do PPGED pelo apoio e atenção.

À minha sobrinha Brenda, pela contribuição nas transcrições dos artigos do Jornal Amapá.

A todos os servidores públicos do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro; da Biblioteca da Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá (SEPLAN); da Biblioteca Pública de Macapá; da Imprensa Oficial do Estado do Amapá, da Biblioteca do Senado Federal, em Brasília (DF); do Museu Histórico do Amapá; pela colaboração inestimável na fase de levantamento das fontes documentais.

À Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa.

“DESACERTO

Se Deus nos fez todos iguais
e não negou fortunas a ninguém,
aqueles que possuem bem demais
tiraram dos que hoje nada têm.
Na falta de melhor explicação,
a dúvida confunde os pensamentos meus.
Ou Deus não acertou na divisão,
ou, então, nem todos são filhos de Deus.
Por que barracões e palacetes?
Por que crianças dormem sem jantar?
Enquanto que na mesa dos banquetes,
os ‘cães de luxo’ comem caviar.
Se há tanto desacerto,
nessa guerra da nobreza com plebeus.
Ou Deus não acertou na divisão,
ou, então, nem todos são filhos de Deus”.

(DIAS, [198-])¹

¹ Música composta por meu irmão José Augusto da Silva Dias (já falecido), nos anos de 1980, mas que não foi registrada nos competentes órgãos. Aqui apresentada na epígrafe pela relação com o tema deste estudo e, também, como forma de homenageá-lo.

RESUMO

O estudo que foi concluído, sobre a “A organização da educação no Território Federal do Amapá: do “ideal” ao real, do liberal ao conservador (1943-1958)”, procurou responder aos seguintes problemas: houve uma política educacional, de forma sistêmica, para o então Território Federal do Amapá? Por outro lado, quais foram as principais iniciativas dos primeiros interventores em prol da disseminação da educação? Diante dessas indagações estabelecemos como hipótese que as ações desenvolvidas, no campo da educação no Território, nas décadas de 1940 e 1950, não foram capazes de implantar um projeto educacional para o Amapá, visto que não houve qualquer preocupação em compreender a realidade sócio-cultural da população amapaense. Tendo em vista esta hipótese, analisamos a relação entre as práticas políticas desenvolvidas pelo primeiro interventor no Território e o cenário político brasileiro, a partir da natureza jurídico-administrativa dos referidos entes federativos e da conjuntura política do “Estado Novo” (1937-1945). Para tanto, buscamos algumas aproximações entre a forma de governar de Janary Gentil Nunes, com as ações políticas de Getúlio Vargas. Para realizar esta análise foi necessário fazer uma incursão nos documentos oficiais, bem como os não oficiais, sobretudo, nos artigos publicados pelo Jornal “Amapá”, órgão da imprensa oficial à época, que disseminou as crenças e valores das autoridades constituídas, com a finalidade de “sedimentar” o ideário “modernizante” para o povo. Tal prática se ancorava na tentativa de romper com o passado de atraso econômico, social e cultural do Território, para “obscurecer” a realidade amapaense, marcada pela pobreza, pelo alto índice de analfabetismo e pelas doenças tropicais típicas da Amazônia (Malária). Nesse processo de ruptura entre o antigo e o moderno, a educação assume papel primordial no discurso oficial, sendo utilizada como propaganda política e como fator essencial à modernização e à formação de um “novo homem”: agora “civilizado”. Entretanto, a investigação sobre a expansão do Ensino Primário no Amapá, demonstrou a presença de um significativo número de escolas rurais, em oposição à tão propalada modernização urbana amapaense. Nesse sentido, podemos afirmar que a política educacional no Território do Amapá fracassou em razão de se basear na utilização do projeto educacional do Distrito Federal (DF), sendo oportuno lembrar que, no período em tela, o DF era a cidade do Rio de Janeiro. Apesar dos agentes públicos criarem inúmeras escolas no meio rural estas não foram efetivadas a partir de um processo mais sistêmico, isto é, considerando a realidade do “caboclo” amazônida. Assim, observamos a existência de um divórcio entre o discurso modernizante e, por outro lado, a manutenção de velhas práticas oligárquicas no período.

Palavras-Chave: Amapá. Território. Ruralismo. Coronelismo. Modernização. Educação.

ABSTRACT

The present study on “organization education on Amapá’s Federal Territory (1943-1958)”, looked forward to answering the following questions: Was there an educational policy, in a systemic way, on the former Amapá’s federal territory? On the other hand, what were the main initiatives of the first intervenors for the education dissemination? After facing these questions, we established, as hypothesis, that the developed actions in the education’s scope on that territory back in the 40’s and 50’s were not able to implant an educational project in Amapá, since there was no preoccupation to understanding the sociocultural reality of Amapá’s population. Given this hypothesis, we analyzed the relation between the political practices developed by the first intervenor on the territory and the Brazilian political scenario, from the legal-administrative nature of the federal entities and political conjuncture of the “New State” (1937-1945). To achieve that, we sought some similarities between Janary Gentil Nunes’s ways of governing and Getúlio Vargas’s political actions. To make this happen, it was necessary to check official documents out, as well as unofficial ones, especially the old articles published by “Amapá”, the local newspaper, official press tool back then, which disseminated the beliefs and values of the constituted authorities, with the purpose of “strengthen” the “modernization” ideal on the people. Such practice was based on the attempt of breaking off sociocultural economic backwardness of the territory, hiding out the reality of the Amapá’s population, marked by poverty, a high illiteracy rate and the typical tropical diseases from Amazon (Malaria). During the rupture’s process between the old and the modern, the education takes on a major role in the official speech, being used as political advertisement and as essential element to the modernization and to the development of a “new man”: now “civilized”. However, the investigation on the expansion of the elementary education in Amapá, showed us the presence of a significant number of rural schools, in contradiction to the disseminated urban modernization promise around there. In this sense, we can affirm that educational policy on Amapá’s territory failed by reasons of being based on the “transplantation” of the Federal District’s educational project, and it is important to recall that, back then, the Brazilian Federal District was Rio de Janeiro. Despite the public agents had established uncountable schools on rural areas, these were not carried out from a more systemic process, this is, considering the reality of the Amazon’s “cabloco”. So, we observed the existence of the separation between the modern speech and the maintenance of old oligarchic practices by that time.

Keywords: Territory. Rurality. Rule of Colonels. Modernization. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	Amazônia, em 1612, no período da União Ibérica	20
MAPA 2	Área do Contestado Franco-Brasileiro	22
MAPA 3	Configuração geopolítica do Brasil em 1940	40
MAPA 4	Configuração geopolítica do Brasil em 1945	43
TABELA 1	População do Amapá, na década de 1940	44
TABELA 2	Crescimento populacional do Território do Amapá e de Macapá na década de 1940	45
TABELA 3	População brasileira, por região, em 1940	46
TABELA 4	População brasileira da região Norte, na década de 1940	46
TABELA 5	Dados demográficos do Amapá nos anos de 1946 e 1948	47
TABELA 6	População nos municípios, por naturalidade, em 1948	48
MAPA 5	Configuração geopolítica do Brasil em 1950	49
TABELA 7	Crescimento populacional no Território do Amapá e de Macapá na década de 1950	50
TABELA 8	Crescimento da População Brasileira em 1950	51
TABELA 9	Incremento anual da população brasileira, por região, em 1950	51
TABELA 10	Incremento anual da população brasileira na região Norte na década de 1950	52
TABELA 11	População do Amapá, segundo a situação do domicílio, em 1950	52
TABELA 12	População no Território do Amapá, segundo a situação do município, nos anos de 1950	54
MAPA 6	Configuração geopolítica do Brasil em 1960	56
FOTOGRAFIA 1	Inauguração do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”	83
FIGURA 1	Plano de Organização Administrativa do Território do Amapá	85
TABELA 13	Quantitativo de escolas no Território do Amapá, de 1944 a 1948	90
FOTOGRAFIA 2	Casa onde funcionava uma escola primária em Macapá, no ano de 1944	93
FOTOGRAFIA 3	Prédio reformado para funcionamento do Grupo Escolar de Macapá, em 1946	94
TABELA 14	Unidades escolares, em Macapá, no período de 1944 a 1949	95
TABELA 15	Unidades escolares, em todo o Território do Amapá, de 1944 a 1949	96
TABELA 16	Comparativo do incremento de escolas, de 1944 a 1949, na capital e no interior	97
TABELA 17	Quantitativo de professores, no período de 1944 a 1948	103
TABELA 18	Número de professores, segundo localização e categorias, em 1948	103
TABELA 19	Número de professores por localização e categoria de ensino, em 1950	104
TABELA 20	Quantitativo de matrículas, no período de 1944 a 1948, para o Amapá	105
FOTOGRAFIA 4	Apresentação de colegiais em frente ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, em Macapá	109
QUADRO 1	Escolas criadas no município de Macapá, na década de 1940	110
FOTOGRAFIA 5	Escola Rural “Porto do Céu”	112
FOTOGRAFIA 6	Grupo Escolar “Oiapoque”, criado na década de 1950	113
QUADRO 2	Escolas criadas em outras localidades, nas décadas de 1940 e 1950	114
QUADRO 3	Escolas localizadas pertencentes ao município de Amapá	114
QUADRO 4	Escolas identificadas no município de Mazagão	115
QUADRO 5	Escolas construídas e/ou reformadas, no Território do Amapá, em 1952	116
QUADRO 6	Escolas identificadas no município de Oiapoque	117
TABELA 21	Resumo do Ensino Primário geral, em Macapá	123
FOTOGRAFIA 7	Casa “ribeirinha” e meio de transporte	124
FOTOGRAFIA 8	Alunas em frente à Escola Doméstica de Macapá	125

TABELA 22	Resumo do Ensino Doméstico, período de 1948 a 1953	126
FOTOGRAFIA 9	Alunas em aula de costura na Escola Doméstica de Macapá	127
TABELA 23	Resumo do Ensino Comercial em Macapá	127
FOTOGRAFIA 10	Apresentação da guarda de honra da Escola Técnica de Comércio, na comemoração do décimo ano de criação do Território federal do Amapá	128
TABELA 24	Resumo do Ensino Agrícola, em todo o Território	129
TABELA 25	Resumo do Ensino Industrial, em todo o Território	129
TABELA 26	Comparativa do Ensino Secundário, em todo o Território	132
FOTOGRAFIA 11	Apresentação da banda marcial do Colégio Amapaense na comemoração do décimo ano da criação do Território Federal do Amapá	133
FOTOGRAFIA 12	Alunos da Escola Industrial de Macapá, em desfile de comemoração do décimo ano de criação do Território Federal do Amapá	135
TABELA 27	Resumo do Ensino Normal em Macapá	136
FOTOGRAFIA 13	Alunas da Escola Normal em desfile na comemoração do décimo aniversário de criação do Território Federal do Amapá	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONFIGURAÇÕES DO AMAPÁ: FATORES TERRITORIAIS, POLÍTICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS	19
2.1	Aspectos históricos do Amapá	19
2.1	Discussão sobre território: configuração do Amapá	28
2.3	Organização espacial do território federal do Amapá	31
2.4	Problema político do Amapá	38
3	O “ROMANTISMO” AMAPAENSE EM CONFRONTO COM A REALIDADE	58
3.1	“Romantismo” às avessas: o coronelismo no Amapá	58
3.2	Do “janarismo” às práticas varguistas	67
3.3	Educação como propaganda política no Território Federal do Amapá	84
4	EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ	89
4.1	Expansão e organização do ensino no Amapá	89
4.2	Barracões e palacetes	106
4.3	Iniciativas à implantação de um “sistema” educacional no Território do Amapá	119
5	CONCLUSÃO	139
	REFERÊNCIAS	142
	ANEXOS	149
	ANEXO A – O sentido da criação do Território	150
	ANEXO B – II Censo demográfico das sedes municipais	153
	ANEXO C – A linguagem expressiva dos números: o que apurou o censo de 1948 realizado no Território Federal do Amapá	155
	ANEXO D – A população do território	159
	ANEXO E - Há um sentido profundo de brasilidade na obra que aqui se realiza	160
	ANEXO F – A mais eloquente lição de civismo que se escreve no Brasil	162
	ANEXO G – Não é fictício o progresso no Amapá	163
	ANEXO H – No Amapá, todo mundo quer progredir – A Escola de Agronomia da Amazônia viajando o Território do Amapá	166
	ANEXO I – Macapá moderna, modelo setentrional de capacidade brasileira de organização	170
	ANEXO J – Renasce o Amapá sob o signo de uma visão pragmática e moderna	171
	ANEXO K – O passado e o presente	180
	ANEXO L – Macapá moderna: a capital do Território e sua nova fisionomia	182
	ANEXO M – Macapá cresce e constrói	183
	ANEXO N – Comentário da semana	184
	ANEXO O – Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva	185
	ANEXO P – O Amapá é um paradigma como centro de civilização da Amazônia	189
	ANEXO Q – Amapá	191
	ANEXO R – A educação no Território	192
	ANEXO S – Educação	199
	ANEXO T – O ensino no Território	201
	ANEXO U – A educação no Amapá	202
	ANEXO V – Curso de férias para professores	207
	ANEXO W – A nova civilização brasileira	208

ANEXO X – Ruralismo e professorado	210
ANEXO Y – Educação Rural	219
ANEXO Z – O papel da escola priméria [sic]	221
ANEXO AA – O lar é o alicerce da família – a Escola Doméstica de Macapá cumpre e amplia suas nobres finalidades	224
ANEXO BB – Possibilidade de educação a toda a juventude	225

1 INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre a organização da educação no Território Federal do Amapá, no período de 1943 a 1958, sendo que o interesse pela investigação justifica-se por três fatores que se inter-relacionam, o primeiro deles está relacionado à nossa trajetória pessoal. Licenciemos em Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA) e, no ano de 1990, iniciamos a experiência profissional no Amapá na formação de professores em nível médio. O que sempre nos instigou à busca de conhecimentos sobre a cultura desse lugar que nos acolhera e, portanto, sentíamos necessidade de compreender melhor a história.

O segundo está ligado às vivências no Mestrado em Educação, na Linha de pesquisa “Docência na Educação Superior”, que cursamos na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), em 2003 e 2004. Durante o curso, tivemos a oportunidade de participar de reunião, na Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP), do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, o que foi marcante à nossa trajetória acadêmica, e responde ainda à pergunta: mas por que na história da educação? O terceiro fator, que se refere mais ao campo de trabalho, é a ausência de uma consistente produção acadêmica sobre a Historiografia da Educação no Amapá e, em especial, no extinto Território Federal. O que poderia melhorar, seguramente, à robustez de nossas atividades no Curso de Pedagogia e nas demais licenciaturas ofertadas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), nos quais exercemos a docência em Didática, Prática Pedagógica, e Estágio Supervisionado.

O percurso acadêmico-profissional que trilhamos levou-nos a muitas inquietações sobre a história da educação no então Território do Amapá e, de modo significativo, no período que esse fora governado por Janary Gentil Nunes². Ele foi o primeiro Interventor no referido Território Federal, e representa, até hoje, uma espécie de mito para o povo amapaense, mas é importante compreender as estratégias utilizadas à construção de Janary enquanto mito político.

Estabelecemos marcos para o recorte histórico deste estudo, são eles: a criação do Território Federal do Amapá, em 1943; e a publicação do Relatório de Governo do ano de

² Janary Gentil Nunes, natural de Alenquer/PA (1912-1984). Major da Polícia Militar destacou-se como redator e diretor da Revista Militar (1933-34). Serviu no 26º Batalhão de Belém do Pará, no 15º de Florianópolis/SC e na ^a Companhia Independente de Metralhadoras do Rio de Janeiro. Fora nomeado, por Getúlio Vargas, para comandar o Pelotão de Fuzileiros no Oiapoque (1938) e, posteriormente, como Interventor no extinto Território Federal do Amapá (1943-1956). Exercera ainda o cargo de Presidente da Petrobrás (1956-1959), e de Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário do Brasil na Turquia (RODRIGUES, 2014).

1958, assinado pelo então interventor no Amapá, Pauxy Gentil Nunes. A federalização do Amapá, por Vargas, é o ponto de partida desta pesquisa porque foi a partir desse evento político que a imprensa oficial amapaense passou a divulgar o fenômeno da expansão e organização do ensino, em terras amapaenses. Amparados nas ideias de Milton Santos (2012), entendemos que a implantação do TFA não se constituiu numa decisão isolada, bem ao contrário resultou de uma combinação de outros eventos políticos, em escalas nacional e internacional.

Na primeira parte deste trabalho, fizemos a análise sobre a constituição sociogeográfica do Amapá, discutindo como se construíram os contornos territoriais da região em tela. Para tanto, fizemos um recuo histórico que possibilitou-nos a percepção do longo período, no qual o Amapá sofrera com a instabilidade político-administrativa, uma vez que fora alvo de disputa internacional por seu domínio político; e que passara, inclusive, pela consolidação do domínio português na Amazônia (FAUSTO, 2008; HOLANDA, 1968; HOBBSBAWM, 1995).

A questão política no Amapá implicou, por sua vez, a discussão sobre território e espaço geográfico, os quais se forjam, dialeticamente, na relação entre sistemas de objetos e ações (SANTOS, 2012). As análises sobre o domínio político-administrativo do Amapá deram-nos conta que a problemática de sua localização geográfica sempre esteve presente na história política da Região. E que, sobretudo por tratar-se de região fronteira, foi desmembrada do Estado do Pará e transformada em Território Federal, na década de 1940 (PORTO et al, 2007).

O período em que Janary Nunes governou o Território Federal é também denominado de “janarista”, e marcou a história do Amapá, sobretudo pelas ações desenvolvidas no campo da educação. Por esse fator, estabelecemos como problema desta pesquisa: houve, no período de 1943 a 1958, efetivamente um projeto educacional voltado à realidade social do então Território Federal do Amapá? Nossa hipótese é que os primeiros interventores no TFA desenvolveram ações pontuais, mas que essas não consideraram a especificidade do contexto social amapaense, sobretudo quando considerado na Amazônia de meados do século XX; caracterizada pelo isolamento econômico e cultural, que decorriam, dentre inúmeros fatores, de suas peculiaridades geográficas.

Janary Gentil Nunes, no Território Federal do Amapá, fora idealizado como o “salvador” ou o denominado “paradigma do profeta”, que anunciava o por vir, o futuro (SILVA, 2012). No discurso oficial, dos anos de 1940 e 1950, o referido Interventor foi quem

salvou³ o povo amapaense da ignorância, da pobreza, do atraso cultural. Mas, acreditamos que os mitos são fabricados em diversos momentos históricos para atender a determinados interesses políticos.

O discurso político fora uma estratégia essencial para forjar o mito “Janary”, para atendimento da dupla finalidade de cumprir a “missão” de construir um novo Amapá, e implantar o projeto político de Getúlio Vargas⁴. Nesta perspectiva, é que consideramos o primeiro Interventor no Amapá, na qualidade de líder messiânico que “conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. É um olhar inspirado que atravessa a opacidade do presente, uma voz, que vem de mais alto, ou de mais longe, que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro” (SILVA, 2012, p. 3).

O segundo marco desta pesquisa é o Relatório de Governo de 1958. Este documento foi assinado por Pauxy Gentil Nunes, que esteve à frente do governo no Território do Amapá, de 1958 a 1961, e era irmão de Janary Gentil Nunes. Isto levou-nos a acreditar que o documento em tela traria relevante contribuição à compreensão do panorama social, político, econômico e educacional amapaense, no período que corresponde ao recorte histórico deste estudo.

O sentido da investigação sobre o quadro educacional, no então Território Federal do Amapá, está no entendimento de que o passado é:

[...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. E o problema para os historiadores é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

Do ponto de vista metodológico, optamos pela pesquisa empírica fundamentada na análise de documentos. Por isso, este trabalho apresenta um corpo documental diversificado, constituído por artigos do Jornal *Amapá*, órgão que pertencia à Imprensa Oficial no então Território Federal do Amapá (TFA), referentes aos anos de 1947, 1948, 1949, 1952, 1953,

³ No artigo intitulado “O Amapá e seu criador”, verificamos o entendimento de que o primeiro interventor, no então TFA, teve como mérito inatingível o sentido de salvação do Amapá, para o Brasil e para o mundo, que era para ele a região mais sofrida e abandonada de todo e qualquer continente (MALATO, 1962, citado por NUNES, 2012).

⁴ Presidente do Brasil, por 15 anos, chegou à chefia de um governo provisório instituído com a Revolução de 1930. Foi eleito, por voto indireto, de 1934 a 1938, contudo, em 1937 tomou o poder, por meio de um golpe de Estado, e implantou o regime político autoritário denominado “Estado Novo”, do qual esteve à frente até o ano de 1945 quando foi deposto. Vargas voltou à presidência em 1950, porém se suicidou em 1954, sem haver terminado seu mandato (FAUSTO, 2008).

1954, 1955 e 1958. Evidenciamos que os jornais relativos aos anos de 1944; 1945; 1946; 1950; 1951; 1956 e 1957 não foram localizados.

Analizamos artigos publicados em jornais porque acreditamos que “podem contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, pois por meio deles manifestam-se, de um modo ou de outro, os problemas educacionais” (CARVALHO, 2007, p. 48). Mas, reconhecemos que, na qualidade de documentos oficiais, os mesmos trazem apenas recortes do real que interessavam politicamente às autoridades locais constituídas, à época.

Compõem ainda o corpo documental desta pesquisa dois Relatórios de Governo. O primeiro é relativo ao ano de 1944 e foi assinado por Janary Gentil Nunes, já o segundo, que refere-se a 1958, recebeu a assinatura de Pauxy Gentil Nunes. Esse é um fator preponderante à demarcação do ano de 1958, uma vez que chamou-nos atenção o fato de, num curto espaço de tempo, o Território Federal do Amapá ter dois interventores da mesma família, no caso a dos “Nunes”.

Além de artigos de jornal e relatórios governamentais, investigamos Anuários Estatísticos da área da educação, a partir do volume de 1954; à medida que não localizamos os anteriores ao referido ano. Esses anuários possibilitaram-nos a análise de dados sobre matrícula, aprovação e conclusão de curso, na década de 1950, objetivando conferir se as iniciativas educacionais, no TFA, obtiveram ou não êxito.

E, entendendo que a análise que se faz pode ser mais relevante que o documento em si, (PINSKY; LUCA, 2013), buscamos ainda algumas fontes iconográficas. As fotografias analisadas neste estudo foram essenciais para confrontar a propaganda política com a realidade social amapaense, isto é, assumimos que sua observação pode revelar aquilo que o discurso político visava obscurecer, por meio do discurso apologético de modernização do Amapá.

A questão da crítica ao documento é essencial, pois consideramos os artigos enquanto textos não são neutros e foram construídos em determinadas condições históricas. Acreditamos que o documento é visto de forma ampliada, isto é, seja um texto escrito, uma ilustração ou mesmo um som, podem ser considerados como fontes documentais. O documento “[...] resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Nesse entendimento, torna-se necessária a demolição do que o autor denomina de “montagem”, oriunda quase sempre de um centro de poder, e que não deve ser analisada de forma isolada. Cabe ao historiador demolir essa estrutura, por meio da análise das condições

históricas em que o documento fora elaborado; bem como, porque guarda um discurso que “[...] não pode ser visto como algo transparente” (VAINFAS, 1997, p. 377).

Os artigos de jornais analisados possibilitaram-nos desvelar a estrutura sobre a qual sustentava-se o discurso de Janary Gentil Nunes, como parte da trama ideológica, a partir da qual ele constituiu-se em mito político no Amapá. O que passamos a analisar na segunda parte deste estudo, na qual estabelecemos relações entre as ações políticas desenvolvidas no então Território Federal, nas décadas de 1940 e 1950, e o contexto nacional. Para verificar as aproximações do projeto político estabelecido por Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, durante o denominado “Estado Novo”.

No varguismo, a imprensa oficial servira como instrumento de divulgação dos ideais de Nação, civismo, patriotismo, e outros conceitos essenciais, à época, para consolidação o Estado brasileiro (CAPELATO, 1998; HORTA, 2012). Neste aspecto, dialogamos com historiadores locais que estudam as ações do primeiro interventor no TFA, aproximando-as do estilo denominado “coronelistas” e, dentre esses autores, destacamos Fernando Santos (2006).

A aproximação entre janarismo e coronelismo justifica-se no fato do primeiro interventor ter exercido, no Amapá, um governo centralizador e personalista, no qual estabeleceu relações políticas com grandes proprietários de terras por interesses, possivelmente, eleitoreiros. Por outro lado, discutimos sobre o fenômeno coronelista, ou mandonismo local, a partir da concepção de que trata-se de um complexo fenômeno social, e baseia-se no compromisso entre poder público e privado, e que precisa ser estudado em suas raízes políticas, sociais e econômicas (LEAL, 1975; QUEIROZ, 1976; FAORO, 2008).

Na última parte deste estudo, analisamos as iniciativas dos primeiros interventores, no então Território Federal do Amapá, na área da educação. Antes da federalização, o Amapá era uma região de baixo povoamento, na qual se ofertava apenas o Ensino Primário, em reduzido número de unidades escolares. Mas, nas décadas de 1940 e 1950, ocorreu a implantação de novas escolas, entre as quais figuravam os grupos escolares; que exerceram, nacionalmente, relevante papel social no processo de urbanização e escolarização (SOUZA, 1998).

Para adequar o ensino local às Leis Orgânicas ou Reformas Capanema, dos anos de 1940, e que assim foram denominadas em razão de terem sido elaboradas pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema. Janary Nunes implantou os seguintes tipos de ensino: Secundário; Comercial; Industrial; Agrícola; Normal; e Doméstico. Nesse aspecto, analisamos a existência, ou não, no caso amapaense, de traços do dualismo das Leis Orgânicas (SAVIANI,

2008), sinalizados na implantação do ensino profissionalizante para as classes populares e do secundário para as elites de Macapá, a capital do Território em estudo.

A criação de novas escolas, para os diferentes tipos de ensino, trouxe como corolário a ampliação do número de matrículas e, também, a necessidade da contratação de maior quantitativo de professores. No que concerne à questão do professorado, fizemos uma análise para além da quantidade, mas, sobretudo, no sentido da formação docente ou habilitação para o exercício do magistério. Em outros termos, investigamos se os professores contratados, pelo Governo do então Território Federal do Amapá, possuíam o Curso Normal; tanto nas escolas da capital como nas que se localizavam no interior.

Dentre os poucos estudos locais sobre a questão educacional, no então Território Federal, selecionamos o de Lobato (2009) por fazer a discussão sobre a expansão do Ensino Primário, no período que corresponde ao corte cronológico desta pesquisa. Entretanto, acreditamos não ser prudente conceber as iniciativas dos primeiros interventores, no Amapá, enquanto uma política educacional sistêmica. O que justificamos, sobretudo no trabalho de Saviani (2008), uma vez que o autor assevera a inexistência, na década de 1940, de um sistema educacional brasileiro.

A concepção de História, documento, tempo, e espaço como produção social leva-nos a afirmar que há muito ainda para ser revelado acerca da História da Educação no extinto Território Federal. Desta forma, este estudo não tem a pretensão de, parafraseando Fernando Braudel (1990), abarcar toda “a espessura da história”, ou das histórias, da educação no Amapá. O importante é desafiar, provocar ruídos nas histórias oficiais e construir caminhos que desvendem novas fontes, diferentes olhares e outras palavras.

2 CONFIGURAÇÕES DO AMAPÁ: FATORES TERRITORIAIS, POLÍTICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS

O objetivo deste capítulo é analisar fatores políticos, econômicos e sociais que contribuíram à constituição sociogeográfica do então TFA. Para tanto, propomos a reflexão sobre as dimensões que os espaços sociais assumem, a partir de algumas indagações. Dessa forma, como os lugares configuram-se e os espaços são ocupados? Ou, mais especificamente, como se construíram os contornos territoriais do Amapá?

Em busca de resposta para essas questões, que nos permitirão compreender melhor a construção social do espaço amapaense, analisamos aspectos históricos relativos à configuração territorial e ao domínio geopolítico da região do Amapá. Nossa hipótese é que a geografia amapaense, ou seja, sua localização em zona de fronteira constituiu-se em fator preponderante às decisões políticas das autoridades governamentais, em diferentes momentos da história do Amapá, especialmente, no período de 1943 a 1958.

2.1 Aspectos Históricos do Amapá

O passado histórico do Amapá é marcado por uma sucessão de eventos políticos, vinculados as grandes navegações e, sobretudo, a expansão territorial e a consolidação do domínio de Portugal no Brasil. Dentre estes eventos, destacamos o Tratado de Tordesilhas⁵, no século XV, pelo fato de ter estabelecido que a região que hoje se denomina Amapá, ficaria sob o domínio espanhol. De acordo com Morais e Morais (2011), a partir do referido tratado, os espanhóis enviaram alguns navegadores⁶ para conhecimento e exploração dessas terras.

Ao destacarmos o Tratado de Tordesilhas é para evidenciar que a região do Amapá já havia sido explorada antes mesmo de se consolidar o domínio português na Amazônia. E, ainda, porque antecedeu à União Ibérica⁷. Esta, que também caracterizamos como evento

⁵ Tratado assinado entre Portugal e Espanha, na cidade de Tordesilhas, no ano de 1494, pelo qual “o mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste caberiam a Portugal” (FAUSTO, 2008, p. 42-43). Esse acordo fora considerado controverso, em razão do não estabelecimento exato da linha de Tordesilhas.

⁶ Dentre os navegadores espanhóis, Morais (2011) menciona Américo Vespúcio, em 1499; Vicente Yanês Pinzón, em 1500; e Francisco Orellana, no ano de 1544.

⁷ Também denominada “União Peninsular” ou “Período dos Filipes”, teve início com a extinção da mais importante dinastia de Portugal, a de Avis. O que ocorreu com a morte de seu último herdeiro, Cardeal D.

político, por integrar o reino de Portugal à Espanha, enfraqueceu o acordo anterior e favoreceu, aos portugueses, o envio de expedições para conquistar a porção setentrional da Amazônia.

Mapa 1 - Amazônia, em 1612, no período da União Ibérica



Fonte: IBGE (2014)

O Mapa 1 traz a geopolítica da região Amazônica no século XVII, portanto na vigência da União Ibérica. Nesse período, foram fundadas as capitanias de Maranhão (1612) e do Grão

Henrique, e viabilizou a “dominação” espanhola. Esta fase se estendeu de 1580 até 1640, e correspondeu aos reinados de Filipe I, II, III e parte do IV, quando houve a restauração. A partir daí o Duque de Bragança, D. João, assumiu o reinado de Portugal. O interesse da Espanha, com a união das duas coroas, era econômico e se vinculava, especialmente, à política espanhola de avançar para o Atlântico, isto é, em direção ao comércio americano (HOLANDA, 1968).

Pará (1616), com a finalidade de evitar a ocupação estrangeira dessa área, sobretudo a dos franceses. No referido mapa podemos observar que a região do Amapá ainda não pertencia à Capitania do Grão Pará, mas fazia parte da chamada Guiana Oriental, ou seja, não estava ainda sob o domínio político-administrativo de Portugal.

Essa questão reforça o destaque ao acordo firmado em Tordesilhas e à União Ibérica, sem, contudo, desconsiderarmos o fato de a questão geopolítica do Amapá está muito mais ligada à França do que à Espanha. Uma vez que concordamos com Fausto (2008, p. 43) por afirmar que a “maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de que era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse”.

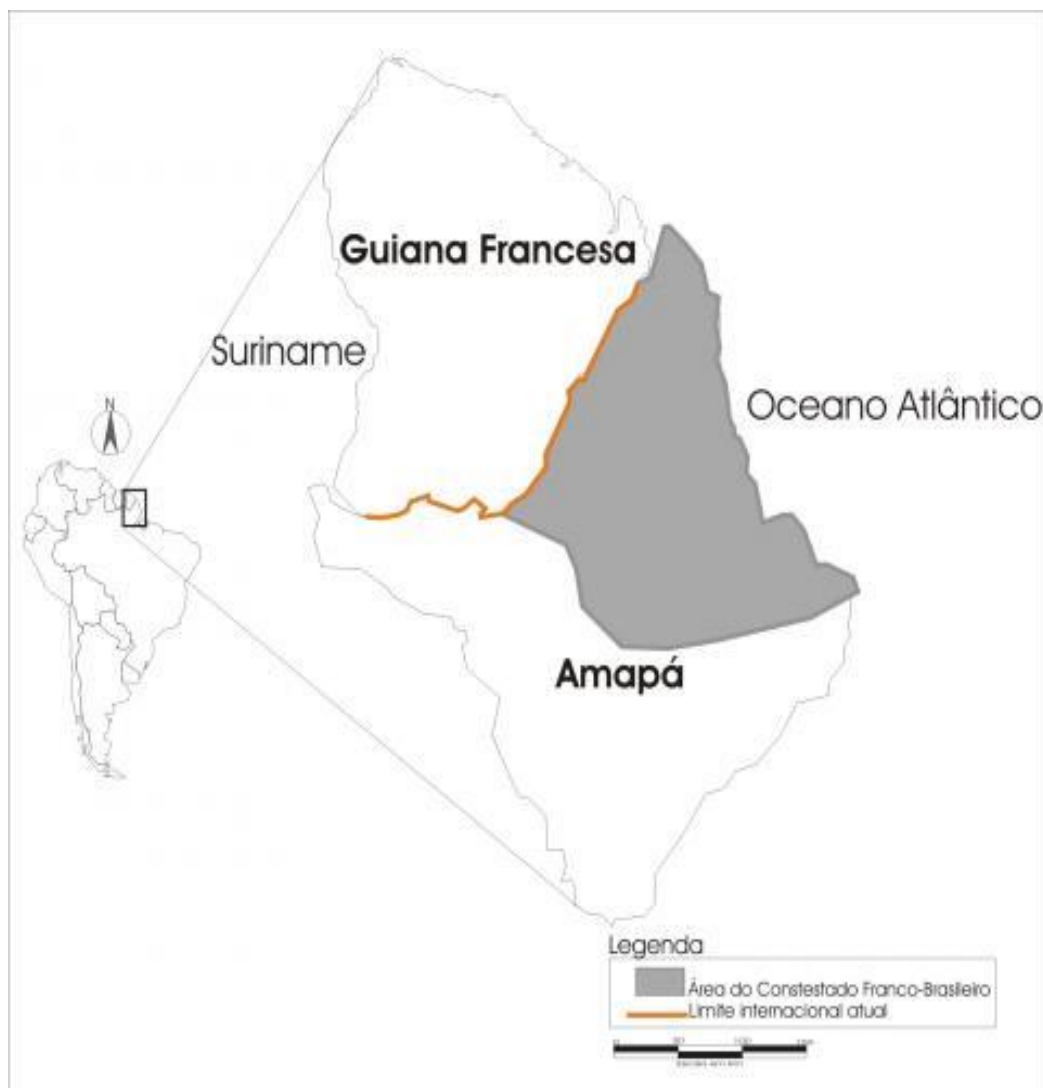
O Mapa 2 traz a área contestada por Brasil e França e possibilita melhor compreensão da faixa territorial, localizada no extremo norte do Brasil, que fora alvo de tantos litígios. Os elementos históricos, até aqui apontados, influenciaram o longo processo de consolidação do território da Amazônia brasileira por Portugal⁸, que foi feita em três etapas. A primeira com Pedro Teixeira, de 1637 a 1639. A segunda com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que em 1755 negociou acordos com os espanhóis. A terceira fase envolveu os franceses na zona do Cabo Norte (atual Estado do Amapá) e alguns municípios do Pará, pela margem esquerda do Amazonas (LINS, 2012).

Trazemos a questão da conquista da Amazônia porque entendemos imprescindível à compreensão sobre a história do Amapá. Dessa forma, verificamos que um fator decisivo, no caso amazônico, foi a grande extensão do espaço a ser conquistado. Além das condições peculiares da região que, por isso mesmo, era “desvinculada do Estado do Brasil, pelas dificuldades de comunicação e com características próprias, distintas, aos poucos foram indicando a conveniência de se lhe reconhecer, com a autonomia geográfica, a política” (HOLANDA, 1968, p. 266).

De acordo com Holanda (1968) a solução encontrada fora conceder capitanias, o que iria minimizar o problema da enormidade espacial e, ao mesmo tempo, atender a necessidade de governo e consolidação do domínio português nos espaços já conquistados. A implantação e doação de capitanias ocorreram antes do fim da União Ibérica, e se constituíram numa tentativa de povoamento da região pela Espanha.

⁸ A questão do conflito na Amazônia, segundo Holanda (1968), prendia-se aos seguintes fatores: expansão territorial; exploração de matéria-prima, abundante na região e muito valorizada no mercado europeu; e conquista da multidão gentia. Para o autor, portanto, era um conflito por bases territorial, econômica e espiritual.

Mapa 2 - Área do Contestado Franco-Brasileiro



Fonte: Silva (2009)

A Capitania do Cabo Norte (atual região do Amapá), alvo do conflito com os franceses na terceira etapa da conquista da Amazônia, foi doada a Bento Maciel Parente no ano de 1637. O que parece não ter obtido êxito, porque o beneficiário “não chegou a se estabelecer na área e nem mesmo determinou sua colonização, por não dispor de recursos financeiros para bancar o empreendimento e, como militar estava envolvido no combate a invasores estrangeiros” (MORAIS; MORAIS, 2009, p. 18). E, posteriormente, o falecimento de Bento Maciel, bem como de seus herdeiros, favoreceu a incorporação da Capitania do Cabo Norte às terras portuguesas. A partir daí é que Portugal anexou o Cabo Norte à Capitania do Grão Pará (MORAIS, 2011; MORAIS & MORAIS, 2009).

Além da concessão de capitanias, a construção de fortes fora outra estratégia política para defesa do território Amazônico. Essa fora adotada no caso do Amapá, o que verificamos em Holanda (1968, p. 270), quando afirma que “[...] uma rede de fortificações, que principiou com os estabelecimentos que defendiam Belém, estendeu-se pelo interior, ao longo da calha central do Amazonas, e cobriu a fronteira”. Dentre estas fortificações, o autor menciona o de São José de Macapá⁹.

Do Tratado de Tordesilhas (1494) ao fim da União Ibérica (1580-1640) são decorridos, aproximadamente, dois séculos de disputa territorial entre Espanha e Portugal. A partir desse período, entrou na peleja a França, uma vez que há registro histórico de que “[...] em 1697, os franceses vindos de Caiena, invadiram a região do Amapá e apoderaram-se do Forte de Santo Antônio” (MORAIS, 2011, p. 22)¹⁰. De acordo com o autor, a rivalidade entre Espanha e Portugal, pelo domínio da região do Amapá, motivara a assinatura de um acordo político:

em 04 de março de 1700, foi assinado o ‘Tratado Provisional’ entre portugueses e franceses. Pelo tratado ficava neutra a área do Contestado amapaense e foram obrigados os colonos, tanto portugueses quanto franceses a deixarem a área compreendida do rio Araguaí ao rio Oiapoque, até que a questão fosse resolvida, isto é, ficava suspensa a posse de ambos (MORAIS, 2011, p. 23).

Como o Tratado Provisional fora anulado, por não ter resolvido o conflito pela posse das terras do Amapá, surgiram novos acordos políticos. Dentre eles, destacamos o Tratado de Utrecht¹¹, firmado em 1713, entre Portugal e França, que estabelecia “[...] a fronteira entre o domínio português e o francês, na América, mandava que esta passasse pelo Rio Japoc ou de Vicente Pinson” (FIGUEIREDO, 1965, p. 305). A maior controvérsia em torno do referido Tratado estava no não reconhecimento de que o chamado Rio Japoc nada mais era do que o mesmo Rio Oiapoc.

⁹ A Fortaleza de São José de Macapá, fundada em 19 de março de 1782, caracterizou-se com um dos principais pilares ao domínio português na região amazônica. Cf. AMAPÁ. Documento. Museu histórico do Amapá. Apostilamento. s.t., Macapá, s.d. Sem número de paginação.

¹⁰ Forte de Santo Antônio de Macapá construído, em 1695, por determinação do Rei de Portugal para defesa da região. Cf. AMAPÁ. Documento. Museu histórico do Amapá. Apostilamento. s.t., Macapá, s.d. Sem número de paginação.

¹¹ O Tratado de Utrech fora assinado com a finalidade de estabelecer o limite entre Portugal (costa norte do Brasil ou região do Amapá) e França (Guiana Francesa), no período colonial. Entretanto, esse acordo não foi respeitado pela França com a justificativa de que não ficara definida, de forma inequívoca, a fronteira física entre os dois países. Isso porque os franceses afirmavam não reconhecer, à época, o rio Oiapoque como limite fronteiro, mas, eles silenciavam quanto aos interesses relacionados à exploração de ouro na área em disputa. Cf. (GRANGER, 2012).

Todos esses fatos históricos levam-nos a refletir sobre o que Braudel (1990, p. 14) denomina de “estrutura”, ao asseverar que “uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar [...] são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações”. E acreditamos que, no caso do Amapá, essa realidade que se prolonga é a instabilidade político-administrativa, tendo como resultado a ausência de ações consistentes para o desenvolvimento social, econômico e cultural da população amapaense.

À discussão sobre a disputa territorial com a França, pelo domínio do Amapá, trazemos o estudo intitulado “Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa”, de Joaquim Caetano da Silva¹². Fora solicitado pelo Imperador D. Pedro II e deu origem a obra ‘L’Oiapock et L’Amazonie’, publicada em dois volumes, no ano de 1861, em Paris. Exerceu “[...] fundamental importância para subsidiar a elaboração das ‘Memórias’ apresentadas pelo Barão do Rio Branco, que definiu os direitos do Brasil na questão de limites com a França, a 1º de dezembro de 1900”, quando foi assinado o Laudo Suíço (AMAPÁ/MHA, s/d).

O conflito pela posse do Amapá prendeu-se, entre outros fatores, à própria definição de fronteira. E concordamos com as ideias expostas no prefácio da obra “O Oiapoque e o Amazonas”, no qual verificamos que “[...] as fronteiras e seus conceitos definidores dependem das construções produzidas em diferentes épocas, por personagens igualmente diversos, em função de interesses múltiplos e graus variados de envolvimento”¹³.

Para Joaquim Caetano da Silva foram decisivas as influências da História Positivista à sua conceituação de fronteira. Assim, “[...] para ele as barreiras naturais deveriam constituir os verdadeiros elementos definidores dos limites fronteiriços – em nosso caso, relacionados aos rios Amazonas e Oiapoque” (SILVA, 2012, p. 21). Nessa perspectiva, são relevantes as discussões de Lefevre (2006) sobre a concepção de fronteira, pois ele trata de espaços sociais como condição de transversalidade, isto é, compenetrar-se e/ou se superpõem. Neste sentido, os contornos dos lugares não devem ser reduzidos a “coisas”, uma vez que isso implica em vários inconvenientes. Acreditamos que a utilização de metáforas “[...] aproximam o espaço das coisas e por consequência reenviam o conceito à abstração. As fronteiras visíveis (por

¹² Joaquim Manoel Caetano da Silva (1810-1837) exerceu as funções públicas de diretor do Arquivo Nacional, de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dá nome ao Museu Histórico do Amapá, a partir de 1º de junho de 1967, por ato do governador Ivanhoé Gonçalves Martins. A origem desse museu está ligada ao Museu Territorial, criado a 25 de janeiro de 1948, por Janary Gentil Nunes. Cf. AMAPÁ. Documento. Museu Histórico do Amapá. Apostilamento. s.t. Macapá, s.d. Sem número de paginação.

¹³ Prefácio elaborado por Janáina Camilo, em edição comemorativa da obra ‘L’Oiapock et L’Amazonie’, de Joaquim Caetano da Silva (2012).

exemplo, os muros, as cercas em geral) fazem nascer a aparência de uma separação entre espaços ao mesmo tempo em ambiguidade e continuidade” (LEFEVRE, 2006, p. 76).

Após a assinatura do Laudo Suíço, que definiu a questão fronteira internacional, Santos afirma que o problema político do Amapá girou em torno de sua independência político-administrativa em relação ao Estado do Pará. Para o autor, os movimentos emancipatórios foram motivados pelo Decreto n. 4.058, de 15 de janeiro de 1920, que autoriza a Presidência da República a reorganizar administrativamente o Acre; o que levou as populações dos municípios de Macapá e Mazagão a enviarem, ao então presidente Epitácio Pessoa, um “[...] manifesto pleiteando a transformação de seus limites unificados em Território”. Mas, que não obteve sucesso (SANTOS, 2006, p. 15).

Apesar dos movimentos por autonomia política na região do Amapá, ocorridos nos anos de 1920, as bases legais à implantação dos territórios federais, só foram estabelecidas no final da década de 1930. Mais precisamente com a Constituição de 1937, pois a mesma estabelecia que

Art. 4º - O território federal compreende os territórios dos Estados e os diretamente administrados pela União, podendo acrescer com novos territórios que a ele venham a incorporar-se por aquisição, conforme as regras do direito internacional.

Art. 6º - A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial (BRASIL, 1937, s/p).

Os artigos constitucionais supracitados são transcritos para reforçar a ideia que os territórios não tenham sido implantados para atender ao clamor social. Ao contrário, somos favoráveis ao entendimento que o contexto político nacional fora preponderante, sobretudo, porque a Constituição Federal de 1937 foi outorgada à Nação brasileira. De acordo com Fausto (2008), Getúlio Vargas instituiu o “Estado Novo” e outorgou a Constituição de 1937, que nas disposições finais e transitórias dava plenos poderes ao presidente da República do Brasil, pelo fato de que o mesmo tinha a prerrogativa de confirmar ou não o mandato dos eleitos aos governos estaduais. No caso de Vargas não concordar com o resultado das urnas, nomeava interventores, o que implicava grau de centralização política em suas mãos.

Com a Carta Constitucional que implantara o “Estado Novo”, Vargas criou o TFA por desmembramento dos “[...] municípios paraenses de Almerim [...], Mazagão, Macapá e Amapá e sua formação jurídica, econômica, política, administrativa e social foi organizada por gestões

institucionais do Governo federal na defesa do espaço amazônico” (PORTO, 2007, p. 21). É importante ressaltar que, antes da federalização do Amapá, por “[...] necessidade de melhor estruturar a Nação para enfrentar as adversidades decorrentes da situação de beligerância”, o Governo Federal implementou a militarização de zonas fronteiriças e implantou companhias e pelotões” (SANTOS, 2006, p. 18), em consideração ao panorama político internacional resultante da Segunda Grande Guerra.

Um desses pelotões foi criado no Amapá, na região correspondente ao município de Oiapoque, que faz fronteira com a Guiana Francesa. De acordo com Santos (2006), foi nessa área (alvo do já mencionado litígio franco-brasileiro), que se instalou o “Pelotão Independente de Fronteiras”, em 1940, e que foi comandado pelo Tenente Janary Nunes.

Afirmamos anteriormente que concebemos a federalização do Amapá como um evento de natureza política. E na medida em que os eventos não ocorrem de forma isolada, acreditamos que os acontecimentos que antecederam à criação do Território formaram uma espécie de cadeia de eventos que se inter-relacionam, pois, para o autor,

o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, do qual os eventos singulares que o formam são elementos. Não é apenas uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. Outra fosse a ordem de combinação, outro o ponto em que se verifica, e outro seria o resultado (SANTOS, 2012a, p. 154).

No caso do Amapá, entendemos que houve uma combinação de eventos, o que justificamos no fato dessa região localizar-se em zona de fronteira, conforme mencionamos anteriormente, e que fora vinculada ao Governo Federal por questão de segurança nacional. Isso porque, internacionalmente, vivenciávamos a Segunda Grande Guerra¹⁴, como um evento político em escala mundial que repercutiu nacionalmente. Em nossa percepção, configura-se

¹⁴Ocorrido entre 1940 e 1945, esse conflito foi, antes de tudo, inter-imperialista. Eclodiu no período denominado pelo autor de Era da Catástrofe (1914-1948). Isto porque, após a Primeira Guerra Mundial, houve um profundo colapso econômico que ficou conhecido como a Grande Depressão (1929-1933). Esta pode ser entendida, primeiramente, pela forma assimétrica com a qual os Estados Unidos da América se desenvolveram em relação ao resto do mundo; e, depois, pelo fato da economia mundial não gerar demanda suficiente que possibilitasse uma expansão mais consistente. Dentre as consequências dessa Depressão estava a emergência do Japão e da Alemanha como grandes potências militares, de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos. O que colocava em risco a paz e a economia mundiais, além das instituições políticas e valores intelectuais da sociedade liberal burguesa. Esse processo se acelerou depois que Adolf Hitler se tornou chanceler na Alemanha, no ano de 1933. Assim, internacionalmente, cresceu o receio de que ocorresse uma revolução social. Esta representava ameaça ao governo constitucional e representativo, bem como à civilização liberal, portanto, o colapso dos velhos regimes oportunizou a ascensão do comunismo e do fascismo, o que foi fator decisivo à eclosão da Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995).

aqui a relação espaço-tempo, uma vez que a localização espacial do Amapá foi elemento decisivo à federalização, mas, sobretudo, pela ocorrência do conflito mundial. Em outros termos, acreditamos que a questão fronteiriça e a instabilidade no contexto político internacional, gerada pela Segunda Guerra, foram decisivas à criação do Território Federal do Amapá.

No que concerne à militarização de zonas de fronteiras, concordamos com Porto (2007) que se trata de uma etapa no processo evolutivo da política dos territórios federais, em âmbito nacional. Assim, para o autor, a evolução política desses entes federativos ocorreu em três principais etapas: centralização (1904-1969); descentralização (1969-1988); e estadualização (de 1988 em diante).

As etapas mencionadas anteriormente se distinguem pelo grau de responsabilidade exercida pelo Governo Federal “[...] no interior e nas diretrizes das organizações espacial, econômica, política, social e administrativa dos Territórios” (PORTO, 2007, p. 37). Podemos entender essa responsabilidade a partir da discussão sobre a estratégia de centralização política, ou centrismo¹⁵, adotada por Getúlio Vargas no Estado Novo. Entretanto, evidenciamos que enfocaremos apenas alguns aspectos relativos à primeira etapa, uma vez que corresponde ao período de 1904 a 1969, no qual insere-se o recorte histórico deste trabalho (1943-1958).

As principais características políticas da etapa de centralização dos Territórios foram a atuação do Governo Federal, a nomeação de governadores e secretário geral pelo Presidente da República, a não eleição de prefeitos, a indefinição jurídica e institucional, e eleição apenas para deputados federais (PORTO, 2007). O autor destaca que as discussões quanto à natureza jurídica e as especificidades desses entes federativos nas políticas públicas e no planejamento regional, ocorreram em dois momentos, sendo um de ocupação militar das fronteiras (no período de 1943 a 1964); e o outro, da política do desenvolvimento e integração (pós 1964).

É importante evidenciar que a discussão sobre o conceito e a função política dos territórios, no Brasil, não surge nos anos de 1940. O que justificamos em Porto por afirmar que

a origem espacial dos Territórios no Brasil está no desmembramento de Unidades Federativas (com exceção do Acre, que foi por anexação), que apresentavam grandes extensões, inclusas no contexto do discurso de ‘vazio

¹⁵Centrismo. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. Coordenação da tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, v. 1, 2010. Em linhas gerais, o centro, segundo a visão geométrica tradicional da política, baseia-se na dicotomia “mudança-conservação”, e é a posição intermediária por excelência [...] Sob o aspecto valorativo, não cabe a menor dúvida de que o Centrismo corresponde ao moderantismo. Pode ser entendido, também, como indecisão ou oportunismo.

demográfico' e em áreas fronteiriças que correspondiam àquelas que outrora foram conflituosas ou de posicionamento estratégico. Apesar da ideia da criação dessas entidades no Brasil ter sido discutida desde a constituinte do Império, com 3 anteprojetos para a sua criação e uma emenda constitucional [...] (PORTO, 2007, p. 41).

Uma vez que a questão dos territórios federais não se prende à década de 1940, consideramos relevante avançar nessa discussão sobre a implantação dos Territórios Federais no Brasil. Isso possibilitará uma maior compreensão sobre a relação entre discurso e ações políticas, bem como quanto à complexa combinação de eventos que contribuíram para a federalização do Amapá nos contextos políticos, nacional e internacional.

2.2 Discussão sobre território: configuração do Amapá

Nosso marco inicial é definido pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu (BRASIL, 1943a); porém, este estudo tem como objeto apenas o Território Federal do Amapá. É importante ressaltar que concebemos sua implantação como fenômeno político-social e, por isso, precisa ser analisado a partir do contexto social brasileiro, à época. Para tanto, discutiremos a função política desses entes federativos e as intenções do governo brasileiro ao implantá-los.

O Território do Amapá foi implantado no final do Estado Novo, que se constituiu em regime político autoritário, implantado por Getúlio Vargas no ano de 1937, por meio de golpe de Estado. Por outro lado, o cenário político internacional era marcado pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial que, por ter sido um período belicoso e instável, levou o Governo Federal a buscar estratégias de proteção das áreas de fronteiras e, dentre essas regiões, estava o Amapá.

De acordo com o Artigo 1º, Parágrafo Primeiro, do Decreto-Lei que o implantou, suas fronteiras foram assim delimitadas: a Noroeste e Norte, pela linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; “[...] a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico; a Sueste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até à foz do rio Jarí; a Sudoeste e Oeste, o rio Jarí, da sua foz até às cabeceiras na Serra do Tumucumaque” (BRASIL, 1943a).

A partir de 1943, o Amapá passou a ter nova função político-administrativa, isto é, fora transformado em território federal. Assim, entendemos que a discussão sobre território implica necessariamente debater a respeito do espaço geográfico que, amparados em Milton Santos, definimos “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (2012a, p. 21). Mas, ao longo deste capítulo, discutiremos as dimensões de sistemas de objetos e sistemas de ações, tomando como referência o Território Federal do Amapá.

A indissociabilidade¹⁶ entre sistemas de objetos e de ações pode ser verificada já na própria definição de Milton Santos (2012a), à medida que, para o autor, os objetos correspondem a tudo o que existe na superfície da terra, a toda herança da história natural e a todo produto da ação humana que se objetivou. Por outro lado, a ação é concebida como um fato humano, que depende do objetivo e da finalidade com a qual é praticada.

Dessa forma, a configuração sócio-geográfica do Território Federal do Amapá ocorreu a partir da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, porque entendemos que

as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas (SANTOS, 2012a, p. 248).

As afirmações do autor reforçam a ideia de que não devemos pensar a criação do Território do Amapá de forma pontual ou desconectada das determinações históricas, sejam estas de cunho regional ou nacional. Portanto, podemos dizer que o espaço é histórico, e que “[...] sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS, 2012a, p. 248).

A partir da interação de objetos e ações cabe a análise das intenções do Governo brasileiro à criação dos referidos territórios federais. Como se trata de um fenômeno político-social, podemos problematizar em torno dos fatores que influíram, historicamente, para que o mesmo se efetivasse, e, ainda, quanto à possibilidade de caracterizá-lo como um evento.

É relevante destacar, na discussão sobre as condições históricas que contribuíram à implantação do Território Federal do Amapá, que evento, para nós, é “[...] o resultado de um

¹⁶Milton Santos (2012) concebe espaço geográfico como um híbrido, ou seja, não há separação entre natureza (sistemas de objetos) e cultura (sistemas de ações). Para o autor, qualquer sistema ou estrutura devem ser analisados a partir do caráter misto de sua formação. Dessa forma, é difícil distinguirmos objetivamente as obras naturais das humanas.

feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente” (SANTOS, 2012, p. 95). Ora, o Amapá enquanto espaço geográfico pré-existia ao advento da federalização, a qual muda apenas sua função político-administrativa.

Dessa forma, este estudo pretende evidenciar a conjugação de fatores que foram determinantes à criação do Território Federal do Amapá. Uma vez que no panorama político nacional destacamos o fato de o período corresponder à Segunda Guerra Mundial e, ainda, a vigência de um regime político autoritário (Estado Novo). O que tornava importante esta reconfiguração legal como estratégia adotada para a segurança do País, dada a sua localização geográfica em zona de fronteira.

A preocupação do Governo brasileiro de resguardar a integridade do espaço nacional justificava-se também em antecedentes históricos, relacionados à localização fronteiriça do Amapá, que serão discutidos ao longo deste capítulo. O que influenciou na ação política de federalização do Amapá, como resultante da força do Estado em produzir eventos e estabelecer leis de natureza geral. Assim, concordamos com Santos (2012, p. 152) ao afirmar que “[...] uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre as outras macroorganizações”. Em outros termos, foi a partir do Decreto-Lei ou da ação do então presidente da República, Getúlio Vargas, que a região do Amapá deixou de pertencer ao Estado do Pará e transformou-se em área federal. Isto vai ao encontro da ideia que o Estado possui a prerrogativa de alterar a função sociopolítica atribuída ao espaço, à medida que “[...] através do seu poder de império, um país pode tomar ou deixar de tomar decisões que alteram o acontecer dentro de suas fronteiras” (SANTOS, 2012, p. 153).

Ao considerar o aspecto fronteiriço, a ação política de federalização do Amapá atendeu à função de segurança e preservação do território nacional. E o estudo desse evento pode iluminar as transformações espaciais ocorridas na Região, entre as décadas de 1940 e 1950, à medida que

vem daí o papel central que a noção de evento pode representar na contribuição da geografia à formulação de uma teoria social. É por meio do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço (SANTOS, 2012, p. 155).

A relação de evento e evolução dos lugares pode ser verificada no caso do Amapá. Justificamos essa afirmação no fato do evento político, que o transformou em território federal,

ter não somente alterado a função político-administrativa do Amapá, mas, ao mesmo tempo, ter repercutido sobre o espaço paraense, do qual fora desmembrado. De outra forma, entendemos que ocorreu uma mudança sócio-territorial nos espaços paraense e amapaense.

Se os espaços evoluem conjuntamente, acreditamos encontrar aí o reforço à ideia de construção histórica do espaço. O que corroboramos em Milton Santos, por afirmar que “[...] o espaço testemunha a realização da história, sendo a um só tempo, passado, presente e futuro”, isto é, os espaços vão se configurando no movimento da história. Para o autor, “os lugares são, eles próprios, expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro” (SANTOS, 2012, p. 156).

É na perspectiva da historicidade do espaço que objetivamos um estudo sobre o Amapá que não prenda às décadas de 1940 e 1950. Daí recuarmos no tempo, em direção a uma análise que se proponha a

estudar o espaço social na sua história e sua gênese, a partir do presente, remontando para essa gênese – em seguida, retorno sobre o atual, o que permite entrever, senão prever o possível e o futuro. [...] Se o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam, o que se incorpora no espaço, os conflitos atuais ou virtuais, não estão nem ausentes nem eliminados (LEFEVRE, 2006, p. 7-8).

Voltamos ao passado porque assumimos que “o tempo breve é a mais caprichosa, a mais enganosa das durações” (BRAUDEL, 1990, p. 11). Com isso, buscamos iluminar os fenômenos sociais ocorridos no recorte histórico deste estudo, qual seja, o período de 1943 a 1958, sem, contudo, entender que somente nele a realidade social e histórica do Amapá esteja cristalizada.

2.3 Organização espacial do Território Federal do Amapá

Trouxemos, anteriormente, a discussão sobre o Amapá como espaço geopolítico, localizado em zona de fronteira, que acabou contribuindo para sua federalização na década de 1940. E, para reforçar a preocupação do Governo Federal com a integridade territorial dessa área, fizemos uma volta ao passado para evocar acontecimentos relativos à disputa pelo domínio político do Amapá, entre Brasil e França. Agora, propomos uma análise do espaço amapaense, isto é, queremos problematizar sobre os núcleos populacionais existentes quando da implantação do Território Federal, e, também, como surgiram novos espaços sociais.

O recém-criado Território Federal do Amapá era formado por Macapá, Mazagão e Amapá. Nos primeiros anos de sua implantação foi criada apenas mais uma unidade político-administrativo, conforme observamos no Quadro da Divisão Territorial Administrativa e Judiciária do Território, para o quinquênio 1949 a 1953 (JORNAL AMAPÁ, 1953), no qual constam os seguintes municípios: Macapá (Vilas de Bailique, Porto Grande e Ferreira Gomes); Amapá (Vilas de Aporema e Calçoene); Mazagão (Vilas de Bôca do Jari e de Mazagão Velho) e Oiapoque (Vilas de Clevelândia do Norte e Vila Velha).

Macapá, como a capital do Território, foi instituída em 31 de maio de 1944, por meio do Decreto-Lei nº 6.550, constituindo-se, à época, pelos distritos de Macapá, Bailique, Carapanatuba, Fazendinha e São Joaquim do Pacuí. Sua história, como espaço pré-existente à implantação do Território, está ligada ao período colonial e à defesa e fortificação das fronteiras do Brasil, na medida em que o povoamento da Região parecia garantir a soberania de Portugal, ameaçada pelos franceses de Caiena (MORAIS, 2011).

Para defender a Região de possíveis invasores, o governador da Província do Maranhão e Grão Pará, em 1738, enviou um destacamento militar, do qual se originou o primeiro núcleo de colonização do Amapá, isto é, Macapá. Este povoado foi elevado à categoria de Vila, em 04 de fevereiro de 1758, e recebeu a denominação de cidade, de acordo com Moraes (2011), por meio da Lei n. 281, de 06 de setembro de 1856.

O processo histórico de constituição do município de Macapá guarda similaridade com o de criação do Território Federal. Verificamos que ambos visaram a garantia da integridade e segurança do território brasileiro. No primeiro caso, a ameaça esteve ligada aos franceses; e, no segundo, atribuiu-se ao advento da Segunda Guerra Mundial.

A cidade de Mazagão guarda uma gênese singular em relação aos demais municípios amapaenses, porque não surgiu de um núcleo populacional da região do Amapá, mas foi transportada do Marrocos lusófono, na África do Norte (VIDAL, 2008). Lá fora instalada em Dukkala, em posição intermediária entre Tauger e Agadir, na qual havia uma baía que era considerada o ponto mais seguro para ancoragem em toda costa norte africana.

De acordo com Laurent Vidal (2008), a fundação de Mazagão foi produto da política de Portugal para o Marrocos, ao longo do século XV, que se vinculava ao movimento de expansão da cristandade em direção às terras infiéis. Para a denominada “Reconquista” que as coroas da Península Ibérica desenvolveram, desde o século XIII, contra os reinos mouros; e foi assim que

tomaram forma, entre necessidades de controle e abastecimento, as primeiras cidades lusófonas na África do Norte.

A Mazagão implantada no Marrocos fora abandonada, em março de 1769, durante um cerco de 120 mil soldados mouros e berberes contra seus dois mil ocupantes, e, logo após, seus habitantes são transportados à Amazônia para fundar uma nova Mazagão. Para Vidal (2008), o deslocamento, ou essa viagem sem retorno, para o Novo Mundo acabou por tomar os contornos de uma longa odisseia.

O interesse político, para o envio dos habitantes da Mazagão do Marrocos para a Amazônia, não visava apenas o combate às potências europeias rivais, mas também ao poder das ordens regulares que dominavam a Região pela presença maciça. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então ministro da Marinha e Ultramar e irmão de Pombal, ao fundar vilas, ou urbanizar a amazônica, visava responder “[...] ao tríplice objetivo de segurança do território, valorização agrícola e civilização” (VIDAL, 2008, p. 99).

O autor entende que esse deslocamento não se constitui só de movimentos, porque os mazaganenses, enquanto permaneceram em Lisboa e Belém, inventaram uma espécie de cidade da memória, na qual encontraram forças para passar pelas privações futuras. “A integração nas atividades econômicas e sociais da cidade de trânsito é, desde então, inevitável, sobretudo para os mais jovens: entre a cidade colonial construída pelo Estado e a cidade da memória edificada pelos mazaganenses, inseri-se um terceiro ator, a cidade vivida” (VIDAL, 2008, p. 277).

A ideia do vivido, ou do terceiro ator, pode estar presente em um dos elementos da triplicidade que Lefevre (2006) traz ao debate sobre a produção do espaço, pois entende que prática espacial, representações do espaço e espaços de representação formam uma tríade complexa, que precisa ser considerada em sua dialeticidade. O ponto de partida dessa triplicidade é a prática espacial, mas, como podemos entendê-la? Segundo ele, o espaço de uma sociedade é secretado por sua prática, uma vez que “[...] ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço” (LEFEVRE, 2006, p. 39). É importante considerar o segundo elemento da tríade, ou seja, as representações do espaço. Estas transcendem ao meramente percebido e ocorrem no plano da concepção. Assim,

as representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e

“agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam [...] para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente (LEFEVRE, 2006, p. 40).

A partir da prática e de como concebemos o espaço, chegamos ao terceiro e último elemento da triplicidade, isto é, o espaço vivido. Esta ideia foi trazida por Vidal na análise histórica sobre a cidade de Mazagão. Nesta perspectiva, concordamos com Lefevre por entender que

os espaços de representações, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores e filósofos. Trata-se do dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (LEFEVRE, 2006, p. 40).

A Mazagão instalada na Amazônia, de 1770 a 1781, conseguira obter grande desenvolvimento, a partir daí uma epidemia de cólera vitima dezenas de moradores, ocasionando grave crise econômica. Esta situação prolongou-se e fez com que, em 14 de maio de 1833, perdesse sua categoria de Vila e seu nome, passando a denominar-se de “Regeneração”; permanecendo assim até 1841, quando o governo do Pará restaurou-lhe a autonomia na Lei Provincial de n. 88 (DIAS, 2011).

Essa instabilidade político-administrativa somada à insalubridade, ao isolamento da Região e a precariedade da atividade econômica fizeram com que o governo do Pará decidisse transferir seus moradores para Macapá. Mas, o intendente à época, Alfredo Valente Pinto, para evitar a perda de autonomia resolveu instalar os habitantes na Vila Nova de Anauerapucu, a qual denominou de Mazagão Novo, por meio de Lei municipal, em 9 de Julho de 1915.

Assim, concordamos com a percepção de que essa ação política tenha provocado um novo desdobramento. Desta vez, não mais atlântico e sim amazônico, uma vez que se criou Mazagão Novo, porém não se extinguiu a Mazagão Velho, oportunizando o que Vidal afirma ser “[...] a história de uma cidade dotada do dom da ubiguidade” (VIDAL, 2008, p. 256).

Uma possível explicação para esse fenômeno pode estar no entendimento que o espaço faz parte de nossa prática social e política, e as relações que se estabelecem entre os objetos e

as pessoas no espaço representado dependem de lógicas que podem até fazê-los explodir porque incoerentes. Para o autor, “[...] os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais a coerência, não mais que a coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo” (LEFEVRE, 2006, p. 42).

Em outros termos, a história de Mazagão é mais do que a simples soma de acontecimentos daquele espaço. Lefevre (2006) entende pela necessidade de estudarmos a história das representações, na medida em que esta “[...] comportaria, por conseguinte, a gênese desses espaços, mas, sobretudo de suas conexões, distorções, deslocamentos, interferências e de seus laços com a prática espacial das sociedades (modos de produção)”.

De acordo com Edgar Rodrigues (2013), a gênese do município de Amapá¹⁷ encontra-se na criação da Vila, por meio da Lei nº 798, de 22 de outubro de 1901, a qual foi um dos primeiros núcleos populacionais. Foi designada no Decreto-Lei 5.812 para se constituir na capital do Território Federal e, por questões relacionadas com sua história, recebeu várias denominações: Montenegro (de 1901 a 1903), Amapá (de 1903 a 1938), Veiga Cabral (de 1938 a 1939) e novamente Amapá (a partir de 1939).

Entendemos que a explicação à escolha desse município como capital do território, à época, pode estar relacionada a dois fatores que se inter-relacionam. O primeiro deles é a edificação de uma Base Militar Aérea, pelos Estados Unidos, no ano de 1941, em razão da Segunda Guerra Mundial (MORAIS, 2011); e o segundo ligado à localização geográfica, uma vez que este se situa a nordeste do Estado do Amapá e tem as três principais vias de acesso: marítima, aérea e terrestre.

Esse município tem a história vinculada à disputa internacional pelo domínio territorial, que se agravou a partir de 1894 pela descoberta de ouro. Nesse mesmo ano, criou-se na vila do Amapá uma junta governativa denominada Triunvirato, a qual era constituída por Francisco Xavier da Veiga Cabral, Cônego Domingos Maltez e Desidério Antonio Coelho. Esta junta recebeu a missão de elaborar e aplicar leis que envolvessem todos os assuntos de ordem

¹⁷Se no passado os recursos minerais (ouro, tantalita e cassiterita) contribuíram ao crescimento do município de Amapá, hoje há a predominância da pecuária, isso porque apresenta alta concentração dos denominados campos inundáveis, que são considerados ideais para a criação de gado bubalino. Neste sentido, é o maior produtor de leite e queijo do estado, e caracteriza-se também pelas culturas de mandioca, milho e arroz; na costa litorânea se destaca a pesca do camarão rosa para exportação (MORAIS, 2011).

econômica e social da área, mas a questão só foi resolvida com a assinatura do Laudo Suíço, pelo Barão do Rio Branco, em 1900 (MORAIS, 2011).

Já o município de Oiapoque¹⁸ foi criado apenas no século XX, pelo interventor Janary Gentil Nunes, com a Lei n. 7.578, de 23 de maio de 1945, cujo nome origina-se do Tupi e significa “Casa dos Guerreiros ou dos Uayâpis”. Mas, a Região já era habitada, desde o início do século XX, pelo mestiço Emile Martinique, o que ensejou se denominar a área de Martinica; na qual foi instalado uma Colônia Militar, para onde eram levados presos políticos, e que, mais tarde, é transferida para atual Clevelândia do Norte.

Calçoene é um município que se origina, de acordo com Edgar Rodrigues (2013), com a descoberta de ouro, aproximadamente entre 1893 e 1894, por moradores provenientes de Curuçá, no Pará, e da Guiana Francesa. Este fato trouxera à tona, novamente, a questão do Contestado Franco-Brasileiro que, mais tarde, foi resolvida com a anexação do Amapá ao Pará.

Esse núcleo populacional tornou-se, em 1903, num Distrito que fora vinculado política e administrativamente ao município de Montenegro, que corresponde ao atual município de Amapá. Calçoene foi transformada em Vila, por Janary Gentil Nunes, a partir de 23 de maio de 1945; tendo o mesmo elevado-a, posteriormente, à categoria de cidade, por meio da Lei nº 3.056 de 22 de dezembro de 1956 (RODRIGUES, 2013).

Ressaltamos que no período correspondente ao recorte histórico de nossa investigação (1943-1958) foram criados apenas dois municípios¹⁹, no Amapá: Oiapoque (1945) e Calçoene (1956). De 1956 a 1958 a estrutura geopolítica do Território do Amapá manteve-se inalterada. O total de municípios só foi ampliado para nove, em 1987²⁰; quinze, em 1992²¹; e dezesseis, em 1994²². Amparados em Porto (2007), afirmamos que a diretriz política utilizada na criação do Território Federal do Amapá foi a mesma que baseou a implantação dos municípios amapaenses, isto é, o desmembramento. Este foi constantemente adotado no Brasil, para criação de novos espaços geopolíticos.

¹⁸Oiapoque é também o nome do rio que separa o território brasileiro da Guiana Francesa, nasce na Serra do Tumucumaque e desemboca no rio Amazonas. Foi alvo de grande e longa disputa internacional pelo domínio político-administrativo do Amapá (RODRIGUES, 2013).

¹⁹Hoje o Amapá possui 16 municípios: Macapá; Santana; Mazagão; Porto Grande; Ferreira Gomes; Tartarugalzinho; Pedra Branca do Amapari; Serra do Navio; Cutias do Araguari; Itaubal; Laranjal do Jari; Vitória do Jari; Pracuúba; Amapá; Calçoene; e Oiapoque (RODRIGUES, 2013).

²⁰Lei n. 7.639, de 17 de dezembro de 1987, que criou os municípios de Santana, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho e Laranjal do Jari (RODRIGUES, 2013).

²¹Em 1 de maio de 1992, Porto grande (Lei n. 03), Pracuúba (Lei n. 4), Itaubal (Lei n. 5), Cutias do Araguari (Lei n. 6), Serra do Navio (Lei n. 7), e Pedra Branca do Amapari (Lei n. 8) (RODRIGUES, 2013).

²²Lei n. 171, de 8 de setembro de 1994, cria o município de Vitória do Jari. (RODRIGUES, 2013).

Afirmamos anteriormente que o espaço é produzido socialmente e, portanto, as alterações efetivadas no desenho geopolítico amapaense são uma construção histórica. O que corrobora a ideia que há uma “teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade” (LEFEVRE, 2006, p. 5). Esta relação implica a possibilidade de uma história do espaço, sobre a qual nos debruçamos neste estudo, quando trazemos à tona alguns elementos do passado histórico do Amapá para analisarmos como os espaços sociais foram se construindo historicamente, no pressuposto que:

o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmo) – produção (da organização espacial própria a cada sociedade) – criação (de obras: a paisagem, a cidade como monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (como uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se produz a simultaneidade [...] (LEFEVRE, 2006, p. 6).

Assim, a ideia de que cada município amapaense parece ter sido gerado a partir de um determinado contexto social, econômico e político. Entendemos que a geração de “um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, apesar de não coincidir com ela e mesmo que seu espaço seja tanto sua queda quanto seu berço, isso não se realiza num dia” (LEFEVRE, 2006, p. 36). Isto é, os espaços vão se configurando no movimento da história, não havendo um único espaço social, mas sim múltiplos.

Os espaços são construídos historicamente, podemos entender que a aplicação de uma norma ou decreto-lei alterando a função político-administrativa, como aconteceu no Amapá, não faz com que o espaço, que existia antes da implantação do Território Federal, desapareça. Nesse aspecto, concordamos com a ideia “que nenhum espaço não desaparece, no curso do crescimento e do desenvolvimento. [...]. A implicação dos espaços sociais é uma lei” (LEFEVRE, 2006, p. 76). Esta se fundamenta na concepção de que os espaços são múltiplos e se inter-relacionam, constituindo-se numa rede que é tecida histórica e socialmente.

A partir dos conceitos de evento, território e espaço de Milton Santos (2012a), caracterizamos a criação do Território Federal do Amapá como um evento político. Este promoveu a mudança na função do espaço amapaense, materializada no Decreto-Lei 5.812 (BRASIL, 1943a), sob a égide do Estado.

Do estudo sobre a ocupação dos espaços sociais no Amapá, verificamos que a descoberta de minérios foi elemento relevante. Na medida em que para a extração e exportação destes foram instaladas grandes mineradoras, as quais atraíram mão de obra de outras regiões brasileiras, e, com isto, provocaram o fenômeno migratório e o consequente crescimento populacional na Região.

Entendemos que para compreender a formação dos espaços é imprescindível concebê-los em toda sua dialética e complexidade. E, para tanto, apoiamo-nos na tríade inseparável de Lefevre (2006), constituída pela prática social, pelas representações do espaço e pelos espaços de representação; em outros termos, naquilo que percebemos que concebemos e que vivemos.

Fundamentados nos teóricos com os quais dialogamos neste estudo, entendemos que os espaços no Amapá são múltiplos e se configuraram historicamente. Essa multiplicidade, por sua vez, leva-nos à compreensão de que há um mecanismo próprio presidindo a configuração dos lugares, essa mecânica atende a lei de implicação dos espaços (SANTOS, 2012).

Essa lei de implicação, a partir da qual os lugares não se formam ou desaparecem isoladamente, consubstancia-se em Milton Santos (2012) por afirmar que os espaços constituem-se não somente na configuração territorial, mas também na vida que os animam (as ações humanas). Portanto, na interdependência entre sistemas de objetos e sistemas de ações,

A configuração territorial do Amapá, isto é, seus sistemas naturais (rios, minérios, localização fronteiriça) implicaram em ações humanas (eventos políticos) pelo domínio e organização de espaços. Portanto, concebemos que foi na dialeticidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações que os espaços, no Território Federal do Amapá, foram se produzindo socialmente.

2.4 Problema político do território

Nosso argumento sobre o significado político da implantação dos Territórios Federais é o aspecto geopolítico do Brasil, na década de 1940, como resultado da política de ocupação e organização do espaço. Verificamos uma tendência histórica de ocupação da periferia ao centro, iniciada em Milton Santos ao afirmar que o território brasileiro ampliou-se a partir da

conquista dos sertões, a ultrapassagem da linha de Tordesilhas, a presença cada vez mais ampla na bacia amazônica [...] a conquista do Acre, o que

estabeleceu os lineamentos definitivos do mapa do país. O século XX constitui, desse ponto de vista, um período de estabilidade (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 249).

Dessa forma, entendemos que a discussão sobre a política de ocupação é importante para iluminar o desenvolvimento social e econômico das diversas regiões brasileiras. Nesse aspecto, o mesmo autor afirma que

a presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos de início da ocupação e conforme as respectivas densidades atuais. É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 250).

Assim, a partir da formação socioterritorial brasileira, da década de 1940 (Mapa 3), observamos a presença de vinte estados e do Território Federal do Acre. Para Porto (2007) fora anexado ao Brasil em 1904, dando início a etapa de centralização mencionada anteriormente. No mesmo mapa, podemos problematizar sobre as razões para a indefinição jurídico-normativa dos territórios no Brasil, que se constituiu numa pendência política na primeira metade do século XX. Justificada, entre outros fatores, no significativo lapso temporal que se estende da anexação do Acre até a Constituição de 1937, na qual foram estabelecidas as bases legais à implantação desses entes federativos.

Do ponto de vista internacional, o cenário político caracterizava-se pela Segunda Grande Guerra. E, nacionalmente, experimentávamos o governo autoritário de Getúlio Vargas, o qual presidiu toda a era de 1930 a 1945. Para Skidmore a ditadura estadonovista apoiou-se “nas Forças Armadas, na polícia do próprio Vargas e na desorganização, desmoralização e enfraquecimento da oposição” (2010, p. 64).

Mapa 3 - Configuração geopolítica do Brasil em 1940



Fonte: IBGE (2014)

Getúlio Vargas, no discurso proferido no dia 27 de janeiro de 1944, em Guaíra no Território de Ponta Porã, mencionou a questão econômica a partir da metáfora do arquipélago. Em outros termos, asseverou que no Brasil existiam “zonas bastante industrializadas e de acentuada densidade demográfica, enquanto outras permanecem escassamente povoadas, com indústrias rudimentares ou mesmo sem qualquer indústria” (VARGAS, 1944, p. 269).

A decisão política de federalização do Amapá sugere que este estava entre as zonas despovoadas e sem indústrias. Dessa forma, após o Decreto-Lei nº 5.812/1943, foram adotadas algumas estratégias econômicas dentre elas: a mineração e exportação do manganês, a implantação de rodovias, ferrovia e porto (infraestrutura para instalação de indústria). Segundo ele, tais estratégias constituíram o período de gênese, expansão produtiva e organização espacial (PORTO, 2007, p. 39).

Entendemos que a fala do presidente confirmava as desigualdades regionais e concordamos com Porto (2007) por afirmar que esse fenômeno constitui uma característica do federalismo no Brasil, sendo favorável à tese de que nossa federação é assimétrica, ou seja, o crescimento econômico e social das diversas áreas não ocorre no mesmo ritmo. Dentre as razões para a assimetria do federalismo no Brasil, defendida por Porto (2007), está o processo de industrialização nas diversas regiões, o que podemos corroborar em Milton Santos quando afirma que

o século XX conhece as tendências à afirmação de uma vocação industrial, que já se vinha revelando. Primeiro a indústria se difunde em estreita relação com o tamanho das populações concentradas. É assim que ela está presente em diversos Estados, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A questão dos transportes interiores seria um obstáculo à circulação das mercadorias e a estrutura agrária muito desigual iria constituir um empecilho ao desenvolvimento industrial de certas áreas. Desse modo, nas regiões onde é implantado um sistema de ferrovias e, depois, de estradas de rodagem, as indústrias ligadas ao consumo tendem a florescer, sobretudo onde a vida agrícola não é um obstáculo à distribuição da riqueza, e paralelamente a população urbana cresce de maneira mais rápida (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 251).

Verificamos, nas afirmações de Milton Santos, que a industrialização vincula-se ao adensamento demográfico, portanto, era necessário povoar as áreas isoladas e, conseqüentemente, menos densas, com vistas à implantação de indústrias. Nesse aspecto, Skidmore (2010, p. 65) assevera que, no fim do Estado Novo, “a base social da política tinha mudado de maneira irrevogável. Apesar do Brasil não ter adotado um programa de completa industrialização até 1945, bases importantes foram lançadas”.

Destacamos ainda, no discurso proferido por Vargas em Ponta Porã, a intenção política de povoamento das áreas mais isoladas revela-se quando, o presidente da República fala sobre o quadro populacional das áreas de fronteiras:

o escasso povoamento de regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação pelos brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional (VARGAS, 1944, p. 270).

O discurso de Vargas traz à discussão dois aspectos que são analisados por Jadson Porto (2007), e que caracterizam a etapa de centralização na evolução política dos territórios federais.

O primeiro concerne à atuação do Governo Federal nos territórios; e, o segundo, à influência de forças militares nas regiões de fronteiras. Assim, justifica-se o apelo nacionalista que parecia buscar a legitimação de ações políticas no sentimento à Pátria, o que verificamos no mesmo discurso em que Getúlio Vargas expunha as diretrizes relativas aos Territórios, nos quais, segundo ele, era preciso

povoar – colonizar, distribuir a brasileiros as terras ainda incultas, de modo a gerar núcleos compactos e ativos que sejam sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e de rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transporte, telégrafos e telefones, teremos ligado regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro, facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais (VARGAS, 1944, p.270).

As diretrizes de Getúlio Vargas foram levadas a efeito no Território Federal do Amapá. No Relatório de Governo, elaborado no mesmo ano de 1944, quando Janary Gentil Nunes, ao se referir às dificuldades por ele encontradas, afirma que “[...] cumpro porém o dever de expor a verdade, na esperança de que possa orientar quem quizer criticar a tentativa de recuperação de zonas abandonadas do Brasil posta em ação por Vossa Excelência com a criação dos novos Territórios Federais” (NUNES, 1944, s/p). Avançando na questão da proteção de fronteiras, acreditamos ser relevante mencionar a política de ocupação adotada, à época, pelas autoridades brasileiras. Para Porto (2013), o adensamento demográfico ocorreu, primeiramente, nas fronteiras e não em regiões centrais, o que caracteriza o movimento denominado pelo autor de “ocupação pela borda”, revelando, entre outros aspectos, o objetivo de centralização dessas áreas pelo poder estatal.

A ação mais incisiva do Governo Federal, junto às áreas de fronteiras, resultou da preocupação com a segurança nacional. Mas, concordamos com Porto (2013, p. 05) ao afirmar que os Territórios Federais “[...] se caracterizaram como uma prótese de organização do espaço, a partir das bordas”. Para o autor, essa estratégia de ocupação do espaço também foi utilizada, com sucesso, na experiência de colonização do litoral brasileiro.

Porto (2013, p. 07) concebe as próteses como atos externos ao lugar, mas que são “implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente”. O que aconteceu no Amapá com a alteração da função político-administrativa, a partir de 1943, quando foi transformado em Território Federal, por meio de um Decreto-Lei.

Para dar continuidade à análise evolutiva dos territórios no Brasil, verificamos que o desenho geopolítico brasileiro sofre nova alteração, no ano de 1945. Alguns Estados foram desmembrados para implantação de mais 06 Territórios Federais, conforme podemos observar no Mapa 4, que foram criados por meio do Decreto-Lei nº 5.812 (BRASIL, 1943a), o qual concebemos como um evento político.

A significativa alteração do número de Territórios Federais, na primeira metade da década de 1940, pode ser justificada pelo cenário político, em âmbito nacional e internacional. Isto porque estávamos em plena vigência da Segunda Guerra Mundial, o que exacerbava a questão da defesa ou segurança nacional.

Mapa 4 - Configuração geopolítica do Brasil em 1945



Fonte: IBGE (2014)

O Amapá, antes da implantação do Território em 1943, caracterizava-se pela baixa densidade demográfica e pelo isolamento em relação às demais unidades da Federação. Nesse

sentido, para fazermos uma ideia mais aproximada da realidade amapaense, à época, trazemos o artigo “O sentido da criação do Território”:

na maior parte de nosso território, grandes espaços vazios esburacam a vida nacional. Temos menos de 6 habitantes por quilômetro quadrado. O compatriota que encontramos na rua vive, muitas vezes, a inúmeras léguas de nós, isolado de nossa comunidade. Da descontinuidade demográfica que nos desarticula decorre a linha quebrada de nossa civilização ou de nossa semi-civilização, com a diferença profunda dos núcleos sociais, a falta de conexão da vida econômica e a desigualdade das manifestações culturais. (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Ao analisarmos o quadro exposto no artigo, anteriormente citado, verificamos que retratava o isolamento econômico e cultural do Amapá. Isso justifica a decisão política, de Getúlio Vargas, de implantar os territórios federais para militarização das fronteiras e, também, povoar as regiões mais longínquas, em relação aos centros mais avançados do país.

Para verificarmos se a federalização trouxe alteração para o quadro social do Amapá analisamos documentos oficiais, dos anos de 1940. Dessa forma, verificamos que dados populacionais foram veiculados no Jornal Amapá, bi-semanário que pertencia à Imprensa Oficial no então Território Federal do Amapá, evidenciavam um significativo crescimento demográfico. Assim, buscamos a confirmação do fenômeno com a finalidade de compreendermos melhor a evolução demográfica no então Território, ou seja, tanto o movimento da população amapaense no que tange à relação entre meio urbano e rural como, também, entre crescimento e migração.

Tabela 1 - População do Amapá, na década de 1940

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	
MACAPÁ	9.973	47%
AMAPÁ	6.007	28%
MAZAGÃO	5.211	25%
TOTAL	21.191	100%

Fonte: Jornal *Amapá* (1949)

A Tabela 1 traz dados demográficos que publicados na Imprensa Oficial, referentes ao Censo de 1948²³. Podemos observar que a população total do Território do Amapá era de 21.191 habitantes, distribuídos entre os três municípios existentes à época. E para compararmos o total de habitantes da capital com o do interior, verificamos que a soma da população de Amapá e Mazagão totaliza 11.218 habitantes, isso significa que os dois municípios possuíam juntos 53% e Macapá 47% dos habitantes. Portanto, com base nos dados apresentados na referida tabela, podemos dizer que a maior concentração demográfica, na década de 1940, não estava na capital, mas no interior do Território.

Como os dados da Tabela 1 foram divulgados no Jornal Amapá, buscamos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a demografia da capital (Macapá) e em todo o Território Federal do Amapá, nos anos de 1940. Assim, a Tabela 2 traz dados populacionais que sinalizam crescimento demográfico em Macapá, que pode ser justificado na comparação dos números da capital com os do Território em geral. Uma vez que verificamos na referida tabela que no final da década de 1940 o Território tinha 30.747 habitantes e, destes, 16.234 residiam em Macapá, isto é, 53% da população amapaense concentravam-se na capital. Os dados da Tabela 2 confirmam o crescimento demográfico em Macapá, sobretudo na observação das taxas relativas da capital que são superiores as do Território como um todo. Dessa forma, identificamos que a variação do crescimento em Macapá foi de 27% e a do Território de 22%; além do crescimento anual que foi de 3%, na capital, e de 2% em todo o Amapá.

Tabela 2 - Crescimento populacional do Território do Amapá e de Macapá na década de 1940

TERRITÓRIO/ CAPITAL	POPULAÇÃO	VARIAÇÃO ABSOLUTA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL	VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
	1940	1940-1950	1940-1950	1940-1950
AMAPÁ	30.747	6.730	22%	2%
MACAPÁ	16.234	4.360	27%	3%

Fonte: IBGE (1955)

Para fazermos uma ideia aproximada da evolução demográfica do Território Federal do Amapá na região Norte e no Brasil, apresentamos a Tabela 3 que traz as taxas médias geométricas de incremento anual das grandes regiões brasileiras, a partir do total nacional de

²³Esse artigo trazia dados do Censo de 1948, mas foram divulgados apenas no ano de 1949 (JORNAL AMAPÁ, 1949).

habitantes que, à época, era 41.236.315. Na referida Tabela, observamos que a taxa de crescimento da região Norte, de 2,29%, era inferior a do Brasil que foi de 2,39, nos anos de 1940. A taxa do Amapá também ficou abaixo da média nacional, pois verificamos que foi apenas de 1,83% ao ano. Estes números sinalizam um crescimento populacional no Amapá, mas que não fora superior à média da Região e nem à nacional.

Tabela 3 - População brasileira, por região, em 1940

REGIÕES/AMAPÁ	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (POR 100 MIL HABITANTES)
	1940-1950
BRASIL	2,39
NORTE	2,29
NORDESTE	2,27
SUDESTE	2,14
SUL	3,25
CENTRO-OESTE	3,41

Fonte: IBGE (2013)

A Tabela 4 traz a taxa geométrica de incremento anual em todos os Estados e Territórios Federais da região Norte, na década de 1940, possibilitando-nos analisar a evolução demográfica do Amapá em comparação às demais unidades federativas. Amparados nos dados apresentados na referida Tabela, afirmamos que o menor incremento demográfico da Região fora do Amapá, com taxa de 1,83%, e que o maior crescimento ocorreu no então Território Federal de Rondônia, cuja taxa foi de 10,20%. Estes números sinalizam que as políticas de Vargas para povoamento da região do Amapá, nos anos de 1940, não foram exitosas.

A evolução demográfica no Território do Amapá, na década de 1940, pode ser analisada a partir de dados apresentados no artigo “II Censo demográfico das sedes municipais” (JORNAL AMAPÁ, 1949), que se referiam apenas aos anos de 1946 e 1948 (Tabela 5). Amparados nos dados desse artigo, podemos dizer que houve incremento de populações no Território, cujo maior índice foi o do município de Amapá, com um aumento de 43% de habitantes. Os números apresentados na Tabela 5 sinalizam crescimento populacional no interior, uma vez que não havia registro sobre a capital do Território em tela. Salientamos que a ausência de dados relativos à Macapá, bem como dos contingentes rural e urbano para o ano de 1946 não são próprias a este estudo, mas, sim, do documento mencionado.

Tabela 4 - População brasileira da região Norte, na década de 1940

REGIÃO /UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (POR 100 MIL HABITANTES)
	1940-1950
NORTE	2,29
AMAPÁ	1,83
AMAZONAS	1,98
RORAIMA	5,49
PARÁ	2,09
RONDÔNIA	10,2
ACRE	3,77

Fonte: IBGE (2013).

Tabela 5 - Dados demográficos do Amapá nos anos de 1946 e 1948

MUNICÍPIO	ANO				CRESCIMENTO	
	1946	1948				
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL		
AMAPÁ	697	803	197	1.000	303	43%
MAZAGÃO	332	399	69	468	136	41%
OIAPOQUE	345	294	137	431	86	25%
TOTAL	1.374	1.496	403	1.899	525	38%

Fonte: Jornal *Amapá* (1949)

É importante evidenciar que também no artigo “II censo demográfico das sedes municipais” (JORNAL AMAPÁ, 1949), o Governo do Amapá apontava que do total de 25.082 habitantes, 18.991 residiam no interior. O que significava dizer que 75,7% do contingente populacional estava fora da capital e era rural, conforme verificamos na seguinte afirmação:

tendo-se em vista a estimativa de 25.082 habitantes para o Território, em 01 de janeiro de 1948, baseada nos resultados do Censo de 1940, o acôrdo com estudos realizados pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, conforme investigações e análises do Doutor Giorgio Mortária, consultor técnico do aludido Gabinete e Serviço, é fácil concluir que 75,7% da população territorial vive no interior, ou melhor, a população rural é de 18.991 almas, valor êste que se obtem pela subtração da população urbana do total estimado para todo o Território (JORNAL AMAPÁ, 1949, s/p).

Para confrontarmos os dados demográficos relativos ao interior do Território Federal do Amapá com os da capital (Macapá), analisamos o artigo “A linguagem expressiva dos números” (JORNAL AMAPÁ, 1949), a partir do qual elaboramos a Tabela 6. Nesta,

observamos que o total de habitantes no Amapá era de 5.990, mas na Tabela 2 o total demográfico apresentado fora de 30.747 para os anos de 1940, segundo o IBGE. Essa diferença sugere que os dados da Tabela 2 tratavam-se do início da referida década e que os da Tabela 6 eram, possivelmente, estimativos. O importante a ser ressaltado é que houve incremento populacional, apesar do desencontro nos números oficiais apresentados pelo Governo do Amapá e pelo IBGE, para a década de 1940.

Tabela 6 - População nos municípios, por naturalidade, em 1948

MUNICÍPIOS	TOTAL	NATURAIS		DE OUTRAS UNIDADES	
		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
MACAPÁ	4.192	1.813	43%	2.379	57%
AMAPÁ	1.000	753	75%	247	25%
MAZAGÃO	367	222	60%	145	40%
OIAPOQUE	431	203	47%	228	53%
TOTAL	5.990	2.991	50%	2.999	50%

Fonte: Jornal *Amapá* (1949)

Um aspecto que emerge da análise populacional é o migratório. Ainda na Tabela 6 podemos fazer uma comparação entre habitantes naturais do Amapá e de outras unidades da Federação, no ano de 1948. Observamos que dos 5.990 residentes em todo Território, 2.999 eram imigrantes, o que significa dizer que 50% dos habitantes não eram amapaenses. Em Macapá, o número de naturais era inferior ao dos habitantes provenientes de outros lugares, pois dos 4.192 habitantes apenas 1.813, isto é, 43% nasceram no Amapá. O mesmo fenômeno ocorreu no município de Oiapoque, que de um total de 431 habitantes, 228 eram imigrantes (53%).

Quanto ao aspecto migratório no Amapá, estudos sinalizam que o crescimento populacional foi, sobretudo, favorecido pela exploração de manganês. Dentre essas pesquisas, destacamos a de Lins (2012, p. 328), por afirmar que a extração desse minério justifica-se, do ponto de vista local, na “campanha de estímulo à prospecção de minérios”, que fora lançada por Janary Nunes, no ano de 1945, por meio da qual se oferecia compensações a quem buscasse amostras e informasse a localização da jazida.

Isso porque, no início dos anos de 1940, de forma não intencional por Mário Cruz. Este comerciante “[...] usara umas pedras pretas e muito pesadas como lastro para sua embarcação” (LINS, 2012, p. 328), mas só despertou para o fato de vir a ser o valioso minério com a

campanha implantada pelo governador do Território do Amapá. Posteriormente, realizaram-se análises químicas nas referidas pedras, constatando-se que se tratava de manganês.

A campanha de Janary Nunes para descoberta de jazidas de minérios acabou funcionando como atrativo às populações, menos favorecidas economicamente, de outras unidades federativas. E, no nosso entendimento, justificam também os dados da Tabela 06, ou seja, os 50,06% de habitantes, na década de 1940, que não eram naturais do Amapá.

Lins (2012) discute ainda alguns fatores que contribuíram para o sucesso da extração de minérios no Território. Dentre eles, aponta os três mais significativos que foram a suspensão da venda de manganês, por Stalin, para os Estados Unidos; o aumento da demanda de aço para fabricação de armas e munições para a Segunda Guerra Mundial; e, o fechamento do Canal de Suez, elevando o preço dos fretes marítimos e favorecendo a opção dos Estados Unidos pelo manganês do Amapá.

Mapa 5 - Configuração geopolítica do Brasil em 1950



Fonte: IBGE (2014)

A configuração geopolítica brasileira, em 1950, está exposta no Mapa 5, no qual observamos a extinção dos territórios de Ponta Porã e do Iguçu. O amparo jurídico para sustentação dessa ação política encontra-se na Constituição Federal de 1946, quando estabelecia: “Art. 3º - Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estados, subdividir-se em novos Territórios ou volver a participar dos Estados de que tenham sido desmembrados” (BRASIL, 1946d).

Para avançar na discussão sobre crescimento populacional, no então Território Federal, analisamos dados quanto à evolução demográfica nos anos de 1950. Na Tabela 7 verificamos que na referida década a população do Amapá era de 37.477 habitantes, com uma variação absoluta de 31.043; relativa em 83%; e com 8% de taxa de crescimento anual. Portanto, amparados nos dados dessa Tabela, podemos dizer que o incremento demográfico do Território, nos anos de 1950, foi superior ao de 1940. Verificamos ainda que, em Macapá, o total de habitantes era de 20.594, com a variação absoluta de 19.129, a relativa em 93%, e 9% de taxa anual de incremento populacional. A variação relativa de crescimento demográfico da capital, de 93%, foi superior a de todo o Amapá que ficou em 83%. Portanto, os dados apresentados nas Tabelas 6 e 7 sugerem que o fluxo migratório fora maior na capital do então Território Federal do Amapá.

Tabela 7 - Crescimento populacional no Território do Amapá e de Macapá na década de 1950

TERRITÓRIO/ CAPITAL	POPULAÇÃO		VARIAÇÃO ABSOLUTADO CRESCIMENTO POPULACIONAL	VARIAÇÃO RELATIVADO CRESCIMENTO POPULACIONAL	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
	1950	1960	1950-1960	1950-1960	1950-1960
AMAPÁ	37.477	68.520	31.043	83%	8%
MACAPÁ	20.594	39.723	19.129	93%	9%

Fonte: IBGE (2012)

Problematizamos se o fenômeno do crescimento demográfico restringia-se ao quadro social amapaense ou se estaria vinculado ao contexto nacional. E, analisando o discurso oficial da época, verificamos a política adotada em relação aos territórios federais, uma vez que Vargas defendia

a criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar (VARGAS, 1944, p. 270).

Tabela 8 - Crescimento da População Brasileira em 1950

1950	1960	CRESCIMENTO ABSOLUTO	CRESCIMENTO RELATIVO	TAXA GEOMÉTRICA ANUAL
51.944.397	62.652.479	10.708.082	21%	2%

Fonte: IBGE (1955)

O crescimento demográfico no Brasil pode ser analisado na Tabela 8. Nesta, verificamos que o total de habitantes era 51.944.397, na década de 1950. Para 1960 o incremento absoluto fora de 10.708.082; o relativo de 26%; e a taxa anual de 24%. Assim, amparados nestes números, podemos afirmar que o crescimento demográfico tratava-se de fenômeno nacional. Em relação às outras regiões brasileiras, no período de 1950 para 1960, podemos verificar na Tabela 9 que a taxa média de crescimento demográfico do Brasil fora de 2,99 e da região Norte de 3,34. Portanto, a partir dos números da referida Tabela inferimos que o maior crescimento populacional da época foi da região Centro-Oeste; o que pode ser justificado, entre outros aspectos, pela construção da cidade de Brasília, mas que não é objeto deste estudo.

Tabela 9 - Incremento anual da população brasileira, por região, em 1950

REGIÕES/AMAPÁ	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (POR 100 MIL HABITANTES)
	1950-1960
BRASIL	2,99
NORTE	3,34
NORDESTE	2,08
SUDESTE	3,06
SUL	4,07
CENTRO-OESTE	5,36

Fonte: IBGE (1955)

A Tabela 10 traz as taxas médias de crescimento populacional em toda a região Norte, no período de 1950 até 1960. No então Território Federal do Amapá essa taxa fora de 6,14%, o que sinaliza ter sido superior a da região Norte que ficara em 3,34. Mas, podemos observar ainda que a maior taxa de incremento na Amazônia ocorrera no Território de Rondônia, de

6,39, e não no Amapá. Estes dados apontavam que as maiores taxas de incremento demográfico ocorreram nos Territórios Federais, o que sinalizava o êxito da política de desmembramento e federalização de regiões fronteiriças populacionalmente menos densas, nos anos de 1950.

Tabela 10 - Incremento anual da população brasileira na região Norte na década de 1950

REGIÃO NORTE/UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (POR 100 MIL HABITANTES)
	1950-1960
NORTE	3,34
AMAPÁ	6,14
AMAZONAS	3,33
RORAIMA	4,65
PARÁ	3,11
RONDÔNIA	6,39
ACRE	3,2

Fonte: IBGE (2013)

No que concerne ao incremento populacional no então Território Federal do Amapá é importante analisarmos a área de maior concentração, quer dizer se a população era mais urbana ou rural. De acordo com os dados da Tabela 11 podemos observar que, na década de 1950, dos 37.477 habitantes, 23.577 residiam na zona rural, isto é, 63% da população amapaense e apenas 18% em área urbana. Porém, verificamos anteriormente que, nos anos de 1940, esse percentual de rurícolas era de 75,7%, segundo o artigo “A linguagem expressiva dos números”. Esses dados sinalizam, em que pese à questão estimativa, que houve uma redução no percentual da população rurícola nos anos de 1950, mas que ainda assim a maioria da população amapaense era rural e não urbana.

Tabela 11 - População do Amapá, segundo a situação do domicílio, em 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	01/07/1950 (NÚMEROS ABSOLUTOS)				01/07/1950 (NÚMEROS RELATIVOS)		
	TOTAL	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO			SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
		URBANO	SUBURBANO	RURAL	URBANO	SUBURBANO	RURAL
AMAPÁ	37.477	6.685	7.215	23.577	18%	19%	63%

Fonte: IBGE (1955)

Na análise sobre o incremento demográfico no Amapá consideramos um fato histórico vinculado à extração e exportação de manganês. Mencionamos, anteriormente, a campanha lançada por Janary Nunes, primeiro interventor do Território Federal, a partir da qual se revelou a riqueza mineral dessa Região. E, para exploração das jazidas do referido mineral, instalou-se, no Amapá, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI).

A Empresa, mencionada anteriormente, trouxera relativo aquecimento à incipiente economia amapaense, em razão da contratação direta e indireta de empregados. Isso porque que os trabalhadores recebiam “[...] bons salários, os funcionários da ICOMI compravam a crédito no comércio local, sem necessidade de cadastro, bastava apresentar o crachá da empresa” (LINS, 2012, p. 330). Isto é, em razão dos bons salários seus empregados possuíam um bom poder aquisitivo e, portanto, desfrutavam de prestígio social.

Mas, o fato de acreditarmos na influência da exploração do manganês ao fenômeno do crescimento demográfico no Amapá, não significa dizer que não podemos problematizar quanto aos reais benefícios trazidos pela ICOMI à Região. Entretanto, por não se tratar de nosso objeto de estudo, finalizamos essa discussão no entendimento que

em que pesem as expectativas, neste meio século de história da mineração industrial no Amapá, se, por um lado, as atividades minerometalúrgicas desenvolvidas na região foram competitivas e abasteceram indústrias de diversas partes do planeta, por outro, não foram capazes de impulsionar rapidamente processos regionais de desenvolvimento econômico e de modernização [...] (MONTEIRO, 2003, p. 114).

Em continuidade a questão demográfica, verificamos a população do Território era de 68.520 e de Macapá era de 39.723, no ano de 1960. Esses índices corroboram o aumento populacional no Território do Amapá, o que não foi destacado apenas na imprensa oficial, mas em Relatório de Governo, relativo ao ano de 1958, no qual localizamos o fenômeno demográfico quando se descrevia a expansão urbana nos seguintes termos

Macapá é o núcleo nervoso da demografia no Território; área de fixação de zona de trânsito; ao mesmo tempo fim e fator de movimento da população regional. No recenseamento de 1950, surgiu como a cidade brasileira que acusou o mais alto índice de incremento populacional (89,7%), no decênio do Censo. E continua a crescer. De 43ª projeta-se, agora, como a terceira cidade em número de habitantes, na região amazônica. Seus ímpetus de crescimento, mensurados pelos critérios comuns, são assimétricos e perturbadores. Será extremamente difícil prever e acompanhar as direções e a intensidade dos surtos demográficos, mesmo em próximo futuro (PAUXY NUNES, 1958, p. 35).

Para melhor analisarmos o crescimento demográfico na década de 1950, no então Território Federal do Amapá, entendemos ser importante fazer o mapeamento da população em todos os municípios existentes à época. Para tanto, a Tabela 12 traz dados populacionais divulgados no Jornal *Amapá*, no ano de 1952, mas que se referiam ao Censo de 1950. O que poderá iluminar a discussão sobre a localização de maior adensamento demográfico na região do Amapá, se era na capital ou no interior.

Tabela 12 - População no Território do Amapá, segundo a situação do município, nos anos de 1950.

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAL	POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
		URBANO		SUBURBANO		RURAL	
		AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.
1.AMAPÁ	8.794	1.227	14%	538	6%	7.029	80%
AMAPÁ	4.304	865	20%	278	6%	3.161	73%
APOREMA	2.507	-	-	-	-	2.507	100%
CALÇOENE	1.963	362	18%	240	12%	1.361	69%
2.MACAPÁ	20.594	4.215	20%	5.853	28%	10.526	51%
MACAPÁ	14.482	3.987	28%	5.761	40%	4.734	33%
BAILIQUE	4.778	74	2%	11	0%	4.693	98%
FERREIRA GOMES	1.334	154	12%	81	6%	1.099	82%
3.MAZAGÃO	5.095	668	13%	335	7%	4.092	80%
MAZAGÃO	1.000	403	40%	198	20%	399	40%
BÔCA DO JARI	1.606	71	4%	91	6%	1.444	90%
MAZAGÃO VELHO	2.489	204	8%	46	2%	2.239	90%
4.OIAPOQUE	2.984	565	19%	489	16%	1.930	65%
OIAPOQUE	1.238	469	38%	465	38%	304	25%
PONTA DOS ÍNDIOS	1.746	96	5%	24	1%	1.626	93%
TOTAL	37.467	6.675	18%	7.215	19%	23.577	63%

Fonte: Jornal *Amapá* (1950)

A Tabela 12 traz dados pertinentes à situação do domicílio nos quatro municípios amapaenses: Amapá; Macapá; Mazagão e Oiapoque. Amparados nos números apontados na referida Tabela afirmamos que dos 37.467 habitantes, 63% da população total do Amapá residia no meio rural; 19% em área suburbana; e apenas 18% na capital. Até mesmo em Macapá, a capital, verificamos que dos 20.594 habitantes, 51% eram domiciliados no campo.

Portanto, entendemos que isso sinalizava a predominância do meio rural sobre o urbano no então Território Federal do Amapá, na década de 1950. Entretanto, a maior densidade demográfica era da capital, com 55% da população geral, fosse ela urbana, suburbana ou rural.

O progressivo crescimento da população no então Território Federal, sobretudo, na década de 1950, parece ter preocupado as autoridades amapaenses, à época, quanto a possibilidade de uma explosão demográfica na zona urbana. Justificamos essa afirmação na política de estímulo à permanência do homem no campo, por meio do Plano de Colonização que fora desenvolvido no Amapá. O objetivo geral, do plano em tela, era “[...] organização e manutenção de núcleos coloniais e colônias agrícolas, que promovem a melhor utilização de terras disponíveis, previamente escolhidas para êsse fim” (PAUXI NUNES, 1958, p. 77).

O Governo do Território, a partir de 1955, com recursos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criou as colônias agrícolas de Matapí, Oiapoque, e Mazagão. Núcleos coloniais foram implantados em Ferreira Gomes, Calçoene, Cassiporé, Jarí, Macacoary e Cachorrinho; além de uma colônia de penetração no rio Uaçá. Estes fatos confirmam nosso entendimento quanto à política de fixação do homem no campo, demonstrando o receio em relação ao adensamento populacional em Macapá, a capital do Território do Amapá. E, para fecharmos essa discussão sobre demografia nos meios urbano e rural, acreditamos que é importante problematizar se essa estratégia de estímulo à permanência do homem ao solo repercutiu sobre o campo educacional, o que discutiremos nas próximas seções deste estudo.

O Mapa 6 traz a mudança do nome do Território de Guaporé para Território de Rondônia, em 1960. Esse movimento de criação e extinção de Territórios reforça a indefinição política destes no cenário nacional. Além de corroborar a ideia de Porto (2007) de que a federalização do Amapá não foi uma ação planejada e que, bem ao contrário, constituiu-se como resultado de uma combinação de fatores.

Porto afirma que entre as críticas aos Territórios Federais estavam a impossibilidade de se questionar “os decretos-lei”, sobretudo por estarmos no regime autoritário do Estado Novo; o fato de não ter sido feita consulta aos Governos Estados que foram desmembrados; e a frágil justificativa do interesse ou defesa nacional, na medida em que os 150 Km de fronteira poderiam ser guardados pelo Exército (PORTO, 2007).

Afirmamos anteriormente que entre os fatores que contribuíram à constituição do Território Federal do Amapá o mais relevante foi sua localização geográfica em zona de

fronteira. Mas, entendemos que à federalização houve uma conjugação de fatores, porque verificamos que no passado ocorrera intensa e prolongada disputa com a França pelo domínio político da Região e, nos anos de 1940, eclodira a Segunda Guerra Mundial, como evento político em escala internacional, que trouxera repercussões em nível nacional. Tais fatores justificaram a criação do Território Federal, visando garantir maior controle estatal sobre as áreas fronteiriças, ou seja, fizera parte de uma política centralizadora, característica do regime autoritário de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

Mapa 6 - Configuração geopolítica do Brasil em 1960



Fonte: IBGE (2014)

Dessa forma, afirmamos que todos esses elementos históricos fizeram parte do feixe de vetores que influenciaram para a mudança na função político-administrativa do Amapá. Este enquanto espaço geográfico pré-existia ao evento de criação do Território Federal, o que nos leva a concluir que, a partir de todos os acontecimentos trazidos à tona neste capítulo, o espaço amapaense foi se amalgamando histórica e socialmente.

A partir do entendimento que os espaços constroem-se no movimento da história, acreditamos que as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no Amapá, após a federalização, fazem parte ainda dessa combinação dialética de eventos. Em outros termos, o espaço amapaense vem sendo construído na complexa interdependência dos seus sistemas naturais animados pelas ações humanas.

3 O “ROMANTISMO” AMAPAENSE EM CONFRONTO COM A REALIDADE

Neste capítulo analisaremos a relação entre as práticas políticas desenvolvidas pelo primeiro interventor no Território Federal do Amapá e sua relação com o cenário político brasileiro, entre as décadas de 1940 e 1950. Para tanto, consideramos a natureza jurídico-administrativa dos Territórios Federais, que os vinculava diretamente à União, e a conjuntura política do “Estado Novo”, o que nos leva à hipótese de que não houve um projeto político voltado à realidade amapaense.

Assim, é necessário discutir as estratégias políticas que foram adotadas no Amapá, para verificar proximidades e rupturas com as diretrizes do governo de Getúlio Vargas. Para tanto, daremos ênfase ao papel atribuído à imprensa, como instrumento de disseminação da ideologia do Estado Novo, por Janary Gentil Nunes, no Território Federal do Amapá.

3.1 “Romantismo” às avessas: o coronelismo no Amapá

A discussão em torno do “coronelismo” no Amapá tem que levar em consideração muitas particularidades eminentemente típicas daquele então Território. Assim, é necessário compreendermos as condições históricas que contribuíram para sua ocorrência e, para isso, entendemos que o ponto de partida de nossa análise deve ser a predominância do meio rural sobre o urbano, nos anos de 1940, no Amapá.

Constatamos, a partir da comparação de dados populacionais do Território Federal e do Brasil, que o adensamento demográfico rural não era uma realidade apenas no Território Federal. Mas, que caracterizava o contexto político-econômico nacional, o que reforçou nossa concepção de que os fenômenos sociais não se dão de forma isolada e que se constroem historicamente (SANTOS, 2012).

Mas, antes de avançarmos na discussão sobre as peculiaridades do fenômeno coronelista no contexto amapaense, refletiremos brevemente sobre a origem desse fenômeno no Brasil. Alguns estudos, dentre eles o de Leal, apontam que a gênese do “coronelismo” encontra-se no período colonial, no qual se desenvolveu uma agricultura de exportação à metrópole, favorecendo que fosse “[...] o latifúndio monocultor e escravocrata, a essa época, o verdadeiro centro de poder da Colônia: poder econômico, social e político” (LEAL, 1975, p. 68). Por outro

lado, Queiroz (1976) aborda o coronelismo enquanto mandonismo local, afirmando que o mesmo tem suas raízes no Império e sua florescência na Primeira República.

De acordo com Holanda (1995, p.73), durante todo o regime monárquico o poder emanou dos latifúndios. Isso porque eram os fazendeiros escravocratas e seus filhos, formados como profissionais liberais, “[...] quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio”.

Se analisarmos o fenômeno à luz do período colonial, sobretudo no primeiro e segundo séculos, podemos encontrar uma possível explicação para o fenômeno, amparada na afirmação de Holanda (1995, p. 73) de que os portugueses instauraram no Brasil “uma civilização de raízes rurais”. O autor entende que “é efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas”. Mas, é importante frisar que esse quadro político estava vinculado ao modelo econômico agrário-exportador. Daí porque, no período colonial, o meio urbano no Brasil sempre se ressentiu do que Holanda (1995, p. 89) denomina de ditadura dos domínios rurais, o que precisa ser destacado “porque ajuda a discriminar o caráter próprio das nossas cidades coloniais. As funções mais elevadas cabiam nelas, em realidade, aos senhores de terras”.

Na relação dos aspectos econômicos com os políticos, destacamos a questão da representatividade. Na Colônia, essa se limitava ao governo municipal, e nos municípios predominava a nobreza rural sobre escravos e agregados, o que se manteve por longo período, pois, de acordo com Leal (1975), a coação e a fraude ultrapassaram o período colonial para marcar a história do Império e da Primeira República, formando o que o autor, metaforicamente, denominou de cordilheira. Assim, podemos afirmar que o poder econômico dos grandes proprietários de terras implicou o monopólio político, que teve início no período imperial e se estendeu ao republicano. O que corroboramos na afirmação que

o fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor

dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição [...] (FAORO, 2008, p. 699).

A Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831, exercia função policial e, juntamente com as ordenanças, constituía-se em visível manifestação da “transação entre o poder privado e o poder público” (LEAL, 1975, p. 211). As ordenanças, espécie de tropa auxiliar ou reserva militar, foram criadas no período colonial para atuar como força disciplinadora, em regiões distantes da sede da Coroa Portuguesa no Brasil.

A Guarda Nacional e as ordenanças exerciam o mesmo papel social na Colônia e no Império, mesmo com diferentes denominações, mas tendo sempre à frente os senhores de terras, o que, de acordo com Leal (1975), resultou na concepção da Guarda Nacional como uma revivescência modernizada das ordenanças. A ação disciplinadora desse tipo de instituição passou a ser desnecessária na Segunda República, como também após o Estado Novo, nos quais as eleições foram comparativamente menos violentas e mais livres. Nesse aspecto, o autor afirma ainda que o processo eleitoral impressionou sempre em razão do “[...] artificialismo da representação, que era de modo quase invariável maciçamente governista” (LEAL, 1975, p. 241).

O coronelismo sobrevivera à República, uma vez que a extensão do direito de voto aos alfabetizados, estabelecida na Constituição Brasileira de 1891, apenas aumentou o número de eleitores rurais. Concordamos com a ideia que mesmo com o fim da Guarda Nacional, após a Proclamação da República, manteve-se “a denominação de “coronel”, outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter entre suas mãos, grandes ou razoáveis parcelas do poder econômico e político” (QUEIROZ, 1976, p. 164). Portanto, de acordo com a autora, o coronelismo foi o modo como se apresentou, durante a Primeira República, o mandonismo local.

Esses mecanismos de manutenção da ordem contribuíram para o fortalecimento do poder privado no meio rural, favorecendo o “coronelismo” que, por sua complexidade, pode assumir diferentes matizes a depender do contexto social. Portanto, acreditamos que não há linearidade, à medida que “o coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados” (FAORO, 2008, p. 700). Amparados no mesmo autor, ampliamos a compreensão sobre “coronelismo”, por entendermos que o estudo desse fenômeno revelava os interesses que estão na base das relações que estabelecidas entre poder público e poder privado:

o coronelismo se manifesta num ‘compromisso’, uma ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos [...] (FAORO, 2008, p. 711).

Conforme mencionamos anteriormente, o coronelismo não desapareceu no século XX, apenas se enfraqueceu com o crescimento das cidades, o que dificultava o acesso e a manipulação de eleitores. De acordo com Skidmore (2010, p. 36), os denominados “[...] *rebanhos* dos chefes políticos do interior (conhecidos como “coronéis”), que mandavam em seus domínios patriarcais com mão de ferro”, acabavam por neutralizar os resultados das eleições nos centros urbanos. Para o autor, a permanência dessas práticas políticas, na primeira metade do século passado, justificou-se pelo atraso social e econômico do interior no Brasil, no qual o coronelismo era relevante às negociações eleitorais.

Na discussão sobre o fenômeno “coronelista” evidenciamos a questão dos interesses e reivindicações do eleitoral rural. A partir da sinalização de uma predominância do meio rural sobre o urbano no então Território Federal, e problematizamos se esse compromisso, entre o poder público e poder privado, ocorreu no contexto político amapaense. Nesse aspecto, antes da federalização do Amapá havia a figura do “coronel”:

no transcorrer ainda do primeiro ano de governo, Janary Nunes cooptou com o coronelismo interno e tornou seus partidários os coronéis Arlindo Eduardo Corrêa e Júlio Benício Pontes, os mais expressivos representantes que restavam na região desse modelo ultrapassado de autoridade e reduzia substancialmente as influências em terras amapaenses do extremo-sul (região do Jari), do coronel José Júlio de Andrade e Silva, que mantinha em seus vastos domínios territoriais, que se estendiam muito mais pelo Pará, uma população quase a metade da que tinha o Território do Amapá [...] (SANTOS, 2006, p. 31).

Entre os coronéis mencionados pelo autor, destacamos José Júlio de Andrade que fora um dos maiores latifundiários da Amazônia, denominado de o “rei da castanha-do-pará”. Proveniente de uma família de migrantes cearenses instalou-se na região do rio Jari e, com a extração e exportação da castanha, conseguiu amealhar três milhões de hectares de terras (LINS, 2012). Assim, concordamos com a afirmação do autor de que os chamados “coronéis”

existiram no Amapá, e consubstanciamos nosso entendimento em Santos (2006), por caracterizar a presença do fenômeno na relação estabelecida com os mesmos por Janary Nunes.

Por esse fato, acreditamos ser pertinente a analogia do “coronelismo” com a atitude política de Janary Nunes, à frente do governo do Território, caracterizada por “janarismo”. Este concebido como o “[...] período político-administrativo marcado, também, pela dicotomia entre o discurso e a prática; e realizações efêmeras e paliativas” (SANTOS, 2006, p. 31). Nosso entendimento de que houve distanciamento entre discurso e ação política justifica-se, entre outros fatores, na especificidade dos Territórios Federais. Conforme discutimos no capítulo anterior, esses entes federativos vinculavam-se diretamente à União, portanto, a nomeação de seus governadores era feita pelo próprio Presidente da República, e possuíam apenas dois cargos eletivos à Câmara Federal. O que confirmamos na Constituição de 1946, art. 1º, parágrafo 1º, no qual ficou estabelecido que a União fosse composta pelos Estados, o Distrito Federal e os Territórios. Assim, o Amapá, Roraima e Rondônia, criados pelo Decreto-Lei 5.812 (BRASIL, 1943a), podiam eleger dois deputados com as mesmas regalias dos demais representantes dos Estados-membros (FIGUEIREDO, 1965).

A influência política de Janary Nunes, no Amapá, parecia ser significativa a ponto de ter conseguido eleger o próprio irmão, Coaracy Gentil Nunes, para o cargo de deputado federal pelo Território, nos anos de 1940. Este fato traz à tona a discussão sobre a tendência governista que, historicamente, marca o processo eleitoral no Brasil, e que essa tendência vincula-se ao falseamento da representação e a corrupção eleitoral, que “tem sido um dos mais notórios e enraizados flagelos do regime representativo” (LEAL, 1975, p. 240). Nessa perspectiva, não é de causar espanto que o Interventor no Território Federal tivesse influenciado na eleição do irmão à Câmara Federal pelo Amapá, sobretudo se considerarmos o contingente de eleitores rurais, à época, com baixo nível de instrução e de poder aquisitivo, o que favorecia a manipulação de voto.

O artificialismo da representação apresenta duas principais faces: a política e a econômica. Estas são interdependentes, e o risco que se corre, na análise do fenômeno, é a hipertrofia de uma sobre a outra, ou seja, privilegiar a face política em detrimento “[...] dos fatores econômicos e sociais, mais profundos, que eram e ainda são os maiores responsáveis pelo governismo e, portanto, pelo falseamento intrínseco da nossa representação” (LEAL, 1975, p. 241).

Na configuração do coronelismo como prática política que contribuiu à formação do poder político nacional, embora não seja originária do Brasil, imiscuem-se aspectos objetivos,

relativo às ações desenvolvidas, e aspectos subjetivos que se referem à representação social do “coronel”. Neste entendimento, Raymundo Faoro destaca, entre outros fatores, a originalidade na forma de atuação, pois

a caracterização sociológica do fenômeno coronelista ainda não mereceu tratamento sistemático. Não raro é ele apresentado, ilegitimamente, como singularidade brasileira. O poder, assinalava Hobbes, se exerce de modo *original*, de homem para homem, ou através de uma estrutura instrumental, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada. Trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional. O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras. No máximo, o presidente e o governador corporificam os donos da República ou do Estado, superfazendeiros que dispõem de tudo, da vida e do patrimônio dos cidadãos [...] (FAORO, 2008, p. 713).

Essa percepção do homem do campo sobre o poder público resulta, conforme afirmamos anteriormente, da relação intrínseca entre modelo econômico e político. Assim, o “coronelismo” ou a troca de proveitos entre poder público e poder privado justifica-se no próprio ruralismo, isto é, nas condições econômicas do Brasil. Portanto, os baixos níveis de instrução e de poder aquisitivo da população rural favoreceu ao coronel transcender a dimensão meramente política, tornando-se “[...] acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito” (FAORO, 2008, p. 714).

Pela própria complexidade e as nuances locais assumidas pelo coronelismo, este pode apresentar uma face positiva. O que ocorreu no caso do Amapá, pelo atraso econômico e cultural da população, que favoreceu a utilização de práticas políticas com a finalidade de destacar a liderança local, uma vez que

erraria, porém, quem só quisesse observar no “coronelismo” os aspectos negativos de sua presença ou de sua ação. Para manter a liderança, o “coronel” sente a necessidade de se apresentar como campeão de melhoramentos locais, senão para contentar os amigos, pelo menos para silenciar os adversários. E o prestígio político de que desfruta o habilita como advogado de interesses locais (LEAL, 1975, p. 17).

A figura do coronel como um líder não se estabeleceu de forma abrupta, mas, como todo e qualquer produto social, foi construída historicamente. Queremos reforçar que se trata de um processo que demandou tempo para se consolidar e, portanto, demandará muito mais para ser superado. Por isso, concordamos com Faoro (2008, p. 714) quando afirma que “[...] a

dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos”.

No Amapá, a dominação pode parecer ainda mais sutil quando se considera a fragilidade política e econômica dos municípios. Nestes, predominava a indústria extrativista de minério (manganês) à exportação, que favoreceu, entre outros fatores, a baixa escolarização dos munícipes e, conseqüentemente, a já mencionada inconsciência quanto às condições de vida. A fragilidade dos municípios não é uma prerrogativa do Território do Amapá, mas uma consequência da consolidação da máquina política na tríplice esfera: federal, estadual e municipal. Assumimos que “o federalismo se tem desenvolvido à custa do municipalismo: o preço pago foi o sistemático amesquinamento do município” (LEAL, 1975, p. 103).

Entendemos que o coronelismo precisa ser analisado em toda a sua complexidade, e para melhor compreendê-lo é necessário considerar sua evolução histórico-social e política, pois a dimensão política é apenas uma das facetas ou a que se destaca de imediato. A autora entende ser errônea, ou reducionista, a discussão do fenômeno somente sob o prisma político, e, dentre os fatores que o tornam complexo está o fato que “[...] a estrutura coronelista de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura sócio-econômica ali existente” (QUEIROZ, 1976, p. 170).

Acreditamos que o coronelismo no Amapá parece ter se aproximado do tipo em que o “mando de um coronel ou de uma parentela é único, não havendo quem se erga como rival e dispute a primazia” (QUEIROZ, 1976, p. 171). O poder nesse caso seria quase que absoluto, em razão de não haver disputas acirradas entre grupos políticos locais. A autora afirma que havia vários graus de coronéis, e que variava sempre de região para região, mas a regra desse fenômeno, nos diferentes contextos sociopolíticos brasileiros, foi a chamada “dominação indireta”. Assim,

a multiplicidade de níveis de coronéis é, assim, o primeiro aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país; esta se fundamenta em grupos de parentela, que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças, a grupos de associados econômico-políticos (QUEIROZ, 1976, p. 172).

A discussão sobre coronelismo e parentela traz-nos indícios quanto ao mandonismo local, por parte da família “Nunes”, no então Território Federal do Amapá. Uma vez que Janary

Gentil Nunes representava, para o homem do interior ou das regiões ribeirinhas²⁴ do TFA, um protetor. O que impossibilitava a percepção das marcas do sistema de constrição do “janarismo”, uma vez que “[...] não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo” (FAORO, 2008, p. 714).

Acreditamos que a atuação política dos primeiros interventores no Território Federal do Amapá, no período de 1943 a 1958, revelava traços do compromisso político característico do “coronelismo”; o que se justificava no divórcio entre discurso oficial e práticas políticas, sobretudo, na associação com os grandes proprietários de terras. Ainda sobre o “coronelismo”, entendemos que este se consolida a partir de duas fraquezas: fragilidade da autonomia municipal e fraqueza desamparada da população existente no local (LEAL, 1975). No caso específico do Território Federal do Amapá, mencionamos, anteriormente, não haver eleições municipais, sendo os prefeitos escolhidos diretamente pelo governador.

A segunda fraqueza a consolidar o coronelismo torna-se relevante se refletida a partir do discurso oficial sobre a população do Território, se comparada com a fala do autor “[...] fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades” (LEAL, 1975, p. 78). E, no contexto amapaense, essa troca de proveitos ocorreu também por meio da ocupação de cargos administrativos e da nomeação dos prefeitos dos municípios. Isso reforça a ideia de Santos (2006) quanto à formação de uma elite urbana e dirigente corroborada na afirmação que

além de adesão ao janarismo, para que amapaenses ocupassem cargos relevantes, considerou-se a escolaridade, a experiência e o que significava a nomeação em termos de dividendos políticos. Por causa da situação vivenciada, residentes na cidade de Macapá quase sempre foram os escolhidos até mesmo para integrarem as administrações dos demais municípios, pela oportunidade que alguns tiveram de continuarem seus estudos em Belém, no estado do Pará; pela proximidade do poder e pertencerem a famílias numerosas, em meio das quais existia um ou mais integrantes predispostos a apoiar o governo em troca de pequenos favores, cujos posicionamentos políticos a imensa maioria acatava, o que vinha a ser garantia de cada vez mais apoio ao governo (SANTOS, 2006, p. 35).

Nesse aspecto, conforme mencionamos anteriormente, o Amapá não representou uma exceção. Ao contrário, as continuidades entre as políticas desenvolvidas no Território do

²⁴Regiões localizadas à beira dos rios, nas quais as populações amazônicas residem em pequenas casas de madeira.

Amapá e as políticas desenvolvidas em outros cenários políticos brasileiros são verificadas em Leal por entender que

a falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, [...] a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada -, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1975, p. 58).

A manutenção da liderança, por meio de melhoramentos viabilizados à Região, também foi uma estratégia política utilizada por Janary Nunes, que se indiciava nos artigos jornalísticos publicados nas décadas de 1940 e 1950. O chefe do executivo local evidenciava suas benesses ao povo amapaense no *Jornal Amapá*, que pertencia a *Imprensa Oficial do Território*, cujo conteúdo atendia aos interesses do mesmo.

Janary Gentil Nunes fora nomeado por Getúlio Vargas como primeiro Interventor no Território Federal do Amapá. A escolha do militar para o cargo, de acordo com Santos (2006) esteve vinculada ao conhecimento que ele possuía da Região, pelo fato de ter chefiado o Pelotão Independente de Fronteiras no Oiapoque e, também, em razão de suas articulações políticas no Rio de Janeiro, sede do Governo Federal.

De acordo com Santos, a intenção de Getúlio Vargas era que a criação dos territórios federais fosse uma medida de fortalecimento econômico e político às regiões de baixa densidade demográfica. Mas, na prática, isso não se efetivou no Amapá e acabou por revelar a contradição entre o discurso oficial e as ações dos Interventores que “muito mais se empenharam em criar bases de sustentação no âmbito local e na capital da República para se manterem o maior tempo possível no governo” (SANTOS, 2006, p. 30).

O discurso oficial toma direção inversa à das práticas políticas. Daí porque Santos utiliza-se do termo “janarismo” para caracterização da forma de governo impressa por Janary Gentil Nunes, no então Território do Amapá:

como primeiro governador dos amapaenses foi nomeado o jovem capitão Janary Gentil Nunes, que na ocasião do ato presidencial se encontrava no

estado do Pará, aquartelado na cidade de Belém, como comandante da 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Anti-Aéreas. O seu estilo de governar e fazer política originaria o janarismo – período político-administrativo marcado, também pela dicotomia entre o discurso e prática (SANTOS, 2006, p. 9-10).

A administração de Janary Nunes teria sido marcante, sobretudo pelas características políticas peculiares ao contexto amazônico. Além disso, consideramos a possibilidade de o denominado “janarismo” ter sofrido influência do contexto político nacional, isto é, do “varguismo”. Assim, afirmamos que o primeiro interventor no Território Federal do Amapá agiu, sobretudo de acordo com as diretrizes emanadas do Governo Federal.

Essa afirmação consubstancia-se em Santos (2006, p. 30-31), por acreditar que “o capitão Janary Nunes para implantar a diretiva presidencial e conquistar a adesão de seus habitantes à forma autocrática de governar, simultaneamente desenvolveu retórica apologética, ufana e emotiva”. Na expressão “implementar a diretiva nacional” percebemos a influência de Getúlio Vargas ao modelo político adotado por Janary Nunes, no Amapá.

3.2 Do “janarismo” às práticas varguistas

À compreensão do contexto político do então Território Federal do Amapá, no recorte histórico proposto ao estudo, é preciso situá-lo com referência a própria natureza política do Amapá, ou seja, um Território Federal que fora criado no final do regime autoritário de Vargas denominado “Estado Novo”. Este foi implantado por meio de um golpe de Estado e se estendeu de 1937 a 1945, tendo ocorrido a partir de uma complexa base social e política.

Por outro lado, o golpe de 1937 pode ser entendido como um desdobramento político da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório. Ele fora candidato às eleições de 1930, apoiado por grupos políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que faziam oposição ao então presidente do Brasil, Washington Luís. O apoio do Rio Grande a Vargas deveu-se não somente ao fato dele ser gaúcho, mas, sobretudo, por sua carreira política local, filiado ao Partido Republicano Ruralista (PRR), que o levara à Câmara Federal, a fazer parte do governo de Washington Luiz, como Ministro da Fazenda, e ao governo do Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2008). O descontentamento em relação ao governo de Washington Luiz, pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estava vinculado à questão econômica. Especialmente à crise cafeeira, iniciada no final da década de 1920, e que

favoreceu a cisão política dos industriais com o Governo Federal, à medida que as ações governamentais não atenderam aos interesses de empresários do setor agrícola e das indústrias, o que favoreceu o crescimento de ideias revolucionárias.

O quadro político brasileiro após a Revolução de 1930 era complexo porque se constituiu por diferentes forças políticas. Entendemos que “os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas” (FAUSTO, 2008, p. 325). Heterogêneo porque, para o autor, era formado pelos velhos oligarcas; pelos quadros civis mais jovens; pelo movimento tenentista; e pelo Partido Democrata (PD).

No período de 1930 a 1934, denominado de Governo Provisório, ocorreu a consolidação do poder político instaurado com o golpe. O que fora necessário para evitar que as oligarquias regionais restaurassem seus poderes e colocassem em risco o novo projeto republicano, uma vez que a Revolução de 1930 marcou o fim da Primeira República no Brasil (FAUSTO, 2008). Já de 1934 a 1937, tivemos o período político conhecido como constitucionalista, porque teve como marco a promulgação da Constituição Federal, em 1934. Mas, ressaltamos que se caracterizou pela pluralidade de setores políticos com interesses e concepções políticas diferenciadas.

O “novo” Estado em formação distinguia-se apenas parcialmente das velhas oligarquias. Para Fausto (2008), ocorreu uma troca da elite do poder e não uma ruptura efetiva, pois para ele as “trocas de favores” permaneceram. A diferença estava no sentido dessas trocas ou irradiações que, no Estado Novo, vinham do centro para a periferia, inversamente ao que ocorria no sistema oligárquico. Mas, é fundamental considerarmos que a tomada do poder por Vargas resultara ainda de influências do contexto político mundial. Conforme mencionamos no capítulo anterior, no período de 1929 a 1933, ocorreu a Grande Depressão ou crise econômica, que abalou o capitalismo e enfraqueceu o liberalismo democrático, ao qual era vinculado ideologicamente (HOBSBAWM, 1995). Esses fatos favoreceram a assunção da corrente autoritária de Estado e do fascismo²⁵.

²⁵SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto et al. Coordenação da tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 2010. v. 1, p. 466-475. Sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal de colaboração de classes [...]; por um crescente dirigismo estatal, no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

No que concerne à questão econômica, no período de 1937 a 1945, “o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois principais suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana” (FAUSTO, 2008, p. 327). Assim, Vargas fortaleceu o Estado Nacional, tendo em vista o recrudescimento do fascismo (Integralismo)²⁶ e do comunismo²⁷ (Partido Comunista Brasileiro) no Brasil, e, para isso, a colaboração das Forças Armadas foi fundamental.

No aspecto econômico somos favoráveis à compreensão que a aproximação de Vargas com a burguesia industrial vinculou-se à tentativa de formação de um Estado corporativo²⁸. Esse entendimento justifica-se na ideia que, num regime político autoritário, a tendência era buscar dissolver os conflitos que, nesse caso, eram ligados aos interesses conflitantes entre os produtores de café.

Ressaltamos com essa discussão que o discurso político no “varguismo” era de ruptura com as práticas políticas oligárquicas, baseadas no poder político de grandes proprietários rurais. Contudo, a própria forma como o “Estado Novo” fora implantado (golpe de Estado) e o caráter autoritário, personalista e centralizador que Vargas imprimiu a seu governo configuraram-se como uma contradição política.

Dissemos anteriormente que o primeiro interventor do então Território Federal do Amapá, Janary Nunes, sofrera influência de Getúlio Vargas e, por isso, acreditamos que as práticas políticas da chamada “Era Vargas” iluminam o cenário político amapaense. É nessa perspectiva que analisamos artigos, das décadas de 1940 e 1950, que foram publicados no “Jornal Amapá”, órgão vinculado à Imprensa Oficial. Nesses documentos verificamos o teor ideológico pela disseminação de valores e crenças dos líderes políticos locais e, também, pelo destaque à pessoa de Janary Gentil Nunes. As intenções políticas à época ficam claras no artigo “Há um sentido profundo de brasilidade na obra que aqui se realiza”:

²⁶Em 1932 foi fundada a Aliança Integralista Nacional (AIB), pelo movimento denominado “Integralista”. O Integralismo era uma doutrina de cunho nacionalista que enfatizava mais a cultura do que a economia, valorizando a Nação e a unificação. Seu lema era “Deus, Pátria e Família” (FAUSTO, 2008).

²⁷A tentativa de Golpe comunista, em 1935, a partir das atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O que possibilitou medidas repressivas pelo governo Vargas e justificou, à época, a necessidade de um regime autoritário (FAUSTO, 2008).

²⁸Corporativismo. BOBBIO, Norberto, et al. Dicionário de Política. Coordenação da tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 2010. v. 1, p. 287. “O Corporativismo é uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe regras à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí pode derivar a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político”.

o homem dessa jungle bravia não é um apático e menos ainda um desinteressado pelo destino de sua terra, Luta, pelo contrário, contra vicissitudes inúmeras e, batido pela desventura da enfermidade e do desconforto, reage com bravura extraindo de suas forças periclitantes lições heróicas de amor e devotamento à causa da grandeza de nossa Pátria [...].

Omnimodo em sua atividade, o Governador Janary Nunes atinge altitudes que poucos homens públicos no Brasil lograram conquistar. É um dínamo, possante e novo, a abrir largas esperanças ao progresso desta região. As realizações que o seu gênio construtivo está proporcionando ao Amapá é uma lição que ficará perene na história dos desbravadores do Brasil. Circulam no seu sangue os glóbulos dos bandeirantes que em épocas de outrora penetraram o interior de nossa Pátria e a arrancando ao sono milenário procuraram integrá-la na comunhão humana da civilização (JORNAL AMAPÁ, 1947).

Nesse artigo, a intenção do governo do Território do Amapá era desviar o foco sobre a realidade socioeconômica que, de acordo com o documento, era de vicissitudes e enfermidades. Por isso, as autoridades conclamavam a população amapaense à luta, com heroísmo e bravura, por meio da evocação do espírito patriótico, para obscurecer o contexto social adverso que não harmonizava-se com o discurso oficial apologético de modernização do então Território do Amapá. O que ficava claro ainda no termo progresso²⁹, revelador do caráter ideológico da propaganda política, utilizado como sinônimo de melhoramento que visava romper com um passado de atraso social e econômico, mas para isso colocava como contraponto o futuro. Este, porém, constituía-se num constante vir a ser, o que reforça a ideia de uma ação política estratégica para deslocar a atenção do povo amapaense sobre um presente que, efetivamente, não se diferenciava do passado.

O mesmo documento trazia a figura do governador como alguém que marcaria, de modo especial, a história do Amapá. Isso nos levar a afirmar que há traços que aproximavam as estratégias políticas utilizadas pelo então governador do Território do Amapá e o varguismo, uma vez que Getúlio Vargas também fora considerado, durante o Estado Novo, como “[...] meio-homem, meio-deus, estaria, afinal, cumprindo a ‘missão’ de promover o encontro da nação³⁰ com o seu grande destino” (PARANHOS, 2007, p. 33-34). O autor afirma ainda que

²⁹BINETTI, Saffo Testoni. Progresso. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Coordenação da tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 2010. v. 2, p. 1009-1015. No século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, a acepção iluminista de progresso toma força. Nesse entendimento, o termo progresso era utilizado para designar o progresso da civilização, cuja essência deveria ser o desenvolvimento da razão, a qual guiaria o comportamento humano.

³⁰ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Coordenação da tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 2010. v. 2, p. 795-799. Considerado um dos termos mais difíceis de definição, pode ser concebido como ideologia. Assim, entendemos que “a nação não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder”.

Getúlio era “dotado de ‘senso de realidade’, como ninguém, atuava com vistas a imprimir novos rumos ao país, sintonizando-o, finalmente, com as realidades objetivas, com a essência da *brasilidade*” (PARANHOS, 2007, p. 34). Ora, essa também fora a intenção de Janary Nunes no discurso oficial: dar novos rumos ao Amapá e integrá-lo à Nação brasileira.

Assim, entendemos que Janary Nunes acabou por imprimir traços característicos da política de Vargas ao seu modo de governar. Justificamos essa afirmação, entre outros fatores, pela existência do Código dos Interventores, de 1931, que estabeleceria normas de subordinação destes ao poder central (FAUSTO, 2008). Esse dispositivo político vem reforçar a ideia de que a análise sobre o Território Federal do Amapá não pode se descolar do mosaico político brasileiro.

No artigo “Há um sentido profundo de brasilidade na obra que aqui se realiza” (KUBITSCHKE, 1947) percebemos ainda a intenção, no discurso oficial à época, de despolitização da fala. Nesse aspecto, concordamos com Paranhos (2007, p. 30) no entendimento que a figura política de Getúlio Vargas na qualidade de mito que, enquanto tal, “desloca o plano da história para o da natureza, decreta a abolição da ‘complexidade dos atos humanos’, reveste-os da ‘simplicidade das essências’ e, como num toque de mágica, reorganiza um mundo isento de contradições”.

Entendemos que quanto mais se tentou despolitizar a fala mais se denunciou seu caráter político, consubstanciado na própria natureza da ação. Isso significa dizer que há uma causa política por trás de toda fala despolitizada. Paranhos afirma que todo mito, esteja ele ou não a serviço do poder instituído, tem o caráter politizador, sobretudo “porque o esquecimento ou perda da lembrança da participação humana na produção desse ou daquele acontecimento favorece a naturalização da história, que arrasta consigo uma carga conservadora igualmente política” (PARANHOS, 2007, p. 31).

No então Território Federal do Amapá o discurso oficial evocava, incisivamente, à Nação. É importante salientarmos que, de acordo com Francesco Rossolillo citado por Bobbio (2010), a ideia de nação tinha uma intenção política de “criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”. O que se harmonizava com o regime político nacional, à época, que era autoritário e centralizador, reforçando a ideia de Paranhos quanto a Nação ter funcionado enquanto ideologia de Estado.

Dessa forma, a propaganda política “janarista” seguia sua retórica de ruptura com o passado, cujo marco era o evento político de criação do Território Federal. O que pode ser

confirmado no artigo “O sentido da criação do Território” (JORNAL AMAPÁ, 1947), que destacava a figura de Getúlio Vargas pela federalização do Amapá. Novamente verificamos a evocação do espírito patriótico, agora como atributo do líder maior da Nação brasileira:

quando comemoramos a passagem do quinto aniversário da profícua administração de Sua Excia o Sr. Capitão Janary Gentil Nunes, desejamos legitimar a criação dos Territórios Nacionais, como um ato altamente patriótico do ex-presidente Getúlio Vargas, a que os espíritos dotados da <palavra justa e do acento justo> , na expressão de Joseph Conrad, sempre aludirão com encômios. E, em particular, reconhecemos, como testemunhas oculares, os empreendimentos de alta importância, executados nesta parcela do Brasil, em cinco anos, pelo eminente Governador do Amapá (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

No artigo anteriormente exposto, Vargas fora reverenciado pela benesse do desmembramento do Amapá em relação ao estado do Pará e, logo em seguida, foram evidenciadas as ações do governador do então Território Federal do Amapá. O destaque ao chefe do executivo na propaganda política, seja no âmbito nacional ou local, era uma característica no Estado Novo, que por ser um regime político autoritário precisava se legitimar. Para tanto, eram hipertrofiados os atributos do líder com vistas a aproximá-lo das massas, o que era feito por meio da associação da imagem desse com a de um benfeitor, um protetor das classes populares.

O líder atraía as massas, via propaganda política, com a finalidade formar uma nova mentalidade que se vinculava à ideia de Pátria brasileira, ou seja, era preciso formar um novo homem para uma nova sociedade. Esse apelo manteve-se no artigo “A mais eloquente lição de civismo que se escreve no Brasil”:

[...] do nada que era a região, no momento em que o presidente Vargas o criou, aqui se encontra uma demonstração de vitalidade que reconforta. Há vida, trabalho, energia creadora e, mais que isso, uma esplêndida lição de brasilidade. A obra de Janary Nunes parece-me a mais eloquente prova de civismo que se escreve no Brasil. Conheço a minha pátria em toda a sua expansão. Em nenhuma, no entanto, se me deparou processo mais adiantado. Acho mesmo que quem combater a existência dos Territórios deve visitar o Amapá porque, seguramente, sairá convertido. Como um Liautey brasileiro, Janary Nunes está integrando no Brasil o seu espaço extremo que os colonizadores e estadistas coloniais e imperiais não puderam colonizar e incorporar com a intensidade creadora que pude observar (JORNAL AMAPÁ, 1949, s/p).

Para além do discurso apologético importa-nos verificar que o termo renascimento era utilizado para evidenciar a necessidade de ruptura com o passado, que representava o atraso a ser superado. Dessa maneira, entendemos que ficava nítida a diferenciação entre novo/velho, configurando a contraposição ou o par “antigo/moderno” que, de acordo com Jacques Le Goff (1997), faz parte da história do Ocidente.

Para Le Goff, o “novo implica um nascimento, um começo [...] mais do que ruptura com o passado, novo significa um esquecimento, uma ausência de passado” (1997, p. 7). Esse entendimento dá sentido à estratégia política do governador do Território do Amapá, uma vez que o antigo é exposto como algo que devia ser apagado, e o moderno era trazido como algo imprescindível e altamente positivo à coletividade.

Nessa análise sobre estratégias políticas, no Território Federal em tela, o artigo “Não é fictício o progresso do Amapá” traz reforço à discussão anterior sobre o “coronelismo”. Isso porque fazia um retrato da realidade do interior do Amapá e, portanto, de sua gente, e destacava as medidas políticas adotadas por Janary Nunes para minorar o sofrimento do povo amapaense:

o motivo destas linhas, as primeiras rabiscadas para jornal, é movido talvez pelo desejo de nosso Estado possuir em algum tempo Govêrno da estirpe de Janarí Nunes, que vive lado a lado com os seus governados, sem preceitos e nem protocolos de granfinismo. Todos que conhecem o Amapá sabem o que era esse pedaço do Brasil. uma copia fiel, exata, sem aumento ou diminuição, do que é até hoje o Município de Curuçá, de Inhangapí, melhor dizemos. Município pauperrimo, foco de doenças, de carapanãs, impaludismo no duro, conjunto de desconforto e sofrimentos. Aniquilamento de população. Quando cheguei em Macapá, em 1947, encontrei uma cidade tipo de vila, sem aspecto de cidade. Tive má impressão. Não conhecia, entretanto, o mais importante. E' que seu govêrno estava iniciando sua obra pelo alicerce, pelo início. Atacava o interior do Território. As obras se desenvolviam nas matas, nos campos agrestes. Lá no seu interior já havia escolas, postos médicos, expedições penetrando em suas jazidas, em exploração de estudos. Em Porto Grande, Ferreira Gomes, Matapí, Macacoari, Lago Grande, Calçoene, sedes de Municípios Mazagão, Oiapoque, Amapá, já existiam escolas, Postos médicos com remédios, com enfermeiros, com médicos, professores, enfim estava o Amapá se construindo no mais forte alicerce <<EDUCAÇÃO E SAUDE>> (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

O artigo em tela destacava a proximidade entre o líder e seus comandados, o que para nós deixava claro o objetivo de identificar o governante com o povo. Isso sinalizava uma política de massa, a qual se voltava para o interior pelo fato de ser a área de maior adensamento demográfico. Nesse ponto, ressaltamos que o baixo nível cultural da população no meio rural amapaense favorecia a manipulação política de caráter eleitoral.

É importante frisarmos que a aproximação com o povo era uma estratégia política de Vargas durante o Estado Novo, que já na própria expressão “novo” trazia um apelo à ruptura com o passado (CAPELATO, 1998). Para tanto, novas práticas políticas foram encontradas, no sentido de viabilizar esse novo Estado em construção, e, dentre elas, estava governar com o apoio popular. Nesse aspecto, exerceram papel vital os interventores nos Estados e nos Territórios Federais.

Ocorre que não podemos esquecer o fato de que se tratava de um governo autoritário e intencionalmente centralizador. Nosso entendimento justifica-se na afirmação de Fausto (2008, p. 366) que “O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente”. Daí porque a necessidade da legitimação das ações governamentais pelo povo. De acordo com Capelato (1998), o varguismo foi um regime político que caracterizou-se pela presença das massas, mas assevera que esse era o grande desafio no Estado Novo, que revelava-se inclusive na propaganda política. Para a autora, a manipulação das massas, por meio de símbolos, constituía-se num elemento vital no pensamento estadonovista.

A centralização esteve na base da criação dos Territórios Federais, portanto, não poderia ser de outra maneira a atitude política de Janary Gentil Nunes, à medida que este era um interventor. Dessa forma, assim como Vargas, o chefe do executivo no Amapá intencionava destacar sua figura. Essa evidência do governante, de acordo com Capelato (1998), expressava o poder do culto da personalidade sobre os interesses da sociedade em geral. A figura do líder foi fundamental à consolidação do projeto político de modernização³¹, de um novo Amapá que se queria formar. O que indicia-se no artigo “No Amapá, todo mundo quer progredir - a escola de agronomia da Amazônia viajando no Território do Amapá”:

todo mundo tem vontade de edificar um novo Amapá, um novo Brasil equatorial, moderno e próspero.

O Amapaense tem fé no futuro de sua terra!

Esta mentalidade particularmente nítida, fator de alta potencialidade, explica o primeiro fato observado, isto é, as manifestações de trabalho construtivo.

Não quero dizer, portanto, que no Amapá, não existem as dificuldades geralmente encontradas na natureza amazônica. Certo, não!

³¹Para Gianfresco Pasquino, citado por BOBBIO (2010, p. 768), no que tange à política, a modernização se verifica quando há “maior diferenciação estrutural, uma maior especificidade funcional e maior integração de todas as instituições e organizações”.

Mas, embora isso, um fato está ainda certo: no Amapá, é a energia competente dum governador inflexível e dedicado à sua pátria que manda no preconceito de sua educação e de sua dedicação (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

Na matéria de jornal, acima exposta, verificamos que as dificuldades eram depositadas na conta da natureza, para desviar o foco das ações humanas. E, com essa justificativa, toda a sociedade amapaense fora estimulada a participar, juntamente com seu líder, à construção de um novo Amapá e de um novo Brasil. Nesse aspecto, concordamos com Capelato, quando afirma que “o mérito das transformações produzidas [...] era imputado ao líder, ao gênio, condutor das massas. Os textos apologeticos afirmavam que o condutor buscava a unidade das massas por ele organizadas, eliminando as divisões” (1998, p. 264).

Ainda sobre a ideia de renascimento, o discurso oficial intencionava evocar a emoção, o orgulho do povo amapaense em viver numa terra que, na propaganda política, era considerada paradigma de modernização. O que verificamos no artigo “Macapá moderna, modelo setentrional de capacidade brasileira de organização”:

[...] uma capital moderna, já arriscada na medida da grandeza que a espera de futuro. O engenheiro, o arquiteto, o higienista, o educador, o catequista, o empreendedor de ousadas iniciativas acompanharam o administrador que se revelou estadista. E surgiu Macapá moderna, modelo setentrional de capacidade brasileira de organização. Do chão começa a romper a produção agrícola e a se multiplicarem os selecionados rebanhos (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

A ruptura com o passado e a disseminação do ideal de modernização passava a ser a tônica do discurso político no Amapá. Nesse aspecto, identificamos a proximidade das práticas políticas, nos âmbitos local e nacional, porque o mesmo rompimento com o passado, intencionado pelo governador do Amapá nos artigos de jornal, fizera Vargas ao propagar a separação entre “o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução” (FAUSTO, 2008, p. 376).

Para Berman o projeto de modernização ocorreu mundialmente quando:

[...] Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No

século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização” (BERMAN, 2007, p. 25).

No caso do Amapá, ponderamos em torno de alguns elementos que integravam o processo de modernização. Nosso entendimento fundamenta-se na concepção de que “o aspecto mais interessante do processo de modernização se relaciona exatamente com o surgimento de formas políticas, econômicas e sociais distintas e diferenciadas” (BOBBIO, 1991, p. 768). No caso do Amapá, verificamos que o governador Janary Nunes utilizou-se das velhas práticas oligárquicas, conforme discutimos anteriormente (coronelismo/janarismo), e que iam à contra mão do discurso modernizador. Uma vez que a estrutura e a cultura política tradicional figuram entre as influências negativas ao referido processo, a elas acrescentamos o cenário nacional do “Estado Novo” (varguismo) e as características da liderança modernizadora ou personalismo.

A campanha desenvolvida na imprensa oficial, pelo governo do então Território Federal, para consolidar do projeto político de Vargas pode ser constatada também no artigo “Renasce o Amapá sob o signo de uma visão pragmática e moderna”, o qual se referia à capital nos seguintes termos:

Macapá [...] a metrópole setentrional do Brasil, renasce sob o signo de uma visão pragmática e moderna. A vetusta paisagem urbana de casebres de palafita, lembrando uma infixa população lacustre, cedeu à cidade da arquitetura funcional, rasgada em largas avenidas traçadas para o seu grande futuro, com magníficos prédios, destinados às escolas, aos hospitais, aos serviços públicos, à religião e ao desporto, resgatando seu plano urbanístico riscado em pleno sertão, os êrros medulares consumados pela estreiteza de concepção de muitos engenheiros dos grandes centros metropolitanos (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

Esse artigo ressaltava a transformação efetivada na paisagem urbana de Macapá, a capital do Território, porém cabe problematizarmos quanto à veracidade dessa modernização e também quanto à qualificação de “metrópole”. Especialmente pela utilização de expressões como, por exemplo, “renasce” e “seu grande futuro”, à medida que o renascimento visava o esquecimento do passado e projetava as expectativas do povo amapaense no futuro. Isso revelava a lacuna representada pelo presente, mas por que obscurecer uma realidade que, no discurso oficial, poderia ser comparada com a dos grandes centros urbanos do Brasil, à época?

No artigo “O passado e o presente” o Governo do TFA parecia não somente reforçar a ideia de rompimento entre o novo e o velho, mas também disseminar o espírito de brasilidade.

Esta conceituada na expressão “o carreamento da completa civilização”, conforme podemos observar na firmação que

o nosso Território representa, na atualidade, uma das regiões brasileiras, mais distantes dos litorais cosmopolitas, onde viceja, profundamente enraizado, o espírito sadio e construtivo de brasilidade. Brasilidade na acepção mais escoreita da palavra, que é o carreamento da completa civilização a circular em todas as veias latejantes de uma imensa planície outr’ora [sic] mostrando-se desoladamente solitária e doentia como a água [sic] estagnada (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

No documento citado anteriormente, “O passado e o presente”, o antigo fora simbolizado na doença e na água estagnada, mas, para representar o novo, evocava-se a civilidade e a modernização. O que podemos corroborar em outro artigo intitulado “Macapá Moderna: a capital do Território e sua nova fisionomia”:

este Jornal, que faz parte integrante da vida da cidade, também a sente em todas as suas pulsações, acompanhando-lhe a vida moderna e o ritmo de progresso que a domina.

E a nossa capital, imitando o Amazonas que a beija ternamente, quer crescer como o grande rio e rumores já como suas ondas ferventes, já aparecendo aos olhos da atualidade como uma cidade nortista onde se instalou a civilização trazida nas azas do trabalho territorial, todo dedicado ao bem da população, que, por sua vez, tem colaborado com a administração amapaense (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

A estratégia política utilizada no Amapá, por Janary Nunes, foi peça chave no campo das representações do poder, uma vez que o jogo estabelecido ocorreu no nível simbólico. Em outros termos, numa política de massas que se aproximava daquela que fora desenvolvida por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, que foi um líder carismático e, por meio da imprensa oficial, manipulou a opinião pública (CAPELATO, 1998). Essa afirmação corrobora-se no artigo “Macapá cresce e constrói”:

[...] da civilização que se alastra na cidade riscada pela linha do Equador, atestando a capacidade do homem da Amazônia, que se vem esforçando para concretizar os fins que ditaram a criação deste Território. E surgiram, e continuam se todos os municípios da região, ao mesmo tempo em que desenvolve os problemas mas econômicos, fomentando o comércio e a indústria e dando vida à novas riquezas com o explora-las vantajosamente (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

No mesmo documento, “Macapá cresce e constrói”, verificamos a recorrente retórica de valorização das transformações físicas ocorridas no Amapá. O que podemos inferir na afirmação de que a administração “não descuida da abertura e terraplanagem de novas artérias, ligando uns aos outros os populosos arrabaldes macapaenses, bem como distendendo a parte urbana da capital” (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p). Entretanto, constatamos nas estatísticas apresentadas no capítulo anterior que o crescimento populacional, no então Território Federal, não fora tão significativo quando comparado ao dos demais entes federativos da região Norte e do Brasil como um todo.

O discurso modernizador e o destaque à pessoa do então governador no Território do Amapá revelava a concepção que se tinha sobre as massas no varguismo. Durante o “Estado Novo”, a relação do líder com o povo caracterizava-se pela “incapacidade de autonomia das massas, elas não têm vida própria, só existem por meio do líder, e sua participação/representação é, assim, anulada” (CAPELATO, 1998, p. 264). Na fala das autoridades constituídas, no então Território do Amapá, essa concepção ficava nítida na afirmação que

o nosso Território está chegando a [...] dos 10 anos de sua intensa vida restauradora. Esse fato constitui, para toda a comunidade amapaense, motivo de grandes júbilos dentro de sua esmaltada significação. Porque, se voltarmos a olhar para atrás [sic], recuando dez anos, é que mais nos capacitamos da autêntica arrancada idealizada e levada a efeito pelo governo com a colaboração entusiasta do povo sempre a crescer dia a dia. [...] Um só minuto, no entanto, não foi perdido, e a obra restauradora, dura, duríssima, começou para não parar mais, arrancando o Território da sua longa noite de letargia. Primeiramente foi o ataque resolutivo contra as doenças, visando o mais rápido saneamento para que os braços fortes do cabôclo de descrusassem. Sob o sol, sob a chuva, sob as estrelas a até sob as noites caliginosas, a batalha não conheceu trégua, recuo ou intervalo. A ordem de comando mandava desprezar temôres, obstáculos, dificuldades [...] (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

A expressão “levada a efeito pelo governo com a colaboração entusiasta do povo” na citação acima deixa clara a intenção de Janary Nunes em fazer a população amapaense acreditar na efetiva restauração do Amapá, e que essa seria incapaz de obrar sem a condução de seu líder. Portanto, entendemos que a concepção estadonovista sobre as massas fora elemento integrante da propaganda política no Território Federal em tela.

A relevância das massas ou camadas populares à consolidação de um ideal nacionalismo vinculou-se à educação. O que justificamos em Veiga quando assevera que “a

escolarização no Brasil se consolida, atinge parte das camadas populares e se afirma como vetor de homogeneização cultural da nação” (VEIGA, 2007, p. 238). Os princípios do projeto político-econômico nacional estavam presentes no discurso oficial no Território do Amapá. O que justificamos no artigo “Panorama da educação no Amapá”:

na fase de grande desenvolvimento por que está passando o mundo, com bombas atômicas, rádio-televisão, em que tudo se processa sob o signo da velocidade, sendo educação a nossa própria vida: vida-movimento, atividades, têm os professores a grande necessidade de se preparar para dirigir a aprendizagem da nossa juventude sob um ritmo de evolução constante [...] (JORNAL “AMAPÁ”, 1948, s/p).

A nova configuração social reclamava, portanto, o preparo de pessoas para atenderem às novas exigências. Modernizar implicar educar, tornando necessária a alfabetização “porque as técnicas elementares e fundamentais de leitura, escrita e cálculo tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade” (CARVALHO, 2007, p. 33). Por isso, o já citado artigo “Panorama da educação no Amapá” trazia uma espécie de proposta de trabalho para a área da educação, que reforçava a ruptura com o passado:

a transformação do ambiente dependia de um plano inicial traçado. Este compreendia: Escolas Rurais do grau [sic] primário em todos os núcleos de população; Escolas Isoladas e Reunidas; Escolas Profissionais Masculinas e de Prendas Domésticas em todos os Municípios; um Colégio para ministrar o ensino ginasial; Grupos Escolares nas sedes Municipais, ministrando todo o curso primário, com Jardim da Infancia [sic] anexo; Escolas Noturnas destinadas aos adultos analfabetos; Educação Física; Merenda Escolar, objetivando o auxílio alimentar eficiente à população desnutrida, cuja saúde urgia ser preservada; Cooperativas, destinadas a baratear o preço dos gêneros; Biblioteca visando elevar o nível cultural de populações ainda entregues ao obscurantismo; o Escotismo e o Bandeirantismo, fontes perenes de energias cívicas e patrióticas, bem como Cursos de Férias anuais destinadas a melhorar o nível do magistério, especialmente o magistério leigo, necessitado de melhor padrão (JORNAL AMAPÁ, 1948, s/p).

As análises de artigos de jornal levam-nos a afirmar que a estratégia de Vargas de utilização da imprensa para disseminação da ideologia do “Estado Novo” também fora levada a efeito no então Território do Amapá. E concordamos com Capelato quando afirma que a propaganda política é fundamental à manutenção de todo regime, mas que é muito mais forte “naqueles em que o estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura

rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea” (1998, p. 36).

No artigo “O Amapá é um paradigma como centro de civilização da Amazônia” fora destacado o chefe do executivo local, como sendo “a figura do seu grande líder, o governador Janary Nunes, que se encontra em pouco por toda a parte, sempre que se faz necessário, um exemplo de trabalho, de energia, de saber e de bondade”. Mais adiante, no mesmo documento, observamos ainda a intenção de elencar os méritos da administração local e de apontar a educação como componente vital ao futuro do Amapá, sobretudo quando se afirmava que: “particularmente no campo da educação, sente-se a segurança com que se preparam os futuros homens do Amapá, para o grande dia em que outras forças econômicas e sociais atinjam seu clímax” (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

Assim, ficava clara a vinculação entre educação e sociedade ou educação e ordem política, no então Território do Amapá, e justificamos nossa afirmação por acreditarmos que a ordem constituía-se em apelo ao civismo, ao patriotismo como as principais tônicas da propaganda política. O que configurava-se como mais uma aproximação entre a política do governador Janary e a de Vargas, pois este afirmava que ao Brasil “estava destinado à conquista das mais puras glórias, mas a glorificação da Pátria somente seria alcançada através do aprimoramento de seu povo e da valorização de sua capacidade de trabalho” (HORTA, 1994, p. 146).

O artigo “O Amapá é um paradigma como centro de civilização da Amazônia” reforçava a ideia de superação de dificuldades e da intensa luta pela civilização e modernização do Território em estudo. E todo aquele esforço tinha como objetivo “a sua projeção na órbita civilizadora é fascínio, consôlo, padrão das atividades norteadas em favor do bem coletivo” (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p). Destacamos a expressão “bem coletivo”, uma vez que essa fazia parte também do discurso político no varguismo, cuja intenção era formar uma “unidade nacional”. Nesse aspecto, concordamos com Capelato por afirmar que a campanha estadonovista em prol da coletividade implicava outras unidades, isto é, “política, geográfica, histórica, moral e social, étnica, cultural, econômica e financeira, jurídica, patriótica, americana” (CAPELATO, 1998, p. 220).

O discurso político no então Território do Amapá deixava claro, portanto, a função da escola: civilizar. Para Souza esse fora o papel atribuído historicamente à escolarização que

articula com o processo de evolução da sociedade rumo aos avanços econômico, tecnológico, científico, social, moral e político alcançados pelas nações mais adiantadas, tornando-se um dos elementos dinamizadores dessa evolução. Por outro lado, responsabilizada pela formação intelectual e moral do povo, a educação popular foi associada ao projeto de controle e ordem social, a civilização vista da perspectiva da suavização das maneiras, da polidez, da civilidade e da dulcificação dos costumes (SOUZA, 1998, p. 27).

A afirmação de Souza harmoniza-se com o conceito de civilização na concepção de Norbert Elias (1994)³², para ele civilizar é formar uma classe superior, na qual cada indivíduo está sujeito às pressões e ao controle social. O controle social era a intenção política no Território do Amapá e, para tanto, a escola precisava ser (re)inventada, por esse fator ela foi articulada ao planejamento urbano,

a própria escola passou a ser interpretada como um equipamento urbano e sofreu intervenção técnica, recebendo dispositivos que asseguravam higiene e salubridade ao ambiente. Como no caso de outros espaços, concluiu-se que o traçado arquitetônico das instituições de ensino influenciava o comportamento, o desempenho, o aprendizado e a saúde das pessoas. Foi igualmente planejada a sua localização espacial, que obedeceu a critérios técnicos (infra-estrutura), econômicos (racionalidade de custos) e políticos (a imagem da escola como monumento da civilização) (VEIGA, 2007, p. 209).

A influência sobre o comportamento dos indivíduos ocorre por meio “de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (JULIÁ, 2001, p. 10). Esse conjunto de normas e práticas é denominado de cultura escolar, aqui entendida em sua complexidade e, portanto, sem reduzi-la a mero reflexo da cultura social.

Se nacionalmente a imprensa oficial assumiu o papel de disseminar aquilo que era relevante para consolidação do projeto político, no caso do Território Federal do Amapá, em consideração à política centralizadora de Vargas, não poderia ser diferente. Por isso, verificamos a ampla divulgação das comemorações, o que constatamos no artigo “Amapá”, dedicada aos dez anos de federalização:

³²De acordo com Elias (2001, p. 91), acontecera com a nova aristocracia, entre os séculos XVI e XVII, cuja uniformização dos comportamentos passou a ser uma exigência. Uma vez que “torna-se cada vez mais candente, especialmente porque a estrutura alterada da nova classe alta expõe cada indivíduo de seus membros, em uma extensão sem precedentes, às pressões dos demais e do controle social”.

essa é sua primeira grande etapa porque o evento encontra o Amapá completamente estruturado do ponto de vista não só econômico e industrial, como social e político, graças à operosidade proba e esclarecida do coronel Janary Nunes, seu governador durante quase os seus dois lustros de existência [...]. A maneira por que se faz a administração no Amapá, em particular o processo pelo qual todos os benefícios se distribuem ao longo do Território, devem servir ãe [sic] paradigma para a estruturação dos demais, menos daqueles que se encontram na ambiência da Amazônia.

Seja como for, uma obra como a da administração do Amapá, que no transcurso de seu primeiro decênio começa a transcender dos limites estreitos em que foi equacionada, deve inspirar orgulho ao seu autor e demais cooperadores, e compensar a Nação de todos os investimentos materiais e morais feitos em benefício da histórica sentinela avançada da boca do Amazonas (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

A comemoração dos dez anos de criação do Território Federal retratada no artigo “Amapá”, citado anteriormente, foi utilizada ainda para evocar o nacionalismo, o sentimento patriótico. A expressão “compensar a nação” visava criar a ideia que o povo amapaense devia ser sempre grato à Nação brasileira, sem a qual não haveria crescimento social e econômico no Amapá. Essa estratégia política tornou mais fácil a condução das massas por Janary Nunes, principalmente quando se voltava à juventude, conforme podemos verificar na seguinte afirmação:

nesse sentido, o prefeito local e o vigário local não podem deixar de ser os mais ativos elementos empenhando todos os esforços para que todos os menores tenham assistência educadora e os encaminhando para o desenvolvimento intelectual.

Queiram todos os Prefeitos locais e todos os Vigários locais se dedicar intensamente à missão de arrancar todos os menores brasileiros do abandono nefasto em que crescem, adquirindo os piores vícios sem nenhum estímulo de ação social, e levantaremos uma nova nacionalidade vigorosa e sadia.

[...] Assim a Pátria brasileira para ser uma nacionalidade forte e vigorosa, necessita que em cada localidade, em cada vilarejo, em cada município, se providencie eficientemente para encaminhar todos os menores a uma sadia formação intelectual e física, desviando-os da vida em que se lhes despertam os piores vícios (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

A evocação do espírito patriótico aos jovens amapaenses tinha como objetivo combater a infiltração de ideias comunistas nas escolas. Essa diretriz fazia parte da política educacional no Estado Novo, uma vez que Vargas desenvolveu “uma campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro” (HORTA, 2012, p. 148). Portanto, esse é mais um elemento que aproximava as ações políticas de Janary Nunes com as do varguismo.

Esse entendimento corrobora-se na afirmação de Souza (2008, p. 147) que “durante toda a Era Vargas (1930-1945) a educação exerceu um papel fundamental nos projetos do governo de integração política e de construção do Estado Nacional”. Além disso, de acordo com a autora, para que a educação viesse a atender ao governo autoritário de Vargas foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, no ano de 1931, como órgão centralizador das políticas na área educacional.

Fotografia 1 - Inauguração do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”



Fonte: Museu Histórico do Amapá (2013)

Discutimos nos artigos do *Jornal Amapá*, até aqui expostos, as intenções implícitas no discurso oficial do Território Federal em tela. Porém, entendemos ser relevante analisar a concepção de educação que se tinha, nas décadas de 1940 e 1950. Por outros termos, problematizamos a função social que fora atribuída à escola e em que nível a educação vinculou-se à propaganda política no Amapá.

O Governador do então Território Federal aproveitava estrategicamente as datas comemorativas, para entusiasmar a população amapaense, conforme podemos observar na Fotografia 1 que traz a inauguração do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”. Este evento harmoniza-se com a afirmação de Capelato (1998, p. 37) de que “o poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história”, dentre esses, estão comemorações, festas e construções de monumentos.

3.3 Educação como propaganda política no Território Federal do Amapá

Para analisar a educação no então Território do Amapá partimos da discussão sobre a propaganda política. Assim, acreditamos ser importante refletir ainda sobre a imprensa no varguismo, no qual a mesma fora alvo do controle do Estado. O que justificamos, entre outros fatores, pela criação do Departamento Oficial de Publicidade, em 1931, no fato do Ministério da Justiça ter implantado, à época, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934-1939) e, também, na implantação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939 (FAUSTO, 2008).

A criação dos órgãos acima mencionados revelava a importância estratégica da propaganda política durante toda a Era Vargas. Esse controle da imprensa pelo Estado foi garantido na Constituição Federal de 1937, a qual instituiu a censura prévia. Por isso, “a imprensa, por meio de uma legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e, portanto, veículo oficial da ideologia estadonovista” (CAPELATO, 1998, p. 69).

Verificamos no Plano de Organização Administrativa do Território (NUNES, 1944) que, no Amapá, também se exercera controle sobre a imprensa, porque observamos que havia um Serviço de Imprensa e Propaganda diretamente ligado ao governador Janary Nunes. É importante ressaltar que, no mesmo documento, podemos ver que o Departamento de Educação e Cultura figurava, hierarquicamente, abaixo da Imprensa. Ora, essa constatação leva-nos a inferir que a educação no Território Federal do Amapá estava atrelada à propaganda, o que se harmoniza com a afirmação de Capelato (1998) que, no varguismo, a moral e a educação eram subordinadas à propaganda política.

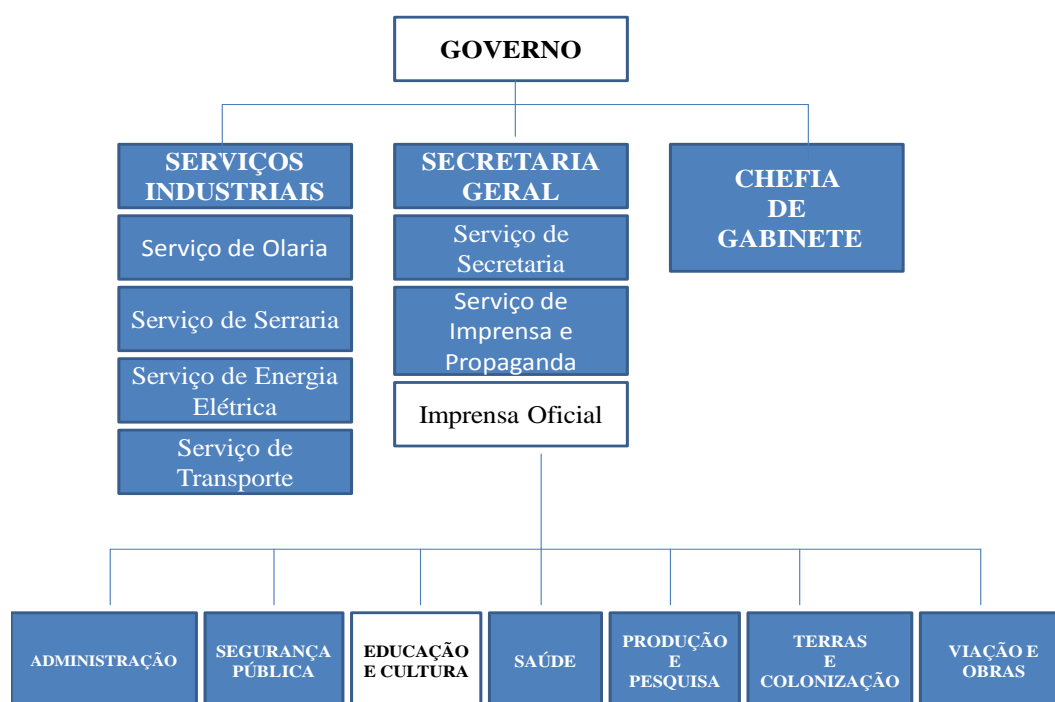
Uma questão relevante na análise sobre a relação da propaganda política com a educação no Amapá é que os artigos veiculados pela imprensa oficial, à época, atingiam apenas uma minoria da população, sobretudo a urbana pela maior oportunidade de acesso ao jornal ou

imprensa escrita. Assim, o Governo do então Território Federal utilizou-se ainda de outros meios para levar a propaganda política às populações do interior, visando inculcar o ideal educacional à construção de um novo Amapá que se queria forjar, por meio da escola.

O Relatório de Governo, do ano de 1944, apontava que a educação no Território Federal do Amapá ficava sob a direção do Departamento de Educação e Cultura. Este possuía as seguintes unidades: Serviço de Coordenação; Serviço de Ensino Primário e Profissional; Colégio de Macapá; Biblioteca e Arquivo Público; e Cine Teatro Territorial (NUNES, 1944, s/p).

Além dos artigos no bi-semanário “Amapá”, o governo do então Território Federal utilizou-se do rádio para propaganda política. O que constatamos no Relatório das Atividades, do ano de 1958, pela afirmação que “a difusão através do rádio vem sendo feita no Território com grande assistência do Govêrno, uma vez que o problema das distâncias, das dificuldades de acesso é muitas vezes minorado pela transmissão de notícias ao povo, através da radiodifusão” (PAUXY NUNES, 1958, p. 156).

Figura 1 - Plano de Organização Administrativa do Território do Amapá



Fonte: Museu Histórico do Amapá (NUNES, 1944).

Mais adiante, no mesmo documento, o então Governador do Território Federal, Pauxy Nunes (irmão de Janary Nunes), afirmou que “é matéria pacífica hoje, que a Imprensa e o

Rádio, bem orientados, constituem fator de grande relevância na educação e, conseqüentemente, no progresso de um povo”. Essa afirmação constitui-se num reforço ao entendimento de o rádio ter sido um elemento importante ao Governo do Amapá à utilização da educação como propaganda política, nas décadas de 1940 e 1950.

Acreditamos que o rádio funcionou como instrumento da propaganda governamental, no então Território do Amapá, pelo fato do acesso ao jornal (imprensa escrita) ter sido um privilégio de poucos e haver se limitado à área urbana. Dessa forma, como a informação e a propaganda política chegariam às populações rurais do Território em tela? A radiodifusão fora uma das estratégias políticas disponíveis. Mas, não desconsideramos as limitações dessa tecnologia relacionadas ao baixo poder econômico dos povos ribeirinhos da Amazônia para aquisição de um aparelho de rádio.

Nossa afirmação quanto à utilização da radiodifusão pelo governo do Amapá ganha maior relevo quando consideramos que o período correspondente ao recorte histórico deste estudo, de 1943 a 1958, coincide com a chamada “Era do rádio”. Para Newton D’Angelo, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o rádio fora um dos instrumentos de comunicação de massas, e, portanto, possibilitava a manipulação ideológica. Concordamos com o autor por afirmar que:

na trajetória da radiodifusão educativa encontramos várias referências sobre a função civilizatória do rádio, procurando levar aos mais diversos lares, escolas e demais espaços urbanos e rurais, o aprendizado cívico, patriótico e técnico que pudesse dar conta da “falta de espírito brasileira”, que pudesse ser usado contra a ausência de identidade nacional, as imensas diferenças regionais e locais e os “hábitos atrasados” de trabalho (D’ANGELO, 2005, p. 28-29).

É essa identidade nacional que se intencionava forjar por meio da escola e que fora amplamente divulgada na imprensa amapaense. O que verificamos no artigo “A Educação no Território” quando o Governo do Amapá asseverava que:

não fôsse, porém, termos encontrado “na alma da generosa gente amapaense, em todas as ocasiões e até hoje sem receber sequer uma única demonstração de hostilidade ou descontentamento, a viva esperança de ver sua terra melhorada, excepcional boa vontade em auxiliar as iniciativas do Govêrno, capacidade de transformação invulgar, integrando-se num só pensamento com seus administradores, quer estimulando-os com a amizade e seus aplausos para vencerem os obstaculos [sic], trabalhando onde fosse chamado, quer recebendo, em seus lares, os recém-chegados, enfim [sic] revelando por mil formas, nítida compreensão dos rumos novos que se abriam para o Amapá”, e a situação educacional seria muito outra e estaria quem [sic] do que é e do que alcançou (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Na análise dos artigos publicados pelo então Território Federal na imprensa oficial, na qual a educação fora utilizada como propaganda política, percebemos ainda que se vinculava, à época, a função social da escola ao processo modernizador, o que fermentava o discurso político amapaense. Assim, de forma sistemática, o Governo do Amapá evidenciava o atraso cultural da população amapaense, sobretudo pela inexistência de escolas em quantidade e qualidade, logo após a federalização. Afirmação que justificamos no artigo escrito por Janary Nunes e publicado no Jornal Amapá sob o título “Educação”, no qual assevera que

diante do quadro geral de abandono que enchia toda a paisagem territorial, teríamos infalivelmente de defrontar com o atraso [sic] da Educação. Praticamente, nem mesmo ensino havia. Qualquer transformação duradoura na vida de um povo só se obterá eficientemente preparando as gerações novas. Elas terão de ser utilizadas pelas elites como se fossem tropas encouraçadas incumbidas de abrir brechas nos hábitos e superstições da gente velha, aplicando o princípio preconizado por Durkheim de reeducar os páis pelos próprios filhos (NUNES, 1947, s/p).

A educação assumiu papel relevante no discurso governamental como disseminadora da modernização. No artigo “O ensino no Território” a propaganda política evidenciava uma expansão no ensino, nos anos de 1940 e 1950, conforme verificamos nas linhas a seguir:

constitui mais um desvanecimento, mais um motivo de orgulho para o Território, a sua destacada projeção no importante e fundamental setor do ensino público, base do seu futuro, das suas conquistas no amanhã da vida. Dessa jovialidade de hoje, a multiplicar-se na sucessão dos anos, sairão os homens que terão de continuar a trabalhar elo Amapá que lhes está prodigalizando todas as fontes de ensino. É notório o nosso grande avanço dentro da instrução pública, confortando-nos, desta década do progresso amapaense, sentir e constatar a sua maior expansão, a sua maior eficiência, a sua maior amplitude. Nenhum povo será venturoso sem possuir instrução, alicerce indismontável onde assenta a sempre desejada felicidade. Por isto, o Amapá viu o ensino renascer, avolumar-se, agigantar-se, exercendo fascínio coletivo [...] (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

No documento acima exposto, que apontava o avanço educacional ocorrido no então Território do Amapá, a finalidade era propagar a instrução como alicerce à ventura e à felicidade de toda a coletividade amapaense, o que impregnava a retórica governamental. Entretanto, reiteramos que essa ventura não se dava em nível real, isto é, ela era uma projeção do futuro, e justificamos essa afirmação nas expressões “base do seu futuro” e “será venturoso”.

O estudo sobre a relação das práticas políticas utilizadas, nas décadas de 1940 e 1950, no então Território Federal do Amapá, aqui desenvolvido a partir da análise do “coronelismo”, e o cenário político brasileiro traz-nos elevados indícios quanto à forte influência do “varguismo” à política no Amapá, nas referidas décadas. Por outros termos, entendemos que a conjuntura política do “Estado Novo” não permitiu a existência de um projeto político voltado à realidade amapaense.

Consideramos que havia ruptura entre o discurso oficial, veiculado na imprensa escrita (às populações urbanas) e falada (às populações rurais), e a realidade social do Amapá, à época. Em especial, pela forma “romântica” que o Governo assumia para descrição do contexto sociopolítico amapaense, e os dados estatísticos relativos à situação cultural e econômica da Região que iam em direção oposta à da propaganda política.

Tendo em vista a política de massas de Vargas, que fora impressa no Território Federal do Amapá, podemos afirmar que a educação foi utilizada como propaganda política para disseminar a ideologia de Estado. Assim, os artigos do Jornal “Amapá” propalavam a modernização que não podia prescindir da escola, o que justificava a ênfase no discurso político quanto à ampliação do número de escolas; mas cabe ainda a discussão sobre onde e por que as escolas foram implantadas?

4 EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Este capítulo tem como objetivo analisar as políticas públicas ligadas à expansão educacional no então Território Federal do Amapá (TFA), no período de 1943 a 1958. Para tanto, examinaremos como ocorreu a oferta do ensino, sobretudo o Ensino Primário e a consequente implantação de escolas. Analisaremos ainda se após a criação das escolas fora efetivada, no Amapá, a implantação de um “sistema” de ensino, tendo em vista a adoção das diretrizes nacionais à área da educação, nas décadas de 1940 e 1950.

Partiremos da hipótese de que não houve, de fato, uma política educacional “sistêmica” elaborada especificamente para o TFA. Porque acreditamos que as ações desenvolvidas, qualificadas neste estudo como iniciativas estavam vinculadas às questões nacionais de ordem econômica e, de modo especial, com o processo de industrialização e com o fluxo migratório de populações das regiões norte e nordeste, menos favorecidas economicamente, para as regiões Sudeste e Sul em busca de trabalho e melhores condições de vida.

4.1 Expansão e Organização do Ensino no Amapá

Para discutir a ampliação da oferta de ensino, no então Território Federal, é necessário compreender o contexto sociopolítico amapaense. No capítulo três, discutimos as ações do Governo do Amapá que, pelo menos no discurso político, intencionou romper com um passado de atraso e miséria (o antigo) e construir um novo Amapá (o moderno), mas, para isso, era necessário forjar um novo homem: o civilizado. Assim, a educação fora utilizada como propaganda política para disseminar a ideia da construção de um futuro grandioso para o Amapá, que não poderia prescindir da escola.

Nessa perspectiva, analisamos dados oficiais ou não que nos permitissem fazer uma caracterização mais próxima da realidade sociocultural e educacional da população amapaense para confrontá-los ao discurso político das autoridades constituídas. Verificamos que, de forma recorrente, o primeiro interventor no TFA divulgava na imprensa oficial a situação de ensino que encontrara em 1944, o que podemos verificar no artigo “Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva” (JORNAL AMAPÁ, 1948), cujas informações compõem a Tabela 13.

Tabela 13 - Quantitativo de escolas no Território do Amapá, de 1944 a 1948

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS		TAXA DE INCREMENTO
	ABSOLUTO	RELATIVO	BI-ANUAL
1944	7	13%	-
1946	35	63%	250%
1948	56	100%	63%

Fonte: Jornal *Amapá* (1948)

A Tabela 13 aponta que em 1944 havia sete escolas, no então Território Federal do Amapá, e que, no período de 1944 a 1946; esse número subira para 35, ou seja, houve um aumento de 250% de unidades escolares. Já 1948 verificamos o registro de 56 escolas, o que significa que de 1946 para 1948 o incremento foi de 63%, mas que fora inferior ao do biênio anterior (1944-1946). Mas, problematizamos quanto aos percentuais à luz do quadro socio-educativo apresentado pelo próprio Governo do TFA, que caracterizava-se por número reduzido de escolas e pelo consequente atraso instrucional. Em outros termos, dizemos que o incremento de 250% ocorrera no lapso de dois anos e que corresponde a 28 unidades escolares, cuja média anual deveria ser de quatorze escolas, ou seja, apenas de 100%. Nesta perspectiva, entendemos que, apesar das taxas de incremento, no referido período, serem elevadas, é possível questionarmos o significado das mesmas em relação às necessidades educativas da população amapaense.

O artigo “Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva” (JORNAL AMAPÁ, 1948), apontava o aumento de unidades escolares implantadas fora significativo nos dois primeiros anos de criação do Território, o que sinaliza a expansão da oferta de ensino após a federalização do Amapá. Salientamos que a inexistência de dados relativos aos anos de 1945 e 1947, na Tabela 13, é própria ao referido artigo. Para corroborar a afirmação que o incremento de 88% no número de escolas, entre 1944 e 1946, precisa ser compreendido à luz do cenário educacional amapaense, quando chegou ao Amapá o primeiro interventor, analisamos o Relatório de Governo, relativo ao ano de 1944, no qual se afirmava que a educação no Amapá

estava em completo abandono, sem nunca ter sido eficiente. Para a população de 25.000 almas do Território apenas existiam 7 escolas, aliás, péssimas, instaladas em casas e barracos em ruínas: 2 na cidade de Macapá, 1 no Rio Pedreira, 1 na cidade de Amapá, 1 no povoado de Tucumã, outra no de São Miguel e 1 na Vila de Mazagão Velho. Nenhuma recebia material escolar e ensinavam até o 3º ano primário. Apenas uma escola – instalada numa barraca – estava em prédio próprio. Na região fronteiriça – do Oiapoque – diante das escolas guianenses – não havia nenhuma brasileira. E a consequência disto é a maioria absoluta de habitantes analfabeta. Nas fôlhas de pagamento de

trabalhadores a assinatura geral é a datiloscópica do dedo polegar (NUNES, 1944, s/p).

O quadro educacional, exposto no Relatório de Governo de 1944, pode justificar a expansão do ensino no TFA, por meio da implantação de escolas, e a consequente ampliação das matrículas. O que, por sua vez, também podia vincular-se ao índice de analfabetismo no Brasil, na década de 1940. De acordo com o IBGE (1950), a taxa nacional de analfabetismo era de 57%, e a de escolarização apenas de 31%, entre crianças de 7 a 14 anos; entretanto, o discurso político das autoridades constituídas no Amapá apontava, como resultado da expansão do ensino na década de 1940, a redução do índice de analfabetismo já no início dos anos de 1950. Conforme dados apresentados no artigo “A educação no Amapá”, no qual se afirmava que

o êxito obtido de trabalho espiritual e material da Divisão de Educação junto à coletividade amapaense, encontra-se publicado no resultado do Censo Demográfico de 1950, onde se poderá ver que, aquela época, 87,22% da população de 10 anos e mais sabiam ler e escrever, restando apenas 12,78% dessa mesma população na coluna de analfabetos. Cabe ressaltar, entretanto, que tudo isso foi conseguido porque a Educação não trabalhou um povo indiferente e apático, mas um material humano magnífico, extraordinário, de ótima recepção, que, como uma boa terra, recebeu a semente, produziu a sua eclosão, ergueu-a do nível do solo, ganhou em ramaria e voltou-se graciosamente para deixar o fruto tão esperado (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

No que concerne à redução do analfabetismo, no então Território Federal do Amapá, acreditamos que a década de 1950/1960 se caracterizou “por uma queda da taxa de analfabetismo mais acentuada do que nas décadas anteriores e nas subsequentes” (FERRARO, 2009, p. 92). Para o autor, entre os fatores que provavelmente influenciaram ao fenômeno, estava a incalculável distorção provocada pela alteração da pergunta feita no Censo de 1950 que era “Sabe ler e escrever”, e que, em 1960, passou a ser “Sabe ler”. Outro fator pode ter sido a regulamentação, no ano de 1945, do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), destinado a apoiar os Estados na difusão desse nível escolar; e que contribuiu, nacionalmente, à ampliação do número de prédios escolares. Amparados em Ferraro (2009) podemos dizer, considerando confiáveis as taxas apresentadas pelo Governo do Amapá, que não se tratava de um fenômeno local, e sim nacional.

O fenômeno da redução do índice de analfabetismo no Brasil, na década de 1950, parece ter sido explorado politicamente pelo Governo do Território. Uma vez que Pauxy

Nunes, interventor no Amapá em 1958 (irmão de Janary Gentil Nunes), afirmava no Relatório de Governo quanto à taxa de escolaridade que

é certo que possui este Território alto índice de escolaridade, atingindo a 192 alunos em 1.000 habitantes, salientando-se que em 1944, ao serem criados os Territórios, era inferior a 30 em 1.000 habitantes, o que equivale afirmar que houve um aumento superior a 600% (PAUXY NUNES, 1958, p. 139).

É importante evidenciar que o referido relatório trata-se de documento oficial, e, portanto precisa ser analisado com cautela. Isso significa dizer que entendemos ser necessário verificarmos as taxas de matrícula e de conclusão do curso primário, para confrontá-las com os dados apresentados por Pauxy Nunes. Além do mais, entre outros fatores, consideramos ainda que em razão do baixo índice populacional, no então Território do Amapá, os percentuais pareciam ser sempre altos.

Percebemos que, tanto na década de 1940 como também na de 1950, o Governo do Território divulgou, na imprensa oficial, alguns percentuais que eram aparentemente elevados, sem maior discussão. E não podemos perder de vista que o número de alfabetizados guardava relação com a demografia da região, ou seja, as somas pareciam altas porque o contingente populacional era baixo, à época, especialmente quando consideramos o percentual demográfico das demais regiões brasileiras, conforme discutimos no capítulo dois deste estudo. Nos artigos analisados neste estudo subjaz a preocupação dos governantes no TFA com as taxas educacionais, pelo esforço político em estimular o povo amapaense à instrução, o que sinaliza o divórcio entre realidade educacional e discurso oficial.

Esse entendimento se fundamenta nas afirmações do primeiro interventor, Janary Nunes, quanto à precariedade das instalações físicas das escolas primárias, antes da federalização, e que foram reforçadas com a Fotografia 2, a seguir exposta, a qual integrava o Relatório de Governo (NUNES, 1944). Na referida fotografia, podemos observar uma casa em ruínas onde funcionava uma escola primária em Macapá, no ano de 1944.

A partir da observação da Fotografia 2, problematizamos a relação entre o discurso político modernizador do Governo do TFA e a realidade socioeducativa amapaense, revelada na imagem do prédio em precárias condições. Daí acreditarmos que, se o passado que se pretendia romper estava representado na referida fotografia, qualquer melhoria feita já significaria um avanço, à medida que a estrutura predial, denunciada pela fotografia em tela, se encontrava em desalinho com a realidade educacional das grandes regiões brasileiras e

correspondia às “escolas de improviso” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Estas funcionavam, muitas vezes, nas residências dos professores e predominaram entre os séculos XVI e XVIII, porém enfatizamos que, no então TFA, esses prédios escolares ainda existiam na década de 1940, o que sinalizava atraso social, econômico, cultural e educacional. Atraso que, neste estudo, justificamos pelas condições históricas específicas da região amapaense (longo período de instabilidade político-administrativa), como também na assimetria que caracterizou o desenvolvimento econômico das regiões brasileiras.

Fotografia 2 - Casa onde funcionava uma escola primária em Macapá, no ano de 1944



Fonte: Museu Histórico do Amapá (NUNES, 1944)

Na Fotografia 3 podemos observar um prédio que fora reformado para funcionamento provisório do Grupo Escolar de Macapá, no ano de 1946. Verificamos que já mostrava uma diferenciação quanto à estrutura predial, se comparada com a da Fotografia 2 (casa em ruínas), sinalizando a intenção política de melhoria do aspecto físico dos estabelecimentos escolares,

por parte do Governo do Amapá. Mas, não temos como afirmar quanto a um efetivo avanço na qualidade do ensino ministrado naquele período.

Fotografia 3 - Prédio reformado para funcionamento do Grupo Escolar de Macapá, em 1946



Fonte: Museu Histórico do Amapá (2013)

A partir dos dados divulgados na imprensa oficial amapaense, relativos à área da educação, buscamos respostas a algumas questões relevantes à discussão como: que tipo de escola foi implantado no Amapá? Onde se localizavam? Havia discrepância entre matrícula, aprovação e conclusão de curso? Havia professores suficientes para atuarem nas escolas implantadas nas décadas de 1940 e 1950? Os professores contratados eram habilitados ao exercício do magistério?

O artigo “Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva” (JORNAL AMAPÁ, 1948), acrescentava ainda, ao quadro educacional amapaense, relevante informação sobre a localização dos estabelecimentos de ensino, quando afirmava que das sete escolas existentes em todo o Amapá, apenas duas se localizavam na capital. Portanto, em 1944, a maioria se

situava no interior do Território, o que reforça os dados demográficos, apresentados no capítulo dois, que se relacionam à predominância do meio rural sobre o urbano. No intuito de analisar os índices apresentados pelo Governo do Território, apresentamos a Tabela 14 que traz o quantitativo de escolas da capital, Macapá, no período entre 1944 e 1949, coletado junto ao IBGE. Os números expostos na referida Tabela apontam que o total de escolas em Macapá subira de 15, em 1944, para 64 no ano de 1949. Verificamos também que a expansão do ensino, na capital do TFA, fora maior no nível primário, o que afirmamos tendo em vista que, durante todo o período, predominaram as escolas primárias em Macapá. O que justificamos no total de 64 unidades escolares existentes em 1949, das quais 61 eram escolas destinadas ao Ensino Primário. No que concerne ao tipo de ensino, na Tabela 14, verificamos que até 1946 havia no então Território do Amapá, apenas escolas de ensinos primário e industrial. A partir de 1947, já podemos observar uma unidade de Ensino Secundário, como também percebemos o mesmo em relação ao Ensino Pedagógico, que só apareceu nas estatísticas referentes ao ano de 1949. Para este último ano, constava uma escola cujo tipo de ensino não fora especificado, sugerindo a existência de escola particular ou mesmo de um estabelecimento confessional.

Tabela 14 - Unidades escolares, em Macapá, no período de 1944 a 1949.

ANO	ESCOLA									
	Primária	Secundária	Doméstica	Industrial	Comercial	Artística	Pedagógica	Superior	Outros	Total
1944	14	-	-	01	-	-	-	-	-	15
1945	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14
1946	17	-	-	-	-	-	-	-	-	17
1947	32	01	-	-	-	-	-	-	-	33
1948	43	01	-	-	-	-	-	-	-	44
1949	61	01	-	-	-	-	01	-	01	64

Fonte: IBGE (1949)

O fenômeno de expansão do ensino parece não ter sido circunscrito à Macapá, mas a todo o Território do Amapá. Essa afirmação pode ser corroborada na Tabela 15, na qual observamos o total de 26 escolas para o ano de 1944, mas, em 1949, esse número subiu para 134. Deste quantitativo, 130 correspondem às unidades escolares de Ensino Primário. A predominância desse nível de escolaridade sinalizava a implantação de uma política de alfabetização, contudo, acreditamos ser possível problematizar se a mesma não fazia parte do projeto educacional de Vargas para o Brasil.

A Tabela 15 traz o quantitativo de unidades escolares em todo o Território Federal do Amapá, de 1944 a 1949. Observamos que o total geral do início do período era de 26 escolas,

mas, ao final, o montante subiu para 134 escolas, o que entendemos corroborar a tendência de crescimento. Mas, analisando o total de escolas do TFA apontado na referida Tabela com o número de unidades escolares em Macapá (Tabela 14), podemos afirmar que a maior parte dos estabelecimentos de ensino, no final da década de 1940, localizava-se fora da capital, segundo o IBGE.

Tabela 15 - Unidades escolares, em todo o Território do Amapá, de 1944 a 1949

ANO	ESCOLA									
	Primária	Secundária	Doméstica	Industrial	Comercial	Artística	Pedagógica	Superior	Outros	Total
1944	24	-	-	02	-	-	-	-	-	26
1945	33	-	-	01	-	-	-	-	-	34
1946	37	-	-	01	-	-	-	-	-	38
1947	72	01	-	01	-	-	-	-	-	74
1948	99	01	-	01	-	-	-	-	-	101
1949	130	01	-	01	-	-	-	-	01	134

Fonte: IBGE (1949)

A partir dos dados das Tabelas 14 e 15, anteriormente expostas, elaboramos a Tabela 16 que traz a evolução no incremento de escolas, no período de 1944 a 1949, na capital e em todo o Território Federal do Amapá. Porque entendemos ser necessário comparar os percentuais de Macapá e os do interior, para verificarmos a localização dos estabelecimentos de ensino, ou seja, se o Governo do TFA implantara mais escolas em Macapá ou no interior. Neste sentido, na referida tabela, observamos que os maiores índices registrados eram do Território em geral e não de Macapá.

Os dados da Tabela 16 apontam que o maior incremento anual ocorreu em 1947, tanto em Macapá como no interior. Consideramos importante reforçar que os números, até aqui apresentados, sinalizam a iniciativa do Governo do Amapá de expandir o Ensino Primário. Mas, acreditamos que essa era uma política integrante do projeto nacional, à época, para redução do analfabetismo e fixação do homem no campo, por meio da implantação de unidades escolares, ao qual a escola fora chamada a exercer importante papel. Desta forma, problematizamos quanto à possibilidade da transposição do modelo educacional do Distrito Federal (DF) para o TFA, sem se preocupar com realidade socio-educativa local, nas décadas de 1940 e 1950.

Estudos sobre educação, no então Território Federal do Amapá, sinalizam que educar o povo amapaense era vital às autoridades instituídas, porque fazia parte de um projeto de transformação socioeducativa, mas, já questionamos que o mesmo não tenha sido engendrado pelos interventores amapaenses, e, sim, por Vargas para todo o Brasil. Dentre essas pesquisas, evocamos a de Lobato (2009) por afirmar que, para os governantes no TFA, o maior obstáculo

ao alcance dos objetivos estabelecidos no plano de administração era vencer a mentalidade conservadora e, portanto, resistente à modernização. O que, entre outros fatores, pode justificar a ênfase modernizadora que impregnou o discurso oficial no Território, à época.

Tabela 16 - Comparativo do incremento de escolas, de 1944 a 1949, na capital e no interior.

ANO	MACAPÁ			AMAPÁ		
	ABSOLUTO	RELATIVO	INCREMENTO ANUAL	ABSOLUTO	RELATIVO	INCREMENTO ANUAL
1944	15	23%	-	26	-	-
1945	14	22%	-7%	34	25%	31%
1946	17	27%	21%	38	28%	12%
1947	33	52%	94%	74	55%	95%
1948	44	69%	33%	101	75%	36%
1949	64	100%	45%	134	100%	33%

Fonte: IBGE (1949)

Longe de compararmos a realidade europeia com a brasileira e, de modo especial, com a do então Território Federal do Amapá, acreditamos que a discussão sobre modernização traz a lume uma questão relevante que é a relação entre escola e sociedade. Neste aspecto, ao estudar o contexto sócio-educacional europeu, Magalhães defende a ideia que a educação é um projeto, e que

no plano histórico, os pressupostos da escola estiveram centrados na transformação dos indivíduos e na modernização da sociedade. Assim pois, a relação entre escola e sociedade foi o vetor fundamental da escolarização. A educação é um projeto de (re) conhecimento, interação e humanidade, que os sujeitos cumprem e constroem, fazendo-se pessoas através de processos (in) formativos e maturacionais. Obtidos sob as modalidades de ensino e aprendizagem, estes foram os processos basilares da escolarização (MAGALHÃES, 2010, p. 52).

Guardando as devidas diferenciações, entre contextos e tempos, concordamos com Magalhães (2010) quando afirma que a educação é um projeto social. Nesta perspectiva, questionamos as políticas públicas, à área da educação, desenvolvidas pelo primeiro Interventor no Amapá, apresentadas em Relatório de Governo (NUNES, 1944); principalmente porque no referido documento o então Governador do TFA dizia considerar, entre outros fatores, que as ações empreendidas visavam combater o analfabetismo, a baixa densidade demográfica, a dispersão do homem sobre o solo e o nomadismo que, segundo o mesmo, decorria da ausência de formação profissional. Mas, reiteramos que todos esses fatores eram utilizados como

justificativa às diretrizes varguistas, que parecem ter penetrado o discurso político no Amapá, sem, contudo, terem feito com que fosse construído um projeto educacional que atendesse ao cenário socioeducativo amapaense.

Dessa forma, os artigos publicados na imprensa oficial do TFA pareciam querer atingir o imaginário das massas e, novamente, sem propor qualquer analogia entre o contexto europeu e o brasileiro, trazemos as ideias de Magalhães, por entendermos que as mesmas contribuem à compreensão sobre o porquê do discurso político haver explorado tanto a escolarização como fator de progresso e garantia de futuro. O autor afirma que:

a historiografia da escola e das reformas da instrução pública não foi insensível ao paradoxo hermenêutico que acompanhou a genealogia, as reflexões críticas e as tomadas de decisão nos vários contextos espaço-temporais. Tal paradoxo reside no facto de ter estado subjacente à escola um sentido de futuro, pleno de expectativas, e de haver permitido a superação de atrasos e de assimetrias desenvolvimentistas, nos planos internacional, social, antropológico, consolidando a tradição, actuando nos domínios do pragmático e do simbólico, assegurando a norma e a modelação de racionalidades, atitudes, capacidades, imaginários. Ao reforçar as matrizes socioculturais mais profundas, a escola foi factor de mudança e de progresso (MAGALHÃES, 2010, p. 46).

Ao analisarmos o discurso político no TFA, que destacava a necessidade de ruptura com o passado e a projeção no futuro, para obscurecer um presente de miséria e doenças, acreditamos que a concepção da escola como fator de mudança e de progresso fora utilizada como estratégia política, pelos primeiros interventores no Território em tela. Por isso, tal concepção fora disseminada, em larga escala, para forjar novas atitudes e mentalidades, o que pode ter contribuído à consolidação da estrutura de poder vigente, conforme podemos verificar no artigo “O ensino no Território”:

porque, como compreendeu a nossa administração, não poderia haver recuperação, do homem e da terra, sem a realidade intensiva da instrução, sem a morte do analfabetismo, sem as possibilidades de vôos mais altos no mundo dos livros, dos ensinamentos, das lições, do estudo geral. Cada Grupo Escolar, cada Escola, cada Colégio, cada sala, cada pensionato, cada Jardim da Infância, cada estabelecimento profissional vem sendo uma trincheira de ininterrupto combate em favor do ensino, primário e secundário. São milhares de crianças, de jovens e até de gente mais velha, que povoam os salões de aulas, diurnas e noturnas, nas capitais e nos mais distantes lugarejos do vasto interior amapaense. Ensino obrigatório, intenso, moderno, fiscalizado e aparelhado.

[...] São dez anos de ensino que estão valendo por vinte. E a ordem é para crescer mais ainda, crescer sempre, no tempo e no espaço (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

No artigo “O ensino no Território”, citado acima, destacamos a seguinte frase: “e a ordem é para crescer ainda mais”. A palavra *ordem* indicava que os primeiros interventores no TFA pareciam seguir apenas ordens superiores, por acreditarmos que o combate ao nomadismo ou à migração fazia parte de uma política nacional. Assim, concordamos com Werle (2010) que essas medidas foram implantadas por Vargas quando introduziu o modelo econômico de substituição das importações que, por sua vez, fora consequência, dentre outros fatores, da Grande Depressão (1929-1933) e da Segunda Guerra Mundial (1940-1945), questões já discutidas no capítulo dois deste estudo. Dessa forma, a autora assevera que

a partir da década de 1930, para superar a crise econômica, a industrialização passou a fazer parte do projeto nacional de desenvolvimento. Foi um período em que o crescimento da produção industrial esteve baseado na utilização mais completa da capacidade existente, de modo especial, nas regiões sul e sudeste, que concentravam a maior parte dos estabelecimentos industriais, e, em termos setoriais, voltava-se para a produção de bens de consumo leves que respondiam por 80% do valor da produção industrial do Brasil (WERLE, 2010, p. 18).

A partir das afirmações de Werle, podemos verificar que as ações de Vargas levaram em consideração o êxodo rural ocorrido nas regiões sul e sudeste, como decorrência do processo de industrialização. A industrialização e o conjunto de medidas voltadas para o trabalhador urbano, cujo “apogeu deste movimento ocorreu em 1943, quando o governo promulgou simbolicamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sistematizando e ordenando os vários decretos e regulamentos sobre a organização sindical e a legislação social” (WERLE, 2010, p. 21). Isso provocou, de acordo com a autora, a migração rural-urbana nacional e desequilibrou a distribuição populacional e econômica no Brasil. Em relação à região Norte, a autora defende a ideia que o interesse governamental na política nacional de fixação do homem ao solo, na década de 1940, se vinculava aos altos índices de miserabilidade da população de agricultores, que era o caso do então Território Federal do Amapá.

Para Werle a política nacional de fixação do homem no campo foi promovida por meio da educação rural. Afirma a autora que “em fins da década de 1920, a concepção nacionalista se fortaleceu e, em nome da construção de uma identidade nacional brasileira, a alfabetização de amplas camadas da população e a atenção para o ensino rural são propostas instrumentalmente voltadas à defesa do nacionalismo” (2010, p. 27). Essa concepção surgiu como contraponto à ideia da vocação agrária do Brasil, e defendia um projeto nacional pautado na industrialização e na independência política, mas que

ênfatizando a indústria nacional, a formação de uma classe média e de trabalhadores urbanos, a interpretação nacional-burguesa contestava os ideais da vocação agrária e estabelecia a dicotomia entre urbano e rural. Para esta interpretação, a cultura brasileira era definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica e marcada por um complexo de inferioridade [...]. (WERLE, 2010, p. 28).

A dicotomia entre urbano e rural tem raízes históricas anteriores à década de 1940, e se traduzia, sobretudo, “na representação de que o espaço rural e o urbano eram duas realidades rivais” (WERLE, 2010, p. 28). Nesse aspecto, é importante ressaltar que a visão que se tinha do campo, à época, era de um lugar marcado pelo atraso social, no qual as pessoas eram privadas, inclusive, de seus direitos, e que dependia das cidades. No caso do Amapá, essa concepção sobre o meio rural estava subjacente no artigo “O ensino no Território”, citado anteriormente, na afirmação que “não poderia haver recuperação, do homem e da terra, sem a realidade intensiva da instrução, sem a morte do analfabetismo” (JORNAL AMAPÁ, 1953, s/p).

Nessa perspectiva, ocorreu a expansão do ensino no então Território Federal, que pode ser verificada ainda no artigo “A educação no Amapá”. Esse artigo traz números de estabelecimentos de ensino e de professores, que podem reforçar a ideia que os percentuais educacionais, referentes ao Censo de 1950, divulgados na imprensa pelo Governo do Amapá, foram altos porque os quantitativos da década de 1940 eram baixos. O que justificamos na afirmação que, no Território Federal em tela, “funcionavam 4 grupos escolares, 39 escolas isoladas, com 34 professores normalistas e 42 leigos, ao passo que neste primeiro período letivo de 1948, os valores já estão acrescidos para 5 grupos escolares, 53 escolas isoladas, com 46 professores leigos e 55 normalistas” (JORNAL AMAPÁ, 1948, s/p).

Outra questão indiciada no artigo “A educação no Amapá”, anteriormente citado, é a qualificação dos professores para o magistério primário no TFA. Podemos verificar que, no final da década de 1940, o total de professores era de 101, número obtido pela soma dos 46 sem formação profissional com os 55 normalistas, ou seja, 46% não cursaram o Ensino Normal. É relevante discutir esses dados, pois acreditamos serem sinalizadores da contradição entre o discurso político modernizador e a realidade das escolas no Amapá. Esse significativo percentual de professores leigos, em salas de aula, estava em direção oposta ao que fora estabelecido no Decreto-Lei n. 8.539, ou Lei Orgânica do Ensino Primário, em seu Capítulo IV: “art. 34. O magistério primário só pode ser exercido por brasileiros, maiores de dezoito anos, em boas condições de saúde física e mental, e que hajam recebido preparação conveniente, em cursos apropriados, ou prestado exame de habilitação, na forma da lei” (BRASIL, 1946a).

Consideramos que o artigo 34 da Lei Orgânica do Ensino Primário trazia um cerceamento à atuação dos estrangeiros no magistério, o que se encerrava em agravante à composição de quadro de professores. Entretanto, o mais relevante a ser examinado é o despreparo de grande parte dos professores primários, no então Território do Amapá, que era sinalizador do distanciamento entre o discurso e dados educacionais, isto é, a realidade escolar. É necessário ressaltar, também, que a falta de habilitação para o magistério primário se tratava de um macro fenômeno, para o qual contribuiu a inexistência de escolas normais, em número suficiente, em todas as regiões do Brasil, o que corroboramos em Veiga ao afirmar que

apesar da legislação nacional e das normatizações estaduais, não houve na época a necessária alteração do quadro de profissionalização dos professores primários no país. Denota-se diversidade na oferta de escolas normais (públicas e particulares), concentração de grande número de escolas em alguns estados e escassez na maioria. Mas, principalmente, observa-se disparidade na formação [...]. (VEIGA, 2007, p. 286).

A disparidade na formação de professores, como resultado da diversidade na oferta de escolas, nos remete à discussão sobre a desigualdade no crescimento econômico das regiões brasileiras, feita no capítulo dois deste estudo. Assim, enquanto as autoridades constituídas no Amapá falavam em “surto educacional”, a realidade demonstrava que nas salas de aula havia professores despreparados, indiciando que a expansão do ensino se prendeu mais à ampliação do número de escolas do que à qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Para reforçar a ideia que o índice de professores leigos sinalizava o não rompimento, efetivo, com o passado de atraso, mas apenas na laudação modernizante dos primeiros interventores no TFA, evocamos o estudo de Santos por afirmar que:

nas terras amapaenses, apesar de oficialmente instituído há quase século e meio, ensinava somente até o terceiro ano do primário, por meio de um currículo anacrônico, com os alunos aprendendo tão somente elementares conhecimentos de leitura, escrita e matemática, o que era muito para uma sociedade em estruturação e que precisava de pessoas capacitadas e motivadas para levar a termo esse propósito (SANTOS, 2006, p. 37)³³.

Acreditamos que a expressão “era muito”, utilizada pelo autor, pode ser entendida como sinônimo de insuficiente, à medida que o mesmo evidencia o processo de (re)estruturação socioeducativa e, como corolário, a necessidade de profissionais habilitados para tal fim.

³³ Santos (2006) afirma que, na região do Amapá, o ensino elementar foi instituído em 1799, pelo então governador do Grão-Pará D. Francisco de Souza Coutinho.

Santos afirma ainda que, entre as iniciativas para equacionar o problema da inexistência de professores habilitados no então Território Federal do Amapá, as autoridades constituídas contaram, à época, com o fator migratório. Uma vez que,

o governo janarista contou majoritariamente com professores improvisados, recrutados entre servidores públicos de nível médio e superior, e com alguns professores de nível médio, vindos de outras regiões, basicamente do estado do Pará e nordeste do País, atraídos pelos salários superiores aos que recebiam nos seus locais de origem e pela posição social de destaque que aqui teriam (SANTOS, 2006, p. 38).

A análise do quadro docente pode ser feita na Tabela 17, que traz o quantitativo de professores no então Território Federal do Amapá, para o período de 1944 a 1948, divulgados pelo Governo local no artigo “A linguagem expressiva dos números” (JORNAL AMAPÁ, 1949). Destacamos na referida Tabela que havia dois registros para o ano de 1944, sendo um número inicial de dez professores e outro final de 34, o que representou um incremento de 240%.

Tabela 17 - Quantitativo de professores, no período de 1944 a 1948

ANO	NÚMERO DE PROFESSORES		INCREMENTO ANUAL
	ABSOLUTO	RELATIVO	
1944 (início)	10	8%	-
1944 (final)	34	28%	240%
1945	62	52%	82%
1946	73	61%	18%
1948	120	100%	32%

Fonte: Jornal *Amapá* (1949)

O registro diferenciado para o primeiro ano de criação do Território Federal pode reforçar a ideia que o Governo no Amapá pretendia evidenciar suas iniciativas políticas na área da educação. Em 1945, esse número de professores contratados subira para 62, ou seja, de 1944 para 1945 houve um crescimento anual de 82% na contratação de docentes. Para o ano de 1946, verificamos um total de 73 professores, que é equivalente 18% de incremento no quadro docente. Já em 1948, observamos que o quantitativo subira para 120, contabilizando incremento anual de 32%. É importante salientar que a ausência de registro numérico para o ano de 1947 não é própria a este estudo, mas do artigo de jornal ora analisado. Amparados nos dados da Tabela 17, afirmamos que a maior taxa anual ocorreu no ano de 1944 e a menor em 1946, porém é possível dizer que, de 1944 a 1948, houve aumento na contratação de

professores no TFA. O que entendemos ser justificado pelo aumento no número de unidades escolares apontado pelas Tabelas 14, 15 e 16.

A Tabela 18 traz o total de professores em Macapá e no Território Federal do Amapá como um todo, no ano de 1948. Evidenciamos que, mesmo trazendo informações sobre um ano apenas, os dados são relevantes por sinalizarem a localização dos estabelecimentos de ensino. Assim, de acordo com a referida Tabela, observamos que em Macapá 63% dos docentes atuavam no meio rural e somente 38% em área urbana; o mesmo fenômeno ocorria no Território do Amapá, à medida que 64% de professores exerciam suas funções em áreas rurais, e 36% no meio urbano. Portanto, entendemos que os dados apresentados na Tabela 18 sinalizam a predominância de escolas rurais.

Tabela 18 - Número de professores, segundo localização e categorias, em 1948

TERRITÓRIO/ CAPITAL	LOCALIZAÇÃO						ESPECIALIZAÇÃO PEDAGÓGICA				CATEGORIA				TOTAL	
	Nas Sedes						Normal		Não Normal		Cátedra		Auxiliar			
	URBANO		DISTRITAL		RURAL		AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.
	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.										
AMAPÁ	9	36%	-	-	16	64%	7	28%	18	72%	24	96%	1	4%	25	100%
MACAPÁ	6	38%	-	-	10	63%	5	31%	11	69%	15	94%	1	6%	16	100%

Fonte: IBGE (1949)

Verificamos na Tabela 18 que no Território Federal do Amapá apenas 28% possuíam o Curso Normal e 72% não, isto é, a maior parte dos regentes não era habilitada ao magistério do Ensino Primário. Estes números levam-nos a problematizar quanto ao lapso de tempo entre a criação do Território e o ano de 1948, cujos dados da tabela acima mencionada se referem, no sentido do alto percentual de professores sem habilitação para o magistério, possivelmente leigos, e a coerência do discurso modernizador do Governo do Amapá.

Tabela 19 - Número de professores por localização e categoria de ensino, em 1950.

TERRITÓRIO/ CAPITAL	LOCALIZAÇÃO						ESPECIALIZAÇÃO PEDAGÓGICA				CATEGORIA				TOTAL	
	Nas Sedes						Normal		Não Normal		Cátedra		Auxiliar			
	Urbano		Distrital		Rural											
	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.
Amapá	23	46%	5	10%	22	44%	18	36%	32	64%	40	80%	10	20%	50	100%
Macapá	14	54%	1	4%	11	42%	7	27%	19	73%	19	73%	7	27%	26	100%

Fonte: IBGE (1950)

A Tabela 19 traz o quantitativo de professores em 1950, uma vez que consideramos relevante à discussão sobre a qualificação docente no então Território do Amapá. Conforme verificamos na Tabela 18, o total geral de professores no TFA, em 1948, era de 25, mas podemos observar na Tabela 19 que subira para cinquenta no ano de 1950; já em Macapá, o quantitativo de docente crescera de dezesseis para 26, nos respectivos anos. O que sinaliza a tendência de crescimento do quadro de professores, o que, por sua vez, encontra sentido no crescimento de unidades escolares, na década de 1940.

No que concerne ao local em que atuavam os professores no TFA, os dados da Tabela 19 indiciam que 44% dos docentes exerciam atividades de ensino no meio rural e 42% em área urbana, ou seja, no ano de 1950 já podemos observar uma aproximação dos percentuais de professores que atuavam nos meios rurais e urbanos. Entretanto, se somarmos o número dos professores que atuavam em distritos (zona suburbana) com o daqueles que exerciam em áreas rurais teremos um percentual de mais 50%. Portanto, estes dados sugerem que havia ainda uma predominância de professores atuando em áreas suburbanas e rurais do Território Federal do Amapá.

A Tabela 19 possibilita-nos também a análise da evolução do quadro de professores no sentido da qualificação para o exercício do magistério. Assim, verificamos na Tabela 18 que 72% dos regentes no Território Federal do Amapá não possuíam o Curso Normal; e, em Macapá, 69%. Já em 1950, estes percentuais sofreram alteração, à medida que em todo o Amapá 64% dos professores não possuíam o Curso Normal; e, em Macapá, este número era de 73%. Desta forma, podemos dizer que os dados da referida Tabela sinalizam que, em 1950, a maioria dos professores no TFA não estava habilitada para o exercício do magistério primário, para o qual foi implantada a maior parte das escolas, na década de 1940, conforme pudemos observar, anteriormente, na análise do quantitativo de unidades escolares.

Verificamos que as iniciativas à qualificação dos professores, no então Território Federal do Amapá, se faziam por meio de treinamentos que ocorriam durante os intervalos letivos, isto é, durante as férias. O que podemos verificar no artigo “Curso de férias”:

realizar-se-á nesta capital, no período compreendido entre 5 e 25 de fevereiro próximo, o Curso de Férias para Professores, instituído pelo Governo e patrocinado pela Divisão de Educação.

São os seguintes os objetivos do referido Curso: a) preparar os professores do Território para lecionar em 1947 a 3.^a série do curso primário; b) ensiná-los a aplicar processos de Escola Ativa em Pedagogia; c) explicar-lhe o funcionamento da Divisão de Educação; d) prepará-los para as tarefas da

administração escolar; e) homogeneizar os processos de ensino e a conduta administrativa em todo o Território.

Para ministrar as aulas, foram designados os professores abaixo designados: Linguagem, Oneide Medeiros; Matemática: Graziela Reis e Souza; Geografia e História do Brasil, sr. Paulo Armando Martins Xavier; Higiene, Dra. Abelina Rocha Montero Valdez; Ensino Agrícola, dr. Demostenes Silvestre Fernandes; Educação Escolar, Diniz Henrique Botelho; Desenho, sr. Paulo Torres; Ciências Físicas e Naturais, Glicério de Souza Marques; Educação Física, [...]. (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Tabela 20 - Quantitativo de matrículas, no período de 1944 a 1948, para o Amapá

ANO	MATRÍCULAS		INCREMENTO ANUAL
	ABSOLUTO	RELATIVO	
1944	390	10%	-
1945	1.728	44%	343%
1946	2.084	53%	21%
1948	3.941	100%	89%

Fonte: Jornal *Amapá* (1948)

Outro fator que consideramos importante à discussão sobre expansão do ensino, no TFA, é a evolução das matrículas, por acreditarmos que a análise do quantitativo de matrículas, na década de 1940, poderá trazer luzes à relação entre discurso oficial e realidade educacional. Nesta perspectiva, a Tabela 20, elaborada a partir do artigo “Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva” (JORNAL AMAPÁ, 1948), traz o número de alunos matriculados, no período de 1944 a 1948. Verificamos que o maior incremento anual nas matrículas ocorreu de 1944 para 1945, que foi de 343%; já em 1946 a taxa ficou em 21%, porém, fora reduzida se comparada ao ano anterior. Para 1948, verificamos que o incremento foi de 89%. Amparados nos dados da referida Tabela, afirmamos que apenas no primeiro ano da federalização do Amapá ocorrera um significativo salto nas matrículas.

Confrontamos os dados apresentados na Tabela 20 com os que foram veiculados por meio do artigo “A educação no Amapá”. Neste, podemos verificar que o número de matrículas registradas para o ano de 1943 era o mesmo, isto é, de 390 alunos. O artigo em tela menciona o ano de 1947, para o qual não encontramos registro na Tabela 20, e podemos observar ainda que os números, para 1948, aproximam-se, mas não se igualam. O que indicamos na afirmação que

a população escolar que foi encontrada, após a instalação do Território, acusava um total de 390 alunos, em 1943, teve no decorrer de 1944, 1945, 1946, 1947, um aumento de mais de quinhentos por cento. No ano passado os gráficos acusaram o total de 3.146 escolares, matriculados nos diversos

estabelecimentos que se espalham pelos quatro municípios. Em 1948, até o fim do 1º semestre êsse já atingiu a 3.750 (JORNAL AMAPÁ, 1948, s/p).

Os dados sobre matrículas no então Território Federal do Amapá, tanto no IBGE quanto na Imprensa Oficial amapaense, apontam crescimento das matrículas na década de 1940. Mas, destacamos que a importância de analisarmos, a partir dos indícios em torno da intenção do Governo no Amapá de disseminar a ideia de “surto educacional”. O que sinalizava-se na hipertrofia de dados educacionais, com vistas a causar impacto na população amapaense e fazê-la acreditar numa efetiva e acelerada modernização, porém cabe problematizar se houve, efetivamente, um surto educacional ou se o mesmo não fora apenas produto de estratégia política para obscurecer uma realidade socioeducativa inversa à propaganda política. Em busca de respostas a esse questionamento examinaremos os tipos de escolas e de ensino implantados no Amapá.

4.2 Barracões e Palacetes

No discurso político, o projeto de modernização propalado pelo Governo local, para o então Território Federal, passava pela implantação de grupos escolares que promoveriam a civilização do povo amapaense. O ideário desse projeto estava subjacente no artigo “A Nova Civilização Brasileira”, por revelar, entre outros aspectos, a concepção de escola das autoridades constituídas no Amapá:

a escola é a forja da civilização. É o berço da Pátria. É o crisol do sentimento cívico. E o cadinho em que se fundem todos os novos elementos advindos à nossa população.

Portanto, o novo fato da civilização brasileira precisa consistir em que em qualquer povoação, cidade ou vila, as escolas sejam agora o principal edifício local, a primeira preocupação dos cidadãos (JORNAL AMAPÁ, 1949, s/p).

No artigo anteriormente citado destacamos a afirmação que “a escola é a forja da civilização”, e problematizamos quanto à civilização a que se reportava o Governo do TFA. Muito provavelmente daquela que deveria ser promovida pela escola, porém é necessário refletir sobre o tipo de escolas implantadas, a formação dos professores, a qualidade do ensino por esses ministrado, e, principalmente, a adequação do programa educacional à realidade social e cultural do povo amapaense.

Nessa direção, analisamos o tipo de estabelecimentos de ensino que foram implantados no TFA. Uma vez que os prédios dos grupos escolares construídos no Amapá, à época, se harmonizavam com a segunda fase da estrutura predial das escolas no Brasil e que, de acordo com Faria e Vidal (2000), eram as chamadas “escolas-monumentos”, implantadas em São Paulo nos oitocentos. Assim foram denominadas em razão da área física e da arquitetura diferenciada, para delimitar claramente o espaço reservado ao saber científico, e, para os autores, elas faziam sentido como estratégia político-ideológica de ruptura com o passado, por meio de obras impactantes.

Com a implantação de escolas, na década de 1940, o Governo do Amapá dava sinais quanto ao entendimento que era preciso construir escolas para atender ao projeto político que se estabelecia, fosse ele nacional ou local. Mas, salientamos que, no caso amapaense, a preocupação com o papel social da escola ocorreu tardiamente, uma vez que a mesma já fora alvo de discussão ainda no século XIX, conforme assevera Araújo:

a resposta republicana à educação escolar precisa ser compreendida levando-se em conta o contexto europeu do século XIX – quando a escolarização primária veio se efetivando em diferentes compassos nos diferentes países -, bem como o contexto brasileiro. No que tange a este, a primeira metade do século XIX brasileiro se ocupou da unidade nacional do ponto de vista político. Na transição do Império (1822-1889) para a República (a partir de 1889), especialmente no tocante às últimas décadas daquele, a educação é objeto de significativas discussões e reformas (Haidar, 1972). Proclamada a República, esta se viu diante de uma tarefa por fazer, a da configuração da escola pública, seja em nível quantitativo e qualitativo, seja em termos de recursos humanos para socorrê-la, seja por meio dos edifícios escolares etc (ARAÚJO, 2006, p. 235).

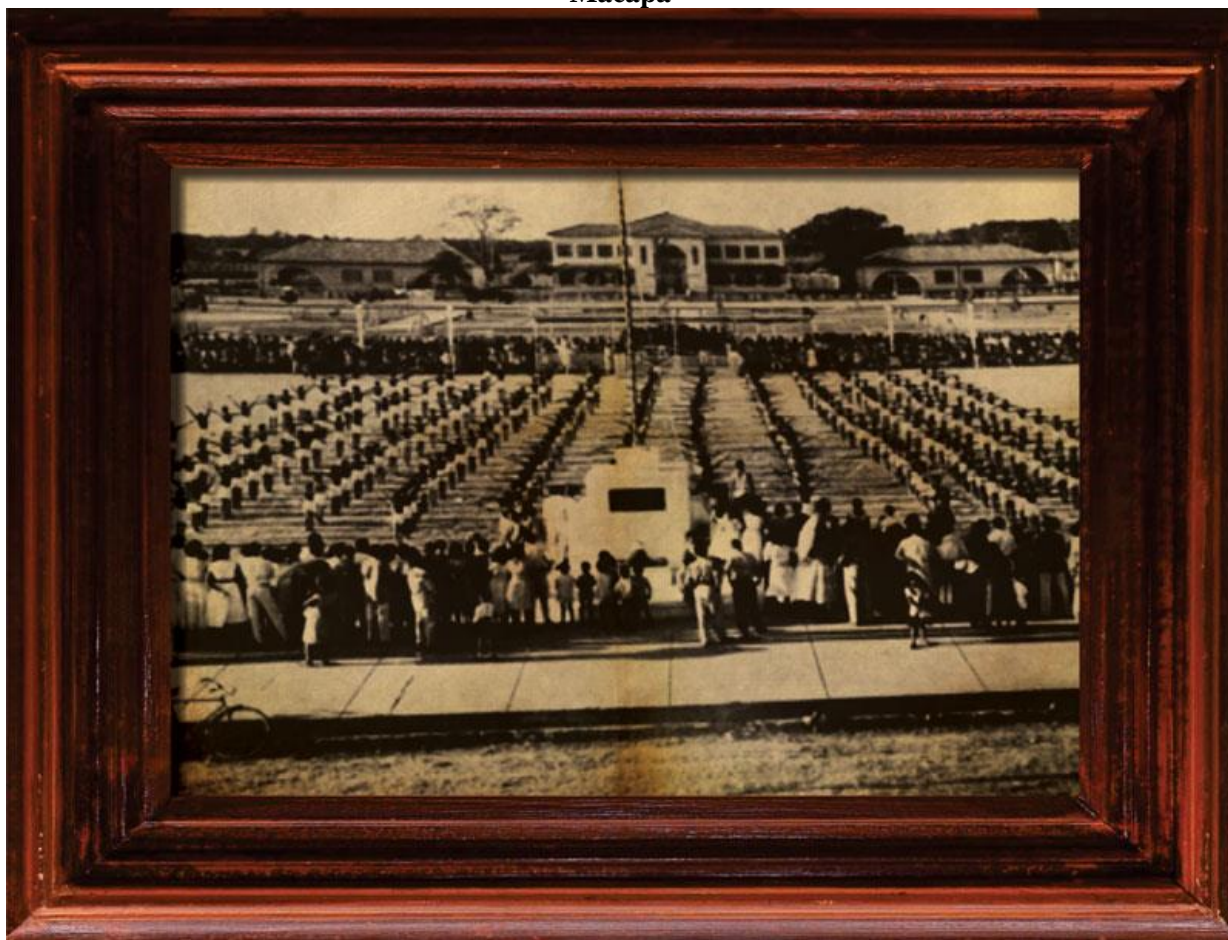
De acordo com Araújo (2006), a criação dos grupos escolares integrou o projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular no Brasil. Para o autor, o poder da educação fora mitificado, pelo fato de depositarem na escola, ao mesmo tempo, a consolidação do novo regime e a regeneração da Nação. Entendemos que isso foi feito no Amapá, porém nas décadas de 1940 e 1950, nas quais o Governo do então Território do Amapá também disseminara o ideal de Nação, o qual se revelava nas entrelinhas do artigo “O sentido da criação do Território” por afirmar que

o Brasil é o gigante do mundo, o maior país de terras contínuas e habitáveis, dentre todos quantos dividem o orbe terrestre. A equivalência de nossas fronteiras marítimas e terrestres parece indicar à nossa terra o papel que lhe

está reservado pela Providência, de ser, dentro do continente, uma potência marítima e continental de primeira magnitude (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

É importante frisar que os grupos escolares foram estratégicos à consolidação do projeto nacional na Primeira República, no qual “a escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos: por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. Era preciso torná-los evidentes, exhibi-los, solenizá-los!” (SOUZA, 1998, p. 15-16). Evocamos a função socioeducativa desses estabelecimentos de ensino, no referido período, para buscar possíveis aproximações com o tipo de escolas implantadas no então Território Federal, porque acreditamos que os grupos escolares integravam o conjunto de práticas oligárquicas dos primeiros interventores. Uma vez que, em meados do século XX, os Governantes no Amapá construíram, nas sedes municipais, prédios escolares que figuravam à feição de palacetes, sobretudo, se comparados às demais edificações existentes, à época, no entorno. Isso indicia que os espaços escolares, no TFA, foram planejados e construídos com a intenção política de funcionarem como “verdadeiros templos do saber” (SOUZA, 1998).

Fotografia 4 - Apresentação de colegiais em frente ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, em Macapá



Fonte: SEPLAN (2012)

Entendemos que essa discussão sobre os grupos escolares no Amapá, sobretudo como templos de saber, se harmoniza com a ideia que “o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber” (LEFEVRE 2006, p. 5). O que faz sentido quando verificamos que os grupos escolares, no então Território Federal do Amapá, foram todos implantados em áreas urbanas, nas sedes dos municípios e, a maioria deles, na capital, e problematizamos no sentido da hierarquia social vigente à época. Assim, concordamos com o autor, que a hierarquização do espaço acaba por criar

“conjuntos”, de fato, isolados. Pois, paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Além disso, parece que essa lei ou esse esquema do espaço com sua lógica (homogeneidade-fragmentação-hierarquização) tomou um alcance maior e atingiu uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento da sociedade inteira (LEFEVRE, 2006, p. 7).

Assumimos que, no então TFA, o uso do espaço acabou por revelar o que não fora dito no discurso político das autoridades constituídas: a hierarquia, o conflito. Uma vez que “a organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, para otimizar os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem” (LEFEVRE 2006, p. 9), o que estava sinalizado na localização e no tipo de escolas implantadas em Macapá, na década de 1940 (Quadro 1). Mas, é importante salientar que conseguimos identificar apenas parte dos decretos e dos nomes das escolas.

Quadro 1 - Escolas criadas no município de Macapá, na década de 1940.

N.	ESCOLAS
01	Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”
02	Grupo Escolar “Alexandre Vaz Tavares”
03	Grupo Escolar de “Macapá”
04	Ginásio Amapaense
05	Escola Mista de “Fazendinha”
06	Escola Mista de “Porto Grande” (Raimundo da Silva Elleres)
07	Escola Isolada Mista de “Buritizal”
08	Escola Isolada Mista de “São Miguel”
09	Escola Isolada Mista de “Ponta do Curuá”

10	Escola Isolada Mista de “Ferreira Gomes” (Profa. Maria Iraci)
11	Escola Rural de “Franquinho” (Distrito Bailique)

Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

No Quadro 1 observamos que em Macapá, a capital, foram criados três grupos escolares e um ginásio nas áreas urbanas, já as demais escolas em distritos ou localidades, esse fenômeno indicava que os chamados “templos de saber”, no então Território Federal do Amapá, foram destinados possivelmente à elite urbana, isto é, a uma minoria. O que fundamentamos na afirmação que os grupos escolares chegaram tão somente “às localidades mais bem providas de recursos, portanto capazes de compartilhar desse processo seletivo de tal política pública” (ARAÚJO, 2006, p. 254). O caráter seletivo podia ser percebido no artigo “A educação no Território” que, ao trazer uma descrição das condições disponibilizadas ao ensino nos grupos escolares, desvelava o distanciamento entre as escolas urbanas e as rurais, que não se prendia apenas à estrutura predial. Pela afirmação que

a exemplificar, temos o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” imponente edifício, construído em pleno coração da Amazônia, com 12 salas de aula de 77 mts.2 cada uma e um amplo salão de conferencias, dotado de um equipamento duplo sonoro, sistema movietone, marca “Enermann IV” Zeiss Ikon, de fabricação alemã, para filmes de 35 mm., com a finalidade cívica de educar à criança, o adolescente e o adulto, proporcionando-lhe uma iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandçam, dentro do elevado espírito de fraternidade humana (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Na diferenciação da estrutura física dos grupos escolares e a das demais escolas, implantadas no então TFA, a Fotografia 5 traz a Escola Rural “Porto do Céu”, que se localizava em distrito de Macapá. Podemos observar que se tratava de um barracão em madeira, implantado em área não urbana, e que parece ter sido literalmente encravado na floresta; daí entendermos ser possível problematizar quanto à qualidade das atividades pedagógicas ali se desenvolviam. Por outro lado, na Fotografia 6, observamos o Grupo Escolar de “Oiapoque”, com prédio em alvenaria e de porte significativo, construído na zona urbana do município que dava nome ao estabelecimento de ensino. Portanto, se compararmos a Escola Rural “Porto do Céu” com o Grupo Escolar “Oiapoque”, percebemos a distância entre a educação que fora proposta para as áreas urbanas e para as rurais; isso reforça a ideia que as diretrizes educacionais do projeto nacional, desenvolvidas no TFA, parecem não ter considerado as peculiaridades da região amazônica e, de modo particular, as do Amapá.

O Governo, no então Território do Amapá, parecia fazer questão de evidenciar a estrutura física dos prédios escolares encontradas, no ano de 1944, pelo primeiro interventor.

Esse entendimento está pautado na análise de inúmeros artigos jornalísticos, publicados na imprensa oficial, entre os quais se afirmava que:

as casas encontradas, reconstruídas e adaptadas, nas sedes, dos Municípios, para funcionamento, a título precário, dos Grupos Escolares, serão no decorrer deste ano, substituídas por edifícios construídos especialmente para aquelas instituições escolares, sob as exigências didático-pedagógicas mais avançadas.

Por serem os prédios onde funcionaram os Grupos Escolares antipedagógicos, impossibilitando e prejudicando os mestres de poderem, pelo exemplo, convencer as crianças das regras higiênicas a serem observadas, foi determinada a construção dos Grupos Escolares da Capital e das sedes municipais de Amapá, Oiapoque, Mazagão, e, também, da Vila de Calçoene (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Fotografia 5 - Escola Rural “Porto do Céu”



Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

Para além da questão física das escolas, queremos destacar a função socioeducativa atribuída aos grupos escolares, criados nas sedes dos municípios amapaenses, existentes à época. Essas unidades de ensino deveriam, de acordo com o documento acima citado, inculcar

regras, hábitos e comportamentos nas crianças do interior do TFA (ribeirinhas/caboclas) que eram próprios à cidade (área urbana). Mais adiante, no mesmo artigo, podemos verificar que se fizera menção à Escola Rural “Porto do Céu” (Fotografia 5), a qual comparamos ao Grupo Escolar “Oiapoque” (Fotografia 6), porém o discurso político considerava aquele “barracão” confortável e indicador do surto educacional, por afirmar que

ao par da melhoria de edifícios, dos Grupos Escolares, a que nos referimos, cabe salientar aqui que as escolas isoladas de Ferreira Gomes, Vila Velha, Porto Grande, Base Aérea, Foz do Jarí, Fazendinha, Santana, Porto do Céu, etc., são construções novas e confortáveis, indicadoras do surto que vem obtendo a educação em pleno interior onde as escolas não passavam de pardieiros inhabitáveis[sic], anti-higiênicos e antipedagógicos, quando existiam [...] (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Fotografia 6 - Grupo Escolar “Oiapoque”, criado na década de 1950



Fonte: *Jornal Amapá* (2012)

À análise das escolas criadas no TFA apresentamos, no Quadro 2, um elenco de nove estabelecimentos de ensino que foram implantados em localidades, portanto, fora da capital do

Território do Amapá. Desse total, três eram escolas rurais, três unidades isoladas mistas e as outras três eram escolas mistas, isto é, 33% de estabelecimentos voltados ao Ensino Agrícola (rurais); 33% de escolas isoladas e 33% de unidades mistas de ensino. O tipo de escolas sugere a existência de iniciativas voltadas à alfabetização das populações do interior, à medida que essas unidades foram implantadas em distritos, comunidades e à margem de rios ou lagos. Além de Macapá, a capital, nos anos de 1940, no então Território Federal do Amapá havia mais três municípios: Amapá, Mazagão e Oiapoque. E, considerando os objetivos deste estudo, é importante trazermos as unidades escolares identificadas na análise documental, bem como os decretos de criação que foram localizados.

Quadro 2 - Escolas criadas em outras localidades, nas décadas de 1940 e 1950.

Nº	ESCOLAS
01	Escola Isolada Mista de “Igarapé do Lago” (distrito)
02	Escola Isolada Mista de “Lima do Curuá”
03	Escola Isolada Mista de “Ilha Redonda”
04	Escola Mista “São Luis” (Rio Araguari)
05	Escola Mista de “Tucumã”
06	Escola Mista de “Camaipi”
07	Escola Rural Ministro “Manuel de Carvalho” (Rio Pedreira)
08	Escola Rural de “Livramento”
09	Escola Rural de “Cunani”

Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

O Quadro 3 traz algumas unidades de ensino criadas no município de Amapá, no qual podemos observar um grupo escolar, que se localizava na sede; duas unidades que não foram identificadas como mistas ou isoladas; uma escola mista; uma escola rural e oito escolas isoladas mistas. A análise do referido quadro, sinaliza que 92% dos estabelecimentos de ensino foram implantados em zonas suburbanas e rural do município de Amapá, o que indicia uma política educacional voltada às camadas populares.

Quadro 3 - Escolas localizadas pertencentes ao município de Amapá.

Nº	ESCOLAS
01	Grupo Escolar “Amapá”
02	Escola de “Lourenço”
03	Base Aérea
04	Escola Mista de “São Miguel”
05	Escola Isolada Mista de “Tucunaré”
06	Escola Isolada Mista de “Sucurijú”
07	Escola Isolada Mista de “Fazenda Almeriana”
08	Escola Isolada Mista de “Fazenda Bela Vista”

09	Escola Isolada Mista de “Aporema”
10	Escola Isolada Mista de “Lago Novo”
11	Escola Isolada Mista de “Lago Pracuúba”
12	Escola Isolada Mista de “Lago Duas Bôcas”
13	Escola rural de Lourenço (Calçoene)

Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

O Quadro 4 traz as unidades escolares implantadas em Mazagão. Nesse quadro podemos observar que das onze escolas, uma se trata de grupo escolar; uma escola de prendas; sete estabelecimentos de ensino rural e duas escolas mistas. A análise sugere que, nesse município, predominou o ensino rural sobre o urbano, uma vez que, das escolas localizadas neste estudo, 64% eram rurais, 18% urbanas e 18% suburbanas. O que pode ser entendido como mais um elemento reforçador da ideia que o Governo do Território implantara as diretrizes educacionais de Vargas no Amapá e, também, a preocupação em alfabetizar as populações do interior. Mas, é importante ressaltar que não localizamos, ao longo da investigação, os decretos de criação dessas unidades de ensino.

Quadro 4 - Escolas identificadas no município de Mazagão.

Nº	ESCOLAS
01	Grupo Escolar Mazagão
02	Escolas de Prendas de Mazagão
03	Escola Mista de “Matapy”
04	Escola Mista de “Foz do Jary”
05	Escola Rural de Mazagão Velho
06	Escola Rural de “Cajari”
07	Escola Rural de “Central do Maracá”
08	Escola Rural de “Bôca do Ajuruxi”
09	Escola Rural de “Aruana”
10	Escola Rural de “Maracá Mirim”
11	Escola Rural de “Camaipi”

Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

O Quadro 5 apresenta os quatro estabelecimentos de ensino que foram localizados na pesquisa documental e que pertenciam ao município de Oiapoque. Do total, verificamos que na sede foi criado apenas o Grupo Escolar “Oiapoque”, conforme pudemos ver na Fotografia 6, anteriormente exposta, as demais escolas foram implantadas em área não urbana. Assim, a análise dos quadros 4 e 5, sinaliza que se tratava de política integrante das diretrizes nacionais de Vargas, durante o “Estado Novo”, o que fundamentamos em Paiva por afirmar que “o crescimento das redes de ensino elementar continua a se fazer no sentido da educação das

populações rurais; favorece-se o desenvolvimento da educação técnico-profissional nas cidades” (2003, p. 141).

De acordo com a administração do então Território do Amapá (JORNAL AMAPÁ, 1953), foram construídos e ampliados inúmeros prédios escolares em 1952. O que podemos verificar no Quadro 6, que traz um elenco de 26 estabelecimentos de ensino, dos quais 21 eram escolas rurais, uma industrial, dois grupos escolares, uma de formação pedagógica e uma escola doméstica. Portanto, 81% das escolas construídas ou reformadas, no respectivo ano, eram rurais. Isso sugere uma política de educação rural, e, portanto, era uma diretriz educacional para o Brasil, e não para o Amapá em particular.

O tipo de escolas implantadas no então Território do Amapá, identificadas na análise documental e expostas no Quadros de 1 a 6, sinaliza uma predominância de unidades de ensino no meio rural, o que pode reforçar a discussão sobre concentração demográfica no campo, que fizemos no capítulo três deste estudo.

Quadro 5 - Escolas construídas e/ou reformadas, no Território do Amapá, em 1952.

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE
01	Escola Industrial	Macapá
02	Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”	
	2.1 Pavilhão de Prendas	
	2.2 Pavilhão do Jardim de Infância	Macapá
	2.3 Pavilhão do G.E. “Barão do Rio Branco”	
	2.4 Piscina	
03	Grupo Escolar “Alexandre Vaz Tavares”	Macapá
04	Escola Normal Regional (parte)	Macapá
05	Escola Doméstica	Macapá
06	Escola Rural de Fazendinha	Fazendinha
07	Escola Rural de Santana	Ilha de Santana
08	Escola Rural de Pôrto Grande	Pôrto Grande
09	Escola Rural de Ilha Redonda	Ilha Redonda
10	Escola Rural de Pôrto do Céu	Pôrto do Céu
11	Escola Rural de Ferreira Gomes	Ferreira Gomes
12	Escola Rural de Igarapé do Lago	Igarapé do Lago
13	Escola Rural do Rio Pedreira	Santo Antonio
14	Escola Rural do Curiaú	Curiaú
15	Escola Rural de Ambé	Ambé
16	Escola Rural do Buritizal	Buritizal
17	Escola Rural de Campina Grande	Campina Grande
18	Escola Rural de Limão do Curuá	Limão do Curuá
19	Escola Rural de Rio Maruanum	Rio Maruanum
20	Escola Rural de Rio Macacoari	Rio Macacoari
21	Escola Rural de Serra do Navio	Serra do Navio
22	Escola Rural de Abacate	Abacate
23	Escola Rural da Colônia Matapí	Matapí
24	Escola Rural de Franquinho	Ilha de Franco
25	Escola Rural de Bôca do Macacoari	Foz do Macacoari

26	Escola Rural de Bôca do Gurijuba	Foz do Gurijuba
----	----------------------------------	-----------------

Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

Verificamos no Relatório de Governo de Janary Nunes, relativo ao ano de 1944, que o Departamento de Educação no Amapá definiu as seguintes diretrizes para o Ensino Primário:

- a) Estabelecer escolas rurais que ensinem apenas a 1ª e 2ª séries primárias, aproveitando para dirigi-las elementos locais já existentes. Essas escolas deverão atender a todos os núcleos onde haja a possibilidade de obter a freqüência regular de mais de 10 crianças (1 a 14 anos). Serão do tipo unitário, isto é, com um só professor.
- b) Escolas rurais ensinando as 1ª, 2ª e 3ª séries primárias, quer aproveitando para professores os elementos atuais em condições, quer pela nomeação de outros de fora, se possível normalistas. Estas escolas serão do tipo unitário, para freqüência menor de 30 alunos, graduadas quando a freqüência ultrapassar 45.
- c) Escolas reunidas e grupos escolares que ministrem todo o curso primário, nas sedes dos Municípios, nêles compreendidos o ensino prevocacional a ser aplicado nas 4ª e 5ª séries, tomando provisoriamente por guia o programa de ensino primário do Distrito Federal. Anexo deverão funcionar jardins de infância.
- d) As escolas noturnas em 1944 e 1945 ministraram apenas 1ª e 2ª séries do curso primária. Deve ser envidado o máximo esforço para fazê-las funcionar em tôdas as localidades que disponham de mais de 15 alunos (NUNES, 1944, s/p).

Das diretrizes anteriormente elencadas destacamos a política de educação rural e também a predominância de ações voltadas para o Ensino Primário, sinalizando a preocupação em alfabetizar e fixar o homem no campo. Outra questão não menos relevante estava afeta à desqualificação dos professores, indiciada na expressão “se possível normalistas”, e que é reforçadora da ideia de hiato entre discurso político modernizador e realidade educacional, para a qual nem sempre se podia contar com professores habilitados, à época.

Quadro 6 - Escolas identificadas no município de Oiapoque.

Nº	ESCOLAS
01	Grupo Escolar “Oiapoque”
02	Escola Isolada Mista de “Vila Velha”
03	Escola Rural de “Ponta dos Índios”
04	Escola Rural de “Taperebá”

Fonte: Jornal *Amapá* (2012)

No Relatório de Governo, de 1958, podemos verificar o quantitativo e o tipo de escolas existentes no então Território do Amapá, mas ressaltamos que, no que concerne ao total de grupos escolares implantados no Amapá, o referido documento ora mencionava a existência de 8 desses estabelecimentos, ora de apenas sete, sendo três em Macapá e quatro no interior:

as classes seriadas do Curso Primário Fundamental, que são em número de 4, foram procuradas por 4.034 discípulos. É o curso primário ministrado em toda a área geográfica do Território, através de [...] 107 escolas rurais, 5 escolas agrupadas, 9 escolas particulares e 8 grupos escolares (PAUXY NUNES, 1958, p. 141).

Assevera Paiva (2003) que no Estado Novo foram definidas as diretrizes e a ideologia própria a ser difundida pela educação. Assim, duas grandes linhas norteavam as ações em educação, quais sejam: crescimento das redes de ensino elementar, pela necessidade de educação das populações rurais e desenvolvimento da educação técnico-profissional nas cidades. Por isso, a expansão do Ensino Primário no Amapá, nas décadas de 1940 e 1950, parece não se configurar como uma política educacional do Governo do Território, mas, ao contrário, ter se constituído numa estratégia política de Vargas.

Em que pese o discurso político modernizador do Governo no Território do Amapá, o despreparo dos professores, ou mesmo a inexistência desses, para atuação na educação rural, parece ter sido um entrave à consolidação das diretrizes nacionais à área da educação. O que podemos verificar no artigo “Ruralismo e professorado”³⁴, porque trazia uma crítica ao ensino ministrado nas escolas rurais:

na formação do professorado, reflete-se a inoperância de um plano especial de educação rural, em vez de ser a simples aplicação regional de uma orientação generalizada a todo o sistema educativo, quer no plano horizontal, quer no vertical, isto é: não só a todas as escolas primárias, mas a todos os graus [sic] de instrução. Realmente, a educação rural reduz-se hoje a experiências isoladas e relativamente desprestigiadas, com limitado valor prático, em grande parte porque não encontra atmosfera propícia, nem dispõe de bastante pessoal, não só de execução, mas de orientação, à altura da verdadeira revolução cultural que incumbe às escolas rurais (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

³⁴Trecho do importante trabalho apresentado pelo Sr. Romulo de Almeida, delegado do Acre, no Congresso Brasileiro de Educação, em Goiânia no ano de 1942, e transcrito nos anais do referido Conclave (JORNAL AMAPÁ, 1947).

A revolução cultural que fora atribuída à educação rural estava indicada no volume de escolas rurais implantadas no Território do Amapá. No artigo “Educação rural”, verificamos que as autoridades constituídas justificavam a ampliação do quantitativo de escolas rurais a partir da ideia que “não há como deixar de reconhecer que o nosso homem do campo tem sido um tanto olvidado” (JORNAL AMAPÁ, 1955,s/p). Mas, apesar de afirmar o olvido ao rurícola, acabava por revelar, mais adiante, a concepção sobre o homem do interior. Quando asseverava a necessidade de uma educação adequada, sem a qual “o homem rural não se desenvolve nem se atreve a trabalhar a terra de modo proveitoso. A ignorância em que vive o converteu [...] em um indivíduo supersticioso e cheio de abusões, com o círculo mental limitadíssimo” (JORNAL AMAPÁ, 1955, s/p).

Entendemos que o artigo “Educação rural” trazia o perfil do homem rural que se queria combater e, para tanto, era necessário alfabetizar, educar. Entretanto, problematizamos quanto ao tipo de educação que se destinava às populações do interior. Nesse aspecto, acreditamos haver aproximação entre a realidade educacional amapaense e as afirmações de Paiva (2003) quanto às diretrizes educacionais no Estado Novo, a partir das quais haveria uma educação compatível à realidade do campo e a da cidade. O que podemos corroborar na afirmação do Governo do então Território Federal que “só, pois, uma ação educativa energética poderá salvar esses nossos patrícios. E para isto é preciso preliminarmente, que a cada região se dê o adequado tipo de escola” (JORNAL AMAPÁ, 1955, s/p).

O entendimento quanto à necessidade de uma escola para o homem do campo e, outra, para o homem da cidade, esboçado no artigo “Educação rural”, foi reforçado na seguinte indagação: “Como, pois, dar-lhes a mesma educação, obrigá-los a frequentar escolas regidas por métodos semelhantes?” Na resposta, percebemos a preocupação com o adensamento demográfico na capital do Território Federal, bem como a política de fixação do homem ao solo, evidenciada na afirmação que “a escola universal só serviria para preparar revoltados, agravar ainda mais a crise de urbanismo que perturba e compromete a tantos anos nossa lavoura” (JORNAL AMAPÁ, 1955, s/p).

No artigo “O papel da escola primária” verificamos a função atribuída à escola quando se afirma que “o princípio da escola rural deveria ser adotado em tôdas as escolas primárias, cujos alunos deveriam saber plantar e colher, criar e preparar alimentos, trabalhar ao ar livre e produzir” (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p). No mesmo documento se dizia ainda que

[...] a terra melhora o homem que a cultiva. É essa a pedagogia de que necessitamos – não tanto pelo valor econômico da produção, mas pela significação moral e educativa da cultura da terra e do contato com a natureza. Criando-se semelhante mentalidade desde a idade escolar, regeneramos o nosso povo pelo trabalho e daremos à nação brasileira uma base sólida e fartura, riqueza e felicidade. Assim praticando, evocamos o velho exemplo dos jesuitas, educadores magistrais, cuja principal preocupação consistia em fazer a *união do solo com o homem*, em civilizá-lo pelo cultivo da terra e em aperfeiçoamento pela prática do trabalho (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

No Amapá, por se tratar de um Território, a educação era financiada pelo Governo Federal. Este estabeleceu, à época, diretrizes políticas que priorizavam a educação rural, entretanto, este estudo verificou a ausência de maior investimento na educação, no final do Estado Novo. O que entendemos estar sinalizado no relato sobre as escolas rurais, em que se afirma que “a situação de atraso do interior é tão grave que nos próximos anos teremos de apelar para o idealismo do professorado, ou então, resignarmos-nos a esperar que maiores recursos financeiros sejam dados para dotar as escolas de inteiro conforto” (NUNES, 1944, s/p).

O trecho do Relatório de Governo do ano de 1944, anteriormente exposto, consubstancia o entendimento de que o discurso político, veiculado pela imprensa oficial local, não correspondia às reais condições de ensino no então Território Federal do Amapá. Uma vez que o índice de professores não habilitados ao exercício do magistério primário e a falta de recursos financeiros para manutenção das escolas, entre outros fatores, se constituíam em entraves à função civilizadora que fora atribuída à escola; assim como, ao esboroamento das diretrizes de varguistas no Território Federal do Amapá.

4.3 Iniciativas à implantação de “sistema” educacional no Território do Amapá

A implantação de escolas, a ampliação do número de matrículas e o aumento no número de professores correspondem a algumas políticas públicas em educação, efetivadas no então Território Federal do Amapá. Neste estudo, concebemos essas políticas enquanto iniciativas à implantação de um “sistema” educacional, por entendemos que à implantação de um sistema são necessárias não somente a implantação de unidades escolares, mas, sobretudo, a continuidade de políticas públicas efetivas. Por outros termos, é preciso criar a estrutura e garantir o funcionamento.

Essa afirmação se harmoniza com a concepção de Saviani sobre sistema de ensino como “forma de organização prática da educação, constituindo numa ampla rede de escolas abrangendo todo o território da nação e articuladas entre si segundo normas comuns e com objetivos também comuns” (SAVIANI, 2008, p. 166). Assim, amparados nas ideias do autor, entendemos ser precipitado afirmar que tenha sido efetivamente implantado um “sistema” educacional, considerando apenas alguns dados educacionais que sinalizavam a expansão do Ensino Primário, no Amapá, nas décadas de 1940 e 1950.

O que levou-nos a analisar dados educacionais que permitissem verificar a organização do ensino, no Território Federal em tela. Para tanto, verificamos que à pasta da educação fora criado o Departamento de Educação e Cultura (DEC), mas já sabemos que o mesmo funcionava subordinado à imprensa oficial, conforme vimos no capítulo três, e que seguiu o modelo do Distrito Federal, à época (NUNES, 1944). De acordo com o artigo “A educação no Amapá”, o DEC estabeleceu diretrizes educacionais que se revelam na afirmação que

[...] pesando as dificuldades financeiras de obter imediatamente, ou nos próximos anos, instalações condignas, em todas as regiões necessitadas de escolas, e, conseqüentemente, de possuir professores formados, foram fixadas as diretrizes da Divisão de Educação, abrangendo as seguintes modalidades de ensino; primário, profissional, secundário e, paralelamente, as cooperativas, o escotismo e o bandeirantismo, o cinema e as bibliotecas! (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

À compreensão do processo de escolarização, no TFA, são evocadas neste estudo as Reformas Capanema, cujas concepções poderão iluminar as ações desenvolvidas, pelos primeiros interventores no Amapá, na área da educação. Nesse sentido, entendemos que a organização da rede escolar amapaense se amparava nas Leis Orgânicas do Ensino, decretadas no período de 1942 a 1946. Essas leis foram elaboradas por Gustavo Capanema Filho que fora nomeado, no ano de 1934, por Getúlio Vargas, para o Ministério da Educação e da Saúde, à frente do qual “promulgou as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reformas Capanema. Com isso, embora por reformas parciais, toda estrutura educacional foi reorganizada” (SAVIANI, 2008, p. 268). Dentre os aspectos discutíveis no conjunto das Leis Orgânicas está a ordem cronológica dessas Reformas. Saviani entende que: “[...] a sequência dos decretos não obedeceu a uma ordem lógica, mas com certeza às conveniências políticas. No entanto o conjunto das reformas tinha uma ordenação lógica que decorreu de uma mesma concepção geral e que se materializou numa mesma estrutura organizacional [...]” (SAVIANI, 2008, p. 269).

A crítica de Saviani se justifica no fato de terem sido criados, primeiramente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, bem como os ensinos industrial, comercial e secundário. O que, segundo o autor, revelava a intenção de normatizar o ensino profissionalizante, com a finalidade de que o mesmo pudesse atender ao processo nacional de industrialização. Ele afirma, quanto à concepção das Leis Orgânicas do Ensino, que

o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social (SAVIANI, 2008, p. 269).

A partir do entendimento do autor, acreditamos ser possível analisar o conjunto de ações desenvolvidas no Território Federal do Amapá, que se voltavam à área educacional. Dessa forma, problematizamos se o caráter centralista e dualista, denunciado por Saviani (2008) se apresentara no contexto socioeducativo amapaense, dos anos de 1940 e 1950. No que concerne à organização do Ensino Primário no Amapá, verificamos que esse nível de escolarização fora regulamentado pela Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei n. 8.529), de 2 de Janeiro de 1946, e o DEC estabeleceria diretrizes, no ano de 1947, as quais foram divulgadas no artigo “A educação no Território”,

o ensino primário teria a seu cargo o estabelecimento de escolas rurais, dispersadas nos conglomerados em que tivessem, no mínimo, 15 crianças; escolas isoladas e reunidas; Grupos Escolares que ministrassem todo curso primário, nas sedes dos municípios, funcionando anexos jardins da infância; escolas noturnas destinadas aos adultos analfabetos; distribuição gratuita de merenda escolar; educação física; curso de férias anuais pra aperfeiçoamento do magistério, etc (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Mais adiante, o mesmo documento sinalizava que o DEC também elaborou plano de ampliação da rede de Ensino Primário. Entretanto, é importante ressaltar que esse nível de ensino, no Território do Amapá, fora regulamentado apenas no ano de 1948. Corroboramos essa afirmação pela publicação de norma para adaptação do mesmo à Lei Orgânica, que expomos a seguir:

por decreto que tomou o n. 69, de 25 de janeiro corrente, foi aprovado o Regulamento do ensino Primário, adaptando esses serviços do Território à Lei Orgânica do Ensino Primário.

O decreto foi baixado nos termos que se seguem: Art 1º - Fica aprovado para todos os efeitos legais, o Regulamento do Ensino Primário que a este acompanha, entrando imediatamente em vigor.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Macapá, 25 de janeiro 1948 – capitão Janary gentil Nunes – Governador: Raul Montero Valdez – Secretário Geral (JORNAL AMAPÁ, 1948, s/p).

Verificamos anteriormente que na década de 1940, no Território Federal do Amapá, predominaram as escolas primárias. Mas, problematizamos se além do acesso a esse nível de ensino os primeiros interventores no Amapá garantiam a permanência do aluno na escola e, também, a conclusão dos estudos; por considerarmos esses aspectos relevantes apresentamos, na Tabela 21, alguns dados do Ensino Primário relativos aos anos de 1950.

De acordo com a Tabela 21, podemos observar que, nos quatro anos registrados, não havia considerável distanciamento entre a matrícula efetiva e a frequência média. Entretanto, não podemos dizer o mesmo em relação ao número de alunos aprovados e ao de conclusão do curso primário, à medida que a média anual de alunos aprovados ficou em 52%; e a média de conclusão foi apenas de 7%. Desta forma, podemos afirmar que os dados da referida Tabela sinalizam que, no então Território Federal do Amapá, havia uma política de acesso à escola primária, porém, a mesma não implicava a permanência do educando, com vistas à conclusão de seus estudos.

Tabela 21 - Resumo do Ensino Primário geral, em Macapá.

ANO	N. ESCOLAS	N. PROFES SORES	MATRÍCULA		FREQUÊNCIA MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
			GERAL	EFETIVA		AB.	REL.	AB.	REL.
1950	78	169	5.152	4.206	3.096	1.591	51%	194	12%
1951	91	178	5.898	4.464	3.395	2.165	64%	214	10%
1952	90	180	5.323	4.202	3.178	2.395	75%	373	16%
1953	88	183	5.487	4.447	3.210	2.807	87%	501	18%

Fonte: SEPLAN (2013)

À discussão sobre o Ensino Primário no Território do Amapá evocamos novamente o artigo “A educação no Território” por trazer a questão do financiamento educacional. Nele, podemos observar que os grupos escolares, as escolas isoladas mistas e as escolas rurais “da

Fazendinha, de Santana, de Porto do Céu e de Ilha Redonda advieram do Convenio firmado entre o INEP e o Govêrno do Amapá, destinadas à melhoria do ensino primário, restando, ainda por inaugurar, mais cinco” (JORNAL AMAPÁ, 1948, s/p).

Problematizamos quanto à resolução das dificuldades educacionais, por meio da iniciativa de implantação dos postos escolares, no contexto social amapaense, a qual fora afirmada no discurso político oficial. Neste sentido, partimos de dois aspectos sinalizados na análise documental deste estudo, o primeiro relaciona-se aos dados anteriormente apresentados (Tabela 21) que apontam uma significativa discrepância entre a matrícula efetiva e a conclusão do Curso Primário, após dez anos da criação do Território Federal (1953). E o segundo aspecto está relacionado à análise da Fotografia 7, que sugere a existência de comunidades nas quais o acesso era feito apenas por meio de barcos, o que podemos observar na referida Fotografia que traz ao fundo uma casa à beira do rio e, à frente, uma canoa, que parecia ser meio de transporte dos habitantes dessas regiões.

Fotografia 7 - Casa “ribeirinha” e meio de transporte



Fonte: Museu Histórico do Amapá (2013)

Além do Ensino Primário, verificamos que fora ofertado o Ensino Doméstico no Território do Amapá. O que afirmamos consubstanciados no artigo “O lar é o alicerce da família: a Escola Doméstica ‘D. Darci Vargas’, de Macapá, cumpre e amplia suas nobres finalidades”, no qual se dizia que

o Govêrno do Território sempre viu no lar bem constituído a consolidação do seu enorme futuro. E criou a Escola Doméstica de Macapá, que começou a funcionar em gosto de 1951, nesta capital no bairro populoso do Trem, cujo internato para meninas órfãs é um modelo de organização e de resultados.

Instalada magnificamente em amplo e adequado prédio, com todos os requisitos da moderna técnica, tem a dirigi-la a Irmã Natalina Guerini, grande espírito organizador e culto.

Realização das mais necessárias à região, a Escola Doméstica, além do internato, mantém o Curso de Iniciação Profissional para senhoras e senhoritas, contando no momento com 46 alunas (JORNAL AMAPÁ, 1952, s/p).

Fotografia 8 - Alunas em frente à Escola Doméstica de Macapá



Fonte: Jornal Amapá (1952)

O artigo menciona a criação da Escola Doméstica de Macapá e revelava tratar-se de um estabelecimento de ensino que funcionava em regime de internato. Amparados nas afirmações do Governo do Amapá, podemos dizer que destinava-se, sobretudo, às meninas provenientes de classes populares do interior do TFA. Na Fotografia 8, podemos observar grupo de doze alunas uniformizadas em frente ao prédio do referido educandário, e vemos ainda cinco mulheres, com indumentárias características do sacerdócio feminino, que, possivelmente, eram professoras. O que reforça a ideia que se tratava de uma escola não laica.

Na Fotografia 9, que também integrava o artigo “O lar é o alicerce da família: a Escola Doméstica “D. Darci Vargas”, de Macapá, cumpre e amplia suas nobres finalidades”, podemos observar alunas em aula de costura, e do lado esquerdo da foto, ao fundo, é possível ver uma professora ou mesmo auxiliar de ensino. Vemos ainda que havia um objeto na parede que sugere a imagem de um crucifixo, o que poderia reforçar a ênfase religiosa do ensino.

A Tabela 22 traz alguns dados relativos ao Ensino Doméstico, no período de 1948 a 1953. Neste período, podemos verificar que a média da matrícula efetiva foi de 21,8%. Para o ano de 1950, observamos que não havia registro, sinalizando a interrupção das atividades escolares para uma possível reforma ou mesmo a construção de prédio próprio; o que inferimos a partir do artigo publicado no Jornal Amapá, em 1952, o qual analisamos anteriormente. Em todo o período correspondente à Tabela 22, não há dados sobre conclusão do Curso Doméstico, o que pode reforçar a ideia que o mesmo voltava-se às classes populares do interior do Território do Amapá, inclusive, por funcionar em regime de internato. Verificamos também que, a partir do ano de 1951, já podemos observar a taxa de aprovação fora superior a 70%, entre 1951 e 1953.

Tabela 22 - Resumo do Ensino Doméstico, período de 1948 a 1953.

ANO	Nº DE PROFESSORES	MATRÍCULAS		FREQUÊNCIA MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES
		GERAL	EFETIVA		ABSOLUTO	RELATIVO	
1948	2	23	23	17	-		-
1949	1	13	7	7	-		-
1950	-	-	-	-	-		-
1951	5	12	12	12	12	100%	-
1952	5	34	34	30	24	71%	-
1953	4	33	33	33	33	100%	-

Fonte: SEPLAN (2013)

O Ensino Comercial que fora regulamentado por meio do Decreto-Lei n. 6.641 (BRASIL, 1943), de 28 de Dezembro de 1943, foi implantado apenas na capital do então Território Federal, conforme pudemos verificar anteriormente na análise dos tipos de escolas. A Tabela 23 traz dados sobre matrícula efetiva, aprovações e conclusões, no período de 1950 a 1953, que evocamos com a finalidade de analisar as ações políticas voltadas à educação profissional no Amapá.

De acordo com a Tabela 23, a matrícula efetiva do Ensino Comercial sinalizava uma tendência de crescimento no número de alunos matriculados, entre 1950 e 1953. Uma vez que, em 1950, 13 matrículas efetivadas, em 1958, esse número subiu para 64; ficando a média das matrículas em 35,5%. O percentual de aprovações manteve-se superior a 80, e a média fora de 92%; entretanto, os dados sinalizam baixa média de conclusões do Curso Comercial, a qual foi de 13%. Assim, amparados nestes dados, podemos dizer que essa modalidade de ensino, na primeira metade dos anos de 1950, formou reduzido número de técnicos, o que sinalizava a fragilidade da iniciativa de implantação do ensino técnico-profissionalizante no Território do Amapá.

Fotografia 9 - Alunas em aula de costura na Escola Doméstica de Macapá



Fonte: Jornal Amapá (1952)

Tabela 23 - Resumo do Ensino Comercial em Macapá

ANO	PROFESSORES	MATRÍCULA		FREQ. MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
		GERAL	EFETIVA		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
1950	8	24	13	12	12	92%	-	-
1951	10	30	26	23	24	92%	3	13%
1952	12	47	39	39	38	97%	3	8%
1953	12	82	64	58	57	89%	13	23%

Fonte: SEPLAN (2013)

Do ponto vista ideológico, podemos dizer que o ensino técnico parece ter servido à tentativa de sedimentação do projeto político dos primeiros interventores no Amapá. Esta afirmação pode justificar-se na Fotografia 10, que mostra a guarda de honra da Escola Técnica de Comércio de Macapá, em desfile comemorativo à criação do Território Federal do Amapá. O que se harmoniza com as concepções de Horta (1994) e de Capelato (1998) sobre a participação de estudantes nas comemorações, que caracterizavam as práticas políticas no varguismo.

Fotografia 10 - Apresentação da guarda de honra da Escola Técnica de Comércio, na comemoração do décimo ano de criação do Território federal do Amapá.



Fonte: SEPLAN (2012)

Entre as ações públicas na área da educação, no Território do Amapá, estava a implantação do Ensino Agrícola, que foi reformado pelo Decreto-Lei n. 9.613 (BRASIL, 1946), de 20 de Agosto de 1946. Essa afirmativa pode ser corroborada na Tabela 24 que traz dados relativos a esse tipo de ensino, no período de 1950 a 1953. Na mencionada Tabela, os dados indiciam tratar-se apenas de uma escola e, possivelmente, de turma única, pois em 1950 e 1951 registrou-se somente a matrícula de 6 alunos; para os anos seguintes (1952 e 1953), o número de matriculados subiu para 12. Verificamos que a média anual de cursistas efetivos foi de 9%; a de aprovações ficara em 72%, mas salientamos que, apesar de parecer alta, precisamos considerar na análise os números absolutos do efetivo de matrículas; observamos também que a média de conclusões foi de 22%. Estes percentuais sinalizam que o Ensino Agrícola no então Território Federal do Amapá, nos primeiros anos da década de 1950, destinou-se a uma minoria, e, pelos resultados da análise sobre o quantitativo de escolas secundárias (Tabela 15), fora implantado em Macapá.

Tabela 24 - Resumo do Ensino Agrícola, em todo o Território.

ANO	PROFESSORES	MATRÍCULA		FREQ. MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
		GERAL	EFETIVA		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
1950	5	6	6	6	5	83%	-	-
1951	7	9	6	6	2	33%	2	33%
1952	3	15	12	11	9	75%	4	33%
1953	4	13	12	12	10	83%	2	17%

Fonte: SEPLAN (2013)

O Ensino Industrial no Brasil foi reformado por meio da Lei Orgânica ou Decreto-Lei n. 4.073 (BRASIL, 1942), de 30 de Janeiro de 1942. Amparados na observação das Tabelas 14 e 15 (anteriormente apresentadas), podemos dizer que em 1944, no Território Federal do Amapá, funcionavam duas escolas industriais. A partir de 1945, a unidade que se localizava em Macapá provavelmente fechara, à medida que não mais aparecia no quantitativo de escolas da capital. Assim, a Tabela 25 traz um resumo de matrículas, aprovações e conclusões, que consideramos relevantes à análise sobre a evolução do Ensino Industrial no Amapá.

Tabela 25 - Resumo do Ensino Industrial, em todo o Território

ANO	PROFESSORES	MATRÍCULA		FREQ. MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
		GERAL	EFETIVA		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO

1950	6	17	17	13	12	71%	-	-
1951	7	44	42	41	31	74%	-	-
1952	11	72	48	36	44	92%	-	-
1953	11	60	56	48	29	52%	7	13%

Fonte: SEPLAN (2013)

De acordo com os dados da Tabela 25, verificamos que a matrícula efetiva foi apenas de 17 alunos, em 1950, mas, que aumentara para 56 no ano de 1953. A média do efetivo de matrículas era de 40,75, no período de 1950 a 1953. As aprovações atingiram a média 71%, e a das conclusões, registradas somente para 1953, ficaram em 17%. Tais números sinalizam que as iniciativas educacionais voltadas ao ensino profissionalizante, no Território Federal do Amapá, parecem não terem obtido o êxito pretendido pelo Governo local.

Os dados apresentados na Tabela 14 sinalizaram que a partir de 1947 fora implantado o Ensino Secundário no então TFA. Verificamos também que para o ensino ginásial foi implantado o Ginásio de Macapá (GM), e que, posteriormente, esse ginásio transformou-se, pelo Decreto n. 49, de 25 de Janeiro de 1947 (JORNAL AMAPÁ, 1947) no Colégio Amapaense, conforme podemos observar na seguinte publicação:

em telegrama do dia 03 do corrente, endereçado ao dr. Hildemar Maia, governador substituto do Território, o deputado Coaracy Nunes comunica que o governador Janary Nunes havia conseguido do Ministério do Educação a licença necessária para o funcionamento imediato do Colégio Amapaense, em que se transforma o antigo Ginásio Amapaense.

A aludida comunicação foi aqui recebida com públicas demonstrações de alegria, principalmente por parte da juventude amapaense, que, agora, conta com maiores possibilidades, sendo que o notável acontecimento traduz a realização de um belo sonho dos nossos estudantes.

O Governador Janary Nunes e o deputado Coaracy Nunes, que logo endossaram a justa e promissora aspiração estudantil, não pouparam esforços no sentido de ve-la concretizada, assim permitindo que após o ciclo ginásial os jovens estudantes de Macapá se não vejam na contingência de procurar outros centros para prosseguir nos seus estudos. É que o futuro do Amapá está na sua nova geração, cujo intelecto aqui mesmo se desenvolve numa ascensão confortadora, e, em seu favor, o govêrno local tem ativado um largo um produtivo programa.

Não poderíamos registrar, no terreno da educação amapaense, neste momento, melhor acontecimento.

E já se acha aberta a matrícula no Colégio Amapaense (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

O artigo parecia intencionar a associação entre a figura do então Governador Janary Nunes e de seu irmão, Coaracy Nunes, deputado federal pelo Amapá. O que sinalizava o mandonismo local da família “Nunes”, discutido no capítulo três deste estudo, à medida que ambos foram apontados como responsáveis pela benesse do ensino secundário em terras amapaenses. A transformação do Ginásio de Macapá em Colégio Amapaense parece ter seguido aos ditames das Reformas Capanema. De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída pelo Decreto-lei n. 4.244, de 9 de Abril de 1942, Capítulo III, art. 5º, para este nível de ensino:

haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

A partir do que dispunha a Lei Orgânica do Ensino Secundário, entendemos que as iniciativas, do Governo do Território do Amapá, nessa área apenas visavam à adequação desse nível de ensino ao dispositivo legal. Entretanto, não podemos desconsiderar o caráter ideológico da educação dos jovens, nos anos de 1940, no Brasil. O que podia explicar o interesse à melhoria do Ensino Secundário no Amapá, que sinalizava-se no artigo “Possibilidade de educação a toda a juventude”

[...] ainda são relativamente poucos, se avaliarmos a extensão quilométrica do nosso território, as escolas cujas portas se abrem de par em par à infância e à mocidade estudiosa, favorecendo-lhes o ingresso no curso primário e fundamental, sem onerar-lhes com taxas, emolumentos e anuidades, que as impossibilitem de receber os ensinamentos imprescindíveis à sua preparação intelectual, moral e física [...]

No Amapá, assistimos o esforço do govêrno para violar êsse sistema.

Tenta-se levar a criança, alegre e satisfeita, aos bancos escolares, prodigalizando-se assistência carinhosa nos setores pedagógico e sanitário. Vão-se estendendo os estabelecimentos de ensino primário através do interior, desde as localidades ribeirinhas até o recôndito da floresta virgem, procurando vencer as tremendas dificuldades de pessoa habilitado, de instalações, de abastecimento de material.

Ano a ano o ensino melhora e se amplia, sempre com o objetivo elevado de criar uma juventude sadia e culta, capaz de honrar ao Amapá e ao Brasil (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

É importante destacarmos a preocupação das autoridades constituídas no Território do Amapá com a educação secundária, portanto, a com educação dos jovens. Uma vez que no artigo “Possibilidade de educação a toda a juventude”, acima citado, o discurso oficial parecia evidenciar a necessidade de elevação do grau de instrução da juventude, mas problematizamos quanto à classe social da qual provinha, à época, os jovens amapaenses que tiveram acesso a esse grau de instrução. Isso porque verificamos anteriormente que as escolas secundárias localizavam-se na capital, e que, no interior, predominavam as escolas primárias. O que podemos corroborar no mesmo documento, quando afirmava-se que

exemplo disso é o Ginásio Amapaense, modelar estabelecimento que tem como fito o aperfeiçoamento da inteligência dos nossos compatriotas residentes nestas plagas do setentrão e a preparação de professores radicados ao meio. Dentro de breve o governo espera ver atendidos os seus apelos para instalar nova escola profissional em Macapá, uma escola de iniciação Agrícola na Fazendinha e outra na Base Aerea do Amapá, todas no regime de internato e semi-internato (JORNAL AMAPÁ, 1947, s/p).

Para uma melhor compreensão dos resultados das iniciativas do Governo Território do Amapá para o Ensino Secundário, consideramos relevante à análise de alguns dados quantitativos relativos às décadas de 1940 e 1950. Assim, podemos verificar na Tabela 26 que em 1947 que o efetivo de matrículas era de 36 alunos, e que este número crescera progressivamente para 157, no ano de 1953; portanto, a média anual de alunos matriculados nesse período foi de 98, 28%.

Na Tabela 26, observamos ainda que o menor índice de aprovações ocorrera em 1948, isto é, dos alunos matriculados apenas 32% foram aprovados no respectivo ano escolar; já a maior taxa de aprovação foi registrada em 1950, pois fora de 96%. Porém, no que concerne às conclusões do curso secundário, verificamos que a média do período foi apenas de 9%, o que sinalizava alguma dificuldade, por parte dos alunos, em relação ao currículo do Curso Secundário, ou ainda a existência do fenômeno de evasão escolar. Salientamos que os dois fatores apontados não são considerados aqui como excludentes.

Tabela 26 - Comparativa do Ensino Secundário, em todo o Território.

ANO	PROFESSORES	MATRÍCULA		FREQUÊNCIA MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
		GERAL	EFETIVA		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
1947	8	36	36	30	26	72%	-	-
1948	6	68	59	49	19	32%	3	5%

1949	7	114	90	44	44	49%	2	2%
1950	8	128	83	54	80	96%	12	14%
1951	8	140	133	88	59	44%	17	13%
1952	13	188	130	67	89	68%	8	6%
1953	14	212	157	70	110	70%	14	9%

Fonte: SEPLAN (2013)

Fotografia 11 - Apresentação da banda marcial do Colégio Amapaense na comemoração do décimo ano da criação do Território Federal do Amapá



Fonte: SEPLAN (2012)

A Fotografia 11 mostra uma apresentação de alunos do Colégio Amapaense numa comemoração cívica. Esse estabelecimento de ensino secundário se localizava em Macapá, em num espaço urbano que podia ser considerado nobre, pois ficava à frente do denominado Palácio do Governo; em meio aos dois prédios ficava a Praça da Bandeira. A referida fotografia sinaliza a ênfase na educação cívica à Juventude no Amapá. Nessa perspectiva, concordamos com Horta (2012) no sentido de que havia uma política voltada à Juventude no Estado Novo, e que fora alvo de disputa pelos ministros da Justiça, da Guerra e da Educação, à época, pela direção da Juventude Brasileira. De acordo com o autor, essa instituição nacional fora criada

por meio do Decreto-lei n. 2.072, de 8 de Março de 1940, que dispunha sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física de crianças e jovens.

Na análise da Fotografia 11 destacamos dois aspectos que sinalizam a influência da Juventude Brasileira, no então Território Federal do Amapá, sendo o primeiro ligado à bandeira nacional e, o segundo, às chamadas formaturas. Para Horta

entre as atividades a serem desenvolvidas, o decreto-lei destaca as formaturas, ou seja, *exercícios de concentração ou de deslocamentos visando pela criação da disciplina, do entusiasmo e da resistência, a fins educativos a um tempo de ordem cívica, moral e física* (destaque do autor). Essas formaturas deveriam realizar-se frequentemente em cada centro cívico, tendo destaque especial a formatura geral a ser realizada no mês de setembro, em comemoração à Independência (HORTA, 2012, p. 225).

A partir das afirmações do autor, entendemos que a apresentação da banda de honra do Colégio Amapaense, mostrada na Fotografia 11 sinaliza que as formaturas foram efetivadas no Amapá; elas ocorriam sempre em setembro, o mês da Independência do Brasil, e no dia 13 em que comemorava-se a criação do Território Federal. Na fotografia podemos ver também a Bandeira do Brasil, o que indiciava o culto à bandeira nacional. Ressaltamos que mesmo com a revogação, no ano de 1945, do decreto-lei que criara a Juventude Brasileira as formaturas permaneceram, pois a fotografia em destaque retratava a comemoração do décimo ano de implantação do TFA, portanto, oito anos após a extinção da Juventude Brasileira.

O Ensino Pedagógico foi implantado no Território do Amapá no ano de 1949, apesar de ter sido regulamentado, nacionalmente, pelo Decreto-Lei n. 8.530 (Lei Orgânica do Ensino Normal), em 2 de Janeiro de 1946. Afirmação que justificamos pela análise do Edital n. 1, publicado pelo diretor da Divisão de Educação do Território, Gabriel de Almeida Café, no dia 01 de fevereiro de 1949. O documento dispunha sobre o período das inscrições para exames de admissão ao curso normal e estabelecia os seguintes critérios:

[...] a inscrição será feita, observando-se os seguintes pontos:

- a)-prova de conclusão do curso primário sob atestado fornecido pela Divisão de Educação ou por Professor de Ensino Secundário, registrado, definitivamente, no Departamento Nacional de Educação;
- b)-certidão de idade, pela qual prove o candidato, no ato de se inscrever, ter a idade mínima de 13 anos e a máxima de 20 anos;
- c)-atestado de sanidade física e mental;
- d)-atestado de vacinação anti-variólica;

e)-autorização para firmar a inscrição, fornecida pelo pai ou responsável, no caso de o candidato ser menor de 18 anos; [...] (JORNAL AMAPÁ, 1948).

A exigência de conclusão do Ensino Secundário consubstancia a interface com o Ensino Normal. Outra questão que desprende-se da análise do Edital nº 1 é que a Escola Normal Regional de Macapá ainda não possuía prédio próprio, no ano de 1948, indiciada na frase “quaisquer informações [...], serão prestadas na secretaria do Curso Normal Regional, funcionando no prédio onde funciona a diretoria do Ginásio Amapaense” (JORNAL AMAPÁ, 1948).

Fotografia 12 - Alunos da Escola Industrial de Macapá, em desfile de comemoração do décimo ano de criação do Território Federal do Amapá.



Fonte: SEPLAN (2012)

A análise sobre a expansão do Ensino Primário, no então território Federal do Amapá, sinalizava que a implantação do Ensino Normal atendera não somente à demanda local da formação de professores, mas, sobretudo, à diretriz educacional de Vargas concernente ao

ensino secundário profissionalizante. A Tabela 27 traz dados do Curso Normal, referentes ao período de 1949 a 1953, que consideramos relevantes à discussão.

Tabela 27 - Resumo do Ensino Normal em Macapá

ANO	PROFESSORES	MATRÍCULA		FREQ. MÉDIA	APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
		GERAL	EFETIVA		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
1949	6	27	13	15	-	-	-	-
1950	6	72	62	55	58	94%	-	-
1951	9	107	94	94	93	99%	-	-
1952	10	143	129	112	122	95%	-	-
1953	11	166	144	102	93	65%	38	26%

Fonte: SEPLAN (2013)

De acordo com a Tabela 27, o Curso Normal iniciou-se com matrícula efetiva de 13 alunas, e que manteve-se ascendente até o ano de 1953, cujo efetivo foi de 144. Podemos verificar que a média anual de matrículas efetivas, entre 1949 e 1953, foi de 88,4. Quanto às aprovações, observamos que em quase todo período foram superiores a 90%, com exceção ao ano de 1953, no qual caíra para 65%; a média anual de aprovações fora de 91,5. Apenas no ano de 1953 ocorreram conclusões de Curso Normal, as quais atingiram 26% das matrículas efetivas. Neste aspecto, consideramos importante ressaltar que a inexistência de conclusões, no período de 1949 a 1952, deveu-se ao fato do referido curso ter sido implantado no ano de 1949.

As discussões feitas anteriormente, sobre as formaturas e o culto à bandeira nacional, às quais tomamos como referência as Fotografias 11 e 12, podem aplicar-se à análise da Fotografia 13. Uma vez que observamos, na respectiva imagem, a apresentação de alunas, devidamente uniformizadas, da Escola Normal de Macapá, em comemoração ao décimo ano de criação do Território Federal do Amapá. O que sinaliza a relação das formaturas de jovens estudantes com festividades cívicas, como também evidenciava a centralidade da bandeira, demonstrada nessa Fotografia, enquanto símbolo da Pátria, o qual evocara-se para, possivelmente, desenvolver o espírito nacionalista na juventude amapaense. Entendemos que esses elementos eram indicadores das aproximações entre as práticas varguistas e práticas políticas dos primeiros interventores no então Território Federal do Amapá.

Fotografia 13 - Alunas da Escola Normal em desfile na comemoração do décimo aniversário de criação do Território Federal do Amapá



Fonte: SEPLAN (2012)

Em relação ao civismo e a formação da juventude, no Relatório de Governo, do ano de 1944, que fora assinado pelo então Governador no Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes, verificamos que a

Educação Cívica foi feita diretamente a propósito das aulas de Geografia e História do Brasil e indiretamente em numerosas palestras quer de professores, quer dos elementos idôneos do Govêrno. Uma Bandeira Nacional existe em cada escola e o Hino é cantado diariamente. Foram escolhidas para festas escolares permanentes as datas de 15 de março, 21 e 22 de abril, 13 e 24 de maio, 11 de junho, 25 de agosto, 7 e 13 de setembro. Novembro, dezembro e janeiro serão, normalmente, meses de férias (NUNES, 1944, s/p).

O mesmo documento mencionava ainda o Canto Orfeônico, quando Janary relatava que “fez-se uma tentativa em Macapá, embora sem pessoa especializada que o dirigisse, graças ao entusiasmo espontâneo da professora Maria Lúcia Sampaio”. Acreditamos que o destaque a esse componente do currículo nas escolas secundárias no Território Federal era indicador da

disseminação do ideário de Vargas no Amapá, nos anos de 1940. Além da Educação Cívica e do Canto Orfeônico, também podemos verificar a importância atribuída à Educação Física no Relatório elaborado pelo mencionado Interventor, o qual afirmava que:

no interior, houve lições de educação física em Mazagão e Espírito Santo. Mas sem relação com o instrutor de Macapá. O D.E.C. precisa em 45 coordenar essas tentativas, dando-lhes unidades, o que, possivelmente, se tornará visível havendo um instrutor que permaneça em Macapá, enquanto outro organize e oriente no interior (NUNES, 1944, s/p).

O trecho do Relatório de 1944 revelava, entre outros fatores, a preocupação de Janary Nunes em cumprir as diretrizes educacionais estabelecidas nas Reformas Capanema, e de desenvolver o espírito nacionalista na juventude amapaense. O que indiciava-se na fala do diretor do Departamento de Educação e Cultura do TFA sobre o programa educacional:

o programa é uma responsabilidade muito séria para o DEC. Levemente adaptado, e sujeito às possibilidades de cada professor e de cada escola, vai ser adotado o programa do Distrito Federal. É apenas uma solução de momento. Porque o bom, mas agora impraticável, é um programa do Território e para o Território elaborado dentro de suas realidades difíceis e com o intuito profundo de preparar a juventude [...] (NUNES, 1944, p. 47).

As afirmações do diretor do DEC podem ser entendidas como reforçadora da ideia que emergiu da análise dos dados apresentados neste capítulo, de que os primeiros Interventores Federais, no então Território do Amapá, não elaboraram um programa educacional sistêmico, voltado à realidade socio-educacional amapaense, nas décadas de 1940 e 1950.

5 CONCLUSÃO

Este estudo tinha por objetivo analisar a organização da educação no TFA entre os anos de 1943 a 1958. Principalmente, verificar se as ações públicas, desenvolvidas pelos primeiros interventores no Amapá, que se voltaram ao campo educacional possuíam caráter sistêmico, uma vez que dispúnhamos de estudos anteriores que já abordavam a expansão do ensino, na década de 1940, em terras amapaenses.

O passado histórico da região do Amapá, do século XVII ao início do XX, foi marcado pela instabilidade político-administrativa, diretamente ligada à sua localização geográfica em zona de fronteira, portanto, o aspecto fronteiro, por uma questão de segurança nacional, foi predominante à criação do Território Federal do Amapá, no ano de 1943.

O Amapá, como uma área federal, não dispunha de autonomia política e, por isso, a Presidência da República nomeava interventores. O primeiro deles, Janary Gentil Nunes, intencionava romper com o passado de atraso social, e, nessa perspectiva, desenvolveu um conjunto de ações políticas, que entendemos como iniciativas à expansão e organização do ensino no Território Federal do Amapá.

As intenções, do primeiro Interventor no TFA, de ruptura com o passado de miséria e atraso social ficaram apenas no discurso político. Uma vez que, de fato, acabou elegendo um irmão, Coaracy Gentil Nunes, à câmara Federal pelo TFA, e o outro, Pauxy Nunes, como interventor (1958-1961). Daí acreditarmos que esses fatos configuraram a “oligarquia dos Nunes” ou “janarismo”, e, também, que ao contrário do que veiculava na imprensa oficial, Janary acabou mantendo as velhas práticas oligárquicas.

O não rompimento com antigas estratégias políticas é um dos indicativos de aproximação da forma de governar de Janary com o varguismo. Na qualidade de interventor, Janary Nunes, seguiu as diretrizes de Vargas no TFA, dentro do espírito centralizador e personalista que caracterizou o regime político autoritário conhecido como “Estado Novo”. Por essa razão, assumimos que o governo de Janary Gentil Nunes, no Amapá, trazia significativas semelhanças com as práticas varguistas, sobretudo, pela mitificação política de sua figura como um grande líder. Liderança de caráter salvacionista, isto é, fora Janary ou a oligarquia dos “Nunes” que salvou o povo amapaense da ignorância, por meio do benefício da educação.

À educação, na propaganda política, cabia promover a civilização e modernizar o Amapá. Para tanto, ocorreu a expansão e a organização do ensino que, contrariamente ao

discurso político, prendeu-se mais ao aspecto quantitativo do que qualitativo. Daí acreditarmos que houve um distanciamento entre discurso modernizante e a realidade educacional no TFA, nas décadas de 1940 e 1950. À medida que, enquanto os interventores falavam em surto educacional e modernização, a maioria das escolas implantadas destinava-se ao Ensino Primário.

Na análise das escolas primárias implantadas, no Território Federal do Amapá, verificamos que havia a predominância de escolas rurais. Afirmação que corroboramos no Relatório de Governo, do ano de 1958, no qual constava a existência de 107 escolas rurais, cujos prédios constituíam-se de “barracões” em madeira; e sete grupos escolares ou “palacetes”, que foram criados em Macapá e nas sedes dos municípios existentes à época.

A localização das escolas e o tipo de ensino ofertado sinalizavam que o caráter dualista das Reformas Capanema, implantadas nos anos de 1940, também se fizera presente no Território Federal do Amapá. Em outros termos, o mito político Janary Nunes, construiu barracões para as classes populares, e palacetes para as elites amapaenses; o que indiciava, na própria estrutura predial, a diferenciação na qualidade do ensino ministrado nos grupos escolares e nas escolas rurais.

O entendimento que a expansão do Ensino Primário no TFA primou mais pelo aspecto quantitativo ligava-se também à questão da qualificação dos professores. Os dados analisados neste estudo apontam que havia significativo índice de professores leigos atuando em sala de aula, tanto na capital como no interior. E acreditamos que esse é um fator que se contrapunha ao discurso político, de modernização e civilização que se visava implantar no Amapá, pois como falar em ruptura com o passado e em um futuro grandioso para a população, se a educação ofertada era predominantemente primária; sem professores qualificados e em barracões.

Assim, entendemos que modernização do Território Federal do Amapá, prometida no discurso oficial e que deveria ocorrer por meio da educação, não se efetivou. A educação fora utilizada como propaganda política para obscurecer um panorama social adverso aos interesses das classes populares, as quais foram embaladas pela ideologia do discurso político de seu líder, e acreditaram no sonho dourado de um futuro grandioso para o Amapá.

Os documentos analisados neste estudo e todas as questões por eles suscitadas levam-nos a uma melhor compreensão do panorama da educação no Território Federal do Amapá, nas décadas de 1940 e 1950. Para além da figura marcante de um governante, ou porque não dizer de uma oligarquia, o fator de maior relevo a ser considerado precisa ser a relação entre

programa educacional e sociedade. Neste aspecto, verificamos que no Relatório do ano de 1944, o diretor da Divisão de Educação no TFA afirmava não haver um projeto de educação para o Amapá. E que, provisoriamente, seria feita adaptação do programa para o DF.

Ocorre que, se verificamos que as práticas políticas não mudaram e as diretrizes utilizadas foram as de Vargas, assumimos que o provisório transformou-se em permanente. Também defendemos a tese que, efetivamente, não houve um projeto educacional voltado à realidade local. O que fundamentamos, sobretudo, no fato do Governo do Amapá ter executado o programa de educação do distrito federal, à época a cidade do Rio de Janeiro, sendo que este não guardava qualquer aproximação com o contexto social amapaense.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO no Amapá. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 4, n. 183, 13 set. 1948.
- A EDUCAÇÃO no Amapá. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s/n], 1952
- A EDUCAÇÃO no território. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 3, n. 130, 23 set. 1947.
- A LINGUAGEM expressiva dos números. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 5. [s/n], 1949.
- ALOM. O ensino no território. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 9, [s/n], 1953.
- AMAPÁ. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 9, n. 468, 13 set. 1953.
- AMAPÁ. **Documento, Museu Histórico do Amapá**. Apostilamento, s. t., Macapá, 2013.
- AMAPÁ. **Anuário Estatístico da Educação, 1954**. Biblioteca da Secretaria de Estado do Planejamento. Macapá, 2013.
- A POPULAÇÃO do território. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 1952.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves et al. (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil. (1893 – 1971)**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 233–255.
- BENEVIDES, José. O sentido da criação do território. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 3, [s/n], 1947.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriati. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13 ed. Brasília: UnB, 2010. v. 1, v. 2.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 6 ed. Lisboa: Presença, 1990.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.058, de 15 de Janeiro de 1920. Autoriza o presidente da República a reorganizar a administração do Território do Acre, sem aumento de despesa. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 3 Out. 1920. Seção 1, p. 16503. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.
- _____. Constituição Federal, de 10 de Novembro de 1937. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seção 1, 10 Nov. 1937, p. 22359. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 25 Ago. 2013.

_____. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de Abril de 1942a. Lei orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 Abr. 1942. Seção 1, p. 5798. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de Janeiro de 1942b. Lei orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 9 Fev. 1942. Seção 1, p. 1997. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de Setembro de 1943a. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 15 Set. 1943, Seção 1, p. 13731. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 27 Mar. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de Dezembro de 1943b. Lei orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 31 Dez. 1943. Seção 1, p. 19217. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de Janeiro de 1946a. Lei orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 4 Jan. 1946. Seção 1, p. 113. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de Janeiro de 1946b. Lei orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 2 Jan. 1946. Seção 1, p. 116. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de Agosto de 1946c. Lei orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 Ago. 1946, Seção 1, p. 12919. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 8 Abr. 2012.

_____. Constituição Federal, de 19 de Setembro de 1946d. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 25 set. 1946, Seção 1, p. 13059. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 27 Mar. 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios da teoria e metodologia. 6ª tiragem. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CARVALHO, Carlos Henrique. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães; Uberabinha, MG (1905-1922). 2ed. ampl. e rev. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2 ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002a.

_____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002b.

COMENTÁRIO da semana. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 9, [s.n.], 1953.

D'ANGELO, Newton. **Aquele povo feliz, que ainda não sonhava com a invenção do rádio: cultura popular, lazeres e sociabilidade urbana: Uberlândia (1900-1940)**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

DEL PICCHIA, Menotti. Renasce o Amapá sob o signo de uma visão pragmática e moderna. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 1952a.

_____. Macapá moderna, modelo setentrional de capacidade brasileira de organização. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 1952b.

EDITAL da Divisão de Educação: curso normal regional. **Jornal Amapá**. Macapá, ano 4, [s.n.], 23 Out. 1948.

EDUCAÇÃO rural. **Jornal Amapá**. Macapá, ano 11, [s.n.], 1955.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann; rev. e apres. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.19-34, mai/jun/jul/ago, 2000.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FIGUEIRÊDO, Sara Ramos. Territórios Federais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 2, n. 7, p. 305-348, Set., 1965.

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GRANGER, Stéfane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. Dossiê guerras, conflitos e tensões. **Revista Cantareira**, n. 17, jul/dez 2012, p. 21-39. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/.../e17a2.pdf>. Acesso em: 29 Mar. 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. Tradução Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. 2 ed. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v. 1, 1968.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Campinas: Autores Associados, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de Anuário Estatístico do Brasil 1948. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1949. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 Ago. 2012.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro, v. 10, 1950. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 Ago. 2012.

_____. Anuário Estatístico do Brasil de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 Ago. 2012.

_____. Laboratório de Estatística “Estudos Demográficos, nº 17”. Tabela extraída de Anuário Estatístico do Brasil, 1955. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, 1955. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 Ago. 2012.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 2000**. Rio de Janeiro, 2004. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica Socioeconômica, n. 13). Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 12 Ago. 2012.

_____. **Censo Demográfico 1940-2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 Ago. 2012.

_____. **Mapas temáticos**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 Jun. 2013a.

_____. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 Jun. 2013b.

_____. **Políticos administrativos: evolução estadual (1940-1950)**. Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <Diretório FTP /Cartas_e_Mapas/Mapas_Tematicos/ em [ftp.ibge.gov.br](ftp://ftp.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 Mar. 2014.

_____. Canais, Conteúdo histórico: Brasil – 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 Mar. 2014.

II CENSO demográfico das sedes municipais. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 5, [s.n.], 1949.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-44, 2001.

KUBITSCHECK, Juscelino. Há um sentido profundo de brasilidade na obra que aqui se realiza. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 3, n. 125, 02 Ago. 1947.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEDOUX, Paulo. No Amapá, todo mundo quer progredir. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 1952.

LEFEVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão: início – Fev 2006. (do original: La production de l'espace. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003.

LINS, Cristovão. **Amazônia**: as raízes do atraso. Rio de Janeiro: Daudt Design, 2012.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.

MACAPÁ constrói e cresce. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8. [s.n.], 1952.

MACAPÁ Moderna. **Jornal Amapá**. Macapá, ano 9, 13 Set, n. 468, 1953.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao banco**: escola e modernização. Lisboa, Portugal: EDUCA – Unidade de I&D de Ciências e Educação, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 6, n. 2, p. 113 -168, dez, 2003.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá**: o passado é o espelho do presente. Macapá: JM, 2011.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **Geografia do Amapá**. Macapá: JM, 2011a.

_____. **O Amapá em Perspectiva**: municípios do Amapá. Macapá: JM, 2011b.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Ivonete Santos Rosário. **Amapá**: de capitania a território. 2 ed. Macapá: JM, 2009.

NUNES, Janary Gentil. Educação. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 3, n. 109, 19 Abr. 1947.

_____. **Confiança no Amapá**: impressões sobre o Território. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. Relatório de Governo, 1944. Museu Histórico do Amapá, Macapá, 2013.

PAUXY NUNES, Gentil. Relatório de Governo do Território Federal do Amapá. **Arquivo Nacional**, Série Interior, IJJ2 – 402. Rio de Janeiro, 1958.

O ENSINO no território. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 9, 1953. Bazar.

O PAPEL da escola primária. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 3, n. 135, 11 de Out. de 1947.

O PASSADO e o Presente. **Jornal Amapá**. Macapá, ano 9, [s.n.], 1953.

O LAR é o alicerce da família: a escola doméstica de Macapá cumpre e amplia suas nobres finalidades. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 13 Set. 1952.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PANORAMA da educação no Amapá: visão retrospectiva. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 4, n. 168, 29 Mai. 1948.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: BoiTempo, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTO, Jadson et al. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). 2 ed. Macapá: do autor, 2007.

_____. **Território Federal no direito brasileiro**: estudo comparativo dos Projetos de Lei 008/1947 e Decreto-Lei 411/1969. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, 2012. Disponível em: <www3.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/HTML/geraCapa/FINAL/GT9-261-1208-20081125194314.pdf>. Acesso em: 31 Ago. 2013.

POSSIBILIDADE de educação a toda a juventude. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 3, [s.n.], 2 Ago. 1947.

POSTOS escolares. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 5, [s.n.], 1949.

QUADRO da divisão territorial administrativa e judiciária do território. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 5 Jan. 1952.

QUEIROZ, Maria Isaura. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REIS, Artur Cesar Ferreira. A mais eloquente lição de civismo que se escreve no Brasil. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 5, [s.n.], 1949.

RODRIGUES, Edgar. **Municípios do Amapá**. Macapá, 1999-2011. Disponível em: <<http://www.ap.gov.br>>. Acesso em: 20 Set. 2013.

_____. **Administradores**. Macapá. 2014. Disponível em: <<http://www.ap.gov.br>>. Acesso em: 2 Mar. 2014.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do jananismo (1943 a 1970). 2 ed. Belém: Grafimorte indústria e comércio, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012b.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. – Campinas: Autores associados, 2008.

SERVA, Mário Pinto. A nova civilização brasileira. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 5, [s.n.], 1949.

SILVA, Gutemberg (Org.). A fronteira Brasil-França. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 7, Set 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6040#toc>>. Acesso em: 6 Set. 2013.

SILVA, João Coelho da. Não é fictício o progresso do Amapá. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 8, [s.n.], 1952.

SILVA, Joaquim Caetano da. **O Oiapoque e o Amazonas: uma questão brasileira e francesa**. 4 ed. Org. e coord. editorial Paolo Miceli e Janaína Camilo. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2012.

SILVA, Leandro de Almeida. **Mitos e mitologias políticas**. Resenha: Girardet, Raoul. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRAVASSOS, Mário. O Amapá é um paradigma como centro de civilização da Amazônia. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 9, n. 430, 16 Abr. 1953.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VARGAS, Getúlio. **Discurso sobre os Territórios Federais. Biblioteca da Presidência da República, 1944**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1944/03.pdf/at_download/file>. Acesso em: 1 Set. 2013.

VEIGA, Chyntia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico, do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Martins, 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores**. Brasília: Liber Livro, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – O sentido da criação do Território

No quadro tropical brasileiro no âmago da terra, que se debruça do Atlântico aos Andes, em seus 8.500.000 Kms², encontramos as forças nativas que nos induzem motivos profundos de amor à Pátria.

O Brasil é o gigante do mundo, o maior país de terras contínuas e habitáveis, dentre todos quantos dividem o orbe terrestre. A equivalência de nossas fronteiras marítimas e terrestres parece indicar á nossa terra o papel que lhe está reservado pela Providência, de ser, dentro do continente, uma potência marítima e continental de primeira magnitude.

Se o domínio do Canadá nos excede em medidas superficiais, decresce, contudo, para nós, em face do ecúmeno, pela fragmentação das terras árticas americanas em latitudes tais, que não permitem a vida senão em condições excepcionais, que resulta de adaptações conseguidas a trôco da própria vitalidade do homem. Assim é que apenas 30.000 esquimós são senhores de área avaliada em 2.000.000 de Kms², para não aludir à Rússia asiática, que se desperdiça, a maior parte, pelas infindas planícies desertas, cobertas de neve e de pântanos gelados.

Deu-nos Deus um país inegualável, se considerarmos a magnitude, os recursos inesgotáveis e as múltiplas possibilidades da terra comum. Vivemos nesta <terra da promessa> para comermos de todos os frutos de uma natureza dadivosa, à custa do suor de nosso rosto e da energia de nosso trabalho honesto.

Longe estamos, entretanto, de entrar na posse efetiva do território pátrio, conquistado graças, notadamente, a três fatores: o Bandeirante, o Colono e o Padre, que constituíram as três forças que presidiram à formação econômica, política e espiritual do Brasil.

O Bandeirante, como elemento dinâmico, ultrapassou a linha convencional de Tordesilhas, vadeando rios, desbravando matas, subindo e descendo serras, na caça ao índio e na pesquisa do ouro e das pedras preciosas, em busca do El-dorado e da decantada Manoa, cheia de mistérios, como a maravilhosa Cipango de Marco Polo.

O Colono, como elemento estático, marcou, através do engenho litorâneo e do curral sertanejo, a exploração sedentária da terra. Fundando sítios e fazendas no médio São Francisco e nos sertões desconhecidos, os criadores e gado foram o fator primordial da conquista do hinterland nordestino, fazendo-se heróis na dilatação da grande Terra.

O Padre, como elemento estático-dinâmico, ajudando o colono na fundação de cidades, criando escolas, embrenhando-se nas selvas com as Bandeiras e levando ao aborígene a luz do Evangelho, constituiu o elemento espiritual formativo, cumprindo, ante o risco da própria vida, a palavra de ordem de Cristo: <Ite et docete omnes gentes>.

E temos, hoje, o Brasil medalhado em sua imensa superfície, suscitando, de um lado, à contemplação de suas magnificências e belezas, o <porquemeufanismo> de Afonso Celso. De outro lado, induzindo-nos a graves meditações, ao estudo de seus complexos problemas, diante de um mundo feito de guerras e ambições, em que as nações fracas continuam a viver como lacaios dos imperialismos de garras aduncas, donde a necessidade de sermos fortes e de pormos, ao lado da força do direito, que temos sabido respeitar, o direito da força, a fim de que sejamos respeitados.

Quando comemoramos a passagem do quinto aniversário da profícua administração de Sua Excia o Sr. Capitão Janary Gentil Nunes, desejamos legitimar a criação dos Territórios Nacionais, como um ato altamente patriótico do ex-presidente Getúlio Vargas, a que os espíritos dotados da <palavra justa e do acento justo>, na expressão de Joseph Conrad, sempre aludirão com encômios. E, em particular, reconhecemos, como testemunhas oculares, os empreendimentos de alta importância, executados nesta parcela do Brasil, em cinco anos, pelo eminente Governador do Amapá.

Em geografia, um dos meios aconselhados para superar uma dificuldade é sub-dividi-la, para tratar por partes os elementos assim decompostos. Dêste modo, uma extensão territorial deve ser sub-dividida, a-fim-de ser melhor estudada em suas particularidades, contanto que tal subdivisão não se torne excessiva, prejudicando a visão do conjunto.

Como, por exemplo, compreender eficientemente a geografia do Brasil, país-continente, sem a utilidade das divisões regionais? Se olharmos, de um lado, a região Amazônica, com a <Hiléia> de Humboldt, com seus rios perenes, suas chuvas abundantes, seu clima quente e super-úmido e o homem em face de uma natureza pródiga, e, de outro lado, o Nordeste – antítese da Amazônia - com a vegetação de suas <catíngas> sertanejas, com seus cursos d'água temporários, êsse Nordeste de clima quente e sêco, com a desigualdade das precipitações pluviais, torrado pela canícula os dias estivais e onde o combate do homem lembra aquele herói de Corinto abarcado ao rochedo de seu martírio pelo arbítrio impiedoso dos deuses da Hélade imortal, concluiremos a necessidade imperiosa das divisões geográficas.

Sob o conceito geo-político, idêntico critério tem de ser adotado, isto é, o critério da divisão do todo em partes políticas administráveis, máxime no Brasil, onde a < redistribuição justa e equitativa do território pátrio> se impõe, em benefício da terra e do homem.

Na maior parte de nosso território, grandes espaços vazios esburacam a vida nacional. Temos menos de 6 habitantes por quilômetro quadrado. O compatriota que encontramos na rua vive, muitas vezes, a inúmeras léguas de nós, isolado de nossa comunidade. Da descontinuidade demográfica que nos desarticula decorre a linha quebrada de nossa civilização

ou de nossa semi-civilização, com a diferença profunda dos núcleos sociais, a falta de conexão da vida econômica e a desigualdade das manifestações culturais.

A criação dos Territórios Nacionais, obedecendo ao plano de redivisão do Brasil, já era uma aspiração [...].

Por José Benevides

ANEXO B – II Censo demográfico das sedes municipais

O Serviço de Geografia e estatística já está de posse dos resultados preliminares do segundo Recenseamento Demográfico das sedes municipais, efetuado a 20 de junho último.

Referido Censo abrangeu os efetivos populacionais absolutos existentes naquela data dentro dos quadros urbanos e suburbanos, tendo sido realizados com a colaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, por intermédio das Agências de Estatística.

Os resultados obtidos fôram os seguintes:

Cidade de Amapá 1000 habitantes

<< de Mazagão 468 >>

<< de Oiapoque 431 >>

Os informes fôram coletados em Boletíns Individuais, envolvendo os aspectos principais, como sejam: nome, sexo, idade, côr, estado civil, nacionalidade e naturalidade, instrução, religião, filiação, atividades profissionais, situação militar, condições de habitação e domicílio, tempo de permanecia no Território, próle, situação física e eleitoral.

Oportunamente, em conjunto com os resultados obtidos para a Capital, em 18 de janeiro deste âno, daremos noticias periódicas, dentro dos aspectos acima referidos.

Em face do último levantamento demográfico das sedes, levado a efeito pelo S. G. E., em 1.946, houve aumento dos núcleos populacionais, o qual bem poderemos qualificar de expressivo se atentarmos para as condições em que se vem processando.

Os valôres evidenciados agora, em confronto com os anteriores, proporcionam esta comparação:

Especificação	Amapá	Mazagão	Oiapoque
TOTAL GERAL	1.000	468	431
Zona Urbana	803	399	294
Zona Suburbana	197	69	137
Censo de 1946	697	332	345
CRESCIMENTO	303	136	86

Em números relativos êsse crescimento demográfico correspondeu a 47,7% na cidade de Amapá, 40,9% na de Mazagão e 24,9% na de Oiapoque, cálculos estes efetuados sobre os efetivos apurados em 1.946.

Observe-se que a cidade de Oiapóque, em 1946, possuía mais habitante que a de Mazagão. Em 1948 acontece o inverso, com percentagem maior.

Com os resultados preliminares que agora se vêm de publicar, a população no Território sobe a 6.091 habitantes, incluindo-se nesse número os totais da Capital, apurados em 18 de janeiro de 1948. Nesta base, a média populacional, para as quatro sédes municipais, corresponde a 1.522 pessoas por cidade.

Tendo-se em vista a estimativa de 25.082 habitantes para o Território, em 01 de janeiro de 1948, baseada nos resultados do Censo de 1940, o acôrdo com estudos realizados pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, conforme investigações e análises do Doutor Giorgio Mortária, consultor técnico do aludido Gabinete e Serviço, é fácil concluir que 75,7% da população territorial vive no interior, ou melhor, a população rural é de 18.991 almas, valor êste que se obtem pela subtração da população urbana do total estimado para todo o Território.

ANEXO C – A linguagem expressiva dos números: o que apurou o censo de 1948 realizado no Território Federal do Amapá

Já existe, hoje, no Brasil, uma forte mentalidade Estatística. Em todo o mundo, quer nas esferas administrativas, do comércio ou indústria, ha uma preponderante preocupação em ter sempre à mão os índices relativos ao movimento registrado em cada uma das atividades em que se aplica o esforço humano. Hoje, pode-se dizer, não ha mais atividade realmente produtiva, progressista, sem os tombamentos que a estatística periodicamente procede.

A leitura dos números é, pois fugir a esta regra. O seu Serviço de Geografia e Estatística, funcionando paralelamente à Inspetoria Regional de Estatística Municipal, do I.B.G.E., vem realizando um trabalho valioso que já nos permite avaliar os numeros reais da nossa produção, do nosso consumo, das nossas populações e de todas as nossas atividades.

Entre as iniciativas mais importantes tomadas pelo organismo regional de Estatística avulta, entre outros, o Censo Demográfico realizado em 1948, neste Território. Por êle foram feitas interessantes verificações, sendo muito oportuna a divulgação dos importantes dados obtidos.

Assim é que extraímos e damos à publicidade um sugestivo capítulo do relatório do sr. Clóvis Pena Teixeira, diretor do S.G.E., apresentado ao sr. Governador do Território. O Censo foi dividido em duas fases. A primeira, o censo da capital, a 18-I-948 e a segunda, o Censo das sédes municipais, a 20 de julho do mesmo ano.

Os resultados gerais obtidos foram, em confronto com os do ultimo recenseamento levado a efeito pelo S. G. E., em 31-VII-46, os seguintes:

I-A POPULAÇÃO ABSOLUTAS DAS SÉDES

CIDADES	TOTAL		Sexo masculino		Sexo feminino	
	1946	1948	1946	1948	1946	1948
Macapá	3.079	4.192	1.606	2.127	1.473	2.065
Amapá	697	1.000	344	505	353	495
Mazagão	332	467	163	217	169	250
Oiapoque	345	431	179	212	166	219

Como se vê, houve aumento da população em tôdas as quatro cidades e onde ele incidiu com mais nitidez foi na capital.

As habitações se distribuíam désta forma:

II – DOMICÍLIOS RECENSEADOS – 1948.

CIDADES	Alvenaria	Madeira	Outros tipos	Total
Macapá	16	352	358	726
Amapá	-	105	61	166
Mazagão	-	58	32	90
Oiapoque	1	57	43	101
Total	17	572	494	1.083

Não foram computados as repartições públicas e os prédios desocupados.

Dêse total de 1.083 domicílios 323 (29%) dispunham de iluminação elétrica e os 760 (70,2%) restantes eram iluminados a querosene.

Apenas os domicílios recenseados na capital dispunham de água encanada num total de 103 (9,5%) derivações e 145 (13,4%) eram providos de fossa biológica, distribuídos da seguinte forma: Macapá: 129; Amapá: 4; Mazagão: 7 e Oiapoque: 5.

A existência de naturais com relação aos indivíduos de outras unidades da Federação, era a seguinte:

CIDADES	TOTAIS		NATURAIS		DE OUTRAS UNIDADES	
	H	M	H	M	H	M
MACAPÁ (capital)	2.127	2.065	846	967	1.281	1.098
AMAPÁ	505	495	373	380	132	115
	217	250	044	178	73	72
MAZAGÃO						
OIAPOQUE	212	219	95	108	117	111
TOTAL	3.061	3.029	1.458	1.633	1.603	1.396

Como se vê, há quase perfeito equilíbrio entre os sexos – 50,1% de homens para 49,9% de mulheres, no total das populações recenseadas.

Quanto à naturalidade, predominam os amapaenses nas três cidades do interior e no total, com uma vantagem de 92 pessoas, enquanto que na Capital, havia maior ocorrência de nascidos em outros Estados, com 56,7% contra 43,3% de naturais.

De um modo geral, a população recenseada, (6.090 habitantes nas quatro cidades recenseadas) tendo em vista os principais caracteres e respectivas modalidades, distribuía-se da seguinte forma:

- Quanto à cor, 1.654 (27,2%) eram brancos; 673 (11,0%) eram pretos e 3.763 (61,8%), pardos.

- Os solteiros somavam 4.258 (69,9%) contra 1.554 (25,5%) de casados; 278 (4,6%) de viúvos, desquitados e não declarados.
- 6.012 (98,7%) tinham nacionalidade brasileira e 78 (1,3%) de outros países. Esta predominância quase total de nacionais, torna-se mais importante ainda, se levarmos em conta que o Território tem tôdas as suas cidades situadas na faixa de fronteiras (150 Kms).
- Dos 6.090 habitantes urbanos 3.074 (50,5%) sabiam lêr e escrever, enquanto que os restantes 3.016 (49,5%) não. Dos que sabiam lêr e escrever 2.211 (71,9%) residiam na capital e 863 (28,1) % nas sedes municipais.
- A população católica romana acusava 5.832 (95,8%) praticantes. Os protestantes 205 (3,4%) e outras religiões 53 (0,8%).
- Segundo as atividades principais exercidas, as pessoas recenseadas distribuíam-se da seguinte forma: Agricultura, pecuária e silvicultura, 325 (5,1%); indústrias extrativas e de transformação 724 (11,9%); comércio, 240 (3,9%); administração pública e justiça, 290 (4,8%); atividades domésticas, 1.660 (27,3%); atividades escolares (acima de 5 anos) 1.124 (18,5%); outras atividades 1.727 (28,5%).
- 411 (13,4%) haviam prestado o serviço militar e possuíam o certificado de reservista, numa população masculina total de 3.061 pessoas.
- Foram constatados 1.471 (24,1%) de eleitores; 207 (3,4%) portadores de defeito físico, quanto a prole, 1.976 (32,4%) tinham filhos.

Finalmente, a população recenseada distribuía-se segundo as classes de idade, da seguinte forma:

DISCRIMINAÇÃO	MACAPÁ		AMAPÁ		MAZAGÃO		OIAPOQUE		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
De 0 a 9 anos	591	535	185	140	70	85	60	60	906	820
10 a 19 anos	443	492	126	155	40	48	39	43	648	738
20 a 29 <<	454	454	51	70	39	49	40	49	584	622
30 a 39 <<	337	286	63	65	40	35	37	30	477	416
40 a 49 <<	159	154	44	32	17	17	19	17	239	220
50 a 59 <<	93	75	28	18	7	8	10	12	138	113
60 a 69 <<	32	41	6	12	3	4	5	3	46	60
70 a 79 <<	9	7	1	1	-	-	-	2	10	10
80 e mais	-	2	-	-	1	1	-	3	1	6
Ignorada	9	19	1	2	-	3	2	-	12	24

O Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, sob a chefia do eminente professor Giórgio Mortara, efetuou estudos que possibilitam estimar-se a população do país, ou

de uma Unidade Federada ou região, em qualquer época, mediante a multiplicação da população recenseada em 1940 pelo coeficiente respectivo. Para uniformidade dos trabalhos, fixou aquele Gabinete Técnico a data de 31 de dezembro de cada ano seguinte ao de 1940, para o levantamento das estimativas, tendo determinado os coeficientes correspondentes.

Para o Território do Amapá, teve o Gabinete de levantar, em primeiro lugar, a população existente na data do Recenseamento de 1940, na área que atualmente ocupa, encontrando o seguinte resultado:

I-POPULAÇÃO DO AMAPÁ EM 1-II-1940.

MUNICÍPIOS	DADOS NUMÉRICOS
MACAPÁ	9.973
AMAPÁ	6.007
MAZAGÃO	5.211
TOTAL	21.191

Em 1-I-1948 a estimativa da população do Território e dos quatro Municípios que ora o compõem, tendo por base os estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, é a seguinte:

Discriminação	População em 1-1-948	Área	Densidade demográfica -obs. Por km2.
Território:	25.082	137.419	0,18
Macapá (*)	11.712	34.031	0,34
Amapá (*)	4.761	42.371	0,11
Mazagão	6.227	42.779	0,14
Oiapoque	2.382	18.237	0,10

(*) - Incluímos na área dos Municípios de Macapá e Amapá 3.623 Km2, relativos a águas interiores.

ANEXO D – A população do Território

Resultado da apuração dos principais dados

O Serviço Nacional do Recenseamento concluiu e deu à publicidade o volume com a apuração dos principais dados da população dos Territórios Federais, segundo o último Censo de 1º de Julho de 1950, realizado neste Território pelos órgãos estatísticos regionais. No quadro abaixo tem-se esses resultados pelos municípios e distritos e a situação domiciliar que publicamos para conhecimento de todos:

POPULAÇÃO PRESENTE

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO							
	TOTAIS		URBANO		SUBURBANO		RURAL	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1 AMAPÁ	4.653	4.141	615	612	288	250	3.750	3.279
Amapá	2.249	2.075	442	423	136	142	1.651	1.510
Aporema	1.335	1.172	-	-	-	-	1.335	1.172
Calçoene	1.069	894	173	189	132	108	764	597
2 MACAPÁ	10.688	9.906	2.270	1.945	2.949	2.904	5.469	5.057
Macapá	7.519	6.963	2.127	1.860	2.896	2.865	2.496	2.238
Bailique	2.366	2.412	51	23	6	5	2.309	2.384
Ferreira Gomes	803	531	92	62	47	34	664	435
3 MAZAGÃO	2.681	4.424	334	334	168	167	2.179	1.913
Mazagão	529	481	204	199	92	106	233	176
Bôca do Jari	875	731	38	33	54	37	783	661
Mazagão Velho	1.277	1.212	92	112	22	24	1.163	1.076
4 OIAPOQUE	1.681	1.303	353	212	263	226	1.065	865
Oiapoque	729	509	305	164	252	213	172	132
Ponta dos Índios	952	794	48	48	11	13	893	733

ANEXO E – Há um sentido profundo de brasilidade na obra que aqui se realiza

Discurso pronunciado pelo Deputado Juscelino Kubitschek, no recinto do Cine-Teatro Territorial, por ocasião da visita dos srs. Parlamentares ao Grupo Escolar e Ginásio Amapaense.

Senhor Governador.

Ante os nossos olhos se abrem, nesse instante, perspectivas surpreendentes e consoladoras. Homens do sul, com olhos voltados, apenas, para os problemas que interessam mais de perto a região que constitui o cenário de nossa atividade constante, este Norte longínquo se nos afigurava uma ficção geográfica, antes que uma realidade tangível econômica e social.

Aos nossos sentidos desprevenidos as artérias líquidas que devassam o mistério das selvas longínquas se revestiam somente de interesse turístico. O entusiasmo de Coaracy Nunes (palmas), ilustre representante deste Território na Câmara dos Deputados, contagiou-nos e, pela ação construtiva de seu amor ao Amapá, eis-nos aqui para esta visita que encanta e surpreende a nossa sensibilidade.

Há um sentido profundo de brasilidade na obra que aqui se realiza. O homem dessa jungle bravia não é um apático e menos ainda um desinteressado pelo destino de sua terra, Luta, pelo contrário, contra vicissitudes inúmeras e, batido pela desventura da enfermidade e do desconforto, reage com bravura extraíndo de suas forças periclitantes lições heróicas de amor e devotamento à causa da grandeza de nossa Pátria.

A palavra brilhante e expressiva do orador que me precedeu abriu clareiras às nossas preocupações de homens públicos, ao estudo mais detido das circunstâncias que devem contribuir para a redenção do Território do Amapá, Se sua oração foi roteiro seguro, antes dela já nos aperceberamos da grandiosidade singela da tarefa que aqui se desdobra.

Omnimodo em sua atividade, o Governador Janary Nunes atinge altitudes que poucos homens públicos no Brasil lograram conquistar. É um dínamo, possante e novo, a abrir largas esperanças ao progresso desta região. As realizações que o seu gênio construtivo está proporcionando ao Amapá é uma lição que ficará perenena história dos desbravadores do Brasil. Circulam no seu sangue os glóbulos dos bandeirantes que em épocas de outrora penetraram o interior de nossa Pátria e a arrancando ao sono milenário procuraram integrá-la na comunhão humana da civilização.

Sejam estas palavras a primeira saudação que lhe apresentamos e, na emoção que tumultua dentro de nós, sintam os amapaenses o respeito e a admiração que tributamos aos

homens que, nestas paragens recuadas, constroem com amôr e sacrifício a grandeza e a prosperidade do Brasil.

(Taquiografado pelo sr. Antonio Gillet. Foi revisto pelo autor).

ANEXO F – A mais eloquente lição de civismo que se escreve no Brasil

No livro de Visitantes do Território, o dr. Artur Cesar Ferreira Reis, consagrado historiador pátrio, acaba de deixar as seguintes expressões:

«Acabo de visitar o Território Federal do Amapá. A impressão que me fica do que observei é verdadeiramente admirável. Porque do nada que era a região, no momento em que o presidente Vargas o criou, aqui se encontra uma demonstração de vitalidade que reconforta. Há vida, trabalho, energia creadora e, mais que isso, uma esolêndida lição de brasilidade. A obra de Janary Nunes parece-me a mais eloquente prova de civismo que se escreve no Brasil. Conheço a minha pátria em toda a sua expansão. Em nenhuma, no entanto, se me deparou processo mais adiantado. Acho mesmo que quem combater a existência dos Territórios deve visitar o Amapá porque, seguramente, sairá convertido. Como um Liautey brasileiro, Janary Nunes está integrando no Brasil o seu espaço extremo que os colonizadores e estadistas coloniais e imperiais não puderam colonizar e incorporar com a intensidade creadora que pude observar».

(a) Artur Cesar Ferreira Reis

ANEXO G – Não é fictício o progresso no Amapá

Quem diz fictício diz imaginário, inexistente, e isto me fez protestar contra o que disse o nobre deputado Ferro Costa, sobre o Território do Amapá, defendendo a hipótese de um desmembramento do nosso Estado para criação de um Território Federal. Acho justo que s. excia. defenda o seu ponto de vista, e concordo que o benefício a ser feito como Território poderá ser feito ao próprio Estado. Porém, negar o progresso do Amapá é o mesmo que dizer não conhecer esse Território, ou então em outras paixões o movem a isto. Posso dizer assim porque estive no Amapá exatamente 3 anos, época de acentuadas realizações. Conheço as obras que ali se fazem e jamais poderão ser ofuscadas. Fui um simples funcionário do Território, ocupando um cargo de letra. E. esse motivo obrigou-me a regressar a Belém para trabalhar no comércio, porem não podia esquecer, jamais, o progresso desse Território. Sou insuspeito para falar. Nada me liga ao governo do Amapá, mais que uma dedicação pela maneira com que distingue seus funcionários, tratando-os de companheiros de equipe. O motivo destas linhas, as primeiras rabiscadas para jornal, é movido talvez pelo desejo de nosso Estado possuir em algum tempo Governo da estirpe de Janarí Nunes, que vive lado a lado com os seus governados, sem preceitos e nem protocolos de granfinismo.todos que conhecem o Amapá sabem o que era esse pedaço do Brasil. uma copia fiel, exata, sem aumento ou diminuição, do que é até hoje o Município de Curuçá, de Inhangapí, melhor dizemos. Município pauperrimo, foco de doenças, de carapanãs, impaludismo no duro, conjunto de desconforto e sofrimentos. Aniquilamento de população. Quando cheguei em Macapá, em 1947, encontrei uma cidade tipo de vila, sem aspecto de cidade. Tive má impressão. Não conhecia, entretanto, o mais importante. E' que seu governo estava iniciando sua obra pelo alicerce, pelo início. Atacava o interior do Território. As obras se desenvolviam nas matas, nos campos agrestes. Lá no seu interior já havia escolas, postos médicos, expedições penetrando em suas jazidas, em exploração de estudos. Em Porto Grande, Ferreira Gomes, Matapí, Macacoari, Lago Grande, Calçoene, sedes de Municípios Mazagão, Oiapoque, Amapá, já existiam escolas, Postos médicos com remédios, com enfermeiros, com médicos, professores, enfim estava o Amapá se construindo no mais forte alicerce «EDUCAÇÃO E SAUDE». O Amapá continha anônimo em seu solo os mãos ricos depositos de minerais, e o Governo do Amapá pôs em evidência não só o País, como pelo estrangeiro. Acaso permanecesse como nosso Municipio, de nosso Estado, estaria descoberto? O Governo de Janarí Nunes tomou a peito levar de vencida a exploração mineral no Amapá. Movimentava-se para o Rio, conferenciava com os poderes centrais, com organizações de créditos, enfim, com o que fosse necessário. Dessas suas iniciativas todos os

que mourejam em Amapá conhecem e sabem! Sabem porque o seu governador ao regressar do Rio, antes de chegar em sua residência ou Gabinete, no próprio aeroporto, estava debulhando tim-tim por tim-tim os seus passos, suas atividades. Ali mesmo, junto ao seu povo dava contas de suas atividades. Não era conversa de jornal. Realidade pura e crua.

Se o Amapá estivesse ligado ao Pará, talvez houvesse desaparecido, se considerarmos as suas proporções de problemas e distancias, tomando a exemplos os municípios vizinhos como Inhangapí, Santa Isabel, Castanhal e outros que vivem em situação aflitiva e abandonada. Sou filho de Inhangapí, e de lá vim em 1938, correndo, puxado pelo meu pai, junto a 9 irmãos e mãe, todos tremendo de impaludismo, açoitados pela moléstia e pela falta de escolas. Meu velho pai, pelo seu trabalho profícuo, tinha certo recurso e lá deixou tudo: Casas, lavouras e gado, preferindo sair com vida, embora combalido pela doença, que continuar no sofrimento de 15 anos de impaludismo duro e cruel. Foram dessa época uma porção de colonos que formaram uma colônia próximo a Castanhal, «Colônia Nova» era o seu nome. Pois bem, essa colônia não mais existe. A doença, falta de assistência exterminou-a. Uma dos colonos que foi bandeirante dessa desaparecida colônia se encontra no Amapá. Distante 100 quilômetros talvez, porém lá tem recebido o apoio e assistência do Govêrno. Em menos de 3 anos deve ter recebido junto com seus colegas várias visitas de seu Govêrno, auscultando-lhes de perto suas necessidades. E durante mais de 15 anos, a 10 quilometro de Castanhal, jamais recebeu ao menos noticia de um administrador qualquer se interessando acêrca de assistência ou plano para auxilio às suas lavouras. Esse tipo de colono, como outros iguais, têm recebido assistência completa do Govêrno amapaense. O Amapá marcha a caminho de uma moderna colonização, graças ao seu Govêrno. Olhe, porém, para situação de massas colônias. Leia, nobre deputado, um artigo de «A Provincia» sobre o requerimento que Castanhal faz pedindo clemência contra a fome que [...] naquela vizinha cidade, sòmente porque cedes alguns grãos de farinha de mandioca e algumas bananas às Feiras Livres de Belém. Por que o apêlo? porque não temos colônias amparadas. Porque não temos colônias. São imaginárias.

Em 1945, se não me falta a memória, houve uma [...] de lavradores junto ao Govêrno de então pedindo auxilio para suas angústias e seus sofrimentos. Receberam a mais formal recusa: voltem às suas casas, era a ordem do Govêrno. Lá vocês têm tudo, farinha, galinha, verduras, bananas, etc, mas não olhava o governante da época que jaziam com os seus filhos esses lavradores infelizes, sob a imposição e o cansaço do impaludismo e sob as trevas da ignorância, pela falta de escolas.

No Amapá existem escolas, existem saúde e saneamento, existe aproveitamento de suas jazidas, e caminha numa moderna colonização, portanto não é Ficticio o Progresso do

AMAPA'. Pode ser é desconhecido pelo nobre deputado Ferro Costa. Tome o caminho do Amapá e conheça-o de perto.

João Coelho da Silva – Conjunto do I. A. P. I. – 19 F. – 9-11-52

(De «A Folha Vespertina», de Belém, de 9-11-52)

ANEXO H – No Amapá, todo mundo quer progredir – A Escola de Agronomia da Amazônia viajando o Território do Amapá

Palestra do Prof. Dr. Paulo Ledoux, do Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, Na Rádio de Macapá, no dia 4 de julho de 1952

Desde o mês de fevereiro deste ano, a Escola de Agronomia da Amazonia foi convidada pelo Major Janary Nunes, Governador do Território do Amapá, a visitar este Território, durante as férias escolares.

A impaciência e a curiosidade dos professores e dos alunos foram intensas até o fim do mês de junho, quando chegou o dia do embarque na lancha «Amapá», do Governo Territorial.

A viagem e todas as visitas foram organizadas de tal maneira que, no momento de embarcar de volta a Belém, os professores e alunos tão entusiasmados e tão melhor informados sobre a evolução extraordinária do Território do Amapá, apresentam ao Major Janary Nunes, a expressão de profunda e respeitosa gratidão, por lhes ter permitido observar o que de grandioso vem sendo feito nesta parte do Território Brasileiro.

Nunca esqueceremos os ensinamentos recebidos nesta viagem, assim como, a simpática e hospitaleira acolhida dos agrônomos do Território do Amapá. Graças a eles foi possível ver o máximo dentro de um mínimo de tempo e nas melhores condições de observação e de transporte.

Muito obrigado, ainda, Major Janary e Senhores Chefes das Divisões da Educação, da Produção e dos Serviços Industriais, assim como ao Senhor Prefeito de Mazagão.

O Território do Amapá, e particularmente os Municípios de Macapá e de Mazagão, que percorremos em companhia dos prezados agrônomos da Divisão de Produção (Produção Animal e Vegetal) do Território, são dos mais extensos e diferenciados para permitir enunciar uma conclusão prematura depois de uma primeira viagem de informação. Mas, temos que considerar, como uma obrigação profissional, aliás agradável, de comunicar aos amapaenses as nossas impressões preliminares antes de voltar para Belém.

Dois fatos nítidos correlativos dominam nossas impressões, recolhidas na viagem no Amapá: o primeiro fato, incontestável, é o resultado de muito trabalho.

No Amapá, se trabalha muito, verdadeiramente muito.

Este fato, não é geral na Amazonia, que nós conhecemos bastante, para insistir sobre nossa observação minuciosa e sobre nossa profunda satisfação, com referência ao futuro da Amazonia, nossa terra de adoção.

O segundo fáto, que aparece ligeiramente nas conversas com qualquer pessoa informada, é a predominância duma mentalidade construtiva.

No Amapá, todo mundo quer progredir!

Todo mundo tem vontade de edificar um novo Amapá, um novo Brasil equatorial, moderno e próspero.

O Amapaense tem fé no futuro de sua terra!

Esta mentalidade particularmente nítida, fator de alta potencialidade, explica o primeiro fato observado, isto é, as manifestações de trabalho construtivo.

Não quero dizer, portanto, que no Amapá, não existem as dificuldades geralmente encontradas na natureza amazônica. Certo, não!

Mas, embora isso, um fato está ainda certo: no Amapá, é a energia competente dum governador inflexível e dedicado à sua pátria que manda no preconceito de sua educação e de sua dedicação.

É para nós, uma ótima oportunidade evidenciar esta situação particular no Território do Amapá, onde os colaboradores do Governo têm a possibilidade de mostrar as suas altas capacidades, as notáveis aptidões na edificação duma nova terra.

As visitas inumeráveis nas Estações experimentais, Postos agro-pecuários, fazendas e centros de colonização nos Municípios de Macapá e de Mazagão foram altamente demonstrativas destes pontos de vista.

X X X

O Território do Amapá tem a feliz sorte de ser bem governado e bem administrado. Mas, embora isso, os recursos naturais, tanto minerais como vegetais, são garantias dum prospero futuro. O Território terá sempre mais uma economia bem equilibrada pelas produções combinadas, minerais, vegetais e animais. Os produtos minerais poderão regularmente fornecer os recursos financeiros para ampliar o desenvolvimento da produção agro-pecuária e dos transportes.

A história dos países novos ricos em jazidas minerais e em recursos vegetais mostra as possibilidades enormes da evolução econômica do Território do Amapá e isto nos dá a nossa convicção neste ponto de vista.

Os dois Municípios de Macapá e de Mazagão possuem ricas terras de varzeas. A valorização da varzea não é mais um problema técnico; tudo depende da compra de máquinas necessárias, quer dizer, é uma questão de verbas. Mas, no Norte da cidade de Macapá, existe uma grande área de campos sofrendo periodicamente a queimação e permanente, a erosão; os solos são pobres em matéria orgânica e o valor da produção vegetal e animal, destes campos, é

mínima. No meio destes campos existem galerias florestais bastante ricas, assim como igarapés muito importantes, por exemplo entre os pontos marcados Km. 6 e Km. 7 da Estrada de Macapá até Campina Grande, para nos dar a convicção que por meio de pesquisas bem estabelecidas, poderíamos conseguir melhorar o pobre ambiente destes campos imensos, hoje dominados pelo Caimbé e outras arvorezinhas maltratadas pela *perniciosa queimação dos campos*.

Deve se proibir absolutamente e progressivamente a queimação das terras de campos no Amapá e deve se desenvolver uma *nova política de RECUPERAÇÃO DOS SOLOS POBRES* para a economia do Território. Hoje, estes campos servem pouco para alimentar, seria melhor se dizer para subalimentar, rebanhos de gado magro que fica sempre com fome. É uma situação temporária que tem que mudar o mais ligeiramente possível no interesse da cidade de Macapá do Municipio de Macapá e de todo o Território.

Seria um trabalho simultaneo com a RECUPERAÇÃO, o melhoramento do regime hidrográfico dos afluentes do Rio Matapí ou do Rio Carapanatuba, de tal maneira que poderíamos tomar as providencias para abastecer a cidade de Macapá com boas aguas doces, (o que não dá certo pelas aguas do Rio Amazonas), das bacias dos Rios Matapí ou Carapanatuba, melhorados pelo reflorestamento parcial dos campos pobres e pela extensão de pastagens de capins introduzidos. Para isso, queríamos ver estabelecer pesquisas de melhoramento e de RECUPERAÇÃO das terras pobres dos campos de Macapá. O problema para nós é solúvel, dentro de tres até quatro anos de experimentação metodica e de ensaios silvo-pecuários nos campos mesmo de Macapá.

O município de Macapá vae ser atravessado pela estrada de ferro e por varias novas estradas de rodagem, o povoamento regional será um fenomeno consecutivo e mais ou menos ligeiro, talvez dentro de menos de dez anos.

Este Municipio tem que tomar todas as providencias necessárias para um minimo de produção alimenticia regional.

Com o desenvolvimento da produção animal poderia ser iniciado por meio da utilização dos vales humidos dentro dos campos de Macapá, e como uma política de adubação orgânica progressiva dos solos pobres seria depois aplicável aos campos protegidos contra a queimação pelas cortinas do reflorestamento nos campos, podemos finalmente falar duma perspectiva de RECUPERAÇÃO dos campos de Macapá, pela economia silvo-pecuária. Os resultados seriam varios: produção vegetal (lenha, madeira) e pastagens para a produção animal, melhoramento do regime climático e hidrográfico, captação de aguas pra as cidades.

Os recursos devidos à renda da futura estrada de ferro podem ajudar a execução dos trabalhos de RECUPERAÇÃO dos solos pobres.

Embora isso, acreditamos que esta RECUPERAÇÃO na bacia do Rio Matapí é duma importância *primordial* para dar a segurança e a estabilidade às colônias novas do Rio Matapí no futuro, com referencia ao regime climático e hidrográfico. *As secas nos campos abertos ou apenas cobertos são altamente nocivas* a todo o Território do Amapá e particularmente ao Municipio central de Macapá! Queríamos aproveitar esta oportunidade para insistir sobre a utilidade duma política de *derrubamento cuidadosamente limitado* na bacia do Rio Matapí e para saudar as boas colônias agro-pecuárias de Matapí dentre as áreas silvícolas *protegidas*.

Os ótimos resultados da produção vegetal e animal nos Postos Agro-Pecuários e na Fazendinha são garantias do Território do Amapá.

No Municipio de Mazagão, as terras apresentam qualidades que permitem prever uma rica economia agro-pecuária e silvícola, as terras parecendo ser dentre as melhores do Sul do Território do Amapá. A política da hevea-cultura e propagação do cacau serão bem recompensados daqui a poucos [...].

PAULO LEDOUX

ANEXO I – Macapá moderna, modelo setentrional de capacidade brasileira de organização

Do livro de Visitantes do Território, extraímos as seguintes impressões deixadas pelo brilhante homem de letras, poeta e parlamentar Menotti Del Picchia, que nos visitou por ocasião do 9º aniversário de criação do Território, como um dos representantes da Câmara Federal:

«... Fiz nesta terra o investimento da minha fé e da minha esperança!». Isso, a bordo do «Itaguari», sobre a água marulhante do Rio Mar, disse o governador Janary Nunes, referindo-se ao Amapá.

Esse investimento resultou nisto: num rincão árido, rico, porém, de passado e de história, que o forte de Macapá recorda solene e eterno na força monumental dos seus bastiões, surgiu o esquema de uma capital moderna, já arriscada na medida da grandeza que a espera de futuro. O engenheiro, o arquiteto, o higienista, o educador, o catequista, o empreendedor de ousadas iniciativas acompanharam o administrador que se revelou estadista. E surgiu Macapá moderna, modelo setentrional de capacidade brasileira de organização. Do chão começa a romper a produção agrícola e a se multiplicarem os selecionados rebanhos.

Deus, porém, que é brasileiro, coroou pó fim a fé bravia de Janary e lhe ofertou como prêmio da tenacidade e patriotismo, os dez milhões de toneladas de manganês, base real do progresso econômico da região.

Agora é esperar pelo apito dos trens arrastando o minério e o arfar das dragas e dos navios no porto levando-o para além oceano. E a riqueza da indústria pesada no extremo norte do país. Obra de quem? Desse tenaz fazedor de milagres: governador Janary Nunes.

Setembro-1952

(a) MENOTTI DEL PICCHIA.»

ANEXO J – Renasce o Amapá sob o signo de uma visão pragmática e moderna

O discurso, na Câmara Federal, do deputado Menotti Del Picchia

Do «Diário do Congresso Nacional», de 26 do mês último, extraímos o discurso abaixo, pronunciado pelo brilhante deputado por São Paulo, o sr. Menotti Del Picchia, também escritor e jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras, e que aqui demorou-se vários dias, como um dos ilustres componentes da comitiva parlamentar enviada pela Câmara para participar dos festejos do 9º aniversário da criação do Território:

«O PRESIDENTE:

Com a palavra o sr. Menotti Del Picchia, para uma comunicação de interesse da Câmara.

O SR. MENOTTI DEL PICCHIA:

(Lê o seguinte discurso) – sr. Presidente, a comissão parlamentar que este ano visitou o Amapá, a convite do governador desse Território, major Janary Nunes, ao celebrar-se o nono aniversário da criação dessa nova unidade geográfica da Federação, não limitou sua função ao patriótico turismo de extasiar sua curiosidade diante de paisagem mágica da Amazônia, do seu rio espetacular, que é um paradoxo fluvial, pois, na realidade, é um mar doce e andejo, mas procurou estudar a região em função da unidade do nosso progresso social e econômico a acompanhar a atividade do jovem administrador que preside a sorte do Território.

Se dessa excursão resultaram motivos de orgulho pela grandeza e beleza da nossa terra, não menor foi nosso júbilo por vermos mais uma vez exaltada nossa fé no homem brasileiro. O Brasil, Sr. Presidente, pela sua vastidão territorial e pela sua curta história, situando-se geograficamente entre o equador e o paralelo 32, oferece aos estudiosos das coisas humanas a estonteante simultaneidade de todos os tipos de cultura, vivendo cada uma seu genuíno instante histórico, como se fôssemos um maravilhoso museu ou um formidável laboratório de ensaios onde os mais variados tipos de trabalho e de civilização se processam no mesmo instante dentro dos mais diversos climas. Esses desencontros cronológicos de atividades dispares dá bem idéia dos problemas que se impõem a este Parlamento, quando para unificá-los no espírito da nossa cultura, devemos estabelecer princípios normativos destinados a estimulá-las e, ao mesmo tempo somá-las numa necessária unidade. Devemos legislar, contemporaneamente, para o pé escoteiro que rasga o atalho num chão antes jamais pisado e para a lucitante vaidade da

«cadillac» inserta entre os produtos «gravosos», que, mais que devorar quilômetros de asfalto, devora nossas magras divisas.

Do alto do avião, contemplando o suceder-se de zonas desérticas e de florestas cerradas, tais problemas se impunham ao legislador e, nessa marcha rumo do Amapá, o mapa vivo do Brasil se oferecia aos nossos olhos, num desdobrar fáustico de possibilidades mas, também, num contínuo reclamar de problemas irresolvidos.

Com os pés no equador, a demonstrar a gigantesca extensão da nossa terra, pois vários parlamentares vinham das regiões frias do extremo sul, lançamos os olhos na capital do Território, reconstruída em bases modernas, entre o rio imenso e o velho forte de S. José. Os canhões coloniais, voltados para o Amazonas, contavam tôda a história da colonização: o fluxo eterno do rio imemorial e a fungível contingência das culturas, tornando obsoletas e meramente decorativas aquelas bôcas de fogo.

Macapá, Sr. Presidente, a metrópole setentrional do Brasil, renasce sob o signo de uma visão pragmática e moderna. A vetusta paisagem urbana de casebres de palafita, lembrando uma infixa população lacustre, cedeu à cidade da arquitetura funcional, rasgada em largas avenidas traçadas para o seu grande futuro, com magníficos prédios, destinados às escolas, aos hospitais, aos serviços públicos, à religião e ao desporto, resgatando seu plano urbanístico riscado em pleno sertão, os êrros medulares consumados pela estreiteza de concepção de muitos engenheiros dos grandes centros metropolitanos.

Sr. Presidente. A embaixada parlamentar, sempre agasalhada pela gentileza do nosso companheiro deputado Coaraci Nunes, pode registrar o admirável surto de Macapá, a excelência da sua organização escolar, hospitalar e assistencial, obra da capacidade patriótica e dinâmica dêsse espírito tão culto quanto incansável que é o governador Janary Nunes. Sr. Presidente: não estou, neste instante, fazendo ao administrador a cortezia convencional: sei que exprimo a exata impressão de toda a embaixada parlamentar que não parou um instante no exame e estudo do funcionamento dos serviços de Estado e das iniciativas particulares. O surto do progresso do Território realizado pela heroica recuperação do homem, resgatado às adversas condições sanitárias, dominadas e vencidas pela tenacidade do administrador, oferece índices estatísticos dos mais impressionantes, bastando acentuar que foi ela a região do Brasil que acrescentou maior percentagem de crescimento demográfico no último decênio. Macapá bateu tôdos os records: de 1.012 almas passou a ter, nesse decênio, 10.100 habitantes.

Na exposição de animais e produtos agrícolas do Território vimos passar em desfiles seu potencial econômico. A maior luta que trava o governador Janary é contra a pobreza da terra para fins agrários, lançando Mao da técnica para transformar esses chãos carecentes de

liberdade em terra das culturas normais. A bordo de um veleiro, rumo da região mais fértil de Mazagão, singrando as águas do Amazonas, ouvimos detalhada exposição do governador sobre a bacia do rio instável, da sua bravia luta para a fixação de uma lavoura adaptada à zona, certo de que os recursos da ciência moderna sobrestando aos métodos empíricos, logo poderão suprir as populações do Amapá dos bens de consumo que ainda importa.

Sr. Presidente, nessa hora bem brasileira – quente, acalentada pelo fluir manso do rio-mar, vendo, marginais, as florestas amazônicas ricas das mais variadas madeiras e escondendo no seu âmago o tesouro dos seus minérios, tivemos nós, da embaixada parlamentar, um momento de emoção. O governador Janary falava e, naquele quadro autêntico, transformávamos sua informação no drama do patrióta obstinado em limpar de bactérias a safra de crianças que as enterites e evita ninoses destinavam a morte; a iluminar, com o alfabeto, a chucra ignorância de cabôclos entocados nas choças dos alagadiços; a modernizar e a dar dignidade ao trabalho pelo amparo das leis sociais; a estudar o chão sáfaro para torná-lo fértil; a adaptar pelos cruzamentos e a fazer surgir rebanhos onde ontem uma vegetação raquítica acusava uma terra sem húmus.

«Fiz o investimento da minha fé e da minha confiança nesta terra. O Brasil do Norte viverá um grande instante da sua riqueza quando os 215 quilômetros de estrada de ferro ligarem as margens do Amaparí ao pôrto do rio Amazonas que estamos construindo para abrir uma porta para os mercados internos e para tôdas as nações do mundo».

A fé do Governador Janary Nunes – fé patrícia, do homem do norte acostumado ao choque das adversidades – foi premiada por Deus: 10.673 000 toneladas métricas de manganês de superior teor metálico, prospectadas por M. A. Hanna Company, lá estão num valor de dez bilhões de cruzeiros. No breve relatório que solicitei ao Governador, e que passarei a ler no fim deste discurso, encontrarão os Senhores Deputados e interessados o quadro dessa vultuosa riqueza e do mais que vem sendo feito no Território do Amapá.

Sr. Presidente. Um banho sadio de brasilidades recebe-se sempre nesse curso de patriotismo que é uma viagem pelo Brasil. o mesmo espírito bandeirante – que é a forma paulista de ser brasileiro – alargador de fronteiras e estimulador de iniciativas – preside o trabalho e a mentalidade daquela região em que, paisagem e homens, com suas belezas e com seus revezes, revelam bem a capacidade de luta e de dominação de nossa gente. Nesta hora em que matrizes diversos do mesmo patriotismo colorem paixões angulares inserindo tôdas seu vértice no mesmo amor pelo Brasil, êsse deslocamento de filhos do sul, do centro para o extremo norte serviu para demonstrar, ainda uma vez, a fôrça da nossa unidade, a idêntica essência de nossa alma e nosso entranhado amor pela pátria comum.»

Este é o relatório a que há pouco me referi:

Relatório sintético das atividades desenvolvidas no Território Federal do Amapá, durante o ano de 1951

O Governo amapaense desde a instalação em 1944, fixou como objetivo da sua equipe, a conquista de bases econômicas estáveis, capazes de elevar o Território, em 4 ou 5 lustres, a Estado-Membro da Federação.

A busca de novas fontes de riquezas e a criação de condições fundamentais para a fixação definitiva do homem ao solo vêm absorvendo o maior esforço da administração.

No recenseamento de 1950 verificou-se que o Amapá foi a região do Brasil que apresentou maior percentagem de crescimento demográfico no último decênio, aumentando de 87%. A Capital do Território excedeu todas as expectativas, subindo de 1012 para 10.100 habitantes, ou seja 897%.

Êsse fato testemunha que o esforço empenhado não tem sido em vão.

Em 1951 todas as atividades foram intensificadas. Ressaltam, entre as demais, porém, as desenvolvidas no fomento à produção.

O Território do Amapá vem surpreendendo pelas jazidas minerais localizadas no seu sub-solo. Sabia-se, desde os fins do século passado, da existência abundante de ouro aluvionar, atraindo garimpeiros de várias nacionalidades. Com a criação do seu Governo autônomo, surgiram o ferro, a tantalita, cassiterita, o manganês. No ano findo, uma neva ocorrência mineral foi identificada: a de cromita, na região do Rio Preto, Município de Mazagão. Embora prossigam as pesquisas, os resultados obtidos já são animadores, podendo-se estimar a inexistência de mais de 150.000 toneladas de minério de bom teor, economicamente aproveitável. Existem vários grupos brasileiros que desejam contratar a sua exploração.

Prosseguiram energeticamente os estudos para o aproveitamento do minério de manganês do rio Amapari. Até o mês de dezembro haviam sido realizados 166 furos de sondas com brocas de diamante, tendo as 4 perfuratrizes atingido o total de 8.328,54 metros de terreno perfurado, sendo 2.787,70 metros em 1950 e 5.540,84 metros em 1951. As sondagens consumiram 1.140 brocas de diamante. Excetuando as pesquisas de petróleo, os estudos do manganês amapaense são os mais importantes realizados no país, em pesquisas minerais. Até 31 de outubro o total geral da reserva medida de minério de manganês de teor metálico superior a 46% era de 10.673.000 (dez milhões seiscentos e setenta e três mil) toneladas [...]. isso significa que, sem incluir as outras áreas onde prosseguem os estudos, o Território dispõe de uma jazida de valor superior a dez bilhões de cruzeiros, cotando-se o minério de manganês ao preço atual de Cr\$ 1.000,00 a tonelada.

Com a identificação de tão vultuosa quantidade, acha-se assegurado o financiamento para o aproveitamento dessa considerável riqueza, na parte relativa à existência de depósito suficiente para justificar o empréstimo de 35 milhões de dólares, negociado com o Banco Internacional pela empresa brasileira concessionária do arrendamento e mediante a garantia do Governo da União, concedida pela Lei n. 1.235, de 14 de novembro de 1950.

Ficaram concluídos, também durante o exercício findo, os levantamentos topográficos e os estudos para a construção da estrada de ferro de 215 quilômetros entre as jazidas e o pôrto do Rio Amazonas, bem como o projeto e o orçamento do pôrto de minérios, que será construído para receber navios de 25.000 toneladas e com capacidade para carregar 2.500 toneladas de minério por hora.

Continua a exploração da cassiterita (estanho) nos rios Amaparí e Aragarí. Vários geólogos da Companhia Siderúrgica Nacional e de organizações privadas visitaram a região, objetivando ampliar a produção.

Ressurgiu o interesse pelo minério de ferro do rio Vila Nova, cujas jazidas, pesquisadas por métodos modernos, acusaram a reserva de 9 e meio milhões de toneladas de minério de alto teor. Duas empresas brasileiras examinam a possibilidade de seu aproveitamento imediato.

Foram realizados em 1951 varias expedições científicas para a busca de minérios nas regiões dos rios Tartarugal, Aragarí, Nutuacá, Preto, Maracá, bem como entre Mazagão e Mazagão Velho e no Igarapé do Lago do Maracá.

A administração amapaense preocupa-se em criar as bases para a instalação de um parque industrial no Território. Os trabalhos para o aproveitamento do potencial hidroelétrico da Cachoeira do Paredão, no Aragarí, ampliaram-se, concluindo-se os serviços de levantamentos topográficos, de hidrometria, barracões para operários e teve início a rodovia de acesso por terra. Cogita-se agora do financiamento do projeto que prevê a construção de uma barragem para exploração inicial de 20.000 kilowatts, podendo desenvolver-se até 1000.000 kilowatts. Macapá era então a Capital do Norte do país que melhor poderá fornecer energia suficiente e por baixo preço a todas as indústrias.

Apesar da feição pioneira das atividades industriais, estimuladas e assistidas pela administração, elas se desenvolveram auspiciosamente. Serrarias e fábricas de móveis promovem o beneficiamento da madeira abundante nas florestas amapaenses; surgiu uma fabrica de sabão, um frigorífico moderno que aumentou extraordinariamente o abastecimento de peixe fresco, a indústria de carvão de madeira atingiu níveis altos, principiou a industrialização do sangue de gado no Matadouro Modelo, e deverá ser inaugurada em breves

dias uma grande panificadora na Capital para a produção de macarrões, talharins, biscoitos, doces, pão e todas as utilizações de trigo.

A Olaria de Macapá elevou sua produção que foi de 153.382 peças em 1946, 888.458 peças em 1950, para 1.407.765 peças em 1951, no valor de Cr\$ 7.593.747,60.

A usina de beneficiamento de arrôz do Posto Agro-Pecuário de Macapá prestou apreciáveis serviços aos colonos, valorizando o seu trabalho.

Orientando os estudos que se processam no Território o Laboratório de Análises e Pesquisas da Divisão de Produção realizou 283 análises completas e 1.329 determinações de solos, minérios, alimentos e pastagens. Procedeu também estudos: para verificar as possibilidades de instalação de uma Colônia Agrícola na região do Pôrto de Limão no Rio Matapí; para utilização dos solos das regiões de Cruzeiro, Tucunaré, Queimadas e Base Aérea, no município do Amapá, do rio Vila Nova e do rio Preto, no município de Mazagão, do trecho entre os kms. 50 e 113 da rodovia Macapá/Clevelândia no município de Macapá; para saber se as águas do rio Amazonas poderiam ser aplicadas no abastecimento da capital; para a industrialização de um tipo de borracha laminada (Smoked Sheets) de alta qualidade; para a instalação de fábrica de cêra para assoalho e graxa para sapatos.

A Amazônia importa grande parte dos gêneros alimentícios que consome. Êsse fato encarece extraordinariamente o custo de vida e concorre para a sub-nutrição. O Governo territorial orienta seus planos administrativos para solucionar o problema. A produção agrícola tem recebido salutar impulso e desvelada assistência, através do amplo e bem aparelhado Posto Agro-Pecuário de Macapá, dos Postos e dos técnicos da Divisão de Produção que distribuem sementes, debelam as pragas, fornecem ferramentas e orientam os agricultores. No município do Amapá a Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura opera idêntico programa. Além disso todas as escolas amapaenses fazem propaganda intensa da horticultura e da criação de pequenos animais domésticos.

Buscando ao mesmo tempo aumentar a produção agrícola e fomentar o povoamento, a administração territorial fundou a Colônia Agrícola do Matapí, onde localizou 75 famílias de agricultores, concedendo a cada uma 30 hectares de terras de matas, ferramentas, mudas, sementes, adubos e fertilizantes, assistência médica e educação, além do auxílio em dinheiro de 500 cruzeiros mensais por família, pelo prazo de um ano. Apesar da seca terrível de 1951, os resultados foram animadores. No ano de 1952 deverá prestar relevante concurso ao abastecimento da população.

Colaborando para o aumento da produção de borracha pelo plantio de seringais de cultura, teve início a organização de um viveiro de 100.000 mudas no Campo Agrícola de

Mazagão/Mazagão Velho escolhida tècnicamente e onde já se encontram numerosos colonos. O plantio da seringueira será associado ao do cacauzeiro.

Diante da necessidade imperiosa e contínua de alimentar o povo, o Govêrno amapaense concebeu e vem pondo em execução, obstinadamente um vasto plano de melhoramento da pecuária. Concentrou no Pôsto Agro-Pecuário de Amapá um plantél selecionado de gado bovino puro sangue das raças «Gyr», «Nelore», «Guzerath», «Indubrasil» e «Holandês», servido por reprodutores de alta classe que vêm fornecendo magníficos exemplares, perfeitamente aclimatados na região, para a transformação do gado punha existente; importou de Minas Gerais, do Estado do Rio, reprodutores Zebs, puros por cruzamento, que vendeu aos criadores pelo preço de custo e a longo prazo, já havendo entregue às fazendas do Território até 1951, 321 reprodutores, sendo 295 vendidos e 26 doados como indenização de animais falecido sem ter dado produção ao criado, introduziu o serviço de inseminação artificial, tendo inseminado no anfindo 562 animais, dos quais muito tiveram crias; promoveu a plantação de pastagens, cultivando vastas áreas, fornecendo sementes e mudas e vendendo arame para cercados.

Mereceu assistência carinhos também a criação de eqüinos, suínos e aves.

Em setembro de 1951, o Território realizou a 5ª Exposição de Animais e Produtos Econômicos, com fito de estimular a produção e divulgar métodos modernos, alcançando absoluto êxito. O Amapá é pioneiro dessas festas de trabalho na Amazônia, que atraem criadores e industrias de todo o Vale. As inscrições que em 1947, na 1ª Exposição, foram de 291, na de 1951 atingiram o número de 2322.

No setor da educação o esforço empreendido é digno de registro.

Em 1943 existiam apenas 4 escolas primarias que só ministravam até a 3ª série primária, com a matrícula geral de 390 alunos.

Em 1951 funcionaram 90 escolas primárias, 6 Grupos Escolares, 1 Curso Normal Regional, 1 Ginásio, 1 Escola Industrial, 1 Escola de Iniciação Agrícola e 1 Escola Doméstica. A matrícula geral, incluindo-se o ensino supletivo, atingiu [...] Regional, a Escola Industrial e a Escola Doméstica possuem prédios definitivos, construídos especialmente para êsse fim.

Mereceu idêntico cuidado o sêtor da saúde. O Território já dispõe de um moderno Hospital em Macapá, com 3.618,99 m2 de área e capacidade para 100 leitos, e concluiu a construção em 1951 de um pavilhão anexo para Maternidade, com 30 leitos; de 4 pequenos hospitais rurais, instalados em prédios próprios, nas cidades de Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque, que realizam a cobertura sanitária, no seu raio de ação, de todos os habitantes do interior; de 5 sub-postos médicos situados em zonas afastadas da Capital e das sédes

municipais. Além disso, cada escola funciona com um pôsto de distribuição de medicamentos para doenças comuns da região.

No exercício findo foi feita a aplicação de DDT, periodicamente, para combate à malária, em 68 localidades do interior, mediante colaboração entre o Serviço Nacional de Malária e o Governo amapaense.

As obras públicas realizadas no Território são o melhor testemunho do seu progresso. Tanto na Capital, como no interior, elas têm por escopo servir a coletividade facilitando as comunicações, proporcionando conforto e buscando criar padrões mais altos para o povo. Em 1952 tiveram prosseguimento as seguintes obras: Pôrto de Maracá, aproveitamento hidroelétrico da cachoeira do Paredão, construção da rodovia Macapá/Clevelândia, na qual foram executadas: a) – construção de 47,7 kms novos, sendo 25 kms entre Amapá e Calçoene, 5,5 kms do ramal para a Colônia do Matapí, 3,2 kms do ramal para Pôrto Platao, 3 kms do ramal para Aporema e 5 kms entre Oiapoque e Clevelândia; b) – conclusão do encascalhamento no trecho de 154 kms entre Macapá e Pôrto Grande e no trecho entre a cidade do Amapá e Base Aérea; c) – conclusão das pontes sobre o rio Frexal (TU [...]), e rio Tracajatuba ([...]) e o Tartarugalzinho ([...]) d) – instalação de sistemas de balsas nos rios Tartarugal, Amapá, Grande e [...]; e) – instalação de [...], acervos, nivelamentos, [...], pontilhões, etc; construção de 21 quilômetros da rodovia municipal entre Mazagão e Mazagão Velho, conclusão da construção dos Postos de Puericultura do Amapá e Oiapoque, do Grupo Escolar de Calçoene, das [...], [...], Porto dos Índios, Taperebá, Cajari, Bôca de Ujururú, [...], Camaipí, Bôca de Mazagão, Aporema, [...] Lago Novo, [...] e Limão do Curuá, do paredão principal da Escola Normal e Doméstica, e Pavilhão do Laboratório de Análises Químicas, da piscina do Grupo Escolar «Barão do Rio Branco», do Serviço de Esgotos de Macapá, das 10 casas para funcionários e de detento, de 1 banheiro público em Macapá, do novo trapiche do desembarque na Capital, com a extensão de 495 metros, acham-se em fase adiantada de construção, Forum e o Mercado de Macapá, Pavilhão para isolamento de tuberculosos, anexo no Hospital, e o novo pavilhão da Escola Doméstica.

O Governo da União atribui a Amapá, no exercício de 1951, a dotação global de Cr\$ 63.477,241,7 sendo Cr\$ 23.729.480,70 para [...]; Cr\$ 12.545.300,10 para material; Cr\$ 532.457,00 para serviços e encargo e Cr\$ 19.679.502,20 para obras.

Deve-se registrar ainda que durante 1951 foi inaugurada na Capital do Território uma Estação de Rádio Internacional, que facilita comunicações rádio-telefônicas com todo o mundo. Instalou-se também a Agência do Banco da Amazônia em Macapá.

Um fato de extraordinária repercussão econômica foi o início em larga escala dos empréstimos agrícolas dos pequenos produtores pela Agência do Banco do Brasil.

O Território do Amapá, cria em [...] para recuperação econômica e social da nossa frequentemente entregue ao mais [...].

ANEXO K – O Passado e o Presente

Jornal “Amapá”. Ano 9. Macapá, [s/d], 1953. [s/n].

O nosso território representa, na atualidade, uma das regiões brasileiras, mais distantes dos litorais cosmopolitas, onde viceja, profundamente enraizado, o espírito sadio e construtivo de brasilidade. Brasilidade na acepção mais escorreita da palavra, que é o carreamento da completa civilização a circular em todas as veias latejantes de uma imensa planície outr’ora mostrando-se desoladoramente solitária e doentia como a água estagnada.

Espantinho era a epígrafe que titulava o Amapá no seu longo pretérito de abandono, esquecimento e indignidade.

Hoje, quando vemos e ouvimos seu nome precedido de fama, honrosos conceitos e desvanecedores comentários, automaticamente volvemos o olhar para o passado e, então, nos convencemos de que, realmente, colocamos em ebulição a placidez estéril que o atrofiava. Todo o seu potencial de riqueza encurralada passou a ser movimentado em busca das mais indeclináveis reivindicações, para o que povo e governo se imbuíram do invejável e nobre ideal de libertar a terra da longa noite caliginosa que a longa noite que a oprimia de todos os lados. A transformação, em verdade, fez, do branco, preto, e, do quadrado, redondo. Não exageramos e nem nos tornamos suspeitos ao classificarmos de heroicas as energias despendidas nesses velozes dez anos de batalha no campo raso do civismo, empunhando, não armas destruidoras, mas, todo um arsenal de apetrechos recuperadores. Pelas clareiras abertas na floresta, a golpes de audácia e tenacidade, penetrou a luz espancando as trevas. O homem e a máquina venceram todas as intimidativas dificuldades. Os livros, os médicos, os professores, os engenheiros solaparam a ignorância, o atraso, as enfermidades, as barreiras e as deficiências. Passara a época demorada do primitivismo indígena, cedendo lugar à nova mentalidade objetiva, prática reabilitadora. O homem foi retirado do seu isolamento para o trabalho de defesa coletiva. Sua lança foi coragem patriótica, seu arcabuz o trabalho sem intervalos, exercitados numa autêntica legítima defesa contra a morte que o espreitava ao longo das águas e no recésso da mata fechada.

Uma dezena se conta de desbravamento amapaense. E dez anos é um nada na ampulheta do tempo, principalmente levando em conta que no Amapá só existiam destroços sombreados pelo desânimo.

Os resultados positivos de uma orientação firmada nos conhecimentos dos nossos problemas, aí estão brilhando ao sol e surpreendendo aos olhos dos que só viam o pessimismo.

Convém saber, porém, que apenas uma etapa foi concretizada. O Território ainda vai caminhar longa estrada de árduos trabalhos.

E todos estão a postos.

ANEXO L – Macapá moderna: a capital do Território e sua nova fisionomia

Jornal “Amapá”. Ano 9. Macapá, 13/09/1953. n. 468.

ESTE JORNAL, que faz parte integrante da vida da cidade, também a sente em todas as suas pulsações, acompanhando-lhe a vida moderna e o ritmo de progresso que a domina.

Como nas novas ruas da cidade-verde, nossas colunas condensam o idealismo criador de todos quantos colaboraram na obra amapaense.

Vivemos todos estreitamente vinculados à própria alegria que dá novo colorido a esta Macapá que, como as mulheres bonitas, também mostra sua vaidade frente do toucador onde realça a sua fisionomia simpática e a sua mocidade atraente.

Depois é o intercâmbio das idéias e a solidariedade dos corações, mostrando a cidade espiritual que anima nossas energias e nossas aspirações. Tudo aqui dentro empolga a alma do povo e surpreende o visitante, atestando as atitudes construtivas e a dedicação coletiva pelo Amapá.

E a nossa capital, imitando o Amazonas que a beija ternamente, quer crescer como o grande rio e rumores já como suas ondas ferventes, já aparecendo aos olhos da atualidade como uma cidade nortista onde se instalou a civilização trazida nas azas do trabalho territorial, todo dedicado ao bem da população, que, por sua vez, tem colaborado com a administração amapaense.

ANEXO M – Macapá cresce e constrói

Jornal “Amapá”. Ano 8. Macapá, [s/d], 1952. [s/n].

A cidade de Macapá, acompanhando o crescimento de sua população, também se dilata para os lados, para a frente e para atrás, isto de maneira surpreendente, possibilitando sustentar a benéfica febre de construções que toma vulto diariamente, pôs a iniciativa particular, antevendo neste fecundo presente territorial, o seu futuro de maiores riquezas e vitórias, tem se ativado com sucesso em todas as nossas ruas e bairros novos.

E a administração do Amapá se não descuida da abertura e terraplanagem de novas artérias, ligando uns aos outros os populosos arrabaldes macapaenses, bem como distendendo a parte urbana da capital.

O visitante de ontem, voltando hoje à Macapá, sempre encontra outras realizações em andamento ou já concluídas, de vez que o multiplicando os empreendimentos básicos, dentro de uma intensidade apreciável, não só na capital, como em progresso aqui não conhece fronteira.

As ilustrações desta página, as últimas colhidas pelo fotógrafo, dão bem uma idéia, ao leitor distante, da civilização que se alastra na cidade riscada pela linha do Equador, atestando a capacidade do homem da Amazônia, que se vem esforçando para concretizar os fins que ditaram a criação deste Território. E surgiram, e continuam se todos os municípios da região, ao mesmo tempo em que desenvolve os problemas mas econômicos, fomentando o comércio e a indústria e dando vida à novas riquezas com o explora-las vantajosamente.

Incontestavelmente, os trabalhos de vulto aqui levantados tornaram o Amapá uma das regiões mais procuradas em toda a Amazônia, onde são inúmeras as possibilidades de seguro emprego de capital.

ANEXO N – Comentário da semana

Jornal “Amapá”. Ano 9. Macapá, [s/d], 1953. [s/n].

O nosso Território está chegando a [...] dos 10 anos de sua intensa vida restauradora. Esse fato constitui, para toda a comunidade amapaense, motivo de grandes júbilos dentro de sua esmaltada significação. Porque, se voltarmos a olhar para atrás, recuando dez anos, é que mais nos capacitamos da autêntica arrancada idealizada e levada a efeito pelo governo com a colaboração entusiasta do povo sempre a crescer dia a dia.

Tudo, então, era apenas expectativa na planície imensa e erma. A expectativa que nascera da acertada alteração política, criando, em 1943, entre outros, este Território. Os terríveis, mas inúteis pessimistas de todos os tempos, não acreditavam na recuperação amapaense, quando era verdade que tudo estava para ser iniciado dentro de um panorama de aniquilamento, de desânimo, de retrocesso.

Um só minuto, no entanto, não foi perdido, e a obra restauradora, dura, duríssima, começou para não parar mais, arrancando o Território da sua longa noite de letargia. Primeiramente foi o ataque resolutivo contra as doenças, visando o mais rápido saneamento para que os braços fortes do cabôclo de descruassem. Sob o sol, sob a chuva, sob as estrelas a até sob as noites caliginosas, a batalha não conheceu trégua, recuo ou intervalo. A ordem de comando mandava desprezar temores, obstáculos, dificuldades.

Dez anos são passados, e a obra existente confunde quantos negavam a possibilidade de sua efetivação. Aos olhos de todo o Brasil o Território do Amapá exemplificava, no seu progresso, o valor insubstituível dos brasileiros desta banda inundada de sol escaldante.

A sua projeção na órbita civilizadora é fascínio, consolo, padrão das atividades norteadas em favor do bem coletivo.

Em apenas dez anos de trabalhos planejados, uma nova, impressionante e realista história se escreve em nossos quadrantes, perpetuando a formação deste desenvolvimento invulgar num ângulo obscuro da Pátria.

E’ por isto, que é tudo, que a alma do povo amapaense, ao se aproximar o dia 13 de setembro, quando comemoremos o 10º aniversário de criação do Território, vibra do mais incontido entusiasmo, vendo e sentindo, no sólo natal, imperar a moderna civilização abrangendo todos os setores de atividades do homem.

E’ a vitória da obra amapaense assentada na crença da sua recuperação total.

ANEXO O – Panorama educacional do Amapá: visão retrospectiva

Jornal “Amapá”. Ano 4. Macapá, 29/05/1948. n 168.

Ao iniciar-se a atual administração do Amapá era grande o índice de analfabetos.

Apenas 7 escolas atendiam ao extraordinário número de crianças em idade escolar, escolas essas localizadas em barracas antihigiênicas, sem os mais elementares requisitos de conforto.

Um exíguo número de dedicadas professoras leigas, mas de baixo nível cultural, e 5 normalistas, cumpunham o irrisório professorado da região.

O trabalho inicial teria de enfrentar a situação de atraso do meio, procurando modificar o nível cultural do povo. A difusão do ensino em moldes eficientes devia visar desde logo a imensa população escolar abandonada.

AS BASES DE TRANSFORMAÇÃO

A transformação do ambiente dependia de um plano inicial traçado. Este compreendia: Escolas Rurais do grau primário em todas os núcleos de população; Escolas Isoladas e Reunidas; Escolas Profissionais Masculinas e de Prendas Domésticas em todos os Municípios; um Colégio para ministrar o ensino ginasial; Grupos Escolares nas sedes Municipais, ministrando todo o curso primário, com Jardim da Infância anexo; Escolas Noturnas destinadas aos adultos analfabetos; Educação Física; Merenda Escolar, objetivando o auxílio alimentar eficiente à população desnutrida, cuja saúde urgia ser preservada; Cooperativas, destinadas a baratear o preço dos gêneros; Biblioteca visando elevar o nível cultural de populações ainda entregues ao obscurantismo; o Escotismo e o Bandeirantismo, fontes perenes de energias cívicas e patrióticas, bem como Cursos de Férias anuais destinadas a melhorar o nível do magistério, especialmente o magistério leigo, necessitado de melhor padrão.

NOVOS PROCESSOS

Antes da criação do Território nenhum Grupo Escolar existia. No decorrer de 1944 já estavam em funcionamento os de Macapá, Amapá, Mazagão e Oiapoque. Em 1946 o da Capital funcionava em edifício próprio, dotado de excelente padrão, com 12 salas de aula, auditório para conferência com capacidade para 300 pessoas sentadas, bebedouros automáticos para os alunos e cinema com aparelho sonoro e projeções de marca Zeiss.

Hoje se acham construídos ou em vias de conclusão os edifícios dos Grupos Escolares de Macapá, Amapá, Oiapoque, Mazagão e Calçoene.

OUTROS DADOS SUGESTIVOS

Em 1946, as 7 escolas existentes no início da atual administração se transformavam em 35, com o acréscimo de 28 escolas. Esse total, em 1948, aumentaria para 56 escolas isoladas mistas, havendo portanto o acréscimo de 21 novas escolas sobre aquele ano.

A matrícula, naquela fase inicial, não passava de 390 alunos. Gradativamente passaram a 1.057 matriculados em 1944, 1.728 em 1945 e 2.084 em 1946. Assim, o número de novas matrículas foi de 1.694. Em 1948 o número de crianças matriculadas ascendia para 3.941.

As 5 professoras leigas e as 5 normalistas anotadas na fase anterior ao Território passaram sucessivamente para 34 em 1944, para 62 em 1945, e para 73 em 1946, com o aumento de 63 novos professores sobre o número primitivo. Em 1948 este número atingia a 120 professores normalistas e leigos, portanto mais de 47 professores sobre o número dos existentes em 1946.

Seguindo o programa iniciado, foi construída uma série de casas de madeiras dotadas de todos os recursos de higiene, com capacidade para 50 alunos, destinadas a sedes das escolas rurais de Pôrto Grande, Ferreira Gomes, Vila Velha do Cassiporé, Boca do Jarí, Porto do Céu, Fazendinha, Santana e Ilha Redonda.

Com a construção de 22 novas escolas rurais que fazem parte do acôrdo firmado entre o Govêrno do Território e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, as atividades do ensino rural irão recrudesce grandemente.

Considerando o avultado número de adultos analfabetos, também foi intensificado o ensino supletivo em todo o Território, sendo êle ministrado em aulas noturnas nos 5 Grupos Escolares e em 16 Escolas Isoladas, com uma matrícula de 579 alunos.

Nas antigas instalações da U. S. Navy, na Base Aérea do Amapá, acha-se em funcionamento a Escola de Iniciação Agrícola, primeira de uma série de 5 internatos profissionais previstos no plano de educação do Govêrno teritorial.

POSTOS ESCOLARES

Os Postos Escolares resolveram o difícil problema do abastecimento das escolas do interior. Além do material propriamente escolar-didático, alí são colocadas as reservas de uniformes, calçados, objetos para desportos, jogos instrutivos, literatura infantil e algumas

unidades destinadas à venda ou distribuição aos alunos. Os reconhecidamente pobres têm direito ao fardamento completo e todo o material escolar de que necessitem, inclusive livros.

Os Postos Escolares são em número de 4. Estão situados Macapá, Mazagão, Amapá e Oiapoque, anexos aos Grupos Escolares.

As compras feitas nos Postos Escolares favorecem uma apreciável economia. Entretanto os materiais foram fornecidos gratuitamente a numerosos alunos, atendendo às suas condições econômicas.

Isto se compreende tomando-se como exemplo o Grupo Escolar <<Barão do Rio Branco>>, da capital, que é o do padrão mais alto, cujo corpo discente é composto de 54% de filhos de operários, em 31% de lavradores, 9% de funcionários e apenas 6% de filhos de comerciantes. Em média os seus preços acusam uma diferença de 40% a menos em relação aos preços do comércio local.

GINÁSIO AMAPAENSE

Está em funcionamento desde 1947 o Ginásio Amapaense, otimamente instalado e obedecendo os melhores preceitos da técnica pedagógica, possuindo competente corpo docente constituído de professores vindos do sul do país. Acha-se atualmente sob regime de inspeção federal prévia.

CANTO ORFEONICO

O conjunto de Canto Orfeonico dos alunos do Grupo Escolar de Macapá, integrado por trinta figurantes, foi um grande passo dado em prol da educação artistico-vocacional dos pequenos escolares do Amapá. A atuação do conjunto, que têm permitido a revelação de muitos novos valores, há grangeado os aplausos de quanto têm tido a oportunidade de ouvi-lo, pela homogeneidade e afinação que representa.

ESCOTISMO E BANDEIRANTISMO

O movimento escoteiro do Amapá apresenta vulto apreciável. Iniciou-se com a fundação da Associação “Veiga Cabral”. Surgiram em 1946 as associações “Lobo d’Alamda”, na cidade de Mazagão, “Barão do Rio Branco” na cidade de Amapá, e “Joaquim Caetano” na cidade de Oiapoque. Surgiu ainda uma Patrulha na cidade de Calçoene e uma Patrulha Isolada no vilarejo do Camaipí. Sob a bandeira desses Grupos se arregimentam 80 escoteiros. Mais recentemente, em fins de 1947, foi fundada a Associação de Escoteiros do Mar “Marcilio Dias”, com cerca de 100 filiados.

O movimento bandeirante se iniciou em 1945, contando hoje com as Companhias “Ana Nery”, e “Anita Garibaldi”, com um total de 40 moças filiadas.

Tanto o escotismo como o bandeirantismo se acham em processo de filiação á Confederação Brasileira de Escoteiros de Terra e Federação das Bandeirantes do Brasil. respectivamente.

BIBLIOTECA E MUSEU TERRITORIAL

O povo precisa de lêr, de se instruir. Assim pensando, o Govêrno fundou desde logo uma Biblioteca na capital, onde, através de livros, revistas e jornais, a população pudesse haurir conhecimentos úteis ao seu desenvolvimento intelectual.

Mas havia outros núcleos a que era imprescindível estender os benefícios de tão valiosa iniciativa. Vieram então as Bibliotecas de Amapá, Mazagão e Oiapoque com a mesma finalidade da primeira.

Também junto a cada Grupo Escolar foi estabelecida uma pequena biblioteca, destinada exclusivamente a fornecer obras especializadas ao seu corpo de professores.

O interesse do público se evidência pelo número de consulente que, na Biblioteca da capital, numa média de 4.000, têm anualmente acesso às obras ali existentes.

Destinado ao estudo da etmologia, da mineralogia e geologia, do folclore e dos fatos ligados à tradição local, foi criado o Museu Territorial. Funcionando numa das dependências da histórica Fortaleza de Macapá, apresenta hoje um acervo de objetos raros e preciosos, dignos de atenção de quantos se interessam pelos nossos assuntos.

Ali se encontra, devidamente sistematizada a riqueza mineral, indicando as imensas possibilidades de recursos do Território. A fauna amapaense ali se acha também representada por dezenas de raros e belos

ANEXO P – O Amapá é um paradigma como centro de civilização da Amazônia

Jornal “Amapá”. Ano 9. Macapá, 16/04/1953. n. 430.

É o que afirma o general Mario Travassos, em entrevista concedida à nossa reportagem – “As circunstâncias inéditas e imediatas da evolução do Território” – Um homem de ciencia cheio de ternura pelo solo.

Conforme é do conhecimento público, esteve em visita Mario Travassos, vulto de relevo das Fôrças Armadas Brasileiras e figura de primeiro plano no panorama cultural de nosso país. Estudioso e conhecedor profundo de assuntos géo-políticos, com vários trabalhos publicados sobre matéria tão complexa, é o ilustre militar autor da consagrada obra «PROJEÇÃO CONTINENTAL DO BRASIL», da Coleção Brasileira, livro já incluindo entre os clássicos e indispensável às bibliotecas dos estudiosos. Daí ter sido de excepcional importancia a visita desse eminente brasileiro à terra do manganês, sobretudo de suas observações surgirá uma contribuição nova e valiosa para que se compreenda melhor a experiencia civilizadora que está sendo levada a efeito pela administração Janary Nunes na Guiana Brasileira.

Deste modo, após o general Mario Travassos permanecer quatro dias em contacto direto com o nosso povo, onde observou «o sentimento telurico das populações do norte», a nossa reportagem entrou em contacto com S. Excia. afim de colher as suas impressões a respeito do Amapá.

Cumprе salientar, pois, que logo aos primeiros minutos de palestra sentimentos que estávamos diante de um militar com esplendida formação humanística – humanística na concepção maritaineana – em cujo tom de suas palavras descobrimos o pedagogo afeito à missão e ao nobre sacerdócio de «criar consciencias livres e formar personalidades», conforme expressões justas e felizes do governador Janary Nunes; e, sobretudo, surpreendeu-nos a ternura do homem de ciencia pelo solo, que poderíamos batizar de culto à terra e de interesse humano e poetico pelo que muitos desprezam por aridez espiritual e sub-cultura do asfalto.

Assim, respondendo a várias perguntas que lhe foram formuladas pela nossa reportagem, o general, Mario Travassos, bem latino em sua maneira suave e loquaz de externar idéias, afirmou que «uma das coisas mais impressionam o visitante do Amapá – de lado a cortezia de seu governador e de sua gente – é a simultaneidade de ações na diversos setores de atividade».

Daí por diante, apesar de preocupado com o tempo que se escoava, aproximando-se o momento de saída do avião que o conduziu de regresso a Belém, o nosso entrevistado fez amplas considerações sobre os problemas que produzem a nossa angustia, concluindo com estas palavras:

«Particularmente no campo da educação, sente-se a segurança com que se preparam os futuros homens do Amapá, para o grande dia em que outras fôrças econômicas e sociais atinjam seu clímax.

Depois de bem consideradas as circunstancias imediatas e inéditas da evolução deste Território, não restam mais dúvidas sobre as condições de eficiencia com que sua brava gente atingirá a maturidade.

E é a figura do seu grande lider – o governador Janary Nunes – que se encontra em pouco por toda a parte, sempre que se faz necessário, um exemplo de trabalho, de energia, de saber e de bondade.

Acredito que no dia em que se queira criar novos centros de civilização na imensidade da Amazônia, [...]

ANEXO Q – Amapá

Jornal “Amapá”. Ano 9. Macapá, 13/09/1953. n. 468.

Acaba o Território Nacional do Amapá de transpor seu primeiro decênio, em verdade sua primeira grande etapa de vida política-administrativa.

Essa é sua primeira grande etapa porque o evento encontra o Amapá completamente estruturado do ponto de vista não só econômico e industrial, como social e político, graças à operosidade proba e esclarecida do coronel Janary Nunes, seu governador durante quase os seus dois lustros de existência.

De angulo econômico e industrial mereciam citadas aqui as camoanhas vitoriosas no terreno agropecuário, como o plantio sistemático de seringais e o apuro zootécnico com que vem sendo tratado o gado, de modo geral. Por outro lado, a descoberta e exploração de minas de ferro e manganês, sendo que á base deste último está sendo constrnida uma estrada de ferro e um pôrto em condições técnicas e econômicas largamente satisfatórias, representam o embasamento para sua industria pesada.

Sob o aspecto social não é menos brilhante o panorama, por isso mesmo que sôbre eficiente assistência social e esmerado programa educacional é que assentam as atividades do grupo social. Em certos casos ambos se associam, como quando se está diante da produção e dos métodos de trabalho da Olaria de Macapá, a grande inspiradora de bem-estar e de senso artistico da gente do Amapá.

E como de tudo resulta certa homogeneidade de conceitos, que se torna apreciável através do florescente espirit de corp, é fora de duvida o sentido politico das atitudes individuais e coletivas dos filhos do Amapá, na melhor acepção do terno, porque consciente e elevado.

A maneira por que se faz a administração no Amapá, em particular o processo pelo qual todos os beneficios se distribuem ao longo do Território, devem servir ãe paradigma para a estruturação dos demais, menos daqueles que se encontram na ambiência da Amazônia.

Seja como for, uma odra como a da administração do Amapá, que no transcurso de seu primeiro decênio começa a transcender dos limites estreitos em que foi equacionada, deve inspirar orgulho ao seu autor e demais cooperadores, e compensar a Nação de todos os investimentos materiais e morais feitos em beneficio da histórica sentinela avançada da boca do Amazonas. – M.

(De «Jornal do Brasil», do Rio de Janeiro)

ANEXO R – A educação no Território

Jornal Amapá. Ano 3. Macapá, [s/d], 1947. [s/n].

Ao se instalar, o Governo do Amapá teve como preocupação inicial o levantamento do nível cultural do povo amapaense, “que estava em completo abandono, sem nunca ter sido eficiente. Praticamente nem ensino havia.”

Assim, “considerando a alta percentagem de analfabetos, a baixa produção per capita; as condições de região limítrofe: as possibilidades de rápida revolução social em face da pequena população existente para ser cultivada; a dispersão do homem no solo; o nomadismo, oriundo da falta de especialização profissional e da instabilidade dos preços das indústrias extrativas; levantando a situação dos núcleos fixados na gleba; pesando as dificuldades financeiras de obter imediatamente, ou nos próximos anos, instalações condignas, em todas as regiões necessitadas de escolas, e, conseqüentemente, de possuir professores formados”, foram fixadas as diretrizes da Divisão de Educação, abrangendo as seguintes modalidades de ensino; primário, profissional, secundário e, paralelamente, as cooperativas, o escotismo e o bandeirismo, o cinema e as bibliotecas!

O ensino primário teria a seu cargo o “estabelecimento de escolas rurais, dispersadas nos conglomerados em que tivessem, no mínimo, 15 crianças; escolas isoladas e reunidas; Grupos Escolares que ministrassem todo curso primário, nas sedes dos municípios, funcionando anexos jardins da infância; escolas noturnas destinadas aos adultos analfabetos; distribuição gratuita de merenda escolar; educação física; curso de férias anuais para aperfeiçoamento do magisterio, etc.

O ensino profissional compreenderia, pelo menos, 5 internatos distribuídos no Território e mais uma escola doméstica feminina e outra profissional masculina, em Macapá!

Na escola doméstica as crianças fariam o curso primário e estudariam corte, costura, culinária, lavagem e gomagem de roupa, noções de enfermagem e economia doméstica.

Na escola profissional, além do curso primário, os jovens aprenderiam as profissões essenciais ao futuro da região, especializando-se como carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros e oleiros.

Desde 1945 que o Governo incluiu no orçamento o pedido de crédito para a construção dessas duas escolas, entretanto, o limite estabelecido para as verbas dos Territórios implicou no seu adiamento “sine-die”.

Apezar disso, funcionará no Amapá, ainda em 1947, nas instalações que pertenceram à U. S. Navy, hoje cedidas pelo Ministério da Aeronautica ao Governo, o primeiro dos 5 internatos previistos.

Com a aprovação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, do plano de ampliação da rêde do ensino primário, esperamos ter, em 1948, as verbas destinadas à construção da Escola Profissional, cuja pedra fundamental foi lançada por ocasião da visita da Comissão de Valorização do Vale Amazonico, ao Amapá, e da Escola Domestica, afim de tornar-se realidade essa diretriz de ensino, porque mais de perto virá beneficiar o filho desta região, antes tão abandonada, e por serem, esses dois tipos de escolas, aparelhos educacionais que serão organizados em função da produção do meio a que servem.

Foi tambem, solicitada pelo Govêrno ao Ministério da Agricultura, a verba de Cr\$. . . . 800.000,00, destinada à edificação da Escola de Iniciação Agrícola, e que nos será distribuída no decorrer de 1948.

Os motivos acima são a causa da Divisão de Educação só ter cumprido em parte as diretrizes que lhe traçou o Governo, no que se refere ao ensino profissional.

No delineamento da Divisão de Educação, como dissemos, foi projetada a instalação de um estabelecimento de ensino secundário que deveria funcionar quando as escolas primárias oferecessem os primeiros alunos para lutas escolares de maiores proporções.

Em 1946, no Território, diplomaram-se os primeiros alunos do curso primário; e, em 1947, isto é, no inicio do ano corrente, foi instalado o Ginásio Amapaense que, por Portaria Ministerial n. 367, de 9 de agosto passado, teve reconhecimento oficial, sob o regime de inspeção preliminar.

Gabinete de Ciencias Naturais bem aparelhado, salas especiais para aulas de línguas vivas, de Geografia, de Desenho, completo equipamento para práticas educativas, estas e outras exigências ministeriais estão sendo preenchidas, de tal modo que o Ginásio Amapaense seja, num futuro bem próximo, o comprovante de um Govêrno que se empenha na tarefa de elevar o nível intelectual do povo brasileiro.

Ainda com a aprovação do plano de ampliação e desenvolvimento de rede do ensino, está sendo solicitada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, verba para a construção da Escola Normal Rural de Macapá, com o fim de preparar nova geração de professores mentalizados e orientados na transformação do nosso meio.

ENSINO PRIMÁRIO

Na ingente tarefa de educar o povo, aquelas 7 escolas incipientes encontradas, com 390 alunos matriculados, regidas por 10 professores, 5 normalistas e 5 leigos, transformaram-se em 5 Grupos Escolares, 42 escolas, isoladas mistas em funcionamento, afóra as recém-criadas, 4 escolas rurais, da Fazendinha, de Santana, de Porto do Céu e de Ilha Redonda – já em atividades. Estas escolas advieram do Convenio firmado entre o INEP e o Govêrno do Amapá, destinadas à melhoria do ensino primário, restando, ainda por inaugurar, mais cinco.

A matrícula elevou-se para 3.500 alunos, sem incluirmos o ensino supletivo e o Ginásio Amapaense.

As casas encontradas, reconstruídas e adaptadas, nas sédes, dos Municípios, para funcionamento, a titulo precário, dos Grupos Escolares, serão no decorrer deste ano, substituídas por edifícios construídos especialmente para aquelas instituições escolares, sob as exigências didático-pedagógicos mais avançadas.

Por serem os predios onde funcionaram os Grupos Escolares anti-pedagógicos, impossibilitando e prejudicando os mestres de poderem, pelo exemplo, convencer as crianças das regras higienicas a serem observadas, foi determinada a construção dos Grupos Escolares da Capital e das sédes municipais de Amapá, Oiapoque, Mazagão, e, tambem, da Vila de Calçoene.

A exemplificar, temos o Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” imponente edifício, construído em pleno coração da Amazônia, com 12 salas de aula de 77 mts.2 cada uma e um amplo salão de conferencias, dotado de um equipamento duplo sonoro, sistema movietone, marca “Enermann IV” Zéiss Ikon, de fabricação alemã, para filmes de 35 mm., com a finalidade cívica de educar à crinaça, o adolescente e o adulto, proporciionando-lhe uma iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro do elevado espírito de fraternidade humana.

O número de professores ascendeu a 104, sendo 44 normalistas, 5 de ensino secundário e 55 leigos. Ao lado destes, 1 professora diplomada em bel canto, especializada em canto orfeônico, e ainda, 4 instrutores de educação física.

Verifica-se, pois, que partindo das falhas existentes, o estado educacional melhorou, transformou-se, cresceu, ganhou vulto e já apresenta uma situação bastante lisonjeira, se bem que ainda não desejada pela Divisão de Educação, cujo plano é vasto no seu setor e que, dia a dia, recebe insistentes pedidos para criar novas escolas nas localidades onde o índice de crianças analfabetas é elevado. Êsses pedidos, entretanto, vêm apenas ao encontro da pública

intenção do Govêrno em localizar uma escola primária sempre que se puder reunir mais de 15 crianças de 7 a 14 anos de idade e número idêntico de adultos.

O ensino tem sido ministrado com o único objetivo de ser bom e eficiente, não distinguindo cor ou classe, e oferece iguais oportunidades na conquista dos conhecimentos que são ministrados com o fim de “educar a todos, de acôrdo com a capacidade de cada um, essência da cidadania em nação democratica, isto é, govêrno de todos para todos. ”

Dessa maneira, cumprindo um programa de governo, com o aumento do número de escolas, professores de melhor padrão, o Amapá caminha para a extinção completa do analfabetismo, “a lepra da cidadania”, na certeza de que a Educação é algo mais que uma norma qualquer de vida: é a norma suprema da mesma e o resto humano do tempo; sem ela a vida em comunidade carecia de objeto e o homem seria como um eterno elo, perdido de sua história inconclusa, e por isso de sua existência toda.

Ao par da melhoria de edifícios, dos Grupos Escolares, a que nos referimos, cabe salientar aqui que as escolas isoladas de Ferreira Gomes, Vila Velha, Porto Grande, Base Aérea, Foz do Jarí, Fazendinha, Santana, Porto do Céu, etc., são construções novas e confortáveis, indicadoras do surto que vem obtendo a educação em pleno interior onde as escolas não passavam de pardieiros inhabitáveis, anti-higiênicos e anti-pedagógicos, quando existiam...

Passamos a abordar, de per si, outras atividades escolares e extra escolares, que completam o horário dos alunos durante o dia.

EDUCAÇÃO FÍSICA

É considerável o movimento da Educação Física no Território, contando já os Grupos Escolares, e várias escolas isoladas, com professores dêsse ensino.

O material indispensável a essa disciplina completa as exigências que os regulamentos oficiais exigem, a começar pelo biométrico.

Dessa maneira, bastante expressivas são as demonstrações de Educação Física, onde se vê a criança participando, com desembaraço de diversas qualidades de jogo, e ginásticas, seguindo de maneira expressiva o velho brocardo latino “mens sana in corpore sano”.

CANTO ORFEÔNICO

O conjunto orfeônico do Grupo Escolar da capital, composto de 75 jovens, meninos e meninas, dirigido pela professora Stela da Costa Pimenta, formada em bel canto, é uma das grandes sensações que o visitante recebe ao perlustrar Macapá, e uma faceta educacional que

tem tomado grande impulso, com a apresentação de diversos programas, com as canções de Vila Lobo, Schubert, Plínio Brito, Dorival Caiamy, Ary Barroso, Waldemar Henrique, etc...

As demonstrações públicas, assistidas por ilustres visitantes, foram coradas de pleno êxito.

ESCOTISMO E BANDEIRANTISMO

Desde 13 de setembro de 1945, data em que foi fundada a primeira tropa escoteira – Associação Veiga Cabral – que se procura difundir essa escola ativa de Baden Powell, não somente na capital, mas todo interior do Território.

Assim, foram criadas, a Associação Lobo d'Almada, na cidade de Mazagão; Associação Barão do Rio Branco, na cidade de Amapá; Associação Joaquim Caetano, na cidade de Oiapoque; um grupo de Calçoene e uma patrulha isolada no vilarejo de Camaipí.

Inúmeras e bem organizadas têm sido as demonstrações públicas apresentadas pelos escoteiros amapaenses quer de caráter técnico, atlético, esportivo, teatral, quer em atividades de campo.

Já foi encaminhada à C. B. E. T. a filiação da Federação Amapaense de Escoteiros e já está em cogitação a construção da sede da Associação Veiga Cabral.

Igualmente, contamos com o movimento bandeirante. As companhias Ana Nery e Anita Garibaldi iniciaram suas atividades a 23 de setembro de 1945.

Da mesma forma que os escoteiros, as bandeirantes amapaenses têm demonstrado o valor inestimável dessa prática instrutiva na educação da jovem desta região.

Pelo número de novas candidatas que requereram suas matrículas, sentimos o interesse que essa prática educacional vem despertando.

Dentro em breve, estarão filiadas à Federação das Bandeirantes do Brasil.

BIBLIOTECA

Para cada Grupo Escolar está sendo remetido o acervo necessário para instalação de suas bibliotecas, com duas qualidades de publicações: a dos professores e a dos alunos.

Na capital e nas sedes municipais, foram criadas e estão em funcionamento as bibliotecas públicas, de fácil acesso a todos, oferecendo ao povo contacto abundante com as novidades da imprensa e da literatura brasileira e internacional, além de proporcionar um excelente estímulo cultural.

A frequência em seus salões vem, de ano para ano, aumentando, o que equivale dizer, ser um serviço de utilidade pública dos mais visitados e procurados.

MUSEU TERRITORIAL

Com a preparação da primeira ave – gavião do uruá – em 13 de julho de 1946, efetuou-se a idéia de um museu, programado desde 1944.

Está funcionando, anexo ao Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, em sala própria, com a finalidade de facilitar o ensino relativo às ciencias naturais, na parte que se refere à nossa fauna.

Cabe salientar que o colecionamento para a finalidade de estudo – diferente da finalidade tão somente educativa, como aquela que os museus apresentam em suas exposições – torna-se difícil, porque tem de atender a uma série de requisitos que correspondem à sua principal determinação, que é o conhecimento cada vez melhor da fauna que está fornecendo os exemplares, no caso o da Amazonia. Devido a isso, justamente, é que os animais, necessariamente, são preparados em atitudes que os imitem vivos, de modo que todos os detalhes se apreciem bem.

Os exemplares da fauna amazônica, à medida que vão sendo apanhados, são submetidos a um processo taxidermico para conservação que culmina na empalhação. Daí são classificados cientificamente, catalogados em livro especial e colocados sobre uma base de madeira, na qual é fixada uma etiqueta com a designação vulgar regional científica.

CINEMA

Bons serviços presta o cinema às novas escolas como tem acontecido com as de outros países.

A criança, na escola, tem diante de si, além da palavra do mestre, nem sempre interessante, alguns quadros murais, vistos e revistos que não a impressionam mais, outras coisas e outros motivos de descanso: os colegas, uma borboleta que voa, o assunto iniciado na rua, papel para riscar, feitura de aeroplanos, penas para enfiar na carteira e imitar o ruído dos grilos, etc..., além do que está consigo; roupa, lenço, unhas e o mais numa longa resenha.

No cinema ele somente vê o que o cinema lhe mostra.

Quando os estudantes falham no currículo escolar torna-se necessário ampara-los por meio de uma assistência inteligente. O aluno repetente constitue um ônus para o Govêrno e o desgosto para a família.

E o cinema o melhor meio de recuperá-lo, dizem os estudiosos do assunto.

Assim é que, o cinema, como ótimo complemento da educação – pois não substitue o professor nunca – é utilizado no Grupo Escolar de Macapá.

Após cada sessão, os alunos voltam às suas salas e, então, o professor completa aquela instrução visual-auditiva, com exemplos ou fazendo, com que a criança, pelas suas qualidades psicológicas auditivo-visual-motora, melhor compreenda o assunto da aula ministrada.

Não ficam aí, entretanto, as realizações do Governo em favor do aluno. Há, ainda, a merenda escolar gratuita que é distribuída pela manhã e à tarde, diariamente, e que foi instituída desde julho de 1945.

A Divisão de Educação tem envidado esforços para que os alunos não recebam a merenda, como esmola, estimulando-lhes no espírito a convicção de que é dever do Governo assisti-los em tudo quanto facilite a sua educação, afim de que mais tarde, educados, possam melhor servir, a esse Governo.

Há, também, os Postos Escolares que fornecem gratuitamente aos alunos reconhecidamente pobres (mais de 75% da população escolar), o fardamento completo e todo o material escolar, inclusive livros, de que necessita.

Não fôsse, porém, termos encontrado “na alma da generosa gente amapaense, em todas as ocasiões e até hoje sem receber sequer uma única demonstração de hostilidade ou descontentamento, a viva esperança de ver sua terra melhorada, excepcional boa vontade em auxiliar as iniciativas do Governo, capacidade de transformação invulgar, integrando-se num só pensamento com seus administradores, quer estimulando-os com a amizade e seus aplausos para vencerem os obstáculos, trabalhando onde fosse chamado, quer recebendo, em seus lares, os recém-chegados, enfim revelando por mil formas, nítida compreensão dos rumos novos que se abriam para o Amapá”, e a situação educacional seria muito outra e estaria aquém do que é e do que alcançou.

A escola no Amapá não é somente o “auditório onde se ministra a aula, mas é também o lar, a igreja, o campo agrícola, a floresta, o posto médico, a praça de esportes, as vias de comunicações, os meios de transporte, a oficina e a casa de comércio, rádio, o teatro, o cinema a biblioteca pública, as associações profissionais e beneficentes, os clubes, enfim, se estende a todos os ambientes da vida regional”.

ANEXO S – Educação

Jornal “Amapá”. Ano 3. Macapá, 19/04/1947. n. 109

Por Janary Gentil Nunes

Diante do quadro geral de abandono que enchia toda a paisagem territorial, teríamos infalivelmente de defrontar com o atraso da Educação. Praticamente, nem mesmo ensino havia. Qualquer transformação duradoura na vida de um povo só se obterá eficientemente preparando as gerações novas. Elas terão de ser utilizadas pelas elites como se fossem tropas encouraçadas incumbidas de abrir brechas nos hábitos e superstições da gente velha, aplicando o princípio preconizado por Durkheim de reeducar os pais pelos próprios filhos.

Nas regiões onde a ignorância predomina, quer a que impede o homem de ler livros, jornais e cartazes, por analfabetos, que não deixa ouvir diariamente preleções pelos rádios receptores, porque não só a miséria generalizada não permite a aquisição em número razoável, como também o espírito conservador arraigado despreza a inovação com luxo de gente rica, quer a que se escuda na desculpa do passado, - <<se meus pais e avós foram assim porque eu vou ser diferente? >> - a Educação terá de constituir fator preponderante, adotando as formas mais intensas e variadas para a conquista de aperfeiçoamento.

No Amapá ela terá de intervir em todos os setores de atividades: alfabetizando, porque, se aprender a ler e contar não constitui sua finalidade, é, pelo menos, o processo inicial mais necessário para atingi-lá; divulgando as regras higiênicas e sanitárias e criando a mística do caboclo sadio para combater o conformismo à doença; executando processos novos de cultura da terra, de assistência à criação; de organização administrativa e social; lutando contra o nomadismo, a casa miserável, a família sem tradição, o pauperismo, prégando a fixação ao solo e exemplificando com fatos a possibilidade de ser feliz na cidade ou no interior; propagando o dever de satisfazer os compromissos comerciais, o instinto da economia e o amor ao trabalho; ensinando a alimentação, o vestuário, o exercício, a alegria, o conforto, a crença; incutindo em cada indivíduo a noção de que pertence à coletividade brasileira; difundindo as diretrizes da géopolítica nacional de forma simples e acessível, para que se tornem cogitação popular; plasmando a ânsia de melhorar seu corpo, sua família, sua pátria.

Para atender a tantas imposições do meio, a escola não poderá ser somente a sala que se ministra a aula, mas também o lar, a igreja, o campo agrícola, a floresta, o posto médico, a praça de esporte, as vias de comunicação, os meios de transporte, a oficina e a casa de

comércio, o rádio, o teatro, o cinema, a biblioteca pública, as associações profissionais e beneficentes, enfim, se estende a todos os ambientes da vida regional.

Despertar o interesse pela Educação no mais amplo conceito, tal a tarefa que impusemos ao Departamento de Educação do Governo Territorial. Para isso deveria receber o concurso dos demais órgãos administrativos e em especial dos Departamentos de Saúde, Produção e dos Serviço de Informações.

O objetivo foi atingido, levada em conta a deficiência de meios de que dispusemos. O ano de 1944 constitui para o Amapá verdadeiro toque de alvorada, conclamando a eclosão de iniciativa nos mais variados setores.

(Do Relatório de 1944 do Governo do Território do Amapá)

ANEXO T – O ensino no Território

BAZAR, Jornal “Amapá”. Ano 9. Macapá, [s/d], 1953. [s/n].

Constitui mais um desvanecimento, mais um motivo de orgulho para o Território, a sua destacada projeção no importante e fundamental setor do ensino público, base do seu futuro, das suas conquistas no amanhã da vida. Dessa jovialidade de hoje, a multiplicar-se na sucessão dos anos, sairão os homens que terão de continuar a trabalhar elo Amapá que lhes está prodigalizando todas as fontes de ensino. É notório o nosso grande avanço dentro da instrução pública, confortando-nos, desta década do progresso amapaense, sentir e constatar a sua maior expansão, a sua maior eficiência, a sua maior amplitude. Nenhum povo será venturoso sem possuir instrução, alicerce indismontável onde assenta a sempre desejada felicidade. Por isto, o Amapá viu o ensino renascer, avolumar-se, agigantar-se, exercendo fascínio coletivo. Dez anos se vão completar de vida territorial, e tudo, na órbita do ensino excedeu a expectativa. Porque, como compreendeu a nossa administração, não poderia haver recuperação, do homem e da terra, sem a realidade intensiva da instrução, sem a morte do analfabetismo, sem as possibilidades de vôos mais altos no mundo dos livros, dos ensinamentos, das lições, do estudo geral. Cada Grupo Escolar, cada Escola, cada Colégio, cada sala, cada pensionato, cada Jardim da Infância, cada estabelecimento profissional vem sendo uma trincheira de ininterrupto combate em favor do ensino, primário e secundário. São milhares de crianças, de jovens e até de gente mais velha, que povoam os salões de aulas, diurnas e noturnas, nas capitais e nos mais distantes lugarejos do vasto interior amapaense. Ensino obrigatório, intenso, moderno, fiscalizado e aparelhado.

Hoje, fóra dos nossos muros, quando se fala no Amapá, e se fala sempre, logo surge o problema básico da instrução como um dos muitos que cantam vitória prevenindo o régio futuro amapaense.

São dez anos de ensino que estão valendo por vinte. E a ordem é para crescer mais ainda, crescer sempre, no tempo e no espaço.

ALOM

ANEXO U – A educação no Amapá

Jornal “Amapá”. Ano 8. Macapá, 13/09/1952. n. 391

Uma vista d’olhos ao mapa do Amapá, pontilhado de alfinetes demográficos multicôres – cabeças de ponte de penetração educacional – ao mesmo tempo que dá uma idéia da extensão do universo escolar territorial, constituído de uma compacta rede de ensino pré-primário, primário e secundário, flagra a presença da escola nas áreas de povoação mais densa e indica o desenvolvimento obtido pela educação amapaense, em apenas 8 anos de atividades.

Da instalação do Governo até esta data foram criados 6 Grupos Escolares, 101 escolas rurais primárias, das quais 42 funcionando em prédio definitivo. Essas unidades escolares abrigam, presentemente, 7.738 crianças em idade escolar e 2.138 adultos e adolescentes, que não tiveram oportunidade educativa na época devida.

O panorama encontrado era bem outro e desolador. Os 137.419 km² da área territorial continham apenas 4 deploráveis escolas onde eram abrigados somente 390 alunos, numa população de 24.000 habitantes!

A situação do ensino, a partir daquele ano, apresentou as seguintes variações no que se refere aos ciclos pré-primário, primário e supletivo. Essas variações fotografam com nitidez o interesse, o carinho e o cuidado dispensado à educação da criança amapaense, antes tão abandonada e entregue a uma infeliz sorte.

Discriminação	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
Pré-Primário:								
Mat.Geral	83	90	144	238	264	485	603	704
Mat.Efetiva	64	90	131	212	239	396	449	558
Freq.Média	51	60	77	126	155	212	384	437
Nº de escolas	25	38	41	44	58	82	96	101
Primário: Mat.Geral	1263	1965	2365	3491	4145	5424	6733	7138
Mat.Efetiva	993	1638	1811	3044	3649	4639	5962	6420
Freq.Média	763	1310	1768	2037	2526	3653	4055	4700
Supletivo:								
Mat.Geral	-	-	-	782	1253	1143	2241	2258
Mat.Efetiva	-	-	-	572	883	1145	1786	1325
Freq.Média	-	-	-	395	689	719	793	965
Nº de escolas	-	-	-	26	41	52	55	76

Apesar de não constar, o Governo do Território anteriormente à Campanha Nacional de Educação de Adultos manteve o ensino supletivo, em escala muito reduzida, dentro de suas possibilidades financeiras. Assim mesmo criou e fez funcionar as escolas noturnas masculina e feminina da capital, de Amapá, de Oiapoque e de Mazagão.

Pelos quadros acima verifica-se que a matrícula cresceu 20 vezes, o número de escolas 25 e o do professorado 39.

O Amapá, qualquer que seja o ângulo por onde de observe, apresenta um traço comum em todos os setores de suas atividades: o de um crescimento e desenvolvimento acima do normal, onde todas as previsões científicas ou estatísticas se tornam caducas de um momento para outro. Ocorreu isso no que diz respeito à sua população, seu serviço de águas, sua rede de esgotos, seus hospitais, suas escolas, suas vias de transportes, etc...

No educacional, dada a inexistência de ensino primário em 1943, esperava-se que a necessidade do ensino médio ou secundário surgiria em 1948 ou 1949.

Entretanto, o trabalho educativo foi coroado de tamanho êxito que, em 1947, apenas 3 anos depois de iniciado o ensino primário em grande extensão e profundidade, devido a revolução cultural ocorrida – revolução no sentido de evolução abreviada – surgiu a premente de ser criado o primeiro estabelecimento de ensino secundário no Território, a fim de impedir uma solução de continuidade na vida estudantil de aluno egresso do currículo primário. Esse estabelecimento que foi denominado de Ginásio Amapaense, em virtude de seu equipamento, foi imediatamente reconhecido e mais tarde equiparado.

Dois anos depois, em 1949, já por uma necessidade da administração em preparar professores com mentalidade voltada para o meio ambiente e já porque a população escolar assim o exigia foi criado, na conformidade da lei orgânica, o Curso Normal Regional que, em 1953, dará a sua primeira turma de operários agrícolas.

Em 1950, esse quadro se aplicou com o funcionamento da Escola Industrial destinada a preparar o serralheiro, o mecânico, o marceneiro e o sapateiro-correeiro. Nesse mesmo ano e devido aos frutos cada vez mais abundantes, oriundos das escolas primárias que anualmente crescem de número, foi criada, por iniciativa particular, a Escola Técnica de Comercio que, em 1951, também entregou sua primeira turma.

O crescimento do ensino entretanto, - o seu principio não deve ser esquecido – vem obedecendo a uma progressão geométrica. Parece-nos até que calçou as botas de 7 léguas da cultura, não se detendo para repousar.

Em 1951, o Ginásio Amapaense deu como pronta a sua 3ª turma de humanistas.

Poderia, sabendo ser a maioria dos estudantes constituída de jovens pobres, o Govêrno negar-lhes mais uma oportunidade educativa?

A resposta a essa pergunta está contida no decreto territorial a 125, que transforma o Ginásio em Colégio destinado aos estudantes amapaenses desejosos de abraçarem uma profissão liberal ou prepararem-se para uma carreira.

Para conhecer detalhes dessas casas de ensino transcrevemos abaixo:

Discriminação:	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Colégio Amapaense	35	68	114	128	140	185
Curso Normal	-	-	29	72	106	140
Regional						
Escola Industrial	-	-	-	18	44	48
Escola de Iniciação Agrícola	-	-	172	168	136	134

Some-se a tudo isso os Centros de Iniciação Profissional que funcionarem em 1951, com auxílio da Campanha Nacional de Educação de Adultos e onde foram mantidos cursos de preparação de operários especializados, para os adolescentes e adultos egressos ou frequentes ao ensino supletivo.

Da sua necessidade e da sua oportunidade dirá e fato de todos aprovados, sem exceção, exclusive as do Curso Doméstico, terem sido empregados pelo Govêrno, empenhado que está na execução do plano rodoviária ligando o Amazonas ao Oiapoque; na instalação de energia elétrica em tôda área territorial de significação demográfica: ao aumento da produção de gêneros alimentícios; no desenvolvimento e penetração do puro sangue zebu nos rebanhos nativos quase desaparecidos pela degenerescência; no preparo de louçaria com material de baixo custo e abundante; na habilidade de produzir o material cerâmico indispensável à s construções de alvenaria, que dia a dia crescem no Território e, finalmente, no interêsse que teve em preparar a mulher para o lar, prodigalizando-lhe técnicas e conhecimentos que muito lhe facilitam a nobre tarefa.

Não parou aí, entretanto, as atividades do Govêrno nesse setor. A merenda escolar gratuita e obrigatória é servida nos dois turnos de aula, e, tem sido a grande emuladora da frequência dos educandos. As instituições de educação às coletividades, tais como o cinema fixo e volante, as bibliotecas e o Museu, têm aumentado o seu campo de ação, bem como enriquecido os seus patrimônios. O ensino artístico, com a [...] de Música e a atuação periódica do Teatro do Estudante tem, no capítulo da cultura do povo, erigido um sólido monumento.

Essa, entretanto, a estrutura física da rêde de ensino do Território:

A estrutura subjetiva de frutos mais demorados, essa, tem constituída a condição sine-qua da existência da Divisão. Nela e por ela, que vai influir no elemento subjetivo da criança, é que, sem descanso, se vem construindo a alma, a parte espiritual da rede escolar.

Por esse lado foi visado:

- a) Facilitar a tarefa diuturna do professor e, conseqüentemente, um resultado positivo no trabalho da escola;
- b) Fornecer elementos que impeçam, em parte, o desperdício de tempo com buscas, pesquisas e sínteses de cada aula;
- c) Fazer sentir, pela sua organização, que a educação é algo sério e de grande responsabilidade; e finalmente;
- d) Dotar o ensino de uma estrutura didático-administrativa homogênea e única a fim de possibilitar, a qualquer tempo, a mensuração da aprendizagem e do trabalho do professor.

Dentro dêsse espírito vêm sendo elaboradas: provas de classificação para a 1ª, 2ª e 3ª séries primárias; provas de 2ª época para a 4ª e 5ª séries; calendário escolar; horários; provas parciais e mensais; orientação em classe; inspeção escolar.

O maior trabalho, entretanto, de cunho constante, tem sido o de facilitar a atividade do professor com a finalidade de obter o Maximo de produção e êxito no resultado da aprendizagem. Assim, pensando, foi procedida a revisão dos fichários da 2ª a 5ª séries, adaptando-as ao programa geral do ensino que, em 1950, juntamente com o fichário de 1ª série, haviam sofrido alterações. Não foi um trabalho fácil, – revisão implica em quase perfeição –. Devido a exiguidade de tempo, pois outras tarefas haviam que não podiam ser descuradas sem prejuízo do conjunto, ainda portarão lacunas, mas em muito menor número, as quais, a quando de sua aplicação, serão criticadas pelo corpo docente territorial. A própria pesquisa localizará êsses enganos a fim de, em 1953, ser apresentado um trabalho inteiramente revisto e definitivo.

O êxito obtido de trabalho espiritual e material da Divisão de Educação junto à coletividade amapaense, encontra-se publicado no resultado do Censo Demográfico de 1950, onde se poderá ver que, aquela época, 87,22% da população de 10 anos e mais sabiam ler e escrever, restando apenas 12,78% dessa mesma população na coluna de analfabetos. Cabe ressaltar, entretanto, que tudo isso foi conseguido porque a Educação não trabalhou um povo indiferente e apático, mas um material humano magnífico, extraordinário, de ótima recepção, que, como uma boa terra, recebeu a semente, produziu a sua eclosão, ergueu-a do nível do solo, ganhou em ramaria e voltou-se graciosamente para deixar o fruto tão esperado.

E, assim, Educação e Saúde, formando com os dois principais setores de recuperação do homem amapaense, puderam, nestes nove anos, proporcionar ao Território um adiantamento dos mais notáveis, gravitando com eficiência no terreno do intelecto.

Foram duas fôrças, em pouco tempo, que encetaram a marcha da vitória, alicerçando à sua beneficiadora passagem o grande e definitivo futuro do Território. Porque Educação e Saúde representam as palestras mestras de qualquer comunidade, sem o que não haverá progresso, não haverá cultura, não haverá produção.

A Educação, entre nós, foi e continúa a ser um dos problemas envolvidos pelo maior carinho e desvelo do Govêrno que, para solucioná-lo, jamais poupou esforços e tudo quando se torne necessário à sua desejada desenvoltura.

ANEXO V – Curso de férias para professores

Jornal Amapá. Ano 3. Macapá, 18 de jan. 1947. [s/p]. n. 96.

Realizar-se-á nesta capital, no período compreendido entre 5 e 25 de fevereiro próximo, o Curso de Férias para Professores, instituído pelo Governo e patrocinado pela Divisão de Educação.

São os seguintes os objetivos do referido Curso: a) preparar os professores do Território para lecionar em 1947 a 3.^a série do curso primário; b) ensiná-los a aplicar processos de Escola Ativa em Pedagogia; c) explicar-lhe o funcionamento da Divisão de Educação; d) prepará-los para as tarefas da administração escolar; e) homogeneizar os processos de ensino e a conduta administrativa em todo o Território.

Para ministrar as aulas, foram designados os professores abaixo designados: Linguagem, Oneide Medeiros; Matemática: Graziela Reis e Souza; Geografia e História do Brasil, sr. Paulo Armando Martins Xavier; Higiene, Dra. Abelina Rocha Montero Valdez; Ensino Agrícola, dr. Demostenes Silvestre Fernandes; Educação Escolar, Diniz Henrique Botelho; Desenho, sr. Paulo Torres; Ciências Físicas e Naturais, Glicério de Souza Marques; Educação Física, [...].

ANEXO W – A nova civilização brasileira

Jornal “Amapá”. Ano 5. Macapá, [s/d], 1949. [s/n].

Nos países onde a civilização atingiu tôdas as camadas da população e é um fato geral, ela se originou primitivamente da iniciativa popular, do esforço dos indivíduos e da colaboração de todos para êsse fim. Por exemplo, nos Estados Unidos, em as regiões que iam sendo penetradas pelos pioneiros e aventureiros e em que não havia nenhuma espécie de autoridade nem administração pública, eram os próprios povoadores que se reuniam, se cotisavam e instalavam uma escola em que os respectivos filhos recebiam os primeiros ensinamentos.

Em todos os países do norte da Europa também os sacerdotes tomavam a parte mais ativa desse movimento, êles mesmo do púlpito fazendo vêr aos fiéis a necessidade de aprenderem a lêr e escrever, como também fundando escolas paroquiais para a infancia. É o que vemos caracteristicamente no Brasil nas colônias germânicas e japonesas, em que os próprios particulares se cotisam para o estabelecimento de escolas convenientes, não o esperando dos governos nacionais.

A escola é a forja da civilização. É o berço da Pátria. É o crisol do sentimento cívico. E o cadinho em que se fundem todos os novos elementos advindos à nossa população. Portanto, o novo fato da civilização brasileira precisa consistir em que em qualquer povoação, cidade ou vila, as escolas sejam agora o principal edifício local, a primeira preocupação dos cidadãos.

O livro de Humberto de Campos “Memórias” narra a odisseia tremenda dos menores brasileiros, por tôda parte, crescendo ao abandono, adquirindo os piores vícios, debaixo de tôdas as piores influências, sem nenhum estímulo de alevantamento, sem nenhum amparo moral, na promiscuidade das piores companhias.

O grande fato da história nacional de ora em diante precisa ser a preocupação local pela instrução, a iniciativa de todos os elementos na vida interior nesse afan de guiar os menores brasileiros para uma vida de estudo, de esportes sadios, de estímulos de todas as energias renovador s da população.

Nesse sentido, o Prefeito local e o vigário local não podem deixar de ser os mais ativos elementos empenhando todos os esforços para que todos os menores tenham assistência educadora e os encaminhando para o desenvolvimento intelectual.

Queiram todos os Prefeitos locais e todos os Vigários locais se dedicar intensamente à missão de arrancar todos os menores brasileiros do abandono nefasto em que crescem,

adquirindo os piores vícios sem nenhum estímulo de ação social, e levantaremos uma nova nacionalidade vigorosa e sadia.

Os grandes rios para serem as caudais imensas que desaguam no oceano necessitam de milhares de afluentes que lhes trazem a sua contribuição. Assim a Pátria brasileira para ser uma nacionalidade forte e vigorosa necessita que em cada localidade, em cada vilarejo, em cada município, se providencie eficientemente para encaminhar todos os menores a uma sadia formação intelectual e física, desviando-os da vida em que se lhes despertam os piores vícios.

Mário Pinto Serva.

ANEXO X – Ruralismo e Professorado

Jornal Amapá. Ano 3. Macapá, [s/d], 1947. [s/n].

Publicamos abaixo um trecho do importante trabalho apresentado pelo sr. Romulo de Almeida, delegado do Acre, ao Congresso Brasileiro de Educação (Goiania – Junho de 1942) e transcrito nos anais do referido Conclave.

PROFESSORADO RURAL – Formação, seleção, aperfeiçoamento, assistência.

(Ligeira apreciação com referências ao Território do Acre)

- 1 e 2. Professorado rural, orientação geral do sistema educacional.
3. Precariedade das escolas normais rurais.
4. Escolas normais em contato com a natureza.
5. Caso de Rio Branco.
6. Boa técnica pedagogica – meio caminho para a escola rural.
7. Sincronização com objetivos políticos-econômicos.
8. Ligeiro esquema da aplicação de um programa didatico.
9. Professores: especialistas co conhecimento a terra.
10. Possivel um recrutamento de bons mestres e orientadores leigos.
11. Aperfeiçoamento.
12. Remuneração melhor, prestígio e estímulo
13. Áreas ecolares típicas no Acre.
14. Escolas rurais e urbanas.
15. Granjas escolares na faixa agrícola suburbana.
16. Internatos rurais nos seringais.
17. Seringais em regime de colonização e plantação.
18. Necessidade de mestres homens. Ideal: casais de professores. Problema da continuidade da escola rural.
19. Programa de grande vulto financeiro, só ligado ao da colonização.

1. Na primeira parte dêste trabalho, propusemos que não houvesse diferenciação nítida entre escola urbana e escola rural, porque toda a escola, na grande cidade, na roça ou praia, devia voltar-se para os objetivos culturais da Nação, nos quais a maior constante deve ser a idéia da natureza a dominar.

2. Na formação do professorado, reflete-se a inoperância de um plano especial de educação rural, em vez de ser a simples aplicação regional de uma orientação generalizada a todo o sistema educativo, quer no plano horizontal, quer no vertical, isto é: não só a todas as escolas primárias, mas a todos os graus de instrução. Realmente, a educação rural reduz-se hoje a experiências isoladas e relativamente desprestigiadas, com limitado valor prático, em grande parte porque não encontra atmosfera propícia, nem dispõe de bastante pessoal, não só de execução, mas de orientação, à altura da verdadeira revolução cultural que incumbe às escolas rurais

De nossa escola rural se exige mais, em vista do primitivismo do meio rural, onde é preciso precipitar uma experiência de domínio e fixação. A preparação do seu pessoal e do seu programa se torna difícil porque representa uma diretriz nova no sistema escolar, e na cultura do país em geral.

3. Para formar um professorado rural, não basta uma escola normal onde haja uma horta. Um programa educacional como o exigido pela escola que pretende concorrer para uma revolução econômica e cultural do interior, reclama pessoal não só conhecedor das técnicas regionais, mas educado no espírito novo, e selecionado pela capacidade de liderança. Formar-se-ão desses mestres em nossas escolas rurais? O mérito maior destes institutos tem sido recrutar pessoal mais de perto, mais fácil portanto de superar os embaraços da distância, do isolamento e do desconforto. Os seus cursos são porém mais curtos, e os professores piores que os das escolas normais das capitais e com a mesma formação alheia ao sentido da escola rural e de todo o papel cultural de uma nova escola brasileira. O sacrifício da extensão e do curso pedagógico e da profundidade teórica, por alguma prática agrícola, não é solução, no caso médio, pois que limita as vistas do professor rural. E aliás raras escolas normais rurais, pelas observações e informes que colhi, ensinam alguma prática agrícola que se aproveite.

4. Em primeiro lugar, parece-nos que nenhuma escola rural no Brasil deveria se instalar e funcionar, sem uma envolvente sugestão da natureza brasileira, e dos nossos motivos histórico-culturais. E, se nós aplicármos este princípio ao Instituto de Educação da rua Mariz e Barros (Rio de Janeiro), com tanto mais convicção o achamos indispensável para escolas normais de Estados e regiões agrícolas ou extrativas. É natural que, cada tipo regional, do ponto de vista climático-econômico-social, exigiria uma especialização posterior, e tendo como programa uma ou mais dessas especializações se estabeleceriam escolas normais regionais.

Abreviemos nossas considerações sobre esta preliminar.

5. Dêse divórcio entre as escolas normais das capitais e objetivos culturais da escola nada é mais típico do que a bela escola normal construída em Rio Branco, Acre, sem terreno

em volta, e muito menos área para lavrar. Como as que lhe serviram de modelo planejou-se êsse Instituto visando mais a instrução secundária de moças e as técnicas de educação em si mesma, em lugar de se refletir nela a fisionomia da região e uma política de organização da economia e de fixação do povoamento.

A escola normal, ali, deve preparar mestres que concorram a organizar o Acre, através dos dois objetivos principais que acabamos de apontar.

6. Efetivamente, segundo a boa técnica pedagógica, na cadeira de português se devem fazer exercícios sobre motivos locais e incorporando rico vocabulário regional, em grande parte contribuição de etimos indígenas, em vez de cultivar-se um ridículo verbalismo, fóra do tempo e do espaço, como eu encontrei já arraigado em jovens cidadãos acreanos; na geografia, estudar-se-ia orientação e climatologia na situação e nos aspectos peculiares da região; a flora e a fauna, estudar-se-iam na história natural, em vez da repetição de figuras e exemplos estranhos dos livros, quando não estrangeiros, do remoto litoral sul do país; na química, procurar-se-ia dar noções sobre tratamento químico-tecnológico de produtos da região, e substâncias químicas dos mesmos; e assim por diante.

Teríamos aí uma instrução integradora.

7. A êste primeiro passo, porém, devia seguir-se uma franca sincronização de cursos aos objetivos da referida política de organização econômica e social da região. Política de autêntica colonização.

Para êsse fim, a escola normal não seria mais do que uma matriz da escola primária acreana, que deve atender aos seguintes objetivos:

- I- Adaptação ao meio físico: ensinar a comer, a vestir, a morar e a defender-se dos males da região. A êste objetivos se subordinam as aulas de economia doméstica (cozinha, costura, puericultura), as de higiene, aproveitando nelas todos os bons elementos da experiência do índio e do seringueiro, incorporando à vida da região elementos culturais que, como dissemos na tese geral, se ajustem e componham a paisagem. Deveríamos chegar por êste meio ao repúdio de artifícios, como a casa de platibanda e outras preocupações de um falso chic, que se mantem com o sacrificio do conforto. (Assim, os moradores do Acre não gostam de casas teladas, porque a tela enfeia, e em Pôrto Velho, as casas civilizadas mais ecológicas da região, construídas pela Madeira-Mamoré, estão sendo substituídas por edifícios lisos, sem varandas). A própria fisionomia das cidades deve ganhar em conforto e originalidade com êsse espírito de integração com o meio, cuja falta determina a derrubada de belas árvores e o repúdio de

beirais e varandas e a preocupação de arremedar modelos inaplicáveis (Manáus e caso típico: não ficou na cidade uma grande árvore de sombra, nem um exemplar da floresta!).

II- Dominio técnico da natureza e produção. Aqui, procurar-se-ia estudar os produtos da região e seus problemas, e ensinar técnicos, visando:

- a) racionalização da exploração florestal;
- b) criar uma agricultura e pecuária de abastecimento;
- c) plantar espécies florestais de maior valor ou que rareiem;
- d) imp'antar novas culturas que possam viver economicamente, apesar da distancia;
- e) educar o espirito cooperativo;
- f) educar o produtor para o beneficiamento e a padronização dos produtos;
- g) desenvolver a indústria doméstica (de que é tão belo e isolado a <<cajuina>> de Xapurí), fator de melhoria de padrão de vida e de fixação nas roças e nas pequenas cidades;
- h) desenvolver os trabalhos manuais, em geral, grande instrumento de poder criador e de progresso econômico, e o artesanato, nas cidades, importante fator de fixação e de auto-suficiência na região.

III- Identificação emocional pelos motivos artísticos e místicos da terra e da tradição. Como vê, êste objetivo, ligado à educação artística geral, não é separado dos outros, mas se reflete no gosto da roupa e da casa, assim como na plástica de prendas ou quaisquer objetos acaso fabricados para o comércio.

8. A aplicação didática desses objetivos pode ser esboçada segundo o rápido esquema seguinte, no qual as matérias se relacionam a cada passo:

COMPOSIÇÃO – Pequenos relatos sobre assuntos do interesse da criança.

-Idem sobre cenas presenciadas, paisagens ou estampas locais ou de motivo regional – Composição escrita sobre esses temas, histórias de caça e pesca, de figuras legendárias do desbravamento, de processo de trabalho (ligado à geografia, à história, às ciencias naturais, etc.).

GEOGRAFIA – Sol – Meios de condução do menino e do lugar. Orientação pelo sol e pelas estrelas – Observação sobre acidentes físicos regionais, com seus nomes característicos – A cidade e outras do Território – O rio próximo, outros até a bacia amazônica – Noção da extensão do Acre, da Amazônia e do Brasil – Trabalho, extração, produtos, comércio, tipos característicos, o seringal. Equador e polos, movimentos, etc. - (Estendendo-se depois êste

esquema ao conhecimento do Brasil – Clima e condições de vida – O Acre e seu desenvolvimento – Visinhança com a Bolívia, Peru e Pacífico – Ligações com o resto do Brasil. O que é preciso para o desenvolvimento econômico.

HISTÓRIA – Parentesco – Medida tempo – Gerações – Vida local em tempos anteriores – Meios de transporte – Os desbravadores – Seringueiros – Índios – História heróica do Acre – História da Amazônia. Nordeste. Desbravadores do Brasil – (Sempre com mapas geográficos).

HIGIENE E EDUCAÇÃO SANITÁRIA E FÍSICA – Limpeza, brinquedos, dentes, unhas, roupa – Alimentação boa. Alimentação e clima. Recursos locais e alimentação, seu bom uso. Aproveitamento de novos recursos. Introdução de plantas e criações – Agasalho: roupa e casa, e clima – Ventilação e ensolejamento – Molestias comuns, meios de combater – Exercícios físicos para aumento de resistência e alegria, Ginástica ritmada e dança (arte).

CIÊNCIAS NATURAIS, ligadas a práticas agro-pecuárias: - Animais do lugar - Plantas – Comparação – Animais domésticos e selvagens – Plantas rústicas e cultivadas, idem uteis – Plantas que vieram de fóra – Animais, criações. Agricultura. Caça e pesca – Germinação – Animais domésticos – Animais daninhos – Plantas aproveitáveis – Fenômenos físicos triviais à vida doméstica, ao rio, à floresta – Idem químicos, incluindo << defumação>>. Elementos químicos dos produtos. Tudo ao lado das atividades práticas, excursões e agricultura – Fenômenos meteorológicos comuns da região – Suave extensão dêste plano ao Brasil!.

DESENHO: - Desenhar livremente qualquer coisa que ocorra às crianças – objetos, animais, figuras humanas, plantas de recortes nítidos – Côres de coisas vistas – Desenho a lapis, giz, pincel:- figuras, cenas, paisagens, Frisos com motivos locais. Côres. Côres secundárias.

ARTES: - Musica e dança, com motivos regionais, indígenas, nordestinos. Autos tradicionais do Brasil. Arremedo de movimentos dos animais, etc. Peças simples de motivos históricos, morais, conforme êste plano.

MORAL E CIVICA, RELIGIÃO: - Motivos e figuras da história local brasileira, da história e da doutrina cristã, apresentando virtudes da temperança, da resistência às dificuldades, da têmpera dos desbravadores – Bondade, assistência mútua, cooperação – Família, Pátria.

TRABALHOS E OFICINAS: - Recortes. Tipití. Urupemas. Jamachis. Canecos e moringas, modelagem. Panos e rendas, bordados. Trabalhos com jarina, cabaças, cipós, castanhas, etc. Arcos e flechas – Canoa. Objetos de couro, madeira e outros, necessários às embarcações, à vida na roça. Indústrias domésticas em conexão com isto, procurando

desenvolver beneficiamento, de produtos pela fabricação de comidas, bebidas, artefatos diversos, e melhoria dos produtos exportáveis, como preparo da borracha, peixe, etc. – Na cidade, êste programa se continuaria, num ou dois anos, vocacionais, para habilitar artesãos e futuros bons operários de indústrias locais.

Como se percebe, não passa isso de um simples esboço, no qual alias há muitas indicações pacíficas para qualquer técnica pedagógica, e omitimos outras indicações ociosas, como, por exemplo, que o ensino da aritmética seja feito com motivos de vida do mínimo, da economia local, da geografia e da história.

9- Não bastaria, é certo, baixar um programa nesses termos. Mas preparar o professorado para o seu desempenho. O professor precisaria estar familiarizado com todos os setores de programas, ainda que nalguns, tivesse constantemente a orientação e cooperação de orientadores especializados, que percorressem as escolas para ver o trabalho das roças e jardins, etc.

Não haveria dificuldade na preparação do professorado, se os livros, os professores secundários, e os programas dos ginásios e escolas normais não vivessem distanciados da terra.

Na situação presente, o professorado rural tem que ter uma formação adicional, porque conhecer a terra é, no caso da educação brasileira, uma especialização. Procuremos, assim, fazer do professorado êsses especialistas, através de um esforço especial de adaptação das escolas normais, todas elas, e não apenas as escolas normais rurais.

E em vista da maior responsabilidade que, mostramos aliás, se exige na nova escola, o professor precisa ter u'a maior ascendência cultural e social, e para isto não só ter um preparo seguro, mas também um tratamento compensador.

10- A maturidade que se espera do normalmente curso secundário, muitas pessoas adquirem em contato com a vida. Assim, por exemplo, nações inteligentes, com pratica rural, capatazes agrícolas, e até moças de melhor instrução, peritas nos mistéres domésticos e rurais, pódem apresentar qualidades excelentes para o ensino rural. É o caso de aproveitá-los, promovendo complemento da sua formação básica, profissional-pedagógica, e o contínuo aperfeiçoamento.

Devemos partir de que pessoas de limitadas letras, mas de bôa formação, conhecendo o necessário de higiene regional, de práticas de trabalhos manuais e rurais, conhecendo a mata e o seringal, e receptivas para as idéias de aperfeiçoamento, são culturalmente superiores ao professorado implume que sái comumente das escolas normais.

11- O aperfeiçoamento, assim, pela orientação constante, e pelos cursos de férias, poderá até habilitar professores leigos para o bom desempenho da função escolar, além de aumentar a eficiência dos que tiveram uma preparação normal.

Todos os estímulos devem ser dados particularmente ao professorado rural, mais sujeitos ao desânimo do isolamento. Ele deve ter prestígio e recursos materiais para o desempenho de sua tarefa.

12- A remuneração deve ser melhor do que do professor urbano, afim de que possam ser destacados para a zona rural professores dos melhores, e êstes se dediquem ao trabalho e possam aproveitar bem os períodos de férias para amearhar as sua reservas. É chocante como um professor, e principalmente um rural, ganha tão menos do que uma datilógrafa ou uma escriturária irresponsável e fútil, que consagra na sua boa vida a tentação da cidade e o horror do campo. Realmente, êste contraste chocante é daqueles que põe em cheque qualquer programa de educação, ou mesmo qualquer política ruralista.

13- Apesar de fugirem ao nosso tema outros aspéctos da organização do sistema escolar, ou particularmente da educação rural, precisamos abordar, ainda que ligeiramente, um deles, no Território do Acre, - o demográfico – que se reflete no problema do professorado.

Segundo êsse aspecto, temos a considerar quatro áreas escolares típicas no Acre: I- as cidades; II- as chamadas “colônias” na faixa suburbana e na orla rural das cidades, incluindo também as vilas e alguma especial aglomeração, como ocorrerá em Paraguaçu (pela existência do destacamento militar e de relações de comércio com os portos fronteiriços estrangeiros); III- os seringais comuns; IV- os seringais em regime de colonização e plantações, se forem executados projéto neste sentido.

Condições econômicas peculiares, de trabalho e transporte, se associam ao aspecto demográfico, para determinar variações quanto ao plano didático e o regime de frequência e de vida de alunos e profesoress.

14- Nas escolas urbanas, é possível o agrupamento escolar e a bôa instalação com jardins, roçado e pequenas oficinas. Não ha problema especial para a vila do professorado.

15- Nas “colônias” suburbanas, o programa didático teria ênfase na agricultura e na pequena criação de abastecimento, além das indústrias domésticas. Nalguns casos, as condições locais permitirão concentração escolar, uma vez que as crianças passem o dia inteiro na escola, salvo os dias que tivessem para ajudar os páis, quando em certa idade. (Talvez Xapurí o permitia, ao menos para as colônias serem servidas por dois grupos escolares). A concentração permitiria a me’hor instalação. Em outros casos a dispersão das “colônias”, reclama escolas isoladas, salvo o uso eventual de transporte especial pelos meninos. A residência anéxa do ou

dos professores é desejável, ainda no caso da proximidade da cidade. Cercada de potoresco, ela poderia até ser motivo de atração para a sociedade urbana.

16- Nos seringais comuns, a dispersão das colocações em dezenas e centenas de horas de varadouros impõe o internato rural, ao menos para os meninos das barracas a mais de 40 ou 60 minutos. Solução cara, mas imprescindível. Solução também delicada porque apresenta maior perigo de deslocamento, de desajustamento à vida florestal, no próprio cumprimento do seu papel de criar na criança desejos de melhorar a sua casa e o seu equipamento de vida.

17- Nos seringais em regime de colonização e plantação, uma vez que as glebas não podem ser pequenas, e as plantações dificilmente serão cerradas, não se poderá esperar pelas vantagens financeiras do agrupamento escolar e talvez nem mesmo de escolas isoladas, em externato. Apenas o internato se tornaria relativamente menos numeroso, e pois menos caro.

18- A escola rural, além do mestre, exige ajudantes, e se possível, um orientador permanente de certas atividades práticas. A educação rural reclama também, sobretudo numa zona florestal, uma certa mobilidade um espírito de acampamento, e esforços físicos que não se podem esperar satisfatoriamente de u'a mulher.

A escola rural exige assim capatazes e chefes escolares jovens. Mas a mulher também se faz imprescindível para grande parte de atividade escolar, sem das classes femininas. Assim, o ideal seria casais de professores, ou de professores com orientadores ou auxiliares. O estímulo à preparação e recrutamento de rapazes para a escola rural é uma providência preiiminar.

No sentido da continuidade do trabalho escolar, um dos mais renitentes problemas do ensino nas zonas rurais, muito seria também o casamento de professores ou professoras, principalmente destas, com pessoas radicadas nos seringais. O perigo, aqui, do sacrifício do trabalho escolar pelos de casa, poderia ser corrigido pelo estímulo, pela assistência e pelas exigências da organização escolar, tendentes a atrair as pessoas influentes para a obra educacional, trabalho que boas professoras lograriam facilmente.

19- Cêrca de 200 professores e orientadores são necessários para a educação rural, nos atuais efetivos demográficos. Ainda mais: trabalhadores de campo. A produção que as escolas poderão ter não nos parece que possa aliviar, senão ligeiramente, os gastos da manutenção dos almoços e dos internatos. Obra, pois, de um grande vulto financeiro, só poderá ser realizada progressivamente, e assim, para melhor rendimento, associada ao programa de colonização. Poderiam assim, escolas simples ou internatos, manter-se ao lado das colônias-escolas, preparadoras de adultos para compor lotes em que se dividissem os seringais, mediante desapropriação pelo govêrno ou iniciativa inteligente de particulares. Até porque, se apenas

alguns seringais podem ser dotados de modeladores escolares e se estas, principalmente os internatos, ganharem a confiança dos seringueiros, êstes acorrerão para os seringais privilegiados ou sua vizinhança, em detrimento dos outros.

Também para a modificação do regime de propriedade, sem prejuízo do espírito de empreendimento simbolizado nos exploradores e instaladores de seringais, deve concorrer a escola rural, no seu papel integrador de transformar o que extrai e não tem pouso, no que cultiva e se radica; e aproveitar a rica experiência do caçador na formação do produtor consciênte e saudável, capaz do domínio técnico sôbre o que o horror dos civilizados chamou de “inferno verde”.

ANEXO Y – Educação Rural

Jornal Amapá. Ano 11. Macapá, 4 dez. 1955. [s/p]. [s/n].

Por Rubens Falção

Não há como deixar de reconhecer que nosso homem do campo tem sido um tanto olvidado. Como dizia Euclides da Cunha, “deslumbrados pelo litoral opulento, pelas miragens de uma civilização que recebemos emaladas dentro dos transatlânticos, esquecemo-nos do interior amplíssimo onde se desata a base física real da nossa nacionalidade”.

E Eça de Queiroz, escrevendo de Paris a Eduardo Prado, desejava um Brasil instalado “nos seus vastos campos”, um Brasil “natural, espontâneo, genuíno...” e não “feito com velhos pedaços da Europa...”. À fala de educação conveniente, o homem rural não se desenvolve nem se atreve a trabalhar a terra de modo proveitoso. A ignorância em que vive o converteu, nas zonas principalmente do sertão, em um indivíduo supersticioso e cheio de abusões, e com o círculo mental limitadíssimo, quando não se torna promotor de desordens ou adepto do cangaceirismo.

Semelhante àquêles camponeses russos, do tempo do Tsar que, citados em uma crônica pelo sr, Maurício de Medeiros, explicavam a derrota da Rússia na batalha de Mandchúria como tendo “os soldados japoneses se transformado em micróbios que, entrando nas botas dos soldados russos, mordiam-lhes as pernas e assim os matavam...”

Segundo Artur Neiva e Belisário Pena, que viajaram a nossa hinterlândia, domina imensa extensão desta uma população decadente de papudos e cretinos. Só, pois, uma ação educativa enérgica poderá salvar êsses nossos patrícios. E para isto é preciso preliminarmente, que a cada região se dê o adequado tipo de escola.

O fino esteta, que foi Ronald de Carvalho, escreveu que “o cidadão e o caponês têm, por fatalidade das condições em que vivem, pela natureza das suas ocupações, pelas imponderáveis inclinações do seu caráter próprio, uma compreensão muito diversa das coisa [sic] e do mundo. O que num seria grave é noutro, muitas vezes, uma qualidade indisputável e necessária até aos embates da existência. A não ser o aspecto humano, tudo nêles ou quase tudo se contradiz: O sentimento de honra, os usos, os pendores éticos e intelectuais. Como, pois, dar-lhes a mesma educação, obrigá-los a frequentar escolas regidas por métodos semelhantes? A escola universal só serviria para preparar revoltados, para agravar ainda mais a crise de urbanismo que pertuba [sic] e compromete há tantos anos a nossa lavoura. Que aprenderiam os sertanejos brasileiros com o manuseio da cartilha e dos livros adotados na cidade? –

aprenderiam a desprezar as rudezas do seu “habitat”, olhariam com superioridade para seus irmãos incultos, ficariam naturalmente desenraizados no próprio solo em que nasceram”.

ANEXO Z – O papel da escola primária [sic]

Jornal do “Amapá”. Ano 3. Macapá, 11/10/1947. [s/n].

[...] a formação precípua da escola será desenvolver a aptidão para o trabalho...

POR FIDELIS REIS

O principio da escola rural deveria ser adotado em tôdas as escolas primárias, cujos alunos deveriam saber plantar e colher, criar e preparar alimentos, trabalhar ao ar livre e produzir.

A terra melhora o homem que a cultiva. É essa a pedagogia de que necessitamos – não tanto pelo valor econômico da produção, mas pela significação moral e educativa da cultura da terra e do contato com a natureza. Criando-se semelhante mentalidade desde a idade escolar, regeneramos o nosso povo pelo trabalho e daremos à nação brasileira uma base sólida e fartura, riqueza e felicidade. Assim praticando, evocamos o velho exemplo dos jesuitas, educadores magistrais, cuja principal preocupação consistia em fazer a *união do solo com o homem*, em civilizá-lo pelo cultivo da terra e em aperfeiçoamento pela prática do trabalho.

Foi pelo trabalho que as nações vanguardistas da civilização se tornaram prósperas e poderosas. A Inglaterra reabilitou-se da gravíssima crise econômica que se seguiu às guerras napoleônicas, em parte, pelo braço escravo da criança. O trabalho constituiu sempre o traço fundamental da sua pedagogia.

Thomas Firmin fundou a sua primeira escola-oficina (factory-school) em 1681. Aos 3 anos começava a criança inglesa a aprender a ler e aos 4 iniciava sua instrução técnica. Aos 5 ou 6 anos já recebia de 2 a 3 pence pelo seu trabalho diário.

Só depois de rica é que a Inglaterra se deu ao luxo de proibir o trabalho numa idade inferior aos 15 anos. Não estamos ainda positivamente nessa situação. No Brasil, precisamos preparar a mocidade para enriquece-lo, e mais tarde então nos daremos ao luxo dos países ricos.

É um grave erro o govêrno manter nas cidades, internatos, que são escolas ideais de ociosidade e centros de perversões morais. Os seus alunos devem ser enviados para o campo, pois somente no campo podemos encontrar, a nossa salvação. (Desejaria que os brasileiros de responsabilidade lessem o livrinho de Sir Howard – *Garden Cities*. ed. de 1946, afim de que bem pudessem compreender os gravissimos inconvenientes das grandes cidades).

Longe de nós a idéia de escravizar a criança. Tudo temos feito para que os nossos filhos sejam sadios e felizes, mas nunca ociosos. O trabalho na escola tem apenas finalidade educativa e deve ser dosado de acôrdo com a capacidade física e a idade de cada aluno.

Não pode haver menor dúvida de que, se cuidarmos da saúde e da instrução *técnica* de nossos escolares, faremos da nossa pátria, dentro de alguns decênios, uma grande nação. Êsse é o problema mais urgente para o nosso ressurgimento econômico, cujo alicerce pode facilmente ser construído no decurso de um quadriênio, uma vez que o govêrno cuide seriamente da criança. Governar o Brasil é, precipuamente, cuidar da criança.

Se no Brasil fizermos da escola primária um centro de educação pelo trabalho e de aplicação dos sagrados ensinamentos da medicina preventiva – o maior acontecimento na história da civilização – será prodigiosa a colheita dos frutos do bem. Vejamos o caso da morte prematura – problema de singular importância econômica para o Brasil.

Quando os Estados Unidos da América do Norte fizeram a sua independência contavam apenas quatro milhões de habitantes: eramos, também, quatro milhões quando D. Pedro I soltou o grito do Ipiranga. Hoje somos pouco mais de quarenta milhões para cento e quarenta milhões nos Estados Unidos. A morte prematura é responsável, em grande parte, por tão baixa densidade demográfica entre nós. Com efeito, em cada decênio, no Brasil, desaparecem mais de seis milhões de crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, isto é, numa idade em que poucos deveriam morrer. Essas mortes prematuras ocorridas entre nós, são fruto da falta de educação, obra da nossa viciada pedagogia, prova de que a escola não cumpriu o seu dever. Por isso, a maior finalidade da educação no Brasil consiste em evitar essa imensa tragédia da morte prematura. É o único meio de tornarmos a educação, entre nós, *uma transação de grande rendimento econômico*.

As escolas-hospitais-silvestres, os jardins da infância e as creches são as oficinas onde podemos realizar tão útil revolução pedagógica. Tudo depende da nossa vontade, pois não há no mundo país mais fácil de ser saneado que o nosso, onde sómente meia dúzia de estados mórbidos, facilmente evitáveis e passíveis de cura, dizimam ou inutilizam o povo.

As escolas-hospitais-silvestres são instituições onde os débeis físicos levados das cidades aprendem a amar a vida simples do campo e são educados no trabalho, o que lhes proporciona os meios de se bastarem a si mesmos e de adquirirem aquele sadio orgulho que nasce de toda verdadeira autonomia econômica. Milhares de escolares débeis físicos, nas cidades, moram em companhia de tuberculosos. Contaminados pelo bacilo de Kock, muito mal alimentados, dormindo em aposentos acanhados e sem espaço para a indispensável educação física, o destino de muitos deles é bem conhecido: a morte prematura.

A educação dessas crianças no campo, em contáto com a natureza, constitui a sua melhor esperança de sobrevivência, pois somente no campo podem dispor do espaço necessário e dos alimentos em abundância, cujos preços nas cidades são proibitivos.

A escola-hospital deve, na medida do possível, procurar bastar-se a si própria, razão por que precisa ser instalada em área de milhões de metros quadrados destinados à lavoura, à fruticultura e à criação de animais domésticos – da abelha ao boi.

As vastas áreas de terreno, que podem ser adquiridas por baixo preço no campo e, mui particularmente, nas praias, proporcionam condições ideais para uma perfeita educação física das crianças débeis a ao ar livre e em intimo contato com a natureza. As investigações científicas, realizadas desde a primeira grande guerra mundial, mostram de maneira convincente o valor imenso dos banhos de ar do campo e das praias de e de mar, para o revigoramento do corpo e a profilaxia e cura de vários estados mórbidos – a tuberculose, em primeiro plano. A experiência de todos os médicos que lidam com as manifestações extrapulmonares da tuberculose, a denominada tuberculose *cirúrgica*, é unânime na afirmativa de que os casos mais graves se curam como por encanto ao fim de alguns meses de ótima alimentação e de permanência no campo ou na praia, sob a influência de helioterapia e da talassoterapia. É essa a nossa experiência em Araruama. E, se êsse regime de vida cura as manifestações clínicas da tuberculose, com muito maior razão as previne. Por isso é que se diz que as possibilidades da profilaxia baseada na construção das resistências naturais do organismo são praticamente *ilimitadas*. Tôdas as investigações psicológicas, por outro lado, provam o efeito admirável dessa vida ao ar livre sôbre a alma das crianças, que mostram maior decisão, inteligência, energia, atividade e, alegria.

As obras periescolares – creches-jardins da infância e escolas-hospitais-silvestres – têm *pelo* meanos, a mesma significação para e nossa emancipação econômica qu a siderurgia, o petróleo e os produtos químicos básicos.

Em conclusão, além da instrução puramente livresca, deve a escola cuidar da saúde dos alunos e ensinar-lhes os métodos eficientes de trabalho, mui particularmente no campo.

Aos alunos que revelassem verdadeiro amor à vida sadia do campo bem podia o Estado doar terras, à maneira do que fez Abraham Lincoln, em 1865, com a famosa Homestead – bela escola de prodigiosa iniciativa individual norte-americana e ponto de partida de sua incomparável prosperidade.

OSCAR CLARK

(Do <<Correio da Manhã>> de 25-9-47)

ANEXO AA – O Lar é o Alicerce da Família – a Escola Doméstica de Macapá cumpre e amplia suas nobres finalidades

Jornal “Amapá”. Ano 8. Macapá, 13/09/1952. [s/n].

FOTO: o refeitório higiênico e amplo.

FOTO: a diretora e sua auxiliares com um grupo de internas em frente à escola.

O Govêrno do Território sempre viu no lar bem constituído a consolidação do seu enorme futuro. E criou a Escola Doméstica de Macapá, que começou a funcionar em gosto de 1951, nesta capital no bairro populoso do Trem, cujo internato para meninas órfãs é um modelo de organização e de resultados.

Instalada magnificamente em amplo e adequado prédio, com todos os requisitos da moderna técnica, tem a dirigi-la a Irmã Natalina Guerini, grande espírito organizador e culto.

Realização das mais necessárias à região, a Escola Doméstica, além do internato, mantém o Curso de Iniciação Profissional para senhoras e senhoritas, contando no momento com 46 alunas.

Em suas salas a mulher amapaense se educa e se aprimora para a direção de um lar. Costura, corte, arte culinária, bordados, tricô, crochê, etc., são aí ensinados aos pobres e ricos, e é animadora a constatação de 10 por cento de frequencia, bem como cresce o número de matrícula.

Conduzindo suas alunas pelo caminho da felicidade, a Escola Doméstica de Macapá é também uma trincheira moral e espiritual.

Inúmeras personalidades de destaque, políticos, educadores, artistas, parlamentares, militares, etc., têm visitado a Escola Doméstica, (FOTO: Um aspecto da sala de aulas de bordados) não escondendo a magnífica impressão com que de lá saíram após percorrerem suas salas de aulas, dormitórios, refeitórios, cosinha e lavanderia moderníssimas, capela, sala de visitas, etc.

Essa tebaida do aprimoramento dos lares, da preparação das donas de casa, do amparo às jovens amapaenses órfãs possui, pelo devotamento que desfruta do governo, todo o aparelhamento destinado ao seu perfeito funcionamento, já tendo exposto trabalho das internadas, os mais delicados.

É dos mais promissores o seu futuro a contribuir para o melhor porvir da família territorial.

FOTO: Alunas enfileiradas em apresentação.

FOTO: Um grupo de internadas envergando o seu uniforme.

FOTO: Grupo de alunas em oração na capela.

ANEXO BB – Possibilidade de Educação a Toda a Juventude

Jornal “Amapá”. Ano 3. Macapá, 2/08/1947. [s/n].

Por Ranulpho Flexa de Miranda

A gratuidade do ensino, em todos os graus, é um tema que tem sido debatido com afervorado entusiasmo po quantes esperam vê a Instrução amplamente difundida no Brasil e os seus filhos coparticipando das grandes iniciativas culturais do mundo.

Infelizmente, nem sempre tem sido compreendido o alcance da medida.

Ainda são relativamente poucos, se avaliarmos a extensão quilométrica do nosso território, as escolas cujas portas se abrem de par em par à infância e à mocidade estudiosa, favorecendo-lhes o ingresso no curso primário e fundamental, sem onerar-lhes com taxas, emolumentos e anuidades, que as impossibilitem de receber os ensinamentos imprescindíveis à sua preparação intelectual, moral e física.

Problema deverá complexo, que demanda estudos e observações percutientes, para o desenvolvimento de um largo plano de ação, abrangendo múltiplos setôres, a educação do povo é, no momento, uma das preocupações marcantes dos dirigentes do país.

Pequena diferença existe, do ponto de vista econômico, entre os ciclos universitário e fundamental. Este, com efeito, é menos dispendioso, porem, geralmente o estudante plebeu, dada a sua origem, vê surgir, a cada passo, novos tropeços, que o impedem de conclui-lo, obrigando-o, não raro, a optar por uma carreira técnica ou profissional, mais lucrativa, ao invés de enveredar pelas profissões liberais.

O ensino superior, mais adstrito ao bulício das capitais, quase que se constitui um privilégio das classes abastadas, tal o peso das responsabilidades que acarreta á juventude pobre.

Não são apenas os tributos que oneram durante o currículo a causa primordial dessa flagrante proporcionalidade, mas, paralelamente, o alto custo do material didático, havendo, dessarte, alguns estudantes que se vêm forçados a recurvar-se, noites a fio, sôbre suas modestas bancas, copiando <<pontos>>, subnutridos e com o cérebro aturdido por mil pensamentos, sem desfrutar de um repouso adequado, expondo a saúde nesses serões fatigantes. E o acadêmio, se não tiver uma função suplementar para o auxílio à manutenção da família, é arrastado á dura contingência de abandonar os estudos.

É verdade que certos Estados brasileiros já dispõem de Liceus e Universidades, que proporcionam instrução gratuita aos seus alunos. Todavia, quantos são os moços que, residindo

em outras unidades da Federação, se acham inibidos de a frequentar? A resposta constitui uma interrogação desoladora.

Retratamos, num <<coup d'oeil>>, a situação da nossa mocidade, a braços com transcendentes questões relativo à sua formação espiritual.

No Amapá, assistimos o esforço do governo para violar êsse sistema.

Tenta-se levar a criança, alegre e satisfeita, aos bancos escolares, prodigalizando-lhe assistência carinhosa nos setores pedagógico e sanitário. Vão-se estendendo os estabelecimentos de ensino primário através do interior, desde as localidades ribeirinhas até o recôndito da floresta virgem, procurando vencer as tremendas dificuldades de pessoa habilitado, de instalações, de abastecimento de material.

Desenrolam-se harmoniosamente os capítulos de programa traçado com desvelo. Ensino primário, supletivo, rural e profissional, formação de professores e de líderes...

Exemplo disso é o Ginásio Amapaense, modelar estabelecimento que tem como fito o aperfeiçoamento da inteligência dos nossos compatriotas residentes nestas plagas do setentrião e a preparação de professores radicados ao meio. Dentro de breve o governo espera ver atendidos os seus apelos para instalar nova escola profissional em Macapá, uma escola de iniciação Agrícola na Fazendinha e outra na Base Aérea do Amapá, todas no regime de internato e semi-internato.

Ano a ano o ensino melhora e se amplia, sempre com o objetivo elevado de criar uma juventude sadia e culta, capaz de honrar ao Amapá e ao Brasil.